

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MÁRCIA MARLENE STENTZLER

**ENTRE QUESTÕES LINDEIRAS E A SUPERAÇÃO DE FRONTEIRAS:
a Escola Complementar em Porto União (SC) e União da Vitória (PR), 1928-1938**

CURITIBA

2015

MÁRCIA MARLENE STENTZLER

**ENTRE QUESTÕES LINDEIRAS E A SUPERAÇÃO DE FRONTEIRAS:
a Escola Complementar em Porto União (SC) e União da Vitória (PR), 1928-1938**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha: História e Historiografia da Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Liane Maria Bertucci

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Stentzler, Márcia Marlene

Entre questões lindeiras e a superação de fronteiras: a Escola Complementar em Porto União (SC) e União da Vitória (PR), 1928-1938 / Márcia Marlene Stentzler – Curitiba, 2015.

181 f.

Orientadora: Profa. Dra. Liane Maria Bertucci

Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Educação e sociedade. 2. Escolas rurais – História – Séc. XX. 3. Professores e comunidade. 4. Professores – Formação – Séc. XX.
I. Título.

CDD 370.193



PARECER

Defesa de Tese de Márcia Marlene Stentzler para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.^a Dr.^a Liane Maria Bertucci, Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta, Prof.^a Dr.^a Nádia Gaiofatto Gonçalves, Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado, Prof.^a Dr.^a Rosa Lydia Teixeira Corrêa, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: "ENTRE QUESTÕES LINDEIRAS E A SUPERAÇÃO DE FRONTEIRAS: A ESCOLA COMPLEMENTAR EM PORTO UNIÃO (SC) E UNIÃO DA VITÓRIA (PR), 1928-1938".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Liane Maria Bertucci		Aprovada
Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Nádia Gaiofatto Gonçalves		Aprovada
Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Rosa Lydia Teixeira Corrêa		Aprovada

Curitiba, 27 de março de 2015.

Prof.^a. Dr.^a. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do PPGE

Prof.^a. Dra. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 125750

A meus filhos
Gustavo (químico), Vinícius (instrumentista) e Alexandre (biólogo).
À sua maneira, compartilharam o tempo desta pesquisa.

A meus pais
Eugênio e Erci (agricultores), pertencentes a uma geração
que acreditou no potencial transformador da educação e do trabalho.

AGRADECIMENTOS

De maneira especial, agradeço a minha orientadora Professora Doutora Liane Maria Bertucci, que esteve muito presente em cada momento da construção desta tese. Com ela, aprendi muito durante os quatro anos em que fui privilegiada com a sua presença, sabedoria, paciência e alegria, marcando meu processo de formação, a minha vida. Seu conhecimento e sua atuação foram imprescindíveis para o desenvolvimento desta tese.

A Osvaldo Alves dos Santos, meu companheiro de todas as horas, que acreditou e estimulou a realização da pesquisa, auxiliando na busca de documentos em arquivos físicos e virtuais. Obrigada pela paciência e companheirismo, pelo respeito ao meu tempo para estudar.

Ao professor Doutor Carlos Eduardo Vieira e a colega de turma Andréa Cordeiro, pela leitura e sugestões no Seminário de Tese. Aos professores Doutores Rosa Lydia Teixeira Corrêa, Paulo Pinheiro Machado, Nadia Gaiofatto Gonçalves, Marcus Levy Albino Bencostta, pelas sugestões apresentadas na banca de qualificação e por participar da banca de defesa.

À amiga e professora Mestre Leni Trentim Gaspari, presidente da Academia de Letras do Vale do Iguaçu e pesquisadora da história local, com quem muito conversei sobre a pesquisa, compartilhando as alegrias com as novas fontes descobertas. Obrigada por acompanhar-me em busca de novas informações que permitiram compreender a educação nas cidades. Também aos membros da Academia de Letras do Vale do Iguaçu, de forma especial aos professores Joaquim Osório Ribas, José Fagundes, Odilon Muncinelli, Margareth Ribas, Roseli Bilobran Klein e Terezinha Wolf.

Às professoras Maria Inocência Oliveira (*in memoriam*) e Aldair Muncinelli, com quem dialoguei sobre o Grupo Escolar Balduino Cardoso.

À Valéria Shena e Roseli Bilobran Klein, professoras do Curso de Pedagogia do campus da UNESPAR de União da Vitória, participantes do Núcleo de Catalogação e Pesquisas em História da Educação de União da Vitória – NUCATHE, cada qual desdobrando temas e pesquisando sobre a história da educação nas cidades fronteiriças.

À Giovana Nunes, supervisora do Arquivo Permanente, Biblioteca de Apoio e Pesquisa do Arquivo Público de Santa Catarina. Com sua equipe, sempre auxiliou-me prontamente para localizar e fornecer documentos para a pesquisa, tanto de forma presencial quanto à distância. Da mesma forma, aos atendentes da Sessão de Documentos Históricos da Biblioteca Pública do Paraná e aos atendentes do Arquivo Público do Paraná, que não mediram esforços para localizar e disponibilizar documentos para a pesquisa. Ao pessoal da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, particularmente, Mariana da Paixão. Aos atendentes da Biblioteca Dante de Jesus Augusto, pertencente ao campus da UNESPAR de União da Vitória.

A Valderlei Garcias Sanches, Diretor do campus da UNESPAR de União da Vitória. Aos colegas do Colegiado de Pedagogia, que no período desta pesquisa assumiram minhas aulas, oportunizando o tempo necessário para redigir esta tese. Às alunas do Curso de Pedagogia, em especial às bolsistas de Iniciação Científica: Andréia Ribeiro, Laura Schneider e Danielli Maria Lachowicz, que acompanharam-me em buscas feitas nos arquivos.

Aos responsáveis pelo acesso ao arquivo com os documentos históricos de União da Vitória e a Delbrai Augusto Sá, Diretor de Cultura do Município de União da Vitória (PR), por acolher a proposta de catalogação e acondicionamento de livros, jornais, revistas, atas, registros e fotografias antigas da cidade, realizados pelo NUCATHE.

Ao diretor do jornal **O Comércio**, de União da Vitória, Sr. Caique Augustini, o qual disponibilizou para consulta os exemplares do periódico publicado nas décadas de 1930 e 1940.

Ao Curso de História do Campus da UNESPAR de União da Vitória, por disponibilizar arquivos digitais dos exemplares de **O Comércio**.

À direção da Escola de Educação Básica Balduino Cardoso, denominação contemporânea do Grupo Escolar Balduino Cardoso, por disponibilizar os materiais para as pesquisas sobre a Escola Complementar e Escola Normal Primária de Porto União (SC). À direção da Escola Municipal Professor Serapião, de União da Vitória (PR), denominação contemporânea do Grupo Escolar Professor Serapião, que disponibilizou os documentos arquivados para consulta.

À Academia de Letras do Vale do Iguaçu por permitir a consulta a materiais de seu acervo histórico.

À professora Bernardete Ryba pela revisão de língua portuguesa.

RESUMO

A formação de professores primários para as Escolas Isoladas Rurais constituiu-se em um dos grandes desafios para a sociedade e os governos das primeiras décadas do século XX. Entre 1928 e 1938, as Escolas Complementares e a Escola Normal Primária, que funcionaram anexas aos Grupos Escolares das cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), foram os principais estabelecimentos formadores de professores para as Escolas Primárias Rurais nas cidades fronteiriças, criadas com o fim da Guerra do Contestado, que dividiu, entre o Paraná e Santa Catarina, a cidade de Porto União da Vitória (PR). Pelo Acordo de Limites de 1916, a ferrovia tornou-se o marco divisório das novas cidades e também desses Estados. Em cada lado dos trilhos, organizou-se um aparelho escolar, subordinado a diferentes legislações, para a instrução primária e, a partir do final da década de 1920, também para a formação de complementaristas. Essa pesquisa foi organizada, buscando compreender em que medida as Escolas Complementares que existiram de ambos os lados da fronteira (e durante um curto período também a Escola Normal Primária, do lado catarinense) contribuíram para a conformação socioeducacional nos Municípios recém-criados de Porto União (SC) e União da Vitória (PR). A partir do estudo do processo de escolarização e de indícios sobre a organização social na área durante o final do século XIX e início do XX, esta tese delimita suas considerações sobre professores complementaristas e normalistas primários entre 1928/1929 quando foram criadas, com poucos meses de diferença, a Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso em Porto União (SC) e a Escola Complementar anexa ao Grupo Escola Professor Serapião em União da Vitória (PR) e o ano de 1938, quando foi extinta a Escola Normal Primária de Porto União (SC) (reorganização da Escola Complementar em 1935) local, no qual vários paranaenses foram estudar ou já complementaristas ampliaram sua formação. Essas escolas marcaram, em ambas as cidades, o processo de escolarização de jovens egressos dos Grupos Escolares e de Escolas Isoladas que buscavam um meio, rápido e público de continuar os estudos e ampliar suas possibilidades de trabalho em uma região até poucos anos convulsionada por uma guerra. Defendemos que, além de sua importância no processo educacional da região, os complementaristas e normalistas primários, ainda como estudantes, concorreram tanto para integrar, como brasileiros, os moradores de uma área dividida entre dois estados e habitada por imigrantes e seus descendentes, quanto colaboraram, sutilmente, para a paulatina formação do sentimento de pertencimento ao Paraná ou a Santa Catarina, inclusive por terem suas ações profissionais pautadas por determinações específicas de cada Estado. As fontes pesquisadas para a realização deste estudo foram: as leis e decretos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, documentos diversos sobre os Grupos Escolares Balduino Cardoso de Porto União (SC) e Professor Serapião de União da Vitória (PR), jornais locais do período e relatos de memorialistas. O material foi localizado no Arquivo Público de Curitiba, Arquivo Público de Florianópolis, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Núcleo de Catalogação em História da Educação (NUCATHE) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* União da Vitória. Para a análise e construção do texto foram utilizados, principalmente, conceitos de moderno/modernização (Le Goff, 2003), representação (Chartier, 1990), experiência (Thompson, 1981, 1987, 1998), estratégia e tática (Certeau, 1998).

Palavras-Chave: Escola Complementar; formação e trabalho de professores; processos socioeducacionais; fronteira.

ABSTRACT

The training of primary school teachers for Rural Isolated School consisted in a major challenge for society and governments of the early twentieth century. Between 1928 and 1938, the Complementary School and Primary Normal School, that worked annexed to School Groups from the cities of Porto União (SC) and União da Vitória (PR), were the main trainers establishments teachers for Rural Primary Schools in border cities, created for the purpose the Contestado War, which divided between Paraná and Santa Catarina, the city of Porto União da Vitória (PR). On the Limit Agreement 1916, the railroad became the watershed of the new cities and also those States. On each side of the tracks, organized a school system, subject to different laws for primary education and, from the end of the 1920s, also for the complementaristas formation. This research was organized seeking to understand what extent the Supplementary Schools that existed on both sides of the border (and for a short time also the Normal Primary School, side of Santa Catarina) contributed to the social and educational conformation in newly created municipalities of Porto União (SC) and União da Vitória (PR). From the study of the process of schooling and clues about the social organizations in the area during the late nineteenth and early twentieth centuries, this thesis defines its consideration of complementaristas teachers and primary normalistas between 1928/1929 when they were created, with a few months difference, Complementary School attached to the School Group Balduino Cardoso in Porto União (SC) and Complementary School attached to the School Professor Group Serapião in União da Vitória (PR) and the year 1938, when it was extinguished Normal Primary School of Porto União (reorganization of Complementary School in 1935), location where many Paraná people were studying or already complementaristas expanded their training. These schools marked, in both cities, the educational process of young graduates of the School Groups and Schools Isolated, seeking a medium, fast and public to continue his studies and broaden their employment opportunities in a region convulsed by even a few years a war. We defend the thesis that in addition to its importance in the educational process in the region, the primary complementaristas and normalistas, even as students, contributed both to integrate , as Brazilians, residents of an area divided between two States and inhabited by immigrants and their descendants, as cooperating subtly, to the gradual formation of the feeling of belonging to the Paraná or Santa Catarina, including by having their professional actions that includes specific to each State determinations. Sources surveyed for this study were: the laws and decrees of Paraná and Santa Catarina States, many documents on the Schools Groups Balduino Cardoso of Porto União (SC) and Professor Serapião of União da Vitória (PR), local newspapers of the period and memoir accounts. The material was located in the Curitiba Public Archives, Florianópolis Public Archives, National Library of Rio de Janeiro and Cataloguing Center History of Education (NUCATHE) of the State University of Paraná (Unespar), União da Vitória campus. For the analysis and construction of the text were used mainly modern / modernization of concepts (Le Goff, 2003), representation (Chartier, 1990), experience (Thompson, 1981, 1987, 1998), strategy and tactic (Certeau, 1998)

Keywords: Complementary School; training and working teachers; socio-educational processes; border.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PRINCIPAIS REDUTOS	44
FIGURA 2 - FOTOGRAFIA DE ÁREA DE PORTO UNIÃO DA VITÓRIA	62
FIGURA 3 - ALUNAS DA PROFESSORA AMASILIA (1915)	64
FIGURA 4 - PINTURA DA IGREJA MATRIZ E GRUPO ESCOLAR PROFESSOR SERAPIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA (PR). A PARTIR DE FOTOGRAFIA DA ÉPOCA, POR AMADEO BONA (2000)	78
FIGURA 5 - GRUPO PROFESSOR SERAPIÃO, PROF^a AMASILIA E SEUS ALUNOS(1929)	98
FIGURA 6 - HONRA AO MÉRITO (1933)	106
FIGURA 7 - QUADRO DE FORMATURA DA ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA (1937)	145
FIGURA 8 - QUADRO DE FORMATURA DA ESCOLA COMPLEMENTAR (1938)	147

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DISCIPLINAS OFERTADAS PELA ESCOLA INTERMEDIÁRIA EM 1915 e 1917.....	73
QUADRO 2 - COMPARATIVO DE DISCIPLINAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR (SC) E ESCOLA INTERMEDIÁRIA (PR) EM 1920.....	88
QUADRO 3 - COMPARATIVO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA: ESCOLAS, ORÇAMENTO E POPULAÇÃO.....	89
QUADRO 4 - DISCIPLINAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR DE PORTO UNIÃO, EM 1928.....	109
QUADRO 5 - DISCIPLINAS DAS ESCOLAS COMPLEMENTARES PARANAENSES EM 1932.....	115
QUADRO 6 - DISCIPLINAS DAS ESCOLAS COMPLEMENTARES CATARINENSES EM 1935.....	117

LOCAIS DE PESQUISA

ACADEMIA DE LETRAS DO VALE DO IGUAÇU – Acervo documental e bibliográfico

ARQUIVO DA ESCOLA NORMAL PROFESSORA AMASÍLIA – Colégio Estadual Túlio de Paraná (PR)

ARQUIVO DE IMAGENS DO COLÉGIO SANTOS ANJOS – (SC) – Porto União (SC).

ARQUIVO DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR BALDUÍNO CARDOSO – Escola de Educação Básica Prof. Balduino Cardoso (SC)

ARQUIVO DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR SERAPIÃO – Escola Municipal Professor Serapião (PR)

ARQUIVO DO COLÉGIO ESTADUAL TÚLIO DE FRANÇA – União da Vitória

ARQUIVO DO JORNAL O COMÉRCIO – União da Vitória

ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA – Estação Ferroviária

ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA – Secretaria Municipal de Educação

ARQUIVO DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA – Setor de Pesquisas

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – Acervo Digital

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – Setor de Pesquisas

BIBLIOTECA DA UNESPAR – CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – Acervo Digital

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ – Sessão Paranaense

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Acervo Digital

CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES - Curitiba

MUSEU DA ESCOLA CATARINENSE – Florianópolis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - INÍCIO DO SÉCULO XX: CONFORMAÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO CONTESTADO E A ESCOLA PÚBLICA EM PORTO UNIÃO DA VITÓRIA (PR)	28
1.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA FRONTEIRA E UMA GUERRA	29
1.2 A FERROVIA COMO NOVO MARCO SOCIOECONÔMICO	51
1.3 DE FREGUESIA A CIDADE: ESCOLARIZAÇÃO EM PORTO UNIÃO DA VITÓRIA (PARANÁ)	55
CAPÍTULO 2 - A INSTRUÇÃO PÚBLICA E AS ESCOLAS COMPLEMENTARES NA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO PÓS-CONTESTADO: PORTO UNIÃO (SC) e UNIÃO DA VITÓRIA (PR).....	75
2.1 ESCOLAS PRIMÁRIAS EM AMBOS OS LADOS DA FRONTEIRA NO PÓS-CONTESTADO E A INSTALAÇÃO DE ESCOLAS COMPLEMENTARES.....	76
2.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMPLEMENTARISTAS NAS CIDADES FRONTEIRIÇAS E INDÍCIOS SOBRE A ATUAÇÃO DOS FORMANDOS.....	97
CAPÍTULO 3 - FRAGMENTOS DE SOLENIDADES E FESTIVIDADES CÍVICO-ESCOLARES: A PARTICIPAÇÃO DE COMPLEMENTARISTAS NOS DOIS LADOS DA FRONTEIRA.....	120
3.1 ALUNOS E PROFESSORES EM COMEMORAÇÕES PATRIÓTICAS PELAS RUAS DE PORTO UNIÃO (SC) E UNIÃO DA VITÓRIA (PR).....	121
3.2 FESTAS, SOLENIDADES E EXAMES ESCOLARES: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO.....	133
3.3 EXPOSIÇÕES, FORMATURAS E A SEMANA EDUCACIONAL DE 1938: A ESCOLA EM FESTA.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
FONTES.....	156
BIBLIOGRAFIA.....	168
ANEXO.....	179

INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas da República brasileira, discursos de presidentes dos Estados do Paraná e de Santa Catarina¹ foram marcados pela tese da necessidade de formar professores, porque faltavam bons mestres, especialmente para atuar em escolas fora das capitais. Essa demanda ganhou novos contornos à medida que o vizinho e modelar Estado de São Paulo difundiu, desde o final do século XIX, a ideia das escolas graduadas, os Grupos Escolares² e junto a eles, organizaram-se as Escolas Complementares, “criadas para solucionar o problema da necessidade de formação rápida de professores para as escolas primárias [...]”. (SOUZA, 1998, p.64). Esta pesquisa foi desenvolvida com o propósito de compreender o processo de organização e existência de Escolas Complementares no contexto de transformações socioeducacionais nos Municípios fronteiriços de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), criados, ao fim da Guerra do Contestado, pelo Acordo de Limites de 1916³ e que dividiu, entre Paraná e Santa Catarina, a antiga cidade de Porto União de Vitória (PR). As cidades, instaladas em 1917, foram o grande marco do estabelecimento da fronteira interestadual (Decreto Federal nº. 3304, de 3 de agosto de 1917, posse de Santa Catarina, dia 7 de setembro de 1917). Considerando que a mobilidade é uma das potencialidades da região de fronteira, permitindo intercâmbios e rearranjos, entre sujeitos sociais individuais e coletivos⁴, ao final dos anos 1920 e anos 1930, em Porto União (SC) e União da Vitória (PR), o aqui e o ali se materializaram, inclusive, à medida em que ambos os Estados e as cidades planejaram a escolarização e a formação de professores complementaristas.

¹ Mesmo considerando que, a partir dos anos 1910, em muitos documentos oficiais, os governantes de Santa Catarina eram nomeados ‘governadores’ e não ‘presidentes’, optamos nesta tese por utilizar ‘presidente’ para nomear os governantes dos dois Estados até 1930 (quando a nova organização política brasileira determinou que os antigos Presidentes fossem denominados Governadores) salvo em transcrição literal das fontes pesquisadas.

² Marta Carvalho (1998, p.123) mostra que a escola paulista tornou-se um referencial teórico e metodológico para a escolarização do Brasil. “A escola paulista é, estrategicamente, erigida signo do Progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse Estado na federação [...] e o ensino paulista logra organizar-se como sistema modelar, em duplo sentido: na lógica que o preside e na força exemplar que passa a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros Estados.” Nas Escolas Normais paulistas formaram-se educadores que atuaram em vários Estados brasileiros, como por exemplo, em Santa Catarina, Orestes Guimarães e, no Paraná, César Prieto Martinez.

³ O Acordo de Limites que definiu as divisas entre Paraná e Santa Catarina foi promovido pelo Presidente do Brasil, Wenceslau Braz, e assinado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1916. No entanto, a assinatura desse Acordo não correspondeu ao fim da Guerra do Contestado que, oficialmente, começou em 1912, pois o clima de conflituoso, pelo menos de maneira mais evidente, se estendeu até 1917. (MILIS, 2002, p.41).

⁴ Uma região pode estar relacionada a um determinado tempo histórico, a um acontecimento (como, por exemplo, a da Guerra do Contestado), estar circunscrita em um espaço político e geográfico mais ou menos definido. Nesta tese, utilizamos o termo *região* como um espaço social e político, inserido num conjunto de possibilidades socioeducacionais, de projetos políticos, econômicos, que a caracterizam e a diferenciam, como a região do ex-Contestado das cidades vizinhas de Porto União (SC) e União da Vitória (PR).

A cidade de Porto União da Vitória (PR), que deu origem a Porto União (SC) e União da Vitória (PR) no ano de 1917⁵, cresceu às margens do Rio Iguaçu, em terras do Paraná e, na segunda metade dos Oitocentos, foi local de passagem de tropeiros e de comércio. Nela, foi construída a estação ferroviária que fez o entroncamento entre São Paulo e Rio Grande do Sul, São Paulo e a cidade portuária catarinense São Francisco do Sul. Um dos indícios do crescimento local foi a inauguração, nos primeiros meses do ano de 1913, de um prédio escolar construído com recursos do governo paranaense, de acordo com planta arquitetônica para os grupos escolares da época (CASTRO, 2009, p.137). Na Casa Escolar (que depois foi o Grupo Escolar) poderiam funcionar até quatro escolas: duas masculinas, regidas por professores e duas femininas, regidas por professoras. Mas, houve dificuldade para o provimento de professores habilitados para esse estabelecimento, situação que reproduziu e explicitou, de forma exemplar, o que acontecia na região: falta de pessoas formadas para ensinar nas Escolas Primárias.

A Casa Escolar de Porto União da Vitória agrupou Escolas Isoladas, que funcionaram de acordo com o Código de Ensino de 1901. No Código de Ensino de 1901, regulamentou-se também o “2º. Gráo”⁶ do Curso Primário, preparatório para a Escola Normal e correspondeu nos Códigos de Ensino publicados em 1915 e em 1917 à Escola Intermediária. (PARANÁ, 1901; 1915, p.39-40; 1917, p.30-31). O Ensino Intermédio, previsto para ser realizado em dois anos, habilitava os alunos a matricular-se no Ginásio ou no primeiro ano da Escola Normal. No Estado de Santa Catarina, a Escola Complementar foi criada em 1911, *ad referendum* do Congresso Legislativo, (SANTA CATARINA, 1911; 1919), tendo por base a Reforma da Instrução Pública idealizada pelo professor paulista Orestes Guimarães (HÖELLER, 2009; TEIVE, 2008). As Escolas Complementares (curso de três anos) ofertavam um nível de ensino pós-primário e anterior à Escola Normal. Os egressos do primário que a cursavam, eram considerados os “candidatos para o professorado”. (SANTA CATARINA, 1911, p.5). No Estado catarinense, cursar essa modalidade de escola reduzia a

⁵ Silva (2006, p.11) relaciona a fases as mudanças que ocorreram na história da cidade. “1) Entreposto de Nossa Senhora de Vitórias, 1769; 2) Porto União da Vitória, 1860; 3) Freguesia de União da Vitória, 1880; 4) Intendência Municipal de União da Vitória, 1890; 5) Termo Municipal de União da Vitória, 1901; 6) Comarca de União da Vitória, 1908. Nesta tese, utilizaremos a denominação Porto União da Vitória (PR), independente da fase que a municipalidade viveu, até a divisão da cidade em duas, em 1917. A partir de então, distinguiremos a cidade de União da Vitória, no lado paranaense da ferrovia, e de Porto União, no lado catarinense.

⁶ De acordo com Relatório da Instrução Pública, em 1901, existiam apenas duas escolas nessa modalidade e ambas funcionavam em Curitiba. Uma delas sob regência da professora Julia Wanderley Pietrich e outra regida pelo professor Francisco de Paula Guimarães. (SILVA, 1901, p.11). Com o Código de Ensino de 1915, essa modalidade foi transformada em Escola Intermediária e a professora acima citada, foi nomeada diretora do estabelecimento anexo ao Grupo Escolar Tiradentes, em Curitiba, por Decreto de 27 de dezembro de 1915. (ARAÚJO, 2010, p.117).

permanência do aluno na Escola Normal, pois, cursava apenas o terceiro ano. Em Santa Catarina, a Escola Complementar sofreu adequações com a Regulamentação de 1919 (SANTA CATARINA, 1919), que aproximou seu currículo ao da Escola Normal catarinense (SANTA CATARINA, 1919e); no entanto, o novo currículo para formar os complementaristas criou um hiato entre a Escola Complementar e o Grupo Escolar⁷.

No Paraná, os egressos do primário poderiam continuar os estudos na Escola Intermediária (curso de dois anos), preparatória para o Ginásio ou a Escola Normal. Aos egressos da Escola Intermediária, era facultada a nomeação como regentes efetivos em “cadeiras do ensino primário, independente de novo exame”. (PARANÁ, 1917, p.31). Em substituição à Escola Intermediária, foi instituída a Escola Complementar Primária em 1925, no qual os alunos poderiam ser preparados para “iniciar com êxito na vida prática o exercício das profissões elementares”, em cursos de um ou dois anos e, entre eles, o Normal. (PARANA, 1925, p.1). Nos dois Estados, a Escola Complementar formou professores para Escolas Isoladas (salas-classes multisseriadas), especialmente as rurais. As Escolas Complementares passaram a fazer parte do contexto socioeducacional das cidades limítrofes de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) somente ao final da década de 1920.

É importante lembrar que, entre o final dos anos 1920 e anos 1930, a educação paranaense obedeceu ao Código de Ensino de 1917 e a catarinense, ao Regulamento da Instrução Pública de 1914. (PARANÁ, 1917; SANTA CATARINA, 1914). Em ambos os Estados previa-se a existência de professores **normalistas**, com preferência para lecionar em escolas: urbana, rural ou ambulante (a última, no Paraná, instalada a cada três meses e meio em uma localidade que não possuía Escola Primária fixa e, em Santa Catarina, o professor lecionava em dias alternados, em duas escolas, distantes entre 3 e 6 km, uma da outra). No Paraná, os professores deveriam comprovar ser formados pela Escola Normal do Estado, (PARANÁ, 1917, p.18) e, em Santa Catarina, era preciso apresentar o diploma de Escola Normal ou da “sua rubrica forma” e comprovar ser brasileiro; os ginasianos formados em escolas catarinenses equiparadas usufruíram dos mesmos direitos dos normalistas, após realizar a “prática regulamentar de 6 meses no Grupo Escolar”. (SANTA CATARINA, 1914, p.23). Os professores **efetivos** também integravam o quadro dos dois Estados. No Paraná, deveriam comprovar ter, no mínimo, os dois primeiros anos da Escola Normal do Estado ou

⁷ Durante a I Conferência Estadual do Ensino Primário de Santa Catarina, realizada em 1927, o Decreto nº 1204, de 19 de fevereiro de 1919 foi criticado, pois, segundo alguns educadores, aproximou as Escolas Complementares e a Escola Normal Catarinense, mas distanciou a Escola Complementar dos Grupos Escolares (cujos programas foram reformulados em 1920, pelo Decreto nº 1322, de 29 de janeiro), acarretando uma grande defasagem no conteúdo de algumas disciplinas que eram ministradas na Escola Complementar e no Primário, como Português, Geometria e Geografia. (TRINDADE, 1927, p.462-473).

apresentar o diploma de conclusão de Escolas Normais de outros estados ou, ainda, ter concluído o curso da Escola Intermediária. (PARANÁ, 1917, p.19). Em Santa Catarina, além dos efetivos, existiam os professores **vitalícios**, não normalistas que poderiam ser regentes de escolas intermédias, localizadas nas sedes dos distritos. (SANTA CATARINA, 1914, p.22). Para ocupar vagas de professores **provisórios**, era necessário comprovar ser maior de 18 anos e possuir a conclusão da 4ª. série do Primário ou ser aprovado em exame de “*leitura, escrita, rudimentos de aritmética, geographia e história do Brasil.*” (PARANÁ, 1917, p.19). Em Santa Catarina⁸, os “professores complementaristas, [seriam nomeados] na falta de normalistas e de preferência aos provisórios, [...] para as escolas isoladas ou para os grupos escolares”. (SANTA CATARINA, 1916a, p.12). Existia também, em ambos os Estados, professores **adjuntos** (coadjuvantes) e **subvencionados**. (PARANÁ, 1925-1926, p.48; SANTA CATARINA, 1914, p.26). Nesse universo de categorias de professores, os complementaristas paranaenses e os catarinenses (inclusive os da Escola Normal Primária de Santa Catarina, na década de 1930), tinham preferência para nomeação, após os normalistas. No Estado do Paraná como professores efetivos e, em Santa Catarina, como complementaristas.

Esta tese investiga a inserção das Escolas Complementares e de seus egressos na região fronteira do ex-Contestado, nas cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), por cerca de dez anos, a partir de 1928. Mas, para estudar a Escola Complementar nessa zona de fronteira foi imprescindível procurar apreender o movimento sócio-histórico da região, que gerou a divisão da cidade de Porto União da Vitória (PR), ou seja, a Guerra do Contestado e seus desdobramentos, com a (re)organização escolar da região, dividida entre o Paraná e Santa Catarina. O estudo sobre a Escola Complementar em Porto União (SC) e União da Vitória (PR) foi delimitado entre 1928 e 1938. Este período compreende a criação da primeira

⁸ Em 1915 o Estado de Santa Catarina publicou a Lei nº. 1044, de 14 de setembro que, entre outros encaminhamentos, estabeleceu os vencimentos de três categorias de professores: normalistas, complementaristas e provisórios. De acordo com o Art 16, os vencimentos dos **normalistas** dos Grupos Escolares “de 1ª. classe serão de 2:400\$000 [dois contos e quatrocentos mil réis] e os de 2ª. de 1:800\$000 [um conto e oitocentos mil réis] anuais” (SANTA CATARINA, 1916a, p.12); O Art 17 estabeleceu que os pretendentes a atuar como professores provisórios “prestarão exames na capital perante o Diretor da Instrução Pública e dois examinadores”, os quais, pelo documento, tinham o seu vencimento reduzido para 960\$000 [novecentos e sessenta mil réis]. (SANTA CATARINA, 1916a, p.12). O Art. 18 garantia que os “professores complementaristas, [seriam nomeados] na falta de normalistas e de preferência aos provisórios, [...] para as escolas isoladas ou para os grupos escolares, vencendo 960\$000 [novecentos e sessenta mil réis] nas 1ªs e, 1:440\$000 [um conto quatrocentos e quarenta mil réis] nas 2ªs”. (SANTA CATARINA, 1916a, p.12), ou seja, para lecionar em Escolas Isoladas, o complementarista recebia o mesmo vencimento de um professor provisório, que havia sido reduzido com essa lei. Outro fato novo estabelecido na mesma lei era a nomeação de complementaristas também para os Grupos Escolares, que seriam criados no Estado e necessitariam de professores qualificados. Na inexistência de normalista, a prioridade para atuar nos Grupos Escolares ou em Escolas Isoladas era do complementarista.

Escola Complementar nas cidades fronteiriças e a extinção da Escola Normal Primária (Santa Catarina), cujos egressos atuaram como professores das Escolas Primárias Isoladas, integrando populações de ambos os lados da fronteira, produzindo novas realidades socioeducacionais.

A Escola Complementar, anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso, em Porto União (SC), foi criada pelo Decreto nº 2135, de 12 de março de 1928, assim permanecendo até 1935, quando foi transformada em Escola Normal Primária. Ofertava um curso de três anos. (SANTA CATARINA, 1929a)⁹. Em União da Vitória (PR), a Escola Complementar Primária foi criada pelo Decreto nº. 33, de 4 de janeiro de 1929, e encontrava-se anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião, ofertando um curso de dois anos. (PARANÁ, 1929). Durante cerca de dez anos, essas duas escolas foram marcantes para a vida das cidades e de jovens egressos que trabalharam como professores na região de fronteira. Foram base para a construção de um conjunto de experiências socioeducacionais na área do ex-Contestado, que consideradas as especificidades, podem ser compreendidas a partir de Thompson (1981, p.182), pois, segundo este historiador é pela experiência que homens e mulheres se tornam sujeitos, não como sujeitos autônomos, “mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura” com respostas específicas para determinadas situações e contextos.

Em 1935, a Escola Normal Primária catarinense, cujo grande diferencial estava na oferta, até então inédita, para complementaristas do Estado, da disciplina Noções de Pedagogia e Psicologia¹⁰, desencadeou novas perspectivas para a formação de professores,

⁹ Nesse período, na cidade de Porto União (SC), funcionava o Colégio Santos Anjos, fundado em 7 de abril de 1917 (ainda na antiga Porto União da Vitória) e dirigido pelas Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. No Colégio foi organizado o Curso Normal Santos Anjos, pelo Decreto nº. 2257, de 22 de fevereiro de 1929. (COLÉGIO SANTOS ANJOS, 2013; GASPARI, 2005; KLEIN, 2014). Vários professores que lecionavam nas Escolas Complementares de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) estudaram nessa Escola Normal. Nesta tese não trataremos sobre a inter-relação Igreja-Estado na educação brasileira e na região do Contestado ou nos Estados do Paraná e Santa Catarina; sobre a temática, consulte, entre outros, os estudos de Serpa, (1999); Höeller (2014) e Cintra (2005).

¹⁰ Nesta tese utilizamos “disciplina” como sinônimo de “matéria” ou “disciplina escolar”. Como termo genérico, insere-se no cotidiano escolar após a I Guerra Mundial, quando o termo disciplina “perde a força que o caracterizava até então. Torna-se uma pura e simples rubrica que classifica as matérias de ensino fora de qualquer referência às exigências da formação do espírito. [...] com ele, os conteúdos de ensino são concebidos como entidades *sui generis*, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola e, desfrutando de uma organização, de uma economia interna e de uma eficácia que elas não parecem dever a nada além delas mesmas, quer dizer, a sua própria história. Além do mais, não tendo sido rompido o contato com o verbo disciplinar, o valor forte do termo está sempre disponível. Uma ‘disciplina’ é, igualmente, para nós, em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer, de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte.” (CHERVEL, 1990, p.180).

pois os formandos da Escola Complementar de União da Vitória (PR), muitas vezes, atravessavam a linha do trem para completar a formação na escola reorganizada com a intenção de “preparar professores para as zonas rurais”. (SANTA CATARINA, 1936a, p. 162)¹¹. Mas, a partir do final de 1938, nova alteração aconteceu (SANTA CATARINA, 1939, p.416-420) e transformou a Escola Normal Primária em Curso Complementar. Apesar da denominação Curso Complementar parecer com a antiga denominação Escola Complementar, os estudos do curso eram organizados em dois anos, com as mesmas disciplinas para os primeiro e segundo anos, conforme o programa do Colégio D. Pedro II. Foram inseridas as aulas de Orfeão (o canto orfeônico, duas vezes na semana) e de Educação Física (três vezes na semana). Esse conjunto formativo adquiriu um novo significado pedagógico e simbólico para a escolarização, compatível com o Estado Novo. Foi suprimida a disciplina Noções de Pedagogia e Psicologia, básica para a formação de professores. A Escola Complementar e a Escola Normal Primária tinham como meta a formação profissional e de professores para as áreas rurais, o Curso Complementar objetivava basicamente intensificar e ampliar a cultura primária do egresso do Grupo Escolar, no novo contexto sociopolítico e educacional do final da década de 1930.

A existência da Escola Complementar esteve condicionada a experiências possibilitadas pelo tempo histórico. Foi uma alternativa viável, pontuada por táticas e estratégias¹² de governantes e moradores locais, para suprir a necessidade de professores para as Escolas Isoladas, Reunidas ou mesmo Grupos Escolares, durante o processo de escolarização na região, após a divisão da cidade de Porto União da Vitória e da divisão da região entre o Paraná e Santa Catarina. Esse dinamismo nos conduziu à definição do problema de pesquisa que é compreender em que medida as Escolas Complementares contribuíram para a promoção da conformação socioeducacional na região fronteira do ex-Contestado, nas cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR). Os capítulos são organizados a partir das seguintes temas: a) como se organizava o processo de escolarização na antiga cidade de

¹¹ No Estado do Paraná, a Escola Normal Primária e a Escola Complementar tinham regulamentações distintas. A primeira foi criada em 1921 (regulamentada em 1924) e a segunda em 1925. A Escola Normal Primária tinha como fim “formar professores para as instituições primárias [...] em um curso de 3 anos, além de dois anos de curso intermediário”(PARANÁ, 1924, p.1). A Escola Complementar visava “preparar os alunos [...] para que possam iniciar com êxito na vida prática o exercício das profissões elementares”. (PARANÁ, 1925, p.1).

¹² Para Certeau (1998, p.99-100) *estratégia* caracteriza-se pela “capacidade de transformar incertezas da história em espaços inteligíveis” por meio de “cálculo (ou manipulação) das relações de força” que tornam possíveis isolar um sujeito de poder, circunscrevendo condições e possibilidades de se “gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças”. Para estabelecer uma estratégia, é preciso distinguir em um ‘ambiente’ um ‘próprio’ o lugar do poder e do querer. A *tática* é uma “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] não tem por lugar senão o outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei”.

Porto União da Vitória (PR), até o Acordo de Limites; b) o papel das Escolas Complementares para o processo de escolarização em ambos os lados da fronteira; c) a integração das cidades pelas festividades e solenidades escolares, particularmente com a Escola Normal Primária. Neste estudo, também foi possível vislumbrar representações criadas acerca do trabalho e da formação dos professores complementaristas (moças e rapazes) e da escola como um lugar de convivência de habitantes (do meio urbano e do rural) de ambos os lados da fronteira em um período singular: o pós Guerra do Contestado. Como explicita Chartier, as percepções sociais

[estão] sempre colocadas num campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p.17)

Para a realização da tese, pesquisamos vestígios do vivido, através de notícias e registros que, por alguma razão, foram preservados até o tempo presente. Os registros, interrogados, forneceram elementos que permitiram questionar, a partir de inquietações do nosso presente, o processo sócio-histórico do período, circunscrevendo a pesquisa no tempo/espço, desvelando aspectos do processo de escolarização na região fronteira, da formação e ação de professores complementaristas, em ambos os lados da fronteira e, assim, puderam concorrer para a interrelação das populações das cidades vizinhas, em um período de reordenação de limites estaduais, nos primeiros anos que se seguiram à divisão da cidade.

A Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso, de Porto União (SC) e a Escola Complementar Primária, anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião, de União da Vitória (PR) foram organizadas de acordo com as possibilidades daquele tempo histórico, com sujeitos guiados por expectativas e necessidades. Consideramos que as ações socioeducacionais são organizadas a partir de conhecimentos específicos, construídos pelas experiências de sujeitos históricos, considerando, como Bertucci, Faria Filho e Oliveira (2010, p.80), que a experiência é a mediadora entre “a determinação e a apropriação, entre a estrutura e o processo, entre a singularidade e generalização”. Logo, é imperioso considerarmos, mesmo que através de tênues vestígios, as experiências das pessoas para compreensão do lugar da escola e de seus professores na região de fronteira.

A coleta de materiais para esta pesquisa foi iniciada em 2009 e aconteceu, concomitantemente, à organização do Núcleo de Catalogação em História da Educação –

NUCATHE, junto à então Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, hoje campus da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR. Fazer o levantamento de fontes primárias em arquivos locais foi um trabalho compartilhado por professoras e acadêmicas do curso de Pedagogia da Instituição, atuando como voluntárias ou bolsistas de iniciação científica. Ao localizar e organizar documentos sobre a educação local, emergiram dados que revelaram aspectos da escolarização nas cidades fronteiriças, inclusive através das Escolas Complementares, existentes em ambos os lados da fronteira. Nosso contato inicial com os materiais disponíveis no Arquivo Municipal de União da Vitória (PR) e também de escolas da região forneceram subsídios que permitiram construir uma investigação sobre a educação e formação de professores complementaristas nas cidades analisadas.

O percurso desta investigação delineou-se, principalmente, a partir de fontes documentais da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, que se encontram arquivadas na Escola de Educação Básica Balduino Cardoso, de Porto União (SC) e documentos sobre a Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião, de União da Vitória (PR), que foram localizados no arquivo da Escola Municipal Professor Serapião. No momento da catalogação, os documentos foram fotografados.

Entre os documentos localizados no arquivo do Grupo Escolar Professor Serapião e Escola Complementar anexa, de União da Vitória (PR), que foram utilizados nesta pesquisa, estão os **Termos de visitas de Inspetores e dos exames escolares da Escola Feminina do Grupo Escolar Professor Serapião** (1915-1920). O documento é manuscrito, pertencendo à escola da professora Amasilia Araújo que existiu no local (Casa Escolar) e tornou-se parte do Grupo Escolar. O documento foi aberto em 18 de janeiro de 1915 e recebeu registros até o ano de 1920, da folha 1 até a folha 8 (verso). Originalmente, continha 100 folhas. Todas as folhas foram rubricadas por (Francisco Ribeiro de) Azevedo Macedo¹³, Diretor Geral da Instrução Pública do Paraná, em 1915. Foram coladas, no mesmo livro, algumas folhas de outro: o **Registro de Diplomas da Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião** (1933-1943). Nessas folhas extras, foram registrados os diplomas dos formandos do período de parte dos anos 1930 e 1940. Outro documento manuscrito é o **Termo de visitas e inspeções escolares da Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião**. (1928-1933). O livro recebeu 14 registros, sendo o primeiro em outubro de 1928 e o último em 1933. Totaliza 4 folhas manuscritas.

¹³ Além do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo exerceu, entre “agosto de 1913 e fevereiro de 1915 [...] paralelamente as funções de diretor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal. Durante esse período, elaborou dois Relatórios da Instrução Pública e criou o Código de Ensino do Estado do Paraná.” (SOUZA, 2012, p. 16).

Uma delas, rubricada pela professora Amasilia Araujo e as demais folhas, somente numeradas. No Arquivo Público de Curitiba, localizamos o **Relatório do movimento anual do Grupo Escolar Professor Serapião de União da Vitória apresentado por seu Director Professor Eugênio de Almeida** (1927), detalhando resultados e condições físicas do estabelecimento. Também utilizamos o **Livro de promessas de professores do Grupo Escolar Professor Serapião (1929-1949)**, cujo termo de abertura foi lavrado em outubro de 1928, com a rubrica Hostílio Amaral, com 26 folhas manuscritas, devidamente numeradas e rubricadas, contendo os termos de compromisso de professores e serventes. O **Livro de registro de suspensão e de repreensão a professores, alunos e funcionários do Grupo Escolar Professor Serapião (1935-1964)**, sendo as 3 primeiras folhas (numeradas de 1 a 3) dedicadas à repreensão e suspensão de docentes e funcionários e outras 9 folhas (numeradas de 1 a 9, com a rubrica Octávio da Silveira) contêm os registros de alunos.

Referente ao período desta pesquisa, localizamos, no Arquivo dos Documentos do Grupo Escolar Balduino Cardoso, em Porto União (SC), os seguintes documentos: o **Livro de termos de visitas das Escolas Reunidas de Porto União** (1918-1969). Aberto em 11 de setembro de 1918, mas não foi possível identificar a assinatura de quem o fez. Cronologicamente trata-se do primeiro documento das Escolas Reunidas de Porto União (SC) localizado. O livro está sem as folhas 1, 2 e 3 (não pudemos conhecer o motivo) e onze anos após ser oficialmente aberto, recebeu, na folha 4, assinatura H.Milis (Hermínio Milis), que o ‘vistou’ em 26 de outubro de 1929, sem menção à ausência das 3 primeiras folhas (Milis assumiu a Inspeção de Ensino da Terceira Circunscrição Escolar de Porto União (SC) nesse período). O último registro nesse livro (folha 18, frente) foi realizado em setembro de 1969. O **Livro de promoção dos alunos do Grupo Escolar Balduino Cardoso, Escola Complementar anexa (1930)**, foi aberto por Estavam Juk, em 27 de fevereiro de 1930 e constam apenas dois registros de promoções da Escola Complementar (folhas 1 e 3v) dos alunos do 1º e do 2º ano de 1930. O Livro para **Atas de exames da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso** (1928 – 1938) foi aberto em 24 de abril de 1928, pelo Diretor Manuel Donato da Luz. As 50 páginas foram rubricadas e numeradas; nelas constam as atas de instalação da escola, em 1928 e exames da primeira turma da Escola Complementar; exames vagos; segunda época e finais entre 1931 e 1938. O livro de **Atas de exames da Escola Normal Primária anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso** (1938), aberto pelo Diretor Gregório Brekenbrok em 1º de dezembro de 1938, com os exames finais

daquele ano. O livro foi vistado por Germano Wagenführ¹⁴ em 12 de setembro de 1939. Os **Registros de diplomas da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso** (1931 – 1941) constam em livro aberto pelo primeiro Diretor Antonio Gasparello, com 50 folhas, sendo utilizadas 37 delas, todas rubricadas, manuscritas e em sequência da encadernação. O **Livro para o ponto dos funcionários da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso (Nº.1)**, setembro de 1934 a setembro de 1935, manuscrito e em boas condições, com páginas rubricadas e assinaturas diárias do Diretor, da servente e das três normalistas. Mensalmente, era feito resumo do valor líquido pago, selos, Monte Pio, dias letivos e feriados e observações sobre faltas de professoras; o **Livro para o ponto dos funcionários da Escola Normal Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso (Nº.2)**, de outubro de 1935 a dezembro de 1935, manuscrito e em boas condições, segue o mesmo padrão de registro do anterior e o **Livro para o ponto dos funcionários da Escola Normal Primária de Porto União(Nº.3)**, de fevereiro de 1936 a fevereiro de 1937, manuscrito e em boas condições, com o mesmo padrão de registro; e **Livro para o ponto dos funcionários da Escola Normal Primária de Porto União (Nº.4)**, de 21 de agosto de 1937 a 15 de dezembro de 1938. Com 100 páginas, numeradas e rubricadas, manuscrito, contém o visto do Inspetor Germano Wagenführ e segue o mesmo padrão de registro dos anteriores. O **Livro de matrícula para a secção masculina da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso** e o **Livro de matrícula para a secção feminina da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso**, ambos, abertos em 28 de abril de 1928 e utilizados até 1964. Os termos de abertura foram redigidos pelo Diretor, professor Manuel Donato da Luz. Nesses livros, constam as matrículas da Escola Complementar, Escola Normal Primária e Curso Complementar, em folhas numeradas e com instruções de preenchimento. Nos dois livros foram registrados, para cada estudante, os seguintes dados: número da matrícula; número de ordem do aluno; nome; idade (dia, mês e ano); naturalidade; filiação; profissão do pai; época das inscrições (na matrícula privativa, na reserva de vaga e na matrícula do ano letivo (a efetiva); ano do curso; eliminação (datas e causas); observações. O livro de **Honra ao Mérito**

¹⁴ O professor Germano Wagenführ passou a responder pela inspeção na Circunscrição Escolar após a saída do Inspetor Elpidio Barbosa. Em março de 1934, rubricou as atas de exame da Escola Complementar. Ainda em 1927, participou da I Conferência Estadual do Ensino Primário de Santa Catarina, apresentou sobre a Tese nº 4, questionando: há vantagem em descongestionar o Ensino Normal e Complementar no Estado do acervo de disciplinas que os compõem? Então Diretor em São Bento (do Sul), era ex-aluno da Escola Complementar de Lages, de Blumenau e da Escola Normal Catarinense e ex-diretor do Grupo Escolar de São Francisco. Ponderou sobre o excesso de disciplinas que ele próprio havia cursado quando foi aluno complementarista, defendendo a redução, pois, entendia que o excesso, prejudicava o aprendizado. (WAGENFÜHR, 1927, p.460-462).

do Grupo Escolar Balduino Cardoso, aberto em 25 de maio de 1933, com registros anuais de alunos que se destacaram.

Notadamente, é maior o número de documentos da Escola Complementar de Porto União (SC) e Escola Normal Primária, preservados. Estão elaborados a partir do cotidiano das escolas, das possibilidades legais, das condições efetivas de trabalho, de seu corpo docente e também discente. Por diferentes razões, esses documentos permaneceram nos arquivos dos estabelecimentos que hoje os guardam e como escreve Le Goff (2003, p.525): “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa [...]”.

Paralelamente à seleção de documentos das Escolas Complementares arquivados nas escolas de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), realizou-se levantamento e registro de notícias sobre a educação e sociedade, em jornais que circularam nas cidades. Embora fossem lidos por uma camada restrita da população (e alguns jornais tinham vínculo político-partidário¹⁵), os registros impressos concorreram para a divulgação de solenidades escolares, festividades, eventos educativos e ideias que marcaram a educação e a formação dos professores complementaristas nas cidades. Consideradas as especificidades da pesquisa, Le Goff (2003, p.455), especifica que o registro impresso tem sua gênese no termo *memorandum* pela “memória jornalística e diplomática”, colocando em cena a “opinião pública nacional e internacional, que constrói também sua própria memória.” Portanto, além dos documentos escolares os percursos socioeducacionais das cidades fronteiriças discutidos nesta tese foram revelados através de periódicos locais.

Os periódicos nos possibilitam um vislumbre da interação escola-sociedade em um local e tempo particulares. Os jornais pesquisados foram: **O Pharol**, Porto União (SC), 1919 (Academia de Letras do Vale do Iguaçu); **O Comércio**, Porto União (SC), 1932-1939 (Arquivo do jornal, hoje em União da Vitória (PR)); **Missões**, Porto União da Vitória (PR), 1910-1917 (Biblioteca Pública do Paraná); **O Município**, União da Vitória (PR), 1929 (Biblioteca Pública do Paraná); **A Voz do Oeste**, Porto União (SC), 1929-1930 (digitalizado, disponibilizado por Leni Trentim Gaspari). E, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro recebemos os arquivos digitais dos periódicos: **O Rebate** Porto União da Vitória (SC), 1905; **Gazeta de Vallões**, distrito de Porto União (SC), 1919 e **O Liberal**, Porto União (SC), 1929.

¹⁵ Como exemplo, o jornal **O Liberal** (não foi possível identificar se era comercializado ou distribuído gratuitamente) circulou em Porto União (SC) no final da década de 1920, era vinculado à Aliança Liberal e apoiou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa para a presidência da República. (**O Liberal**, Porto União, 1929).

O uso da *web* foi imprescindível para esta pesquisa, possibilitando a consulta a documentos disponíveis em bancos de dados no Brasil e no exterior. Pesquisamos em acervos digitais, como o Arquivo Público do Paraná¹⁶, com mensagens e relatórios de Presidentes e Secretários do Interior do Estado do Paraná. O Arquivo Público de Santa Catarina disponibiliza documentos pelo sistema de pesquisa à distância¹⁷ e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro o faz por meio da Divisão de Informação Documental¹⁸. No *Center for Research Libraries*¹⁹, da Universidade de Chicago, estão disponibilizadas as Mensagens dos Presidentes de Santa Catarina e do Paraná²⁰. O Repositório de conteúdo digital da Universidade Federal de Santa Catarina²¹, com produções diversificadas, também foi utilizado. No banco de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação²² em Educação da Universidade Federal do Paraná, localizamos pesquisas já realizadas sobre temas e problemáticas afins. Esses arquivos tornaram-se os principais locais de pesquisa, na medida em que permitiram acesso a outras pesquisas, notícias, relatórios, fotografias e legislação educacional, entre outros²³.

As Escolas Complementares estudadas se situam em um espaço urbano que se originou e guardou marcas de um único conjunto urbano. Entretanto, a partir de 1917 eram diferentes os espaços políticos, conformados por fronteira interestadual estabelecida a partir do Acordo de Limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina; fronteira materializada pela ferrovia. Diferentemente de uma fronteira internacional, como a pesquisada por Campigoto (2000), nessa fronteira interestadual, a língua e os costumes são os mesmos, mas o aqui e o ali a partir dos trilhos demarca o espaço territorial de cada Estado, cada qual com determinações legais que fundamentam a ordem jurídica relativa a aspectos da vida, entre

¹⁶ O acervo digitalizado do Arquivo Público do Paraná pode ser consultado em www.arquivopublico.pr.gov.br

¹⁷ Pelo e-mail arqpesquisa@sea.sc.gov.br

¹⁸ Pelo e-mail dinf@bn.br

¹⁹ Os documentos podem ser acessados pelo endereço <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/index.html> Trata-se de microfilmagem de acervos, feita através do Projeto Latino-Americano (LAMP) do Centro de *Research Libraries* (CRL). Encontram-se documentos do Poder Executivo do Brasil entre 1821 e 1930.

²⁰ Enviados às Assembleias Legislativas para abertura anual dos trabalhos, esses documentos, conforme Ferreira (2013, p.83) são compostos por “descrições, justificativas, avaliações de ações de secretários do governo, balanços, prestação de contas e comparações de um ano administrativo para o outro. [...] expressam uma preocupação de validar a ação do poder público e da respectiva gestão”.

²¹ O acervo digitalizado pode ser acessado em <http://repositorio.ufsc.br/>

²² O banco de teses e dissertações pode ser consultado em <http://www.ppge.ufpr.br/inicio.htm>

²³ Nesta tese, utilizamos parte da legislação educacional que orientou a ação das Escolas Complementares. Carlos Roberto Jamil Cury (2000, p.13-15) trabalha com a etimologia do termo legislação, de origem latina, *legi*, genitivo de *Lex*. *Lex/legis* quer dizer em português, lei/ da lei. A expressão *Lex, legis*, origem no verbo latino *lego, legere*, significa *Ler*. Quer dizer, ler a palavra que foi pronunciada e que foi escrita. Nesse sentido, a legislação se situa no espaço daquilo que foi dito, que foi escrito e tem o fim de ser “lido e inscrito em nosso convívio social”. São regras que emergem em uma realidade política, explicitadas com o fim de ordenar o conjunto das relações sociais.

eles, a educação e a Escola Complementar, e que, muito lentamente concorreram para formar o pertencimento ao Paraná ou a Santa Catarina (paralelamente ao sentimento de ser brasileiro), um processo que não se esgota no período estudado por esta tese, mas sobre o qual podemos visualizar aspectos (relacionados à educação). Para que isto fosse possível, guardadas as devidas proporções, nos valem das considerações de Febvre (2004, p.35) que, ao pesquisar sobre a constituição da Europa, escreveu: “[...] feita de diversidade, de pedaços, de entulhos arrancados de unidades históricas anteriores, elas mesmas feitas de pedaços, de entulhos, de fragmentos de unidades anteriores”.

A região fronteiriça do ex-Contestado foi um espaço de luta, de trabalho e também de escolarização. Entre os diversos estudos sobre a Guerra do Contestado (1912-1916), que abordam os sertanejos e os monges, os pequenos proprietários (muitos deles imigrantes) e os fazendeiros, os moradores das cidades e vilas, os interesses internacionais e as ações estaduais, estão os de Auras, (1983); Espig (2013); Gallo (1999); Karsburg (2012; 2013); Machado (2004); Monteiro (1974), Thomé (2002; 2006) e Vinhas de Queiroz (1966).

Os Grupos Escolares e Escolas Complementares foram duas modalidades educativas que funcionaram proximamente, quando possível, ocupando o mesmo espaço físico, com os mesmos docentes. Entre os diversos estudos que tematizaram os Grupos Escolares, as escolas primárias e seus professores, vários abordaram de maneira pontual ou transversal a Escola Complementar, entre eles, os de Araújo (2010), Bombassaro (2006), Höeller (2009, 2014), Klein (2013) e Schüeroff (2009), para ficarmos em exemplos relacionados aos Estados de Santa Catarina e Paraná. Especificamente, sobre a Escola Complementar, os estudos não são muitos, entre eles estão os de Teixeira Junior (2005), que investigou a implantação da Escola Complementar em Campinas, São Paulo (1903-1911) e o de Bergozza (2010) sobre a Escola Complementar que funcionou na cidade de Caxias do Sul (1930-1961), Rio Grande do Sul. Os estudos de Souza (1998) tangenciam essa modalidade de escolarização como parte da organização escolar paulista do início da República. Esta pesquisa tem, portanto, a pretensão de contribuir para ampliar as discussões sobre a questão em uma região em que a Escola Complementar foi organizada e ganhou importância para a Educação Primária em um período de redefinição política e de paulatina reconfiguração urbana, que influenciou o cotidiano das pessoas que antes moravam na região de Porto União da Vitória (PR) e, depois de 1917, passaram a viver em Porto União (SC) ou União da Vitória (PR), em uma região dividida entre dois Estados, com regras próprias. Em cada lado da fronteira, especificidades, ora de pertencimento catarinense, ora paranaense, começaram a existir, inclusive relacionadas às Escolas Complementares e às ações de seus professores e alunos. Essas Escolas

Complementares também reuniram elementos comuns às duas cidades e, por vezes, representavam o limite máximo de escolarização para muitos moradores locais.

Esta tese organiza-se em três capítulos.

No Capítulo I, “*Início do século XX: conformação social no território do Contestado e a escola pública em Porto União da Vitória (PR)*”, contextualizamos as mudanças na região como parte do conjunto de transformações decorrentes do processo de modernização da sociedade. A organização da vila e, posteriormente, cidade de Porto União da Vitória, seu desenvolvimento diretamente vinculado ao Rio Iguaçu. A partir da primeira década do século XX, a estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande modificou a vida dos habitantes da cidade e dos sertanejos, cujos costumes e crenças se organizaram com base nos ensinamentos dos monges. A guerra do Contestado aconteceu entre 1912 e 1916, quando foi assinado o Acordo de Limites, dividindo a cidade em União da Vitória (PR) e Porto União (SC), cada qual obedecendo a regulamentações específicas para a escolarização que se organizou na fronteira dos dois Estados. A eminente guerra não afastou dos planos das lideranças locais a construção em Porto União da Vitória (PR) do prédio para a Casa Escolar Professor Serapião, em 1912, para comportar quatro escolas, duas masculinas e duas femininas. Também existiram outras Escolas Primárias Isoladas multisseriadas no interior do Município e arrabaldes da cidade, regulamentadas pelos Códigos de Ensino do Paraná, de 1915 e 1917 (Decreto nº710, de 18 de outubro de 1915; Decreto nº17, de 9 de janeiro de 1917). Com o fim de formar professores para as escolas, em expansão, os Códigos de Ensino do Paraná também regulamentaram o funcionamento das Escolas Intermediárias. Em Santa Catarina, o Decreto nº 604, de 11 junho de 1911, *ad referendum* pelo Congresso Legislativo, regulamentou as Escolas Complementares, com finalidade similar às Escolas Intermediárias paranaenses.

No Capítulo II “*A instrução pública e as Escolas Complementares na região fronteiriça do pós-Contestado: Porto União (SC) e União da Vitória (PR)*”, abordamos sobre a criação de Escolas Primárias em ambos os Municípios, no pós-Contestado. As Escolas Reunidas de Porto União (1918), transformadas em Grupo Escolar Balduino Cardoso (1927) e Grupo Escolar Professor Serapião de União da Vitória (1919) efetivaram-se após a Guerra do Contestado. Relatórios de inspetores e documentos escolares foram as fontes que nos permitiram compreender, mesmo que parcialmente, aspectos da prática pedagógica e condições de trabalho de professores de Escolas Isoladas do interior do Município. As Escolas Complementares, criadas ao final da década (em 1928 e 1929), em ambas as cidades fronteiriças, sofreram modificações ao longo do período deste estudo, visando à formação de professores para atuar em Escolas Primárias de áreas rurais dos Municípios. Essas escolas

ampliaram as possibilidades de formação dos jovens professores nas cidades fronteiriças, oportunizando a permanência dos jovens e proporcionaram melhoria de condição social, associada a um nível maior de escolaridade que, no caso de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), muitas vezes extrapolou fronteiras.

No Capítulo III “*Fragmentos de solenidades e festividades cívico-escolares: a participação de complementaristas nos dois lados da fronteira*” evidenciamos a interrelação socioeducacional por meio de rituais, festividades e solenidades produzidos pela escola. Ao reelaborar saberes, a escola dissemina uma cultura própria com representações criadas acerca do trabalho e da formação dos professores, difundidas em festividades, como a Festa da Paz, em 1919, anterior à criação das Escolas Complementares da região, mas, que contou com a presença de muitos futuros alunos de Escolas Primárias, certamente, alguns futuros complementaristas. Os desfiles cívicos e comemorações, como Sete de Setembro e Dia da Bandeira, realizados na década de 1930, disseminaram, através de estudantes (moças e rapazes) da Escola Complementar e da Normal Primária, rituais cívico-patrióticos. Essas práticas foram correntes em escolas do meio urbano e rural das cidades fronteiriças, locais de convivência dos habitantes. Em comemorações como o Dia da Escola, congregaram-se alunos, pais e professores de ambas as cidades. Exames, exposições, festas de encerramento e formaturas (com quadros dos formandos) integraram as rotinas dos anos letivos da Escola Normal Primária (instituição escolar que formou complementaristas em Santa Catarina entre 1935 e 1938) e da Escola Complementar Primária (denominação paranaense a partir de 1925, assim permanecendo ao longo do período deste estudo). Resultado de condições históricas e sociais, em maio de 1938, após a inauguração do novo prédio para o Grupo Escolar Balduino Cardoso e Escola Normal Primária anexa, realizou-se em Porto União (SC), a Semana de Educação, contribuindo para a promoção da conformação socioeducacional na região fronteira do ex-Contestado, nas cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR).

CAPÍTULO 1

INÍCIO DO SÉCULO XX: CONFORMAÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO CONTESTADO E A ESCOLA PÚBLICA EM PORTO UNIÃO DA VITÓRIA (PR)

Creio que o acúmulo do conhecimento sempre ocorre assim: por linhas quebradas em vez de contínuas; por meio de falsas largadas, correções, esquecimentos, redescobertas; graças a filtros e esquemas que ofuscam e fazem ver ao mesmo tempo. (GINZBURG, 2007, p. 111)

1.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA FRONTEIRA E UMA GUERRA

Para vislumbrarmos a dinâmica de contendas que historicamente permearam o território que ficou conhecido como Contestado, disputado pelos Estados de Santa Catarina e do Paraná no início do século XX, retomamos alguns acontecimentos políticos, ainda no período imperial, mais especificamente, a segunda metade do século XIX, ano de 1853, quando, pelo Decreto nº. 704, de 29 de agosto, criou-se a província do Paraná. O primeiro presidente da nova província brasileira, Zacarias de Góes e Vasconcelos, destacou no relatório de abertura enviado à Assembléia Legislativa Provincial que “[...] o poder legislativo conferiu a esta importante porção do território do Império, a categoria que a tanto tempo esperava [...] transformar-se a antiga e atrasada comarca de Curitiba na esperançosa província do Paraná.” (VASCONCELOS, 1854, p.1).

Desmembrada do Estado de São Paulo, a província paranaense foi instalada considerando limites tacitamente conhecidos pela ocupação dos paulistas no planalto catarinense e região dos campos de Palmas. No entanto, a Província de Santa Catarina pleiteava a posse de parte do que pertencia à antiga comarca de Curitiba, parte que, após sua separação de São Paulo, passou a fazer parte da Província do Paraná. Os catarinenses contestaram a argumentação paranaense que tinha por base a ocupação territorial (por paulistas, devido comércio de tropas: região do Viamão (RS)—Sorocaba (SP), utilizando para isso argumentos legais, com base administrativa da “infância do País”, conforme escreve Mafra (2002, p.6), antes das determinações da Constituição de 1824²⁴. O território em litígio entre os Estados era delimitado pelos cursos dos rios Negro, Iguaçu, Santo Antonio, Peperý Guaçu e Uruguai. Essa disputa chegou ao auge com a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916 que foi marcada por interesses relacionados à ocupação e exploração econômica da região e insuflada por questões religiosas.

Ainda em 1911, portanto, antes do início oficial da referida Guerra, além da demanda judicial, ocorreram conflitos na região, motivados pela indefinição da divisa entre os dois Estados, como por exemplo, nas proximidades da cidade de Canoinhas (SC). O fato esteve vinculado à emancipação daquela cidade em 12 de novembro de 1911, com a indicação de um superintendente catarinense para governá-la. Revoltados, políticos de Porto União da Vitória (PR) e moradores do Município que defendiam o pertencimento de Canoinhas ao Paraná pretendiam retomá-la para a jurisdição paranaense. Para alcançar o intento, juntaram-se ao

²⁴ Sobre a temática, que não é o objeto de estudo desta tese, consultar a exposição histórico-jurídica elaborada por Mafra (2002).

grupo soldados da polícia paranaense, havendo tiroteio e mortes. O episódio foi registrado no livro **Crônica de Canoinhas**, pelo frei Meando Kamps (*apud* STULZER, 1982, p.105). A interferência externa e indefinição política acentuavam a tensão na região.

Soma-se ao contexto de disputa territorial, que ganhava maiores proporções no início da segunda década do século XX, a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande e o fato de que a população sertaneja²⁵ da região também alimentava crenças em torno de monges que a haviam percorrido, particularmente João Maria D'Agostini, no século XIX. Para a pesquisadora Gallo (1999, p.21) a religiosidade popular permeava o modo de vida do sertanejo constituindo-se “uma lente através da qual se pode ver e compreender a história e explicar ou estabelecer determinadas relações sociais e com a natureza.” A crença nos ensinamentos dos monges não era exclusividade do sertanejo. Também perpassava a vida dos habitantes das cidades, que construía sua existência em interdependência com os habitantes das áreas rurais do interior do Município e, cujas famílias, viviam dos produtos da caça, pequena agricultura e erva-mate, utilizados como uma moeda de troca por gêneros de primeira necessidade, como: “pano, pólvora, chumbo e sal.” (MILIS, 2002, p.29). Entretanto, com interesses econômicos e políticos antagônicos, foram mobilizadas ações civis (moradores das cidades, fazendeiros) e militares (dos governos estaduais e federal) que confrontaram com os sertanejos e sua crença fundamentada na religiosidade popular²⁶. Entre 1912 e 1916, a região foi assolada pela Guerra do Contestado. A captura e prisão de Adeodato representava a interrupção da luta sertaneja na Guerra do Contestado e foi assim noticiada pelo jornal **O Dia**, de Florianópolis:

[...] Adeodato estava calmo, usava roupa de brim suja, postou-se com as mãos cruzadas sobre o peito ‘amplo e forte’, escutava e respondia sereno, ao interrogatório. Sua cor bronzeada e o negro de seus cabelos lembram o tipo guarani. [...] tinha um bigode ralo, de grossos fios, que estende-se sobre o beijo posterior, grosso e vermelho. Os dentes eram perfeitos e simétricos, olhar suave, calmo e franco de um santo. Disse possuir 29 anos. (**O Dia** *apud* MACHADO, 2004, p.317)

²⁵ No início do século XX, sertanejo, rústico, caboclo e caipira eram termos que, de maneira geral, definiam modos de vida das populações do interior do Brasil. Segundo Reichert, que estudou populações do Sul do Brasil, os caboclos se caracterizam no contexto regional por uma identidade “que se construiu a partir da mestiçagem étnico-racial de europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas”. (REICHERT, 2008, p.36).

²⁶ Conforme estudo de Wissenbach (1997, p.17-19), a religiosidade popular entre 1890 até a década de 1940, foi associada a ritos de magia e sobrevivência como parte da prática religiosa. Apesar de não estar diretamente relacionada à região do Contestado, em sua pesquisa aborda sobre expressões associadas à cultura e à religiosidade popular vividos no interior do país e no contexto urbano que se transforma à medida que a modernização e processos de industrialização oferecem novos matizes culturais e religiosos, oriundos da cultura do imigrante europeu ou do negro liberto. Associadas a essa religiosidade se elaboram e são difundidas entre a população, práticas de medicina caseira e mágicas. Esse tipo de expressão cultural destoaria da proposta da modernidade divulgado por parcelas da sociedade local.

Em agosto de 1916 Adeodato²⁷ foi conduzido para Florianópolis. Na ocasião de seu julgamento, o último dos grandes líderes sertanejos teria apresentado um testemunho com críticas ao governo e sobre injustiças da sociedade, ao relatar aspectos da vida dos homens do sertão e apresentar a morte como um alívio para a pobreza e as agruras em que viviam (MACHADO, 2004, p. 317-321)²⁸.

Nos redutos onde viviam, esses sertanejos seguidores dos monges adotavam rotinas cotidianas denominadas “formas”. Identificavam-se por meio de práticas comuns, como o uso de fitas nos chapéus e os cabelos raspados, o que lhes rendeu a fama de “pelados”. Nesses locais, também eram aplicadas punições aos que se desviavam das normas do grupo e “tornavam-se mais rígidas, de acordo com a indisciplina praticada. A primeira falta implicava reprimenda; a segunda, varadas [e] a reincidência era punida com a execução pública. [...]” (GALLO, 1999, p.157). Essas ações se embasavam em saberes cotidianos tradicionais e a educação de crianças sertanejas se pautava nos ensinamentos e na experiência de vida dos mais velhos, tendo nos exemplos sua maior referência sobre o que era correto ou não.

O conhecimento escolar era algo praticamente desconhecido pelo sertanejo nos primeiros anos do século XX. No sertão do Contestado, escolas eram poucas nessa época. (CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, 1991; MELLO JUNIOR, 1990; SILVA, 2006)²⁹. Existiam, muitas vezes, graças a iniciativas privadas e de grupos de imigrantes (poloneses, italianos) que estavam se fixando na região. Mas isso não significa que o governo paranaense deixasse de investir para garantir o professorado na região de Porto União da Vitória, como indica o Relatório da Instrução Pública do Paraná de 1913, quando foram nomeados professores para as comunidades de Timbó (Virgulina Castilho de Paula e Manuel Rufino de

²⁷ Sobre o último dos grandes líderes sertanejos do Contestado ver Machado (2004, p.293-327).

²⁸ Nesta tese não vamos aprofundar a discussão sobre a Guerra do Contestado. Sugerimos consultar os seguintes estudos: Auras (1983); Espig (2013); Karsburg (2012, 2013); Monteiro (1974); Serpa (1999) e Vinhas de Queiróz (1966).

²⁹ Segundo Carneiro, Zanette e Zonta, a primeira escola isolada, em área que ficou pertencendo ao interior do Município de Porto União (SC), teria sido construída em 1907, por uma comunidade de poloneses na localidade Legru. Em 1916, na localidade Quaty (também na região de Porto União - SC) uma família de italianos construiu uma escola em madeira com o intuito de escolarizar os seus filhos. Nessa, também estudaram crianças indígenas (CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, 1991, p.217-224). Por sua vez, Silva (2006), mostra que as populações das zonas coloniais se organizavam fundando associações comunitárias, que entre fins religiosos e recreativos, também se responsabilizavam pela escolarização das crianças daquelas comunidades. O autor aponta que pela Lei nº 1523, de 27 de março de 1915, foram criadas escolas primárias nos lugares Estácios, Taquara Verde e Palmital, Município de União da Vitória (SILVA, 2006, p.141). Mello Junior trabalha com as escolas do Município de União da Vitória (PR) priorizando o pós-Contestado. A exceção é ao Grupo Escolar Professor Serapião, localizado na área urbana, cujas escolas existiam antes do Acordo de Limites. O mesmo autor apresenta os históricos dos patronos das escolas, atos legais e em algumas delas cita nomes de professores. Sobre as Escolas Rurais, Mello Junior informa que existem poucos registros e que muitas delas funcionaram em comunidades de imigrantes, com professores indicados entre os seus moradores e na casa de “algum morador da localidade” (MELLO JUNIOR, 1990, p.186).

Oliveira), São João dos Pobres (João Pereira Gomes) e Poço Preto (João Pedro de Oliveira Lemos). (MACEDO, 1914, p.39). Essas localidades da área do Contestado passaram a pertencer ao Município catarinense de Porto União depois do Acordo de Limites.

No período da Guerra do Contestado, como antes dela, a vida do sertanejo, segundo o agrimensor José Cleto, pautava-se em necessidades específicas, como por exemplo, para um moço que desejasse contrair matrimônio, era importante

[ter] um bom cavalo, se não dois; apêros de montaria em ordem; boa capa impermeável; chapéu; botas; roças de um a dois alqueires pelo menos, com plantações, e roupas de uso pelas quais se aprecie o zelo do candidato ao casamento. Quanto ao dinheiro, poderá ganhar facilmente se for trabalhador, desenvolvido na foice ou no machado, como dizem, porque trabalho sempre existe por toda parte onde um bom empreiteiro queira realizá-lo. (CLETO, 1954, p.130).

O mesmo autor informa que os sertanejos habitavam casebres ou paióis cobertos com folhas de butiazeiros e de chão batido, em geral com numerosa família. Eram pessoas de hábitos de vida simples, próximos à natureza, que construíam seus conhecimentos prioritariamente com base na oralidade, faziam planos e contavam causos em volta de fogueiras. Descrito por Cleto (1954, p.64), como arisco e desconfiado, o sertanejo também era acolhedor. Apresentava uma “[...] enorme resistência para o trabalho, persistência no manejo de foices e facões, dias e semanas a fio, nos matos e carrascais, com alimentação sóbria e muitas vezes sofrendo os tormentos da sede, quando se atravessa zonas secas [...]”.

Na Guerra do Contestado, a imprensa, como o jornal **Missões**, de Porto União da Vitória, difundiu representações sobre o sertanejo como um fanático, uma pessoa com mente frágil e manipulável, convencida pelos líderes a permanecer nos redutos, a ser partícipe de uma “luta inglória” (**Missões**, Porto União da Vitória, 18/12/1915, p.3). O sertanejo não é visto como um trabalhador que deixou uma morada, roçados com plantações, animais e foi lutar por um sonho, entretanto, conforme relatou anos mais tarde o agrimensor José Cleto, o sertanejo compartilhava tarefas com vizinhos no momento da colheita, do plantio, dos roçados ou com os cuidados com a natureza, como o cultivo de um pé de dália, florescendo junto a uma mina de água. No compartilhar de tarefas, conhecido como “puxirão” ou “mutirão”, consolidava-se a interdependência das famílias, unindo-as nos momentos de lazer e de trabalho. À noite, a família beneficiada com o trabalho dos vizinhos, muitas vezes oferecia “um trago” e organizava uma animada roda de viola, com cantorias e danças para compensar o duro dia de trabalho. (CLETO, 1954). A escola, para eles, talvez fosse desnecessária, um

luxo num mundo em que da natureza provinham as principais necessidades e o trabalho era o meio de sobrevivência e a forma de transmitir saberes.

O território Contestado foi politicamente dominado por coronéis até o final da década de 1920, os grandes proprietários, fazendeiros e criadores. Esses cidadãos, conhecedores da legislação, fizeram uso da lei de Terras de 1850 e regulamentações subsequentes³⁰, que estabeleciam mecanismos legais para a propriedade de terras no Brasil. Em suas propriedades, viviam pessoas que cultivavam roçados, criavam alguns animais e extraíam a erva mate, em geral para sua subsistência. Não raro, estabelecia-se uma relação de dependência³¹ com o fazendeiro ou coronel, proprietário de “papel passado”. As famílias acolhidas passavam à condição de agregados, peões, construindo um estreito vínculo de favores para com o proprietário da terra, também sob a forma de compadrio. Mas, no início do século XX, abriam-se nas florestas os caminhos por onde passariam os trilhos da ferrovia e, na segunda década, avançavam pelas margens do Rio do Peixe, região que era área de disputa entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Podemos compreender esse complexo movimento na Região do Contestado, a partir das considerações de Febvre sobre a civilização europeia, defendendo a ideia que essa civilização foi, pouco a pouco, constituída a partir de “[...] mistura de culturas que geram as grandes descobertas, as renovações” (FEBVRE, 2004, p.92). O olhar desse historiador, mesmo dirigido para outro tempo e contexto, com características distintas, evidencia o movimento que permeia a vida das populações. Na Região do Contestado, a permanência de crenças dos habitantes locais mescla-se com a cultura dos imigrantes que ali chegavam, entretecidas ao processo de modernização e progresso³² que surgia, de forma mais evidente, com os trilhos da ferrovia e com a escolarização que, paulatinamente, marcava a existência

³⁰ Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850. “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara D. Pedro II” (BRASIL, 1850).

³¹ Machado (2004) descreve sobre as relações construídas, sendo a de compadrio com um vínculo afetivo maior. Era comum, na região, os donos de terra onde moravam os agregados tornarem-se padrinhos dos filhos, gerando assim uma relação de compadrio entre as famílias, de afeto e dependência.

³² Desde o século XIX, as ideias de modernidade e progresso serão entendidas como traduções das transformações, cada vez mais aceleradas, impulsionadas pelas máquinas e o conhecimento científico que alteravam de maneira indelével o cotidiano das pessoas; nesse contexto, a educação ganhou destaque excepcional. (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1998, p.768; BRESCIANI, 1985). Ainda, segundo Boschilia, no Brasil das primeiras décadas do século XX, a escola, *locus* privilegiado para disseminar determinados conhecimentos entre alunos e na sociedade, visava converter o brasileiro em “ser ‘civilizado’, um indivíduo produtivo” conforme as exigências sociais que surgiam em decorrência do “processo civilizador e das demandas da emergente sociedade industrial.” (BOSCHILIA, 2004, p.129).

dos indivíduos das cidades e do interior, propiciando arranjos específicos para a vida na Região do Contestado.

A ferrovia foi construída pela *Brasil Railway Company*, entre os Rios Iguaçu e Uruguai no período de 1907 a 1910. Essa construção marcou a vida daqueles que moravam nas cidades, pelo deslumbramento do progresso que trouxe, mas, feriu sertanejos que viviam nas áreas rurais, pela usurpação de suas riquezas, da madeira, da erva-mate, do direito a viver naquele pedaço de chão. Antes da conclusão da ferrovia, foi criada a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, uma empresa subsidiária da *Brasil Railway Company*, com a intenção de ocupar espaços que seriam atravessados pelo trem. Ferrovia, madeireira e a colonizadora foram estabelecidas ao longo do trecho que, depois do Paraná, passou por Santa Catarina, ligando-se ao Rio Grande do Sul, extraíndo a madeira e serrando-a, inicialmente para os dormentes da estrada de ferro e as suas pontes.

Com essas transformações impulsionadas pela ferrovia, a vida dos sertanejos era modificada, pois o seu cotidiano, que era organizado em torno de uma realidade conhecida e, portanto, segura, foi irremediavelmente alterado. Nesse contexto, a “religiosidade rústica”, isto é, do sertanejo, alimentada por ideias e ações relacionadas a três monges, acabou concorrendo para o conflito armado em uma região já tensa, devido a questões de disputa fronteiriça. Os três monges itinerantes mais conhecidos foram João Maria d’Agostini, João Maria de Jesus e José Maria circularam pela Região do Contestado a partir de meados do século XIX e, por vezes, um dos nomes serviu para nomear dois ou mais indivíduos (cf. CABRAL, 1960), mas foram as lembranças desses três que, como parte das tradições religiosas dos sertanejos, guiaram as ações de muitos indivíduos da Região do Contestado nas primeiras décadas dos Novecentos.

Vivendo em um período de mudanças significativas em seu modo de vida, os sertanejos da Região do Contestado nutriam crenças e sentimentos emanados pela fé nas palavras dos monges que a eles chegavam especialmente por meio dos tropeiros e viajantes, quando não, pessoalmente. As palavras dos monges, seus costumes e desejos, alimentavam a esperança numa vida melhor, sem sofrimento, com o paraíso na terra. Segundo Tonon (2010, p.53), “[...] na cultura sertaneja o conjunto de práticas religiosas fazia parte do mundo leigo os rituais de festa nos quais se consumiam bebidas e comidas; procissões, cantorias, ladainhas, excelências e a apoteose com os bailes. [...]” Estabelece-se relação de cooperação,

de pertencimento e compromisso entre os membros de um grupo, unindo ainda mais os indivíduos de forma comunal ³³.

Essa ideia comunitária perpassava as pregações do primeiro monge, João Maria D'Agostini, peregrino, curandeiro, conselheiro e profeta, que evitava aglomerações. Sua fama e de seus ensinamentos, tanto em vilas quanto na área rural, deveu-se à popularidade entre os moradores da região, de curandeiros, benzedores, entendidos e toda uma série de pessoas que se autoproclamavam com poderes de magia e rezas. Esse poder, que organizava as relações, efetivava-se através de cerimônias, de gestos e rituais, comuns entre os indivíduos dessa área, notadamente os do sertão. Cada um dos três principais monges a circular pela Região do Contestado adotava práticas particulares, com cerimoniais específicos, gestos e rituais que particularizaram sua inserção entre os sertanejos e outros moradores locais.

O monge João Maria D'Agostini viveu no Brasil por aproximadamente 10 anos, entre 1843 e 1852 e peregrinou entre o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em 1847, de acordo com Karsburg (2013, p.7), o monge esteve na Argentina, catequizando indígenas³⁴. Na época que iniciou as peregrinações pelo Sul do Brasil, passou por cidades onde seu nome já era conhecido, sendo as principais: Lapa, no Paraná; Mafra, Papanduva, Monte Castelo e Lages, em Santa Catarina e Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Era prática rotineira de João Maria o convencimento das populações sertanejas de que deveriam se erigir cruzeiros em determinadas localidades (normalmente 14, o número das estações da Via Sacra de Cristo), fazer uso de fontes especiais de águas curativas, não comer carne aos sábados e guardar uma vida de respeito e penitência. [...] tinha uma relação bastante próxima com a estrutura oficial da Igreja católica. (MACHADO, 2004, p.164).

Para além das terras do Contestado, esse foi um período em que, na Igreja Católica, o movimento ultramontano traz uma proposta para reafirmar o domínio católico na sociedade. Para que tal proposta tivesse efeito, era necessário reestruturar a Igreja, e as encíclicas papais tiveram essa função norteadora. Os principais desdobramentos sentidos na Região do

³³ Machado (2004) utiliza o termo “comunismo caboclo” para explicitar as relações de cooperação e compromisso existente entre os membros dos ajuntamentos de sertanejos durante a Guerra do Contestado.

³⁴ A entrada de Giovanni Maria De Agostini foi em 24 de dezembro de 1844 e encontra-se num Livro de Registros de imigrantes de Sorocaba. Segundo relatos, vestia hábito religioso como faziam os jesuítas e peregrinava pelo território do Planalto Meridional. Passou por grandes cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Desterro (atual Florianópolis) e Porto Alegre e, depois que recebia autorização de Bispos e Presidentes de Província para ser pregador do Evangelho, partia para o interior, fundindo uma vida solitária com a de catequista. No entanto, foi com o nome Juan Maria de Agostini que o pesquisador localizou outras informações sobre a trajetória desse monge, entre os anos de 1863 e 1869, nos Estados Unidos, depois de percorrer vários países da América Latina (além do Brasil, a Argentina, o Peru e o México). Foi assassinado na região do Novo México em circunstâncias desconhecidas. (KARSBURG, 2012; 2013).

Contestado estiveram relacionados à encíclica *Rerum Novarum*³⁵, proclamada pelo Papa Leão XIII (1878-1903). O documento orientava a ação católica para formar um clero local nos países em que atuava. É nesse período que chegaram freis franciscanos à cidade de Lages (SC), entre eles, Frei Rogério Neuhaus, fundador de escolas e que atuou como missionário, também junto aos sertanejos.

Coincidindo com as ações da Igreja Católica para a reforma centralizadora, o segundo monge apareceu na Região do Contestado, entre 1886 e 1890 e era chamado de João Maria de Jesus. Os seguidores acreditavam tratar-se do primeiro. Esse monge surgiu num período histórico de mudanças políticas, quando a monarquia deixou de existir no Brasil, houve a abolição da escravidão e o aumento das imigrações para substituir a mão de obra escrava. Os Estados se fortalecem em função da Constituição Republicana de 1891; houve incentivo governamental para investimentos com recursos externos; a Região Sul do Brasil tem os limites definidos com a Argentina no ano de 1895, por meio da arbitragem do presidente americano Grover Cleveland, depois da área ter sido convulsionada pela Revolução Federalista entre 1893 e 1895. No final do século XIX, com menos conflitos, houve a construção de ferrovias, encurtando o tempo de transporte dos produtos aos consumidores e aumentando a quantidade dos bens produzidos, mas na Região do Contestado, boa parte da população parecia alheia às transformações em curso. O novo monge

[...] dizia ser Anastás Marcaf, vindo do mar [...] simpatizante do regime monarquista, dos federalistas. Construiu fama de peregrino pregador e de aviador de receitas homeopáticas³⁶. [...] expressa em sua pastoral profética, o desacordo com as estruturas sociais da nova organização sociopolítica republicana [...]. (TONON, 2011, p.107-108).

Entre os sertanejos, pequenos agricultores e até moradores urbanos e fazendeiros, era generalizada a prática do uso de plantas medicinais (algo comum em praticamente todo o Brasil) e não raro da homeopatia³⁷. Para os sertanejos do Contestado tais práticas, muitas

³⁵ Essa encíclica estabelecia que a “[...] Igreja não se contenta com indicar o caminho que leva à salvação; ela conduz a esta e com a sua própria mão aplica ao mal o conveniente remédio. Ela dedica-se toda a instruir e a educar os homens segundo os seus princípios e a sua doutrina, cujas águas vivificantes ela tem o cuidado de espalhar, tão longe e tão largamente quanto lhe é possível, pelo ministério dos Bispos e do Clero. Depois, esforça-se por penetrar nas almas e por obter das vontades que se deixem conduzir e governar pela regra dos preceitos divinos[...].” (VATICANO, 2012, s.p.).

³⁶ Sobre a homeopatia no Brasil e alguns de seus desdobramentos que terminaram por relacioná-la a crenças espirituais e espíritas e, também, sobre a ampla utilização de ervas medicinais, inclusive em cidades como São Paulo, confira Bertucci (2004, p.197-246).

³⁷ Cleto (1954, p.55-56), lista algumas plantas e sua função na medicina popular a partir de observações e registros realizados durante o período em que demarcou terras na região, mas o uso de ervas não foi exclusividade das populações do interior e alguns chás permanecem utilizados até nos dias atuais como parte da cultura sobre o poder de cura das ervas.

vezes confundidas, ganharam legitimidade excepcional a partir de palavras atribuídas e ações do monge João Maria de Jesus que, inspirado em passagens bíblicas como, “acontecimentos revelados no **Apocalipse** de São João [identificava] a República com a ordem do Demônio e a Monarquia com a ordem de Deus [...]”. (GALLO, 1999, p.78). Dedicava-se principalmente a conversar com as pessoas, transmitir mandamentos e indicar medicamentos. Assim como seu antecessor, realizava batismos, mas como cada vez mais a Igreja Católica passava a reservar essa função aos padres, passou a ser criticado pelos sacerdotes. O monge, ao ser portador de discursos sobre o fim dos tempos, pode ter despertado nas pessoas certo receio e também esperança no recomeço de uma vida melhor.

Há registro da passagem desse monge, também conhecido por São João Maria, por Porto União da Vitória (PR), no ano de 1896, quando aconselhou fixar uma cruz no morro mais alto da cidade, que passou a ser conhecido como Morro da Cruz.³⁸ Silva (2006, p.74), afirma que era um “[...] ancião, de estatura regular, alourado, tendo um sutaque Hespagnol [sic] [...]”. Segundo o autor, o monge informava que andava há muito tempo, mas em breve terminaria sua andança, uma vez que ele dizia estar “cumprindo uma promessa, pelo que peregrinava”, promessa que não revelava. Como utensílios de viagem, levava, em um saco de algodão, uma pequena barraca, panela, crucifixo e imagens de santos. Em sua peregrinação aconselhava aos sertanejos a plantar bastante, como um meio para ser “desviados das más tentações”.

O monge não aceitava pagamento; recebia em troca de suas ações, alimentos e o que mais necessitasse para subsistência. Essa era uma prática comum entre os curandeiros (BERTUCCI, 2004, p.237-238). Como escreveu Silva (2006, p.74-76), o monge costumava pernoitar à beira do caminho, instalava-se onde havia fontes com boa água, fixando ao lado delas uma cruz feita com galhos verdes. Com frequência, o galho brotava e da árvore já crescida, as pessoas passavam a extrair folhas ou ramos, pois acreditavam nos poderes de cura dessas plantas que cresciam junto à fonte. Também o agrião, uma das plantas que crescia nesses locais, era usado para xarope no tratamento de bronquites ou gripes. Para preservar o

³⁸ Com a divisão da cidade de Porto União da Vitória em 1917, o Morro da Cruz pertence à cidade de Porto União (SC). Estima-se que a cruz tenha sido colocada no morro logo após a passagem do monge pela antiga cidade, mas não há registros precisos sobre esse acontecimento. No pé do Morro da Cruz existe um pequeno parque que dá acesso a grutas e a uma das fontes em que João Maria supostamente pernoitou. Junto a ela é possível, ainda no início do século XXI, observar uma diversidade de objetos e velas acesas, representando a fé que as pessoas depositam nos poderes de cura do monge João Maria. Conforme escreve Tonon, “as duas cidades, Porto União e União da Vitória, possuem cruzeiros nos morros mais elevados que as circunda. Foram colocadas por recomendação do profeta e no sopé de cada morro existem nascentes consideradas de águas milagrosas. Para lá afluem crentes no poder das águas. Além de beberem, aspergem o corpo e realizam batismo. Ritual herdado, perpetuado na tradição místico-religiosa.” (TONON, 2010, p. 112).

local após o “[...] profeta deixar o pouso, os moradores da vizinhança fazem um cercadinho ao redor da fonte, que se torna dali em diante, para eles milagrosa, pois piamente acreditam ser João Maria um santo.” (SILVA, 2006, p.76).

Segundo relatos apresentados por Machado (2004), enquanto esteve na região da divisa do Paraná com Santa Catarina, João Maria de Jesus peregrinou pelos campos de Palmas, vale do Rio do Peixe, Campos Novos, Lages, Coritibanos (atualmente Curitiba), Porto União da Vitória, Rio Negro e Canoinhas. O registro deixado pelo agrimensor José Cleto indica o exercício da fé no(s) monge(s) no sertão, ainda no início dos anos 1950 e relata a permanência de costumes “rústicos” combinados com crenças católicas, bem como, informa que, em frente a uma mina d’água em Reserva (região do Vale do Iguaçu), existia a capela de Nossa Senhora Aparecida e, em ambos os locais, eram realizados batismos e se exercitava a fé. Segundo ele,

[...] existe uma linda nascente de água pura e cristalina, a qual brota de pequeno paredão de pedras junto a um arroio. A água, segundo me relataram, é milagrosa e foi benzida pelo velho e venerado monge “seu João Maria” quando das suas peregrinações pelas nossas selvas e campos. Naquele local, junto a fonte d’água e da Capela o velho monge pernoitara a sombra das árvores do mato havendo dado sua bênção à linfa puríssima. Daí o fato de ser a mesma procurada pelos romeiros, tendo já curado muitos males e restabelecido a saúde a vários enfermos. (CLETO, 1954, p.26-27).

As minas podem ser consideradas monumentos. Assim como monumentos erigidos em concreto, as minas como outros elementos naturais podem ser utilizados para perpetuar a memória. Como afirma Le Goff (2003, p.526) “[...] um monumento é um sinal do passado, é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar uma recordação [...]”. Nesse sentido, as fontes ou minas d’água, como são conhecidas na Região do Contestado, podem ser consideradas como monumentos, visitadas por devotos que têm o fim de manter vivos os ensinamentos de João Maria, que recomendava aos “agricultores que defendessem as vertentes de água, evitassem queimadas e não maltratassem os animais.” (MACHADO, 2013, p.2).

Por volta de 1908, o segundo monge João Maria também desapareceu, mas muitas de suas pregações e conselhos permaneceram vivos entre a população sertaneja da região, apropriados em práticas culturais diversas, como batismos de crianças nas fontes onde o monge se aconchegava para passar a noite ou na utilização de ervas medicamentosas. Seu desaparecimento foi considerado como mais um dos mistérios da fé e seus devotos seguidores acreditavam que ele ressurgiria. As lembranças de sua passagem ainda estavam na memória

dos sertanejos, quando, depois de quatro anos, surgem rumores de que o monge teria reaparecido na região de Campos Novos, Santa Catarina. Mas tratava-se do terceiro monge, José Maria, que surgiu em 1912. Também com identidade duvidosa, era afamado como grande curandeiro. Diferentemente dos monges que o antecederam, José Maria “[...] sentia-se bem sendo popular, dedicava apreço aos sertanejos que gravitavam ao seu redor, mostrava simpatias aos ajuntamentos [...] as romarias ao seu encontro, foram uma constante em sua trajetória no sertão. [...]”. (TONON, 2010, p.120).

Essas condições motivaram a aglomeração de pessoas em torno de José Maria, algo insuflado também pela afirmação de que ele teria curado a esposa de Francisco de Almeida, primo do Coronel Henriquinho de Almeida, líder político e morador de Campos Novos, Santa Catarina, um adversário público de outro líder regional, o coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, de Coritibanos, localidade do Planalto Catarinense. O relato dessa cura, real ou não, sinaliza a existência de práticas e crenças comuns entre os sertanejos, fazendeiros e moradores das cidades. Mas a aglomeração crescente de sertanejos aumentava o temor de autoridades dos dois Estados sobre um possível conflito na região, insuflado pela rivalidade política entre os dois coronéis. Histórias sobre a Guerra de Canudos (1893-1897) e Antonio Conselheiro (ARAÚJO SÁ, 2006) circulavam pela região, principalmente depois dos acontecimentos de 1897, em Lages (SC), um período imediatamente após a Revolução Federalista, 300 sertanejos, sob a liderança de um comerciante de Lages que se dizia irmão do monge João Maria de Jesus, abandonaram seus lares e acamparam ao redor de uma elevação rochosa identificada como uma “santa encantada”, especialmente em busca de curas. O grupo, identificado como simpatizante dos maragatos (federalistas) foi aniquilado por forças policiais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O acontecimento ficou conhecido como “Canudinho de Lages”. (MACHADO, 2013, p.5-10).

Em julho de 1912, o monge José Maria residia em Campos Novos, depois de ser expulso de Coritibanos (SC), área dominada pelo coronel Albuquerque. Nessa data, recebeu uma comitiva composta por moradores das comunidades de São Sebastião das Perdizes e Taquaruçu, ambas em Santa Catarina e também por pessoas de Coritibanos. Revelando a existência de um “ambiente cultural de autonomia do campesinato³⁹” (MACHADO, 2013, p.1), a comitiva objetivava convidar o monge para participar, no dia 6 de agosto, da festa de Bom Jesus, em Taquaruçu, lugar próximo a Coritibanos. O monge aceitou o convite, mas o agrupamento de pessoas não foi visto com bons olhos pelas autoridades.

³⁹ O autor destaca que nessa época existiram outros movimentos de camponeses no Sul do Brasil, porém, nem todos ligados à figura de São João Maria.

Na comunidade de Taquaruçu, a presença de José Maria estendeu-se além da festa; o arraial formado para a festa não foi desmontado, tendo as barracas crescido em número, devido a constante afluência de doentes e curiosos. Além dos tradicionais habitantes das comunidades mais próximas, havia a presença de muitos sertanejos expulsos pela Lumber e pela Brazil Railway, tanto da costa do rio do Peixe como da região do Iguaçu. Era gente que não tinha mais para onde voltar. Neste ajuntamento, muitos esperavam pelo retorno de João Maria. (MACHADO, 2004, p. 178).

O local da festa de Bom Jesus estava encravado em zona de disputa política entre os coronéis Henriquinho de Almeida e Francisco de Albuquerque, ambos de Coritibanos. O ajuntamento que se formava poderia ser o estopim para um conflito naquela área, pois, segundo Machado (2004, p.178),

[coronel Henriquinho teria] tentado atrair o prestígio do monge para si divulgando o boato de que ambos se haviam encontrado à beira do rio Correntes. Após longa palestra, Henriquinho teria passado a José Maria sua espada de coronel da Guarda Nacional, o que significava que o monge passaria a dirigir a oposição política local ao Coronel Albuquerque.

A notícia chegou ao conhecimento do coronel Albuquerque, que temendo o que poderia acontecer a partir da proclamação do “Imperador festeiro”, solicitou ao governador catarinense Vidal Ramos a intervenção do Regimento do Estado, que enviou tropa de 30 soldados para dispersar o ajuntamento. Avisado da vinda dos militares, José Maria retirou-se daquele lugar e acompanhado por um grupo de 40 pessoas foi para o faxinal⁴⁰ do Irani, Município de Palmas, pertencente à região reivindicada pelo Paraná na disputa de limites com Santa Catarina.

As notícias sobre José Maria e o ajuntamento dos sertanejos durante e depois das festividades em Taquaruçu fizeram com que as autoridades do Paraná e Santa Catarina procurassem meios para capturá-lo, desmantelando o aglomerado de pessoas que se organizava em torno dele. Conforme consta no Relatório do Presidente do Estado Paranaense,

⁴⁰ Faxinal representava um bioma em que se mesclava área de campo, com matas e banhados, ocupado por pequenos sítiantes e posseiros. Eram “campos sujos, com muitas árvores e arbustos, onde no verão há alta incidência de carrapatos, berne e outros insetos prejudiciais ao rebanho” (MACHADO, 2001, p.61) e por isso não eram priorizados pelos fazendeiros para formar pastagens. Na década de 1980, o pesquisador Chang (1988, p.13), define faxinal como um meio físico e geográfico composto por área de campo e mata. No sistema faxinal, como forma particular de organização socioeconômica prevalece o uso da terra e criadouros comuns, especialmente em áreas intercalando matas em que existe erva-mate e pinhais com áreas de campos. Os faxinais predominaram como modelo de organização da produção rural da primeira metade do século XX, na Região Centro-Sul do Paraná. A distribuição de casas, lavouras e criadouros entre matas e campos constitui a paisagem rural típica dos faxinais.

relativo à 1912, apesar da disputa judicial pelo território, a comunicação de Santa Catarina não tardou a chegar ao Paraná

[...] por intermédio da autoridade superior da polícia catarinense de que o célebre bando capitaneado por [...] José Maria, um criminoso reincidente se havia internado no sertão paranaense e punha em perigo as populações ali estabelecidas, notadamente a da Cidade de Palmas [...]. (ALBUQUERQUE, 1913, p.11).

Tanto para o governo paranaense, quanto para o catarinense, José Maria era tido como um criminoso que, com suas atitudes, afrontava as autoridades e a República. No mesmo relatório, o Presidente do Paraná, argumentava sobre uma necessária ação paranaense com o envio do Batalhão de Infantaria do Regimento de Segurança, pois o grupo liderado por José Maria poderia manchar a “cultura e hábitos pacíficos” de populações inteiramente entregues ao trabalho. (ALBUQUERQUE, 1913, p.10). Entre as autoridades do Paraná havia também o receio que, caso tropas federais fossem acionadas para garantir a ordem na área, fosse criada uma situação que poderia contribuir para que se “[...] viabilizasse a posse catarinense sobre a região contestada [há anos].” (MACHADO, 2004, p.184). Entretanto, entre paranaenses e catarinenses, havia o consenso de que era preciso dismantelar o grupo que se formou no faxinal do Irani. Com a iniciativa do Paraná, os dois Estados planejaram conjuntamente a captura e transferência de José Maria e seu bando para a capital paranaense, Curitiba.

O meio mais seguro e rápido para acessar essa região era pela ferrovia que ligava São Paulo (SP) a Rio Grande (RS), desembarcando na estação de trem em Porto União da Vitória, Paraná. Assim, em 14 de outubro de 1912, chegavam à estação da cidade, os soldados paranaenses. Da cidade o “[...] efectivo com 265 homens, oficiais e praças”, seguiu pela estrada de Palmas, até o local conhecido como Novo Horizonte (ROSA FILHO, 1999)⁴¹. Um grupo com 64 homens acompanhou o coronel João Gualberto rumo ao Irani e os demais seguiram para a cidade de Palmas⁴². O monge José Maria estava no faxinal do Irani com seus seguidores e, conforme Rosa Filho (1999, s.p.), manteve-se aberto ao diálogo com as autoridades; ele afirmava “conhecer o doutor chefe de polícia”, declarou que queria resolver

⁴¹ Em 15 de outubro de 1912, a tropa partiu de Porto União da Vitória (PR) com carroça e animais que transportavam suprimentos, materiais e armamentos. A antiga estrada que ligava a cidade a Palmas (PR) era bastante acidentada. Muitas serras serpenteando entre elevados penhascos, penetrando na floresta densa e exuberante, onde pontificavam pinheiros, cedros e imbuías centenárias. Observava-se no trajeto, grande concentração de butiazeiros, que se disseminavam em outras áreas, ostentando “recurvas e vigorosas palmas [...] uma diligência levava três dias para vencer pouco mais de vinte e cinco léguas de distância entre Porto União da Vitória e Palmas. Na época de chuvas demorava um pouco mais, por ter que superar difíceis condições, por frequentes buracos, pedras e atoleiros.” (ROSA FILHO, 1999, s.p.)

⁴² A distância entre Porto União da Vitória (PR) e Palmas (PR) é de 138 km, praticamente a mesma entre Porto União da Vitória (PR) e Irani (SC). Do local Novo Horizonte para Palmas ou para Irani, a distância é de cerca de 60 km.

em paz “este fato; que não passa tudo isso de uma intriga que ele, monge, teve com o Coronel Albuquerque, de Coritibanos, mas que absolutamente não quer hostilizar o Paraná, que nenhum mal lhe fez.” Seu deslocamento ao faxinal do Irani se devia ao desentendimento com o coronel Albuquerque. Mas esse argumento não foi suficiente para convencer as autoridades nem ao coronel João Gualberto sobre suas intenções, o qual se dirigiu ao local para impor a ordem, a lei e o poder do Estado. O pedido de José Maria, de um prazo de 3 dias para que todas as pessoas deixassem a localidade, não foi aceito.

Na madrugada do dia 22 de outubro de 1912, a força paranaense foi destruída na entrada do banhado que dá acesso ao faxinal do Irani. Estima-se que mais de 200 sertanejos combateram ao lado de José Maria, tendo participado do combate os 40 homens que seguiram o monge desde Taquaruçu, o pessoal do Irani, amigos, familiares e agregados do [coronel e chefe vaqueano] Fabrício das Neves e um piquete de cavalaria do capitão Miguel Fragoso. [A] metralhadora *Maxim* da força paranaense enguiçou após cair do lombo de uma mula num riacho no caminho; a força paranaense conseguiu abater José Maria [e os sertanejos] partiram para um combate com arma branca, um “entrevero”, no qual tinham extrema habilidade. (MACHADO, 2004, p.186).

As forças do coronel João Gualberto foram massacradas. Mais que um confronto de poderes, estabeleceu-se um choque entre perspectivas de vida e mundo. De um lado o Estado, numa tentativa de normatizar condutas em padrões modernos (republicanos) de organização social; de outro, os sertanejos, lutando pela manutenção de suas crenças e costumes, formando um amontoado de pessoas que viviam, para muitos, “fora do âmbito da graça”, para usarmos palavras de Thompson (1987a, p.29). O combate serviu de pretexto para acirrar a disputa em torno do território do Contestado, mesmo considerando que Santa Catarina já ganhara recursos e embargos do Paraná em 1904, 1909 e 1910. Em 1912, portanto, a sentença favorável a Santa Catarina já era definitiva, mas a disputa prosseguiu.

Para os sertanejos, a morte de José Maria no combate de outubro de 1912 era o sinal de que as profecias estavam em vias de se cumprir. O povo teve aguçada sua fé no retorno do monge José Maria e as profecias santas que se realizariam com a Guerra de São Sebastião⁴³, a

⁴³ O sebastianismo se alimentava na crença de que Dom Sebastião, o 16º monarca português, desaparecido em 1578 com seu exército, quando buscava retomar as possessões portuguesas na África tomadas pelos mouros, retornaria comandando seu exército “encantado”. Difundiu-se a ideia de que o rei seria um escolhido de Deus, estaria “encoberto” e poderia, juntamente com seu exército, realizar grandes feitos e milagres, inaugurando um novo milênio. “[...] Os escolhidos, como narram as lendas, ao serem apartados do seu povo, geralmente de forma abrupta, inesperada ou inaceitável, não eram dados como mortos, mas considerados refugiados, reclusos ou “encantados” numa montanha ou ilha, tendo sob seu comando um exército ou armada, prontos para o momento adequado retornarem em triunfo para instituírem o milênio”. (SALOMÃO, 2008, p.33-34). A criação e enraizamento desses mitos se alicerçava na interpretação de passagens bíblicas. Essas expectativas eram revigoradas em períodos de provações e misérias, como ocorreu entre os sertanejos no Contestado.

monarquia e o paraíso na terra. A morte do monge representou o começo efetivo da organização dos sertanejos para a Guerra do Contestado. Machado (2004, p.191) aponta que a morte de José Maria incidiu sobre o processo de reelaboração social da memória no conjunto da crise social e política preexistente na região, pois, “[...] permaneciam os agricultores expulsos de suas terras ao longo dos ramais da ferrovia, continuavam vilas inteiras a assistir o revezamento de autoridades paranaenses e catarinenses, persistia a arrogância dos coronéis [...]”.

A situação excepcionalmente tensa nas fronteiras mal definidas, que permitiam uma série de práticas invasivas pelo Paraná e Santa Catarina, pode ter sido um dos fatores mobilizadores para a Guerra do Contestado; fator associado ao desencantamento dos sertanejos insuflados pela religiosidade, conforme aponta a pesquisa feita por Gallo (1999, p.157), por disputas políticas e exploração econômica. Conduzidos pela fé que nutriam a partir das promessas dos monges, nos redutos (considerados “vilas santas”), guiados por “visões das virgens” e pela capacidade de convencimento dos líderes, os sertanejos denominados “pelados” obedeciam a uma rotina determinada pelas “formas”, ou seja, com rezas e regras próprias de convivência conhecidas e aceitas pelos membros do grupo.

Na organização dos sertanejos, os líderes exerciam poder político, conforme sua concepção e representação de mundo, oferecendo um sentido para as ações comuns do grupo. A multiplicidade de traços culturais que alimentava o cotidiano dessas pessoas era compartilhada. Portanto, eram plenos de sentido pregações sobre “[...] a sinceridade, a amizade e o respeito mútuo [que] deviam prevalecer entre os irmãos. A mentira, inaceitável sob todos os pontos de vista, reclamava uma punição rigorosa, do mesmo modo os desvios cometidos por corrupção ou ganância [...]”. (GALLO, 1999, p. 157). Prevalecia a ideia de que poderia reinar entre eles a igualdade de direitos, mas também de compromissos dos indivíduos daquele grupo social.

Na medida em que os conflitos avançavam e ganhavam vulto, houve tentativas de diálogo com os sertanejos. Entre essas, a do coronel Rocha Tico, político paranaense, e do deputado Correia de Freitas. Ambos estiveram no reduto de Taquaruçu em 1914, foram bem recebidos e contaram que os sertanejos se reuniam no reduto em “Santa Missão”, mas se defenderiam caso fossem atacados, conforme notícia publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo**, em 14 de fevereiro de 1914, informando sobre a incursão de Correia de Freitas. (*apud* GALLO, 1999, p.153). Os dez principais redutos eram: Campina dos Buenos, Taquaruçu, Caraguatá, Tavares, Santa Maria, São Pedro, Papudo, Pedra Branca, Bom Sossego e Aleixo, conforme Figura 1.

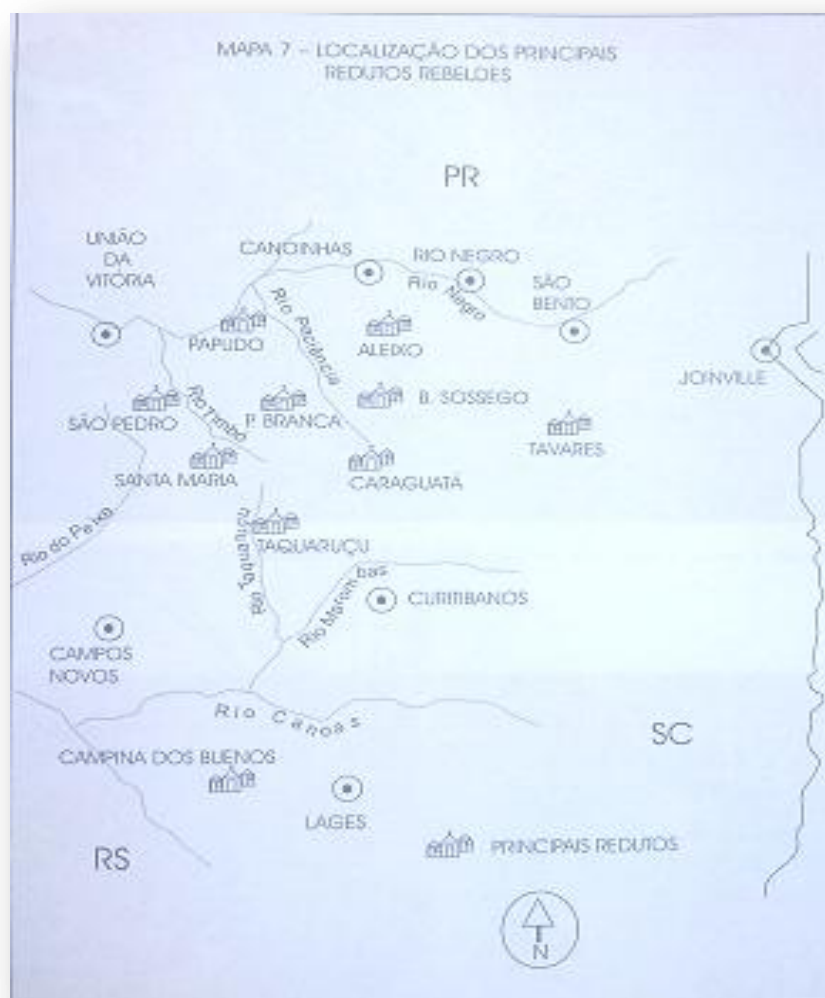


FIGURA 1: PRINCIPAIS REDUTOS
 FONTE: MACHADO (2004, p.381).

Entre os líderes desses redutos estavam lavradores humildes, com muitos filhos, como Praxedes Gomes Damasceno, que se uniu ao monge no primeiro ajuntamento do Taquaruçu e de Chico Ventura. Essas especificidades, evidenciadas por Machado (2004, p.224-225), denotam o movimento como uma “insurgência social dos de baixo”, no qual prevaleceu uma “relativa homogeneidade social”, o que favoreceu a adesão à ideia de reconstrução social e religiosa. Entretanto, indivíduos de outros grupos sociais (muitas vezes descontentes com ações governamentais), inclusive das cidades e vilas da região, podiam ser contados em meio aos sertanejos, como Elias Antônio de Moraes, que era major da Guarda Nacional e Juiz de Paz na localidade de São Sebastião das Perdizes (SC).

A liderança das irmandades foi sucedida por “virgens com aço”, isto é com força espiritual, como Teodora e Maria Rosa, ou jovens, como Manuel e o menino Joaquim e, na

fase final da guerra, Adeodato, anunciando visões do Monge⁴⁴. Relatos dessas visões alimentavam nos sertanejos a crença de que os “escolhidos” mediavam o contato com o espírito de José Maria e que a “guerra santa” era necessária para se construir uma nova era. Nas batalhas registradas entre 1912 e 1915, os moradores dos redutos ou “vilas santas”, formados por “irmandades místicas”⁴⁵, combateram contra os vaqueanos que compunham as milícias de coronéis⁴⁶, forças de segurança da madeireira *Lumber*, forças policiais de ambos os Estados e também tropas federais. Mas já em 1911, soldados federais haviam sido enviados para a região paranaense do Timbó, próximo à região de Porto União da Vitória, com a alegação de proteger a fronteira entre os Estados.

Nesse período, na tentativa de sensibilizar as pessoas, as forças em combate utilizaram vários recursos. Instalava-se um jogo de poder de ambos os lados e que se tornou mais acirrado na medida em que os sertanejos usaram como recurso divulgar as motivações para as suas ações. Um exemplo foi o bilhete encontrado após o incêndio de 5 de setembro de 1914, nos galpões da *Lumber*, em Calmon, localidade próxima a Porto União da Vitória. O bilhete declarava que “[...] o governo da República toca os filhos brasileiros dos terrenos que pertence [sic] a Nação e vende para os estrangeiro [mas] nois agora estamo disposto [sic] a fazer prevalecer os nossos direitos.[...]”. (LEMOS *apud* STULZER, 1982, p.43).

Assim, a Guerra do Contestado, além de radicalizar o conflito pela fronteira entre Paraná e Santa Catarina, explicitou a tensão entre moradores de uma região que, paulatinamente, era transformada. A eclosão da luta pela exploração e ocupação da área foi insuflada por costumes e crenças de pessoas rústicas, que sentiam essas mudanças como ameaça para seus costumes e crenças, intimamente ligados às terras, ao lugar que habitavam e aos recursos naturais como as grutas, que serviam de abrigo, as minas de onde brotava água cristalina, ou ainda, a cruz formada pela galhada da árvore de cedro plantada em frente da casa e que materializava a fé da família, comum ao morador do sertão.

⁴⁴ Machado (2004, p.340-341) identifica a existência de dois partidos com os quais as lideranças de briga se identificavam. Um denominado “moderado”, liderado por Eusébio F. dos Santos, Chico Ventura, Querubina e as “virgens”. O outro, “radical”, ao qual pertenciam Elias Moraes, Chiquinho Alonso e Adeodato.

⁴⁵ Foi nas terras de Chico Ventura que se organizou o primeiro quadro santo do Contestado, em Perdizes (Santa Catarina), em dezembro de 1913. Foi fundada uma “[...] comunidade que viveria conforme suas próprias leis, seguindo os preceitos de São João Maria, conselhos que todos ainda lembravam e, de José Maria, que seriam transmitidos pela Virgem Teodora”. (MACHADO, 2004, p.199).

⁴⁶ Tonon (2008, p.156), define os vaqueanos como “homens contratados como mercenários e que compunham as milícias de defesa dos interesses dos Estados litigantes, igualmente eram esporadicamente contratados pelos coronéis como capangas ou jagunços para defender suas causas. Tinham as mais diversas origens: pequenos proprietários expropriados, pequenos sitiantes, remanescentes da Revolução Federalista e trabalhadores da ferrovia que foram abandonados após a conclusão da obra”.

Entretanto, moradores de vilas e cidades, vários deles descendentes de imigrantes europeus que habitavam a área desde o final do século XIX, temiam ações de “fanáticos”, especialmente naquele que foi o período final da Guerra. Em 18 de setembro de 1915, poucos dias depois de ser encontrado o bilhete nos galpões incendiados da *Lumber*, o jornal **Missões**, editado em Porto União da Vitória (PR), tentava tranquilizar os moradores da cidade, afirmando que os rumores sobre “fanáticos [que] preparavam para sortida contra a cidade [era uma] peça pregada por boateiros”. (**Missões**, Porto União da Vitória, 18/9/1915, p.3). Mas, esses comentários geravam instabilidade e medo entre os moradores da cidade que ouviam contar muitas histórias, nem todas verídicas, que provocavam confusão e fuga para outras localidades.

No mesmo ano, notícias diversas sobre a Guerra do Contestado se espalhavam rapidamente, entre elas as que informavam a rendição de grupos de “fanáticos” e relatos sobre a miséria nos redutos. Artigo do jornal **Diário dos Campos** (não foi informado o local de edição), transcrito pelo jornal **Missões**, dizia que “[...] Adeodato e outros, imperam pelo terror, impedindo fuga dos miseráveis sertanejos, vítimas da fome e das enfermidades [...]”. (**Diário dos Campos apud Missões**, Porto União de Vitória, 4/9/1915, p.1). No momento da rendição os sertanejos construíam um discurso de vitimização, observado por Machado (2004). Crescia o número de sertanejos que se apresentavam às autoridades. Dois meses após, o mesmo periódico informava que outro grupo, composto por 130 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, havia se rendido ao oficial federal capitão Napoleão Poeta da Fontoura, em Timbó, localidade próxima a Porto União da Vitória. O grupo foi encaminhado às autoridades locais que organizaram coleta de doativos para distribuir a essas pessoas (**Missões**, Porto União de Vitória, 06/11/1915, p.3), mobilizando a opinião pública.

As notícias do jornal **Missões** descreviam a condição desses sertanejos: “famintos e maltrapilhos, alguns até impossibilitados de aparecer por falta de vestuário”. Os caboclos recebiam “agasalho, alimentação e vestuário [...]”. (**Missões**, Porto União da Vitória, 18/12/1915, p.2). Sem recursos para subsistência, passaram a ser auxiliados para que recomeçassem suas vidas como trabalhadores nos ervais. No mês de dezembro de 1915, aproximadamente 700 pessoas em condições similares, apresentaram-se ao Juiz Municipal de Timbó, o coronel Rodolpho Rocha. Pouco menos de um mês antes desse desfecho, o diretor do jornal **Missões**, José Júlio Cleto da Silva, que assinava seus artigos e livros como Cleto da Silva, fez visita a um desses grupos e descreveu no periódico:

Numa dessas noites vivificadas com o clarão do belíssimo luar, tomamos passagem no vaporzinho “Palmas” da Companhia de Navegação Paranaense, com destino ao Termo do Tymbó. Depois de 4 horas de lenta marcha, chegávamos ao Poço Preto, 2 quilômetros acima da embocadura do rio Tymbó, onde se acha destacada a força federal [comandada pelo capitão Napoleão Poeta da Fontoura]. Curta foi a nossa paragem naquela localidade, em seguida rumamos com destino a Vallões⁴⁷ [no interior do Município de Porto União da Vitória] [...]. [Queríamos ver] os fanáticos que se apresentaram às autoridades daquelle Termo, resolvidos a voltar ao regimen da lei e do trabalho. [...] Percorremos os diversos acampamentos, se nos deparando os mais tristes e desoladores quadros: homens esqueléticos, physionomia abatida, d’ellas transparecendo os longos soffrimentos que vinham suportando, devido a sua ignorância e a seus maos conselheiros ali estão, sendo tratados com toda urbanidade. [...] mulheres e creanças famintas, olhos encovados pelo martyrio, num depauperamento indescritível, narravam as scenas esquisitoriaes passadas no reducto [...] os homens, comquanto rheumáticos e enfraquecidos, assim mesmo iniciavam a construcção de ranchos, tendo sido aproveitados nas empresas que ali se dedicam a extracção da herba-mate. Entregando os auxílios angariados em Porto União da Victoria [...] demandados a estação de [do trem] Paula Freitas, em poucas horas havíamos atravessado as terras paranaenses pertencentes aos Municípios de Tymbó, São Matheus e [Porto] União da Vitória. (**Missões**, Porto União da Vitória, 27/11/1915, p.2).

Exageradas ou não, as palavras do diretor do jornal **Missões** apontam para representações construídas sobre essas populações de sertanejos. Seu sofrimento seria causado “devido a sua ignorância e a seus maos [sic] conselheiros”. Naquele momento, o destino dos sertanejos era o trabalho junto aos ervais nas florestas, distante de escolas. De preferência sob as ordens de um grande proprietário, como os capitães Modesto Luz e Modesto Cordeiro (empresários da erva-mate que, segundo Silva, ofereciam trabalho aos sertanejos), sob a regulamentação da lei que, em muitos aspectos, desconsiderava ou condenava seus costumes, ou seja, seu modo de vida e crenças.

Em 17 dezembro de 1915 foi destruído o último dos grandes redutos, o de Tamanduá, liderado por Adeodato. Consta no jornal **Missões** uma notícia publicada no jornal **Diário da Tarde** (não consta o local de edição), informando que o reduto havia sido atacado por forças compostas por civis e que nesse ataque, aproximadamente mil casebres que serviam de abrigo às famílias foram queimados. Conforme o artigo, Adeodato “[...] abandonou a lucta, fugindo, gravemente ferido [...]”. (**Diário da Tarde** *apud* **Missões**, Porto União da Vitória, 1/1/1916, p.1). Consta que teria fugido sozinho e que cerca de 200 pessoas foram feitas prisioneiras.

Esse homem havia sido elevado à condição de comandante geral dos sertanejos rebelados, em 1914, quando contava com 27 anos e “[...] procurou desde logo, imprimir um

⁴⁷ Atual Município de Irineópolis (SC)

comando mais direto e unificado sobre os diferentes grupos que compunham o movimento rebelde.” (MACHADO, 2004, p.304). Isso implicou em estratégias de organização para concentração dos seus seguidores no reduto de Santa Maria, o que determinou esforço redobrado para a segurança e alimentação do grupo, além de provimento de munição. Os ataques constantes de soldados e de milícias de coronéis os impedia de dedicarem-se a atividades agrícolas, o que resultou em um grupo de indivíduos esgotados fisicamente e que ainda foi vitimado pelo tifo.

Em janeiro de 1916, as notícias de que Adeodato, em dezembro do ano anterior, havia partido em fuga e que o reduto (aproximadamente mil casas) havia sido incendiado, pareciam indicar o fim da Guerra do Contestado, mas pequenos grupos de sertanejos se reorganizaram e correu a informação, proveniente de sertanejos que se rendiam, que Adeodato e dois companheiros haviam se refugiado no Rio Grande do Sul. (**Missões**, Porto União da Vitória, 16/4/1916, p.2). Perseguido e preso, em 14 de agosto de 1916, Adeodato foi levado a Florianópolis para julgamento. (MACHADO, 2004, p.317)⁴⁸.

O término efetivo da Guerra do Contestado, uma luta que expôs a diversidade de interesses e de tradições socioculturais em uma área disputada entre Paraná e Santa Catarina (ampliando a instabilidade na região) aconteceu poucos meses após, em 1916, com o ponto final no projeto de efetivação do chamado Estado das Missões, que tinha no jornal **Missões** seu periódico de defesa e propaganda. Idealizado a partir de 1910, o novo Estado abarcaria a região disputada pelo Paraná e Santa Catarina que “[...] no âmbito jurídico gerou os mais diversos sentimentos e reações [e um] grupo de paranaenses decidiu que se o Contestado não pertencesse ao Paraná, seria então o Estado das Missões.”⁴⁹ (SILVA, 1920, p.50).

Condenados pelo governo paranaense desde o primeiro momento, os pró-Estado das Missões tiveram suas intenções minimizadas pela Guerra do Contestado, mas o tema da

⁴⁸ Os limites da Guerra do Contestado circunscreveram-se, ao oeste, ao longo do Vale do Rio do Peixe até Porto União da Vitória, ou seja, no espaço convulsionado pela construção da ferrovia. Os conflitos aconteceram no espaço territorial reivindicado pelo Paraná, como Vallões, Vila Nova do Timbó, Calmon e São João dos Pobres, próximos a Porto União da Vitória. Também ocorreram combates em Três Barras, Itaiópolis e Papanduva, próximo a Canoinhas (SC). Ao sul, a área do conflito limitava-se ao Rio Uruguai, e a leste, com o caminho das tropas, que compreendia Lages, Coritibanos, Corisco e Rio Negro. Segundo Thomé (2002), os Municípios de Itaiópolis, Três Barras e Timbó, que passaram integralmente para Santa Catarina após o Acordo de Limites e os Municípios de Porto União da Vitória, Palmas e Rio Negro, tiveram somente parte de seu território incorporado a Santa Catarina após esse Acordo.

⁴⁹ José Julio Cleto da Silva, deputado estadual paranaense no período da Guerra do Contestado, foi diretor do jornal **Missões** (entre 1910 e 1917) e defensor da posse paranaense sobre o território Contestado. Em 1910 fez parte da Junta Governativa do Estado das Missões, que foi desfeita por interferência de representantes do governo do Estado do Paraná. Na ocasião, segundo Cleto, o governo paranaense teria feito um “pacto de honra” com a referida Junta Governativa, afirmando apoiar a iniciativa do novo Estado caso o “[...] Supremo Tribunal Federal fosse contrário aos direitos que o Paraná julgava ter sobre toda a zona do chamado CONTESTADO.” (SILVA, 2006, p.113).

criação do novo Estado ganhou força com o fim do conflito e resultou em levante armado liderado por José Júlio Cleto da Silva. O grupo saiu da região de Porto União da Vitória em 30 de julho de 1917, com o levante tendo fim em 6 de agosto, em Palmas, onde foi prontamente debelado. (SILVA, 1920; 2006). Uma disputa que se arrastava há várias décadas, a questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina foi então, finalmente resolvida e o maior símbolo da efetivação do Acordo de Limites foi a divisão da cidade de Porto União da Vitória em duas: Porto União, Santa Catarina, e União da Vitória, Paraná. O Acordo de Limites foi assinado pelo presidente da República em outubro de 1916 e definitivamente estabelecido pelo Decreto Federal nº. 3304, em 3 de agosto de 1917, conforme os termos aprovados por leis específicas dos dois Estados: no Paraná a Lei nº.1635 de 23 de fevereiro de 1917; em Santa Catarina, a Lei nº.1146, de 6 de março de 1917. (BRASIL, 1917; SILVA, 2006, p.160)⁵⁰.

Conflito que, em grande medida diferenciava sertão e cidade, sertanejos e citadinos, antigos moradores e imigrantes (chegados há muitos ou poucos anos), a Guerra do Contestado, entretanto, indica mais. Torna possível que seja vislumbrada a força de tradições, de valores presentes no cotidiano dos habitantes de toda a região, que combinavam diversas práticas, inclusive as religiosas. Exemplar foi o caso da mulher de um certo Emílio Ferreira (provável morador de Porto União da Vitória ou arredores) que, a partir de 1913, juntamente com seu marido e filhos viveu em redutos e lutou ao lado dos sertanejos. Aparentemente, sua família foi dizimada com a guerra. Em 1915, a mulher foi presa, mas em seguida libertada e acolhida pela família de Guilherme Gätner, na ainda cidade de Porto União da Vitória. Passou a residir na casa dessa família e gozava, segundo Stulzer, “de total liberdade” (STULZER, 1982, p.91). O que unia a família de um imigrante a uma mulher que havia lutado em prol dos interesses comuns do grupo de sertanejos? Essa inquietação não será respondida nesta tese, contudo o caso pode exemplificar a inter-relação entre pessoas de diferentes grupos sociais, do meio rural e urbano, nessa região que seria dividida após a Guerra do Contestado. É preciso considerar que durante todo o conflito foram vários os casos de compra e venda de produtos entre moradores de Porto União da Vitória e os sertanejos como, por exemplo, o comércio de alimentos e armas realizado em pontos das margens do rio Timbó (MACHADO, 2004, p. 208). Era evidente, também, que existiam laços de parentesco ou de compadrio “entre os lados beligerantes”, como evidencia Machado (2004, p.226-228). Assim, o caso da

⁵⁰ Sobre questões que interferiram na efetivação do Acordo de Limites entre o Paraná e Santa Catarina, consultar Licurgo Costa (1987).

mulher de Emílio chama a atenção, inclusive porque “[...] um dia fugiu” da casa da família que a acolheu e seu paradeiro ou morte nunca foi confirmado (STULZER, 1982, p.91).

Quanto a Adeodato, foi julgado em 9 de novembro de 1916 e condenado a 30 anos de prisão. Na ocasião, entre outras considerações sobre a vida do homem do sertão, teria afirmado, por meio de “décimas” (trovas de poesia popular):

[...] Quem quisesse terra e escola,
Eu lis dava uma surra,
Ajudando os do Governo
No recheio de suas burra,
A pobreza pro inferno
Onde lá o diabo urra,
Esta terra é de nós rico
Nossas veia são mais pura! [...]
(FELIPPE *apud* MACHADO, 2004, p.319)⁵¹

Adeodato questiona a utilidade da escola, parte de um conjunto que constituía a sociedade moderna, republicana, era desnecessária diante do modo de vida do homem do sertão. A escola seria um meio de difusão de conhecimentos e de valores associados à sociedade. A Escola poderia ser algo desnecessário para os sertanejos que faziam uso coletivo da terra e das florestas, para a sua sobrevivência (“quem quisesse terra e escola, eu lis dava uma surra”). Suas palavras também indicam que a escolarização representava ameaça ao modo de vida comunitário que ele defendia e dominava. Um modo de vida que Adeodato pregava em nome do coletivo, no qual se repudiava aqueles que almejassem a terra, mas também a escola, que serviria a interesse “do governo” e dos grandes e poderosos (fazendeiros, grandes companhias), que pretendiam subjugar os sertanejos.

Mas, com o fim da Guerra e dos redutos, a escola primária, alardeada como espaço para bem formar todos os brasileiros, multiplicou-se na região que enfrentava um recomeço singular, pois além das feridas deixadas pelos combates e apesar de história e tradições comuns, a área estava agora politicamente dividida entre Paraná e Santa Catarina. E, esse recomeço foi em grande parte impulsionado pela nova movimentação de pessoas e mercadorias transportadas, cada vez mais, pela ferrovia que dividiu a antiga Porto União da Vitória em duas cidades.

⁵¹ Machado transcreve a décima do livro de Euclides Felipe, **O último jagunço**: folclore na história do Contestado. Curitiba-SC: Universidade do Contestado, 1995.

1.2 A FERROVIA COMO NOVO MARCO SOCIOECONÔMICO

No final do século XIX, o Rio Iguaçu era a maior via de comunicação entre Porto União da Vitória e outras cidades ou entrepostos comerciais, que se estendiam ao longo dos principais afluentes, como o Rio Timbó. Pelo rio, circulavam os vapores, as pessoas, a erva-mate, a madeira, os alimentos e o sal, esse último, em maior quantidade para os criadores de gado dos campos de Palmas. Inicialmente uma freguesia, que foi transformada em vila pelo Decreto nº 54, de 27 de março de 1890 e em intendência, pelo Decreto nº 55, da mesma data. (SILVA, 2006, p.59). A pequena cidade de Porto União da Vitória tinha a existência vinculada aos tropeiros e a navegação, o que permitia o comércio da erva mate e madeira, transportadas em balsas pelas águas do Iguaçu. Em 1881, o coronel Amazonas Marcondes promove a vinda dos “primeiros colonos estrangeiros, em número de 24, na maioria alemães.” (SILVA, 2006, p.45).

Ainda ao final do século XIX, no ano de 1896, mesmo ano em que o segundo monge João Maria passou em Porto União da Vitória, foram fundados dois núcleos coloniais no Município, um deles o de Alberto de Abreu e o outro de General Carneiro, abrangendo esse último parte das terras pertencentes a Palmas. No mesmo ano, alguns imigrantes poloneses chegaram e se instalaram no rocio da vila, em “lotes medidos” pelo governo local. Em 1907, o Coronel Amazonas Marcondes fundou dois núcleos coloniais particulares, à margem direita do Iguaçu, denominados, Coronel Amazonas e Vitória. Os imigrantes acessavam as áreas vendidas por Amazonas Marcondes, prioritariamente pelos vapores que navegavam pelo rio. Em 1910 foi criado o núcleo federal de Cruz Machado, para onde se dirigiram principalmente imigrantes poloneses e ucranianos, pela ferrovia.

Os colonos estrangeiros fizeram parte do cotidiano da pequena vila de Porto União da Vitória, ali chegando, inicialmente, às “expensas do Coronel Amazonas” (SILVA, 2006, p.45. Mesmo considerando as novidades que esses novos moradores trouxeram para o local, relacionadas a costumes cotidianos, o cronista Xisto registra no periódico **O Rebate**, em 15 de julho de 1905, que na pequena localidade “[...] nada muda, tudo é invariável; os hábitos do povo são sempre os mesmos; o seu modo de vida é sempre igual, embora anos e anos se escoem na ampulheta do tempo”. (**O Rebate**, Porto União da Vitória, 15/07/1905, p.2). Mas, nesse mesmo ano, 1905, um acontecimento parecia começar a desmentir as palavras do cronista: os trilhos da ferrovia alcançaram a margem direita do Rio Iguaçu em Porto União da Vitória e com eles, novos horizontes econômicos para os moradores da localidade, que também recebia novos habitantes.

O trem, que deslumbrou com sua velocidade e força, despertou diferentes sentimentos, na cidade e no sertão, na criança e no velho, no proprietário e no trabalhador. No ano de 1906, quando a locomotiva pela primeira vez transpôs a ponte sobre o Rio Iguaçu, os caminhos de ferro, inauguraram um novo período na vida da cidade e das pessoas que nela residiam. Na medida em que a ferrovia se ampliava ao final da década, para o Rio Grande do Sul ou para São Francisco, no litoral catarinense, outros olhos, os dos sertanejos, começaram a vê-la e a senti-la. Talvez deslumbrados, num primeiro momento. O clima festivo com que o trem foi recebido pela primeira vez na paranaense Porto União da Vitória, foi assim relatado:

O dia 26 de novembro de 1906 foi magnífico em [Porto] União da Vitória. Bandeiras, colgaduras, guirlandas, festões tremulavam no ar. O povo enchia as ruas em borborinho. A banda de música de João Holzmann que viera de Ponta Grossa especialmente para aquele fim, executava marchas e dobrados sem cessar. Foguetes subiam ao céu, estourando. Quando a locomotiva, silvando longamente, começou transpor a ponte, por entre os arcos de folhas verdes, a onda popular quebrou em estrepitosa ovação. (RIESEMBERG, 1978, p.210).

A ferrovia caracterizava-se como portadora de novas esperanças. Nas palavras do poeta Serapião do Nascimento “[...] então ribombou por tudo [...] assim como um grito agudo [...] a voz da locomotiva [...]”. (*apud* RIESEMBERG, 1978, p.211). Era o progresso vindo pelos trilhos, compatível com um ideal de desenvolvimento para a época. A modernização conquistava novos horizontes, despertava novos hábitos, aproximava espaços e pessoas, integrando regiões. As ferrovias, seu símbolo, provocavam nos indivíduos um misto de medo, encantamento e ao mesmo tempo deslumbramento pelo poder da máquina, com o que ela passaria a representar no cotidiano, e como mostra Teixeira Filho (2009, p.75) no poema “O Trenzinho Bananeiro” de Porto União da Vitória:

Nosso romântico “bananeiro”
Era um trem de passageiros
Que vinha da capital...
No tempo da maria-fumaça
Trazia encomendas da praça
E notícias do bem.. e do mal...
[...]
O trem da maria-fumaça
- Para os íntimos, só maria –
Trouxe encanto e alegria
Para o povo da cidade,
Hoje ele já não existe...
Mas sua lembrança persiste
Na gente da minha idade.

O trem “bananeiro” recebeu o apelido porque percorria região produtora de banana, vinha da cidade de São Francisco, litoral de Santa Catarina a Porto União da Vitória, passando antes por Mafra, planalto de Santa Catarina, para receber os passageiros provenientes da capital paranaense, Curitiba. De acordo com Gaspari (2011, p.71), a chegada desse trem em Porto União da Vitória era muito aguardada: moradores recebiam pessoas que chegavam ou se despediam dos que partiam, os comerciantes recebiam os produtos para suas vendas e, todos eles, comentavam “as novidades” sobre outros lugares, a política ou a economia do país. Desde que o apito dos primeiros trens foi ouvido na cidade, muitos moradores de Porto União da Vitória organizaram suas vidas em torno de seus horários⁵².

Os investimentos na construção de estradas de ferro eram considerados necessários para o desenvolvimento econômico paranaense, associado à produção e exportação da madeira e do mate, riquezas locais que contribuía para o progresso, para a transformação material. A rapidez dos transportes possibilitaria, nas palavras do presidente do Estado do Paraná, Vicente Machado da Silva Lima “[...] atender às exigências das indústria e do commercio aqui localizados, com largo proveito para o desenvolvimento economico da nossa terra.” (LIMA, 1906, p.37). É inegável que a ferrovia marcou de maneira profunda e singular a vida dos moradores da região, mas, ao mesmo tempo em que foi o símbolo de modernidade e progresso, transportando as riquezas, feriu a paisagem do sertão e rompeu com o modo de vida às margens do Rio Iguaçu e do Peixe. Segundo Thomé, as transformações começaram com aquiescência dos governos do Paraná e Santa Catarina,

[...] autorização especial do Ministério da Viação e Obras públicas para explorar a madeira existente na zona privilegiada de 15 quilômetros para cada lado do eixo principal da linha tronco Itararé-Rio Uruguai e seus ramais, além da que pudesse adquirir nos terrenos marginais, para ser exportada, depois de serrada em “oficinas” próprias. [...] em 1906, quando se preparava para dinamizar os trabalhos de implantação dos trilhos na secção [Porto] União da Vitória – Rio Uruguai, a companhia instalou um “engenho de serrar” [...]. (THOMÉ, 1980, p.99).

A madeira serrada pela *Lumber*, inicialmente utilizada para os dormentes da estrada de ferro, pela Brasil Railway, também foi utilizada para edificar as estações, alojamentos, depósitos, armazéns, entre outras. Organizou-se um conjunto de ações que visavam colonizar as terras devolutas ao longo da ferrovia. As iniciativas resultaram na criação, em 1909, da

⁵² Gaspari (2011, p.71-75), explica que os seguintes tipos de trens circulavam pela estação de Porto União da Vitória: trens mistos; de passageiros; de cargas; trens especiais; bananeiro e o internacional.

*Southern Brazil Lumber and Colonization Company*⁵³. O autor escreve que essa empresa, em poucos meses, tornou-se proprietária de aproximadamente 7% da área disputada pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina, que somava 48 mil quilômetros quadrados. O deslumbramento inicial que os moradores de Porto União da Vitória e de outros núcleos urbanos servidos viveram com a ferrovia, não tardou a mostrar a sua outra face: a ferrovia, ao se estender pelo sertão do Contestado, em um ritmo acelerado, causou um profundo estranhamento e desestabilização do modo de vida dos moradores da região.

Os mesmos trilhos que provocavam o deslumbramento, também materializaram a ruptura com velhas formas de organização social e de produção de bens, entre os antigos e novos moradores do sertão. A existência humana na região, espaço ao mesmo tempo disputado e pouco cuidado pelas autoridades dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, se organizava, até então, por vínculos de pertencimento à terra, pela religiosidade e laços de solidariedade que fundia, em grande medida, antigos e novos moradores da região. O morador do sertão, com a vida embalada pelos ciclos da natureza e pela fé, interage com o colono, o imigrante. Ambos reconstroem suas histórias, ora em disputa, ora em comunhão. Muitos foram partícipes da Guerra do Contestado e da disputa interestadual pela região, um processo longo que culminou com a criação das cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR).

A vida e a guerra na região do Contestado, inclusive depois da divisão, adquirem sentido quando consideradas no contexto de mudanças locais. Eram parte de um processo, ligado à paulatina expansão comercial e industrial do próprio país, processo esse, genericamente denominado de moderno e necessário para o progresso. Como escreveu Campigoto (2010, p.44), “[...] estudar os sentidos das regiões e das fronteiras é estudar as relações e conexões entre totalidades e partes, conjunto de sentido e componentes de significados [...]”. A paisagem se transforma e os indivíduos se organizam no ir e vir oportunizado pela fronteira. A antiga cidade de Porto União da Vitória se transformou em duas, os sentidos de pertencimento a elas também foram reelaborados à medida que ações

⁵³ Em 1907, foi constituída uma nova companhia para promover a colonização das terras devolutas, marginais da ferrovia. Em 1909, as companhias foram unificadas, com a organização em Londres, da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, pertencentes ao *Grupo Farqhar*, que tinha como meta “[...] desenvolver serviços de colonização de terras ao longo da estrada de ferro, e para explorar os grandes pinhais existentes na região dos vales dos rios Negro, Iguaçu, Timbó, Peixe e Canoinhas, dentre os principais que atravessavam a zona contestada por Santa Catarina e pelo Paraná. [...] Em poucos meses, a *Lumber* adquiriu um total de 3.248 quilômetros quadrados de terras, escolhidas onde o pinheiro despontava em grande escala, sendo 1800 na região conhecida por Três Barras, entre União da Vitória e as cabeceiras do Rio do Peixe e, 931 em diversas áreas menores da região”. (THOMÉ, 1980, p.100).

socioeducacionais foram desenvolvidas pelas comunidades em ambos os lados dos trilhos, vitalizando o espaço da fronteira como um local de inter-relações entre os estados.

1.3 DE FREGUESIA A CIDADE: ESCOLARIZAÇÃO EM PORTO UNIÃO DA VITÓRIA (PARANÁ)

Foi do povoado estabelecido a partir de 1860, às margens do Iguaçu, que prosperaria, anos depois, Porto União da Vitória. O porto fluvial era a principal porta de entrada e saída do lugar. Na medida em que mais famílias se instalavam na vila, também começava a funcionar a primeira escola, segundo Silva (2006, p.40-41), a do mestre-escola Raimundo Colaço, que teria ensinado os meninos da cidade até aproximadamente 1879, quando Cipriano Mendes Sampaio assumiu as funções de mestre-escola. No lugar, formado por cerca de duas dúzias de casas, ergueu-se a primeira capela, por volta de 1890.

A vida dos moradores se organizava em torno do rio. A exploração e comercialização da erva mate e da madeira, as duas principais riquezas, propiciaram o desenvolvimento do transporte fluvial, principal forma de escoamento dos produtos e de crescimento local. Em 1882, foi iniciada a navegação no Rio Iguaçu. O Coronel Amazonas Marcondes foi o pioneiro no transporte fluvial da região, que no final do século XIX começou a ser realizado pelo vapor Cruzeiro, com capacidade para carga de até 800 arrobas e a reboque ainda levava uma lancha e cinco canoas. (SILVA, 2006, p.46). A partir de 1884, a ampliação do comércio impulsionou a abertura de estrada e construção de pontes, ligando Porto União da Vitória a Palmas, outra vila da área disputada entre os Estados de Paraná e de Santa Catarina. Nos campos de Palmas existiam grandes propriedades de criadores que necessitavam de sal para seus rebanhos. Vindo pelo porto fluvial, o sal era transportado via terrestre até as fazendas. Porto União da Vitória crescia e novas demandas surgiram, entre elas, a de escolas para os filhos daqueles que viviam e trabalhavam na localidade e região.

No mesmo ano em que foi iniciada a navegação pelo rio Iguaçu, 1882, pela primeira vez, consta do Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública do Paraná (portanto, oficialmente) a existência de uma Escola Primária masculina na vila de (Porto) União da Vitória, então pertencente a Palmas, mas não foi possível saber se existia professor nessa escola. (MARCONDES, 1882, p.5). Contudo, o mesmo relatório informa que foi nomeado em 19 de junho de 1882 “[o] aluno diplomado Rodolpho Boese” para reger uma cadeira feminina em Porto União da Vitória. (MARCONDES, 1882, p.17).

A nomeação de um professor para meninas é um fato incomum, mas é necessário considerar que, ainda no Império, a escolarização das mulheres depois das primeiras letras era bem mais difícil (ARAÚJO, 2010) e sua atuação em escolas do interior do Estado mais complicada. Passados quatro anos, foi criada outra cadeira de instrução primária para o sexo feminino, pela Lei nº.851, de 27 de novembro de 1886. (MIGUEL; MARTINS, 2004, p.418), mas não há notícias sobre seu funcionamento ou se foi transformada em “promíscua” (para meninos e meninas). Uma escola promíscua foi criada em 30 de março de 1891, mas “já vinha sendo regida pela professora D. Amélia Schleder de Araújo” (SILVA, 2006, p.64). No relatório de 1894, o Secretário do Interior Caetano Alberto Munhoz informa que a professora efetiva Amélia Schleder de Araújo lecionava na única escola existente na vila de Porto União da Vitória, uma escola promíscua, que a exemplo de outras escolas estaduais, funcionava em casa alugada. (MUNHOZ, 1894, s.p.). Não foi mencionado o número de alunos matriculados na escola. Ainda no mesmo ano, Maria Leocadia Alves Correia foi nomeada para outra escola promíscua na vila de Porto União da Vitória. Essa professora atuou na vila por aproximadamente uma década, quando foi aposentada pelo Decreto nº. 216, de 26 de maio de 1906. (SILVA, 2006, p.98). Era comum que devido a necessidades de subsistência e baixos salários, além de lecionar, os professores desenvolvessem outra atividade, manejando o cabo da enxada em uma pequena lavoura e com mãos calejadas pelo trabalho ainda “[...] guiava outras pequenas mãos no desenhar das primeiras letras [...]” como aponta, na década de 1920, o sub-inspetor Rubens de Carvalho. (CARVALHO *apud* MARTINEZ, 1921, p.39-40).

Ainda ao final do Império chegou a Porto União da Vitória o professor José Cleto da Silva, professor público de instrução primária da capital paranaense, que já aposentado abre uma escola para meninos.

No ano de 1895, o antigo e conhecido professor José Cleto da Silva, funda um colégio em [Porto] União da Vitória: *internato e externato* – nele sendo matriculados, além dos alunos aqui residentes, inúmeros outros de Palmas, São Mateus, Ponta Grossa e alguns de Curitiba. (SILVA, 2006, p.73).

O professor Cleto fez parte da construção dos primeiros momentos republicanos da cidade. Em 1897, era o único professor de Porto União da Vitória alistado entre os cidadãos aptos a votar nas eleições. Como cidadão, transportou sua bagagem de conhecimento de anos como professor em Curitiba para o trabalho na cidade. Foi o presidente da Câmara Municipal e fez a abertura do livro de registro de eleitores em 20 de abril de 1897, rubricando todas as páginas do referido livro. (REGISTRO DE ELEITORES, 1897). Figuras como a de José

Cleto da Silva concorreram para valorizar o ensino entre os moradores de Porto União da Vitória, inclusive por sua atuação local, que extrapolava o âmbito da escola.

Em 1901, o professor Joaquim Serapião do Nascimento chegou à cidade, após ter trabalhado em Paranaguá⁵⁴, no litoral do Paraná. O professor permaneceu na localidade até o final da primeira década do século XX (faleceu em Curitiba em junho de 1911). Esse professor, que teria seu nome inscrito na história da educação das cidades por meio da Casa Escolar Professor Serapião, segundo escreveu Riesemberg tinha,

[como] base da sua pedagogia o sentimento da pátria. O aluno era preparado para a vida nacional. [...] a sua lição era, a propósito de tudo, da língua, da história, da geografia, uma evangelização ampla de civismo, que empolgava o aluno e em que a alma do mestre fremia. (RIESEMBERG, 1978, p. 208).

O médico Alvir Riesemberg nasceu em 1907 e não explicita qual foi sua fonte para essa afirmação sobre a prática pedagógica adotada por Serapião do Nascimento, contudo, nesse início de República, os pressupostos de uma educação pautada nos princípios morais estavam atrelados à formação de cidadãos para atuar de acordo com os preceitos republicanos. O padrão moral, associado à metodologia empregada pelo professor, destacado acima, mesmo que de maneira superlativa, denota como era presente no período a preocupação em formar o brasileiro comprometido com aquilo que era considerado os interesses da Pátria. Um dos grandes desafios para a escolarização no início da República era construir mecanismos para a boa formação de professores que pudessem preparar “para a vida nacional” uma preparação que deveria ser padronizada, bem estruturada e que também empolgasse os alunos.

Em 1906, a chegada dos trilhos do trem inspirou o professor Serapião, que saudou a cidade por meio do poema “União da Vitória”, perpassando uma idealizada transformação da “cabocla”: de “indolente” a “bendita”, com o primeiro luzeiro do vapor, com a locomotiva, a ponte (que seria parcialmente de metal em 1907). Uma cidade do interior ganhava ares graciosos com os trilhos que transportavam riquezas, mas que também construíam um novo movimento, o da modernidade, pela “glória”, “flores” e “amores”, conforme revela o poema **União da Vitória**. O progresso avançava, era anunciado pelo apito, pelo barulho e a fumaça da locomotiva. A terminologia “cabocla”, usada pelo professor Serapião, sutilmente, remetia à (re)organização social da pequena localidade, às margens do Iguaçu.

⁵⁴ De acordo com (MUNHOZ, 1894,p.13), em 1894, o professor Serapião do Nascimento dirigia um Curso Secundário subvencionado pelo Estado, “sob os auspícios da respectiva municipalidade.”

União da Vitória

Selvagem qual bugre nu:
Banhada pelo Iguaçu
A beira dele nasceste,
Linda cabocla indolente
A dormir em mata ingente,
Entre colinas cresceste!

Como creança da roça,
Foi teu berço uma palhoça,
Erigida em férteis zonas,
Foi teu primeiro luzeiro,
O vaporzinho CRUZEIRO
Do Coronel Amazonas!

Qual Cordilheira dos Andes
Vasada em cadinhos grandes
Cogitavas inativa!
Então ribombou por tudo
Assim como um grito agudo,
A voz da locomotiva.

Do ventre a soltar a fumaça
Ei-la ligeira que passa
Do Estado na maior ponte:
É o progresso nos trilhos
Em procura de outros brilhos
De cintilante horizonte!

Eis a cabocla bendita
Agora, rica e bonita
De pé, no banco da glória
Cercada de flores
A som de cantos de amores,
Eis a UNIÃO DA VITÓRIA!
(NASCIMENTO *apud* SILVA, 2006, p.100-101)

A estrada de ferro era uma inovação, algo inevitável para os que acreditavam no progresso, portanto socialmente desejada. A educação pública, alardeada pelos republicanos, como o professor Serapião, ganhava maior ênfase nesse conjunto de mudanças. Quando o trem transpôs a ponte sobre o Rio Iguaçu, em 1906, a cidade já contava com uma jovem professora normalista: Amasilia da Costa Pinto, depois de casada, Amasilia da Costa Pinto de Araújo. Recém-formada na Escola Normal de Curitiba em 1904 havia mudado com sua família (avó materna, mãe, três irmãos, uma prima e uma tia) para Porto União da Vitória no mesmo ano de sua formatura. Sua trajetória deixou marcas para a educação primária local, principalmente para a formação de professores. Primogênita, perdeu seu pai cedo e, por influência de um tio sacerdote, matriculou-se no Curso Normal de Curitiba. Custeou seus

estudos bordando enxovais para noivas curitibanas. Concluiu o Curso Normal aos 18 anos de idade. Aos 10 de julho de 1904, foi nomeada para regência da cadeira em Porto União da Vitória, assumindo-a em 7 de novembro daquele ano. O centenário de seu nascimento, em 1985, motivou comemoração em União da Vitória (PR). (CENTENÁRIO DA PROFESSORA AMASILIA PINTO DE ARAÚJO, 1985).

Em um período em que havia dificuldades de encontrar jovens que aceitassem deixar as facilidades da Capital para atuar no interior, a professora Amasilia, como ficou conhecida, iniciou sua carreira profissional longe de Curitiba, talvez por opção, mas também por haver disponibilidade de vaga de trabalho para a normalista recém-formada (e ela chegou com toda a família) em uma cidade que seria favorecida pela ferrovia. A carência de professores era grande no interior. Em 1904, Bento José Lamenha Lins, Secretário de Negócios, Interior e Justiça do Paraná, externou preocupação com a formação de professores e o papel da Escola Normal em sua preparação para o exercício do “difficil mister”. Alegava que a falta de professores estava associada diretamente à ação formativa da Escola Normal que não conseguia “[...] fornecer para a regência das escolas o pessoal necessário.” (LINS, 1904, p.22).

Na primeira década do século XX, entrou em pauta a “imperiosa e inadiável” reforma da instrução pública paranaense. A reorganização procurava adaptar ao meio “[...] os mais preconizados e eficazes princípios pedagógicos modernos [...] atendendo com muita segurança aos outros pontos básicos relativos à instrução popular.” (SILVA, 1911, p.15). Gradativamente, esse trabalho passa a ser avaliado por Inspectores Escolares, como o delegado de ensino Ismael Alves Pereira Martins que, em 1907, visitou duas escolas em Porto União da Vitória. Uma masculina, sob a regência do professor Júlio Francisco Cidreira, com 32 alunos matriculados e 26 presentes no dia do exame. O inspetor apontava a precariedade das condições em que essa escola funcionava, mas elogiava a ação do mestre, numa turma composta por “[...] alumnos bem adeantados; à esta escola falta tudo, menos o mestre.” (*apud* LINS, 1908, p.7). A outra escola visitada era feminina, sob a regência da professora Amasilia, com 68 alunas matriculadas e, no dia do exame, presentes 51. (LINS, 1908, p.7).

Mas ampliava-se a demanda por escolarização, pelo menos é o que o jornal **Missões** de 1910 sinaliza, ao tratar de Escolas Rurais em Porto União da Vitória. O jornal, com edições quinzenais, apresentava matérias ou notas sobre a instrução pública. Em uma dessas notas, o autor mostra inquietação quanto à falta de professores nas Escolas Rurais e pela constatação que, em geral, os indivíduos que buscam essa profissão estão “[...] açoutados pela necessidade, a míngua de instrução profissional. [Recebiam] pouco salário, somente pagável

na capital do Estado”, prática que seria um dos fatores desestimulantes ao exercício da docência (outros servidores do Estado recebiam seus ordenados na sede de seu exercício profissional) (**Missões**, Porto União da Vitória, 16/10/1910, p.2).

Além dos questionamentos sobre a formação dos professores e a demora nos pagamentos, as precárias condições das casas escolares constituíam-se em outro entrave para a escolarização, especialmente nas áreas rurais. Muitas escolas funcionavam em locais improvisados ou, inexistiam. O jornal **Missões** pede a atenção do Diretor da Instrução Pública para a necessidade de criação de mais duas escolas no Município de Porto União da Vitória, no distrito de São João dos Pobres, “há de muito pedem um professor público, sem que tenham sido atendidos [...] para mais de duzentas creanças existem naquella zona, sem escola.” (**Missões**, Porto União da Vitória, 27/10/1910, p.3). Em 1913, como já mencionado, João Pereira Gomes foi nomeado professor dessa comunidade (MACEDO, 1914, p.39). Não foram localizados dados sobre o tempo em que ele permaneceu na escola da localidade que seria profundamente afetada pela Guerra do Contestado.

Em 1911, o Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, anuncia que o Governo construiria trinta prédios “com concorrência pública já contratada” para o funcionamento da instrução primária, “78 escolas em salas isoladas e independentes”. (SILVA, 1912, p.13). Mas nem todas seriam Grupos Escolares, ou seja, estabelecimentos onde seria ministrado o ensino seriado, graduado. Os Grupos Escolares passaram a integrar a realidade brasileira no final do século XIX. Foram legalmente criados em São Paulo, em 1893, mas regulamentados e instalados em 1894. (VIDAL, 2006, p.7). Contudo, somente uma década depois, é que o modelar estabelecimento passa a ser realidade no Estado do Paraná⁵⁵. Associado à ideia de educação para o progresso e modernização, em 19 de dezembro de 1904, ano do cinquentenário da emancipação política do Paraná, foi inaugurado o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em Curitiba. Devido à falta de recursos governamentais para disseminação desses estabelecimentos por cidades do interior do Estado do Paraná, definiu-se construir as Casas Escolares e nelas abrigar escolas isoladas. As Casas Escolares foram, conjuntamente com as Escolas Isoladas, a forma predominante nas localidades menos populosas. (SOUZA, 2006, p. 3945).

⁵⁵ Conforme o Código de Ensino de 1915 e de 1917, a organização geral do ensino no Estado do Paraná seria por meio de escolas simples (isoladas, monodocentes, multisseriadas), escolas combinadas (diversas escolas eram reunidas para formar um só instituto e um dos professores acumularia a função de diretor) ou Grupos Escolares (quando duas ou mais escolas da mesma comunidade, com o número mínimo de 30 alunos cada, fossem integradas e passassem a funcionar num mesmo prédio). (PARANÁ, 1915, p.19; 1917, p.13).

Entre os prédios escolares que Francisco Xavier da Silva anunciava a construção, estava o de Porto União da Vitória (PR), cujo contrato de construção foi assinado dia 31 de dezembro de 1911, entre o Diretor Geral da Instrução Pública, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos e o construtor, André Petrelli. (KLEIN, 2013, p.27-31). O prédio funcionava como Casa Escolar (Escolas Combinadas), agregando Escolas Isoladas públicas da cidade. A nova estrutura escolar deveria ser motivadora para o empenho dos alunos e reformadora da ação de professores, com todas as “condições de hygiene”, favorecendo a formação do caráter. (SILVA, 1912, p.13).

A Casa Escolar Professor Serapião, assim denominada pelo Decreto nº 324, de 13 de abril de 1912 (PARANÁ, 1914, p.120), começou as atividades em 1913 e abrigou, inicialmente, três escolas isoladas que funcionavam separadamente. O prédio comportava quatro escolas: duas masculinas e duas femininas. Em 25 de janeiro de 1913, o Secretário do Interior, Marins Alves de Camargo comunicava a Claudino Rogoberto dos Santos, Diretor Geral da Instrução Pública, que a Casa Escolar de Porto União da Vitória estava concluída e as chaves seriam entregues diretamente pelo construtor ao Inspetor Escolar. (CAMARGO, 1913a, fl.144)⁵⁶.

Mas existiam outros problemas. Em fevereiro de 1913, quando as aulas seriam iniciadas, o juiz distrital, Antonio Caetano de Oliveira, comunicou ao Secretário do Interior, Marins Alves de Camargo que apesar de ter sido determinado o dia 22 de fevereiro para que “as escolas do sexo masculino e feminino desta cidade” fossem instaladas na Casa Escolar, ainda faltavam instalações necessárias, como “privadas para o uso dos alumnos de ambos os sexos, gradis ao redor do edificio que está em aberto”. O novo mobiliário também não havia sido entregue e o que “existe nas escolas daqui, [...] são uns impróprios e outros antigos e em muito máo estado.” (OLIVEIRA, 1913, fl.52). Os pedidos e respostas sobre encaminhamentos prosseguiram nos meses seguintes, como o realizado em 9 de abril de 1913 (CAMARGO, 1913b, fls. 67) e não foi possível precisar em que mês a reforma foi concluída, os móveis instalados e, finalmente, as três Escolas Isoladas agrupadas na Casa Escolar “Professor Serapião” de Porto União da Vitória. A instituição escolar seria remodelada e se tornaria o Grupo Escolar Professor Serapião depois da divisão da cidade no período pós Guerra do Contestado. Conforme indica Relatório da Instrução Pública paranaense: “os trabalhos de

⁵⁶ Porto União da Vitória (PR) figurava no Relatório apresentado em janeiro de 1918, pelo Delegado de Ensino, Raul Rodrigues Gomes como uma das 28 cidades paranaenses que possuíam uma Casa Escolar. Em 1916, ano do Acordo de Limites, nessa Casa Escolar atuavam quatro docentes e foram matriculados no estabelecimento de Porto União da Vitória, 76 alunos e 79 alunas, totalizando 155 (mas com frequência de 100 alunos). Já no ano seguinte, o número de docentes foi reduzido para dois. Foram matriculados 45 meninos e 28 meninas, totalizando 71 alunos (com frequência de 46 alunos). (SANTOS, 1917, p.221).

remodelação em 1919, serão iniciados na cidade de União da Vitória” e o objetivo seria estimular, organizar e orientar metodologicamente os professores. (SANTOS, 1918, p.8). O primeiro diretor do Grupo Escolar Professor Serapião foi o professor Francisco Silvério Vianna⁵⁷, formado em 1918 pela Escola Normal de Curitiba. (SANTOS, 1918, p.136).

Voltando ao período de organização da Casa Escolar Professor Serapião, é possível vislumbrar, graças à fotografia de autoria de Claro Jansson (Figura 2), parte da cidade de Porto União da Vitória, a parte situada à margem esquerda do Rio Iguaçu, região que depois do Acordo de Limites pertenceria a Porto União.

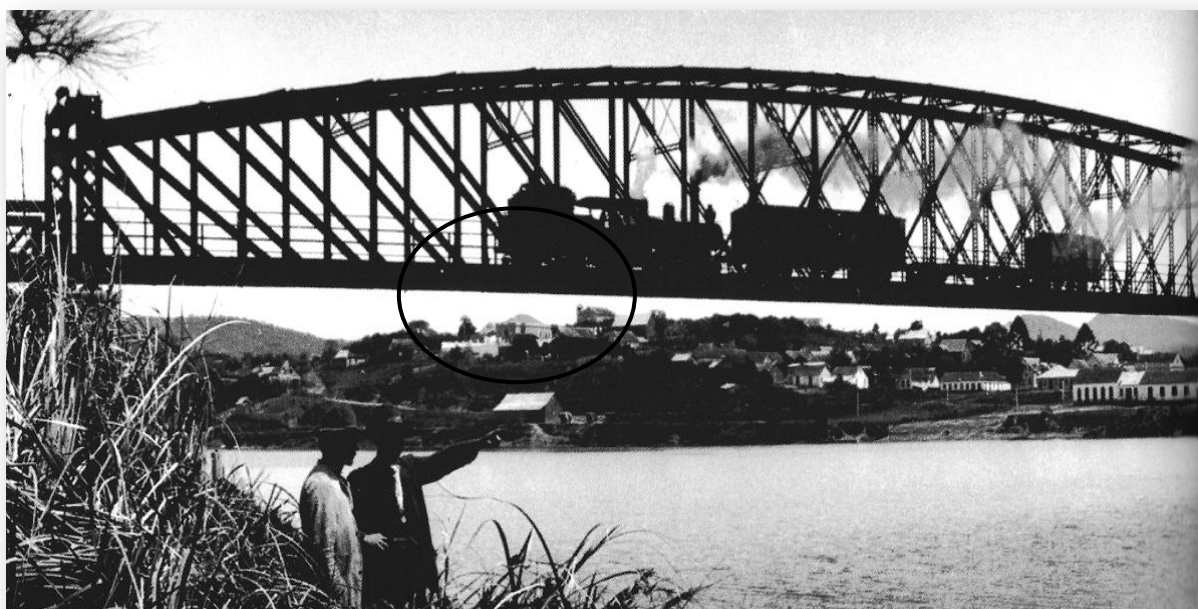


FIGURA 2: FOTOGRAFIA DE ÁREA DE PORTO UNIÃO DA VITÓRIA.
FONTE: D’ALESSIO (2003, p.28)

O fotógrafo, Claro Jansson (191?), registra com destaque a máquina, o trem, símbolo de progresso e modernidade, mas também é possível observar a Casa Escolar, na área central do círculo. O trem anuncia a importância de Porto União da Vitória para a região. Já era o entreposto para tropeiros que transitavam pelo caminho à margem do rio, ligando-a a Palmas e outras localidades menores. A fotografia, feita em preto e branco, registra no alto da elevação duas construções em destaque (no centro do círculo): a Casa Escolar Professor Serapião e a Igreja Nossa Senhora das Vitórias, essa no ponto mais alto, à direita.

⁵⁷ A primeira menção encontrada a ação de Vianna como diretor desse estabelecimento de ensino data de 7 de setembro de 1920, foi feita quando, em visita ao local durante as comemorações do Dia da Pátria, o Inspetor Escolar João Túlio Marcondes de França registrou em relatório: “na sala, reunidos os professores e alguns convidados, falou o professor Francisco [Silvério] Vianna, diretor do estabelecimento, sobre a data da independência do Brasil” (FRANÇA, 1920, p.7).

Observamos que a Casa Escolar foi construída numa posição topográfica privilegiada. Esse cuidado fazia parte do conjunto de elementos exteriores e interiores, que estariam “inteligentemente dispostos para despertar na criança a cultura do belo”. (SANTOS, 1912, p.8). A distância faz com que o edifício ganhe destaque junto com a Igreja. Como escreveu Carlos Monarcha:

Instalados em edifícios construídos para fins escolares ou em prédios adaptados, os grupos escolares têm aspecto magnífico e frequentemente representam o melhor edifício de uma determinada região da capital ou cidade do interior, sublevando-se no vazio da paisagem circundante e simbolizando a presença vitoriosa da República. (MONARCHA, 1999, p.230).

De acordo com Bezerra (2009, p.111), na foto realizada por Claro Jansson, o homem que veste terno escuro seria o coronel Amazonas Marcondes. Estaria apontando em direção à ponte de ferro e o trem, ou para o rio e as terras além? Impossível saber, contudo, tanto a ferrovia pela ponte, quanto os vapores pelo rio, conduziam as riquezas, como a erva mate e a madeira, sinal de prosperidade e do chamado “progresso”. Ao lado de Amazonas Marcondes há um homem, também de chapéu e terno, mas ele não foi identificado. Um agricultor, um trabalhador da ferrovia ou dos vapores, um comerciante⁵⁸ ou um tropeiro (o trem também transportaria os animais, transformando essa atividade)? O que pensavam esses homens diante das mudanças que chegavam com a velocidade da locomotiva?

O fato é que a cidade de Porto União da Vitória modernizava-se, como diziam muitos, com o ritmo mais acelerado de sua economia devido a ferrovia (crescente número de profissionais especializados, de atividades comerciais e até fabris) o que, certamente, influenciou o processo de escolarização (**Missões**, Porto União da Vitória, 15/06/1910). Almejava-se que a educação ofertada na cidade fosse compatível às necessidades dos novos tempos.

A Casa Escolar Professor Serapião, edificada nesse período, seria uma referência da moderna instrução pública para a cidade e assim continuaria depois da divisão de Porto União da Vitória. Foi publicada no ano de 1915, no jornal **Missões**, uma das primeiras imagens que devem ter sido realizadas com alunas dessa Casa Escolar, elas estão com a professora

⁵⁸ Em junho de 1910, entre os vários anúncios publicados no jornal **Missões** estavam: os dos negociantes Pedro Darif, Narciso Linhares e Godofredo Gollman; o do médico Casimiro Hominski; o do alfaiate Francisco Brito; o do fabricante de gasosas e refrescos Manoel Correa; o do cervejeiro Germano Schwartz Filho. Os viajantes podiam hospedar-se no Hotel Milão, em frente à Estação Ferroviária. Muitos eram os produtos vendidos na cidade: secos e molhados, panos variados, armas, ferragens, louças, entre outros. (**Missões**, Porto União da Vitória, 15/06/1910)

Amasilia Araújo, a primeira professora normalista de Porto União da Vitória e alguns outros indivíduos (Figura 3). (**Missões**, Porto União da Vitória, 31/7/1915, p.6). Apesar de muito danificada pelo tempo, a fotografia reproduzida no jornal permite realizarmos uma leitura do grupo captado, organizado para esse fim, provavelmente em data comemorativa. Todas as alunas estavam de vestidos brancos (ou pelo menos de cores bem claras). Apesar de ser uma turma feminina é possível visualizar um menino no canto inferior direito, trajando vestes claras e usando gravata. Para a fotografia as alunas foram organizadas no formato triangular, sobre a escadaria que dava acesso ao interior da escola e no ápice, professores ou convidados e alunos maiores. Algumas alunas foram excluídas da fotografia, como informava o próprio jornal: as crianças “[que compõem o] clichê eram apenas uma parte das alumnas da 1ª. cadeira feminina dirigida pela distinta normalista D. Amasilia da Costa Pinto de Araújo”.



FIGURA 3: ALUNAS DA PROFESSORA AMASILIA (1915)
 FONTE: **MISSÕES**, PORTO UNIÃO DA VITÓRIA (31/7/1915, p.6).

Os homens trajavam terno e as mulheres, vestidos longos, exceto uma (casada ou viúva?). As crianças usavam roupa branca, mas há uma trajando cor escura, no canto inferior esquerdo. Divulgar a escola por meio de fotografias em matérias jornalísticas era uma forma de construir e disseminar as representações sobre a iniciativa republicana para a moderna instrução primária na cidade e também reforçar práticas cotidianas até na questão da indumentária. A fotografia possui como fundo (que pouco aparece na imagem) o edifício da

Casa Escolar, cuja obra havia sido concluída e entregue à população há aproximadamente dois anos. Segundo o jornal **Missões**, em junho de 1915, o estabelecimento estaria

[...] obedecendo todos os requisitos hygiênicos, restando apenas que o Governo do Estado mande reformar a coberta. As telhas que foram para esse fim empregadas filtram muita água que, além de estragar dentro em breve tempo tão importante edifício, é, especialmente prejudicial à saúde das creanças que frequentam as aulas [...]. (**Missões**, Porto União da Vitória, 31/06/1915, p.6).

Mas, mesmo em tempo de intenso debate relacionado à higiene, salubridade e saúde, inclusive em espaços escolares (cf. BERTUCCI, 2014, p.128) o apelo dirigido aos poderes competentes para arrumar o telhado não surtiu efeito, pois, em dezembro do mesmo ano, em artigo de primeira página do mesmo jornal reiterava-se a solicitação, afirmando que as telhas “[de] nada valem: filtram muita água conservando a umidade nas paredes, alagando todo assoalho [...]”. (**Missões**, Porto União da Vitória, 11/12/1915, p.1). Para o Inspetor Escolar, o engenheiro agrônomo Rivadávia Amazonas que visitou a escola (a turma) da professora Amasilia Araújo em outubro de 1915, a questão crucial era outra, o que não significa absoluto descaso das autoridades governamentais sobre o tema, inclusive se considerarmos os currículos das Escolas Complementares da década seguinte, com as disciplinas, **Ginástica, Educação Física e Higiene**, como veremos no Capítulo seguinte desta tese. No seu Relatório, o Inspetor Escolar apontou que no prédio “funcionam 3 Escolas completamente separadas”, as quais, alerta ele, deveriam “ser somadas”, dando às professoras “[...] mais facilidade no ensino e aos alumnos maior aproveitamento”. (AMAZONAS, 1915, p.01).

Nas palavras do Inspetor Escolar, nenhuma consideração sobre o telhado e outras questões que pareciam incomodar moradores da cidade, pois estavam nas páginas do jornal local em mais de uma edição. Será que no intervalo entre outubro, data da visita de Rivadávia Amazonas, e o número de dezembro do jornal **Missões**, essa situação se agravou? Artigo do jornal afirmava que havia necessidade de “roçar o matagal existente em derredor do edificio escolar”. (**Missões**, Porto União da Vitória, 11/12/1915, p.1). O jornal alertava também para o mau estado das vidraças das janelas do edificio escolar e do muro da escola: “[...] contamos sessenta vidros quebrados, a pedradas! [...] os muros que cercam o edificio escolar estão cheios de palavras obscenas e de desenhos taes, que a moral manda calar, tornando-se preciso renovar a caiação por esse motivo”. E continua: alguns chefes de família “não consentirão mais” na ida de seus filhos às aulas enquanto o telhado também não for arrumado, protegendo seus filhos dos males causados pela água da chuva que escorre pelas paredes. (**Missões**, Porto

União da Vitória, 11/12/1915, p.1). O jornal estaria exagerando? Afinal, **Missões** era um periódico dirigido pelos que pleiteavam a criação do Estado independente Missões na região do Contestado e a escola era mantida pelo governo paranaense. Entretanto, o jornal não deveria publicar algo que os moradores de Porto União da Vitória não pudessem observar, mesmo que fosse numa outra perspectiva (menos radical) e em menor proporção. Em janeiro de 1916, outro artigo denunciava o péssimo estado da Casa Escolar:

[...] é de causar lástima e infinita tristeza o Estado que se acha o edifício escolar [...] o mobiliário e demais utensílios escolares como mappas, globos e etc, estão sendo dannificados pelas chuvas que atravessam as janellas, ora completamente desprovidas de vidros e isso por não ter essa casa escolar um zelador, que coibiria o excesso da molecada perversa e daninha que só se compraz commetendo toda a sorte de depredações contra tão utilíssimo prédio. (**Missões**, Porto União da Vitória, 15/1/1916, p.1).

Às repetidas denúncias sobre descaso com o prédio somava-se o apelo para a contratação de um zelador para a escola, o que conforme citado, “coibiria o excesso da molecada perversa e daninha” que depredava o prédio, segundo texto do jornal. Local de educação, o próprio prédio escolar também poderia educar: era necessário preservá-lo. E essa educação que aconteceria indiretamente via o olhar vigilante do zelador, poderia até atingir aqueles que, por pura diversão, ativaram pedradas nas janelas de vidro, tal qual faziam com os passarinhos. A valorização da escola, da educação escolar, seria realizada através de diversas vias, não apenas através das palavras dos professores, mas por meio de salas bem cuidadas, arejadas (e sem infiltrações), materiais escolares limpos e em ordem, prédios bem conservados e o entorno da escola roçado.

Uma combinação de palavras e atos que, por vezes, deveriam incluir a vigilância ostensiva, como a de um zelador. Coibir atos de indisciplinados, como os da “molecada perversa e daninha”, denunciados pelo jornal, que poderiam degenerar o ambiente escolar, era fundamental para fortalecer representações sobre a função da escola. Se, numa escola isolada o professor era o único responsável por manter a ordem e desenvolver os aspectos pedagógicos, num agrupamento de escolas, a proposta era fragmentar atividades, de acordo com os “princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho”, como escreveu Souza (1998, p.16). Nesses tempos, que foram os da Guerra no Contestado, a tensão local favorecia a efervescência de disputas territoriais, mas também socioculturais. A presença de uma escola para instrução pública, cujo símbolo mais evidente era a Casa Escolar, era cada vez mais difundida por autoridades governamentais e grupos de indivíduos envolvidos no conflito (as

já mencionadas “décimas” de Adeodato, no seu julgamento em Florianópolis, era reveladora (FELIPPE *apud* MACHADO, 2004, p.319).

Foi nesse período que o governo paranaense publicou no **Diário Oficial** o Decreto nº 710, estabelecendo a reformulação do Código de Ensino do Estado do Paraná, em 1915. (PARANÁ, 1915) ⁵⁹. Essa nova regulamentação inovava em relação à anterior, que era de 1901, e regulamentava as Escolas Intermediárias, com curso de dois anos⁶⁰ com o fim de “habilitar alunos para a matrícula no Gymnasio [com as disciplinas do primeiro ano] e na Escola Normal [com as disciplinas do segundo ano]”. (PARANÁ, 1915, p.39). Cerca de quatro anos antes, em 1911, no Estado de Santa Catarina era organizado o Regulamento das Escolas Complementares, que as atrelou aos grupos escolares. Esse regulamento, publicado pelo Decreto nº 604, de 11 de junho de 1911, criava *ad referendum* do Congresso representativo de Santa Catarina essa modalidade de escola, a partir da Reforma do Ensino Catarinense (Lei nº 846, de 11 de outubro de 1910; Decreto nº 585, de 19 de abril de 1911) (FIORI, 1975, p.94). O Decreto nº 604 garantiria, “na prática”, o cumprimento do objetivo da reforma de “formação do professorado pelo ensino profissional” (SANTA CATARINA, 1911b, p.3). As Escolas Complementares eram previstas para funcionar junto aos Grupos Escolares, os quais foram instituídos pela mesma Reforma no cenário educacional catarinense. (FIORI, 1975, p.100). Com duração de três anos, o curso deveria preencher uma lacuna de escolarização entre o Grupo Escolar e a Escola Normal, facilitando a “habilitação de candidatos ao professorado [...] aproveitando as vocações” daqueles jovens que não tinham condições de residir na Capital do Estado para estudar, mas que poderiam ser professores⁶¹. O ano letivo de dez meses iniciava em 1º. de março, mas os alunos poderiam ingressar ao longo do ano, desde que houvesse vagas e que o “aluno esteja em condições de acompanhar a classe sem prejuízo para o ensino.” (SANTA CATARINA, 1911b, p.7). Com número máximo de 40

⁵⁹ Apesar do Decreto nº 710 ter sido publicado no **Diário Oficial** dia 2 de dezembro, o Código de Ensino do Paraná estava aprovado em 18 de outubro de 1915.

⁶⁰ Pelo Código de Ensino paranaense de 1901, seriam professores efetivos os diplomados pela Escola Normal ou os que fossem habilitados mediante concurso específico. Conforme o Art. 66, a inscrição para o concurso a professor **efetivo** poderia ser solicitada por homens que comprovassem ser maiores de 21 anos e mulheres, maiores de 18 anos, possuírem bons antecedentes morais e civis, bem como capacidade física e saúde. (PARANÁ, 1901, p. 102). Conforme o Art. 80, os professores **provisórios** seriam nomeados desde que comprovassem os mesmos requisitos estabelecidos para os candidatos a efetivos, porém eram indicados pelo diretor-geral e sua atuação estava condicionada à falta de professores habilitados. Esses professores poderiam se tornar efetivos, se dentro de um ano após sua indicação, prestassem o exame para tal. (PARANÁ, 1901, p.104).

⁶¹ As Escolas Complementares já faziam parte do conjunto de escolas paulistas, como possibilidade para formar um número maior de professores. De acordo com Souza (1998, p.54), em 1897 foi criada uma Escola Complementar em Itapetininga, no interior de São Paulo. Esses professores ocupariam cadeiras em Escolas Isoladas e também em Grupos Escolares.

alunos no primeiro ano e matrícula em livro separado para o feminino e outro para o masculino.

No Paraná, a partir de 1915, o Código de Ensino, previa, no Art. 191, que a uma Escola Intermediária, poderia “anexar-se, sob a mesma direção, uma ou duas escolas do curso primário, ministrando o ensino da 4ª série ou das séries 3ª e 4ª”. (PARANÁ, 1915, p.39). Os exames para ingresso eram realizados ao final de cada ano, pelos próprios professores, sob a supervisão de autoridade designada e com conteúdos pré-estabelecidos. Ser aprovado no primeiro ano da Escola Intermediária era condição para prestar o exame do segundo ano. O seguinte programa: primeiro ano: “a) prova escripta de Portuguez, consistente em dictado e analyse lexica; b) prova oral de Portuguez e das outras materias.” No segundo ano: “prova escripta de Portuguez, consistente em composição sobre assumpto simples previamente explicado e analyse syntactica de um trecho dictado; b) prova oral de portuguez e das outras matérias.” (PARANÁ, 1915, p. 40). A conclusão do primeiro ano facultava ao aluno a matrícula no Ginásio e, do segundo ano, na Escola Normal.

O governo paranaense anunciava no novo Código de Ensino que pretendia estabelecer um rigoroso serviço de inspeção, o qual poderia apontar para o Estado, problemas como o vivido em Porto União da Vitória, com o prédio escolar e seus funcionários, mas, ainda mais, declarava atenção para com professores e sua formação. Determinava que o Inspetor Escolar deveria “visitar ao menos duas vezes por mez os institutos de ensino infantil e primario sob sua jurisdição, averiguando si nelles são fielmente cumpridas as disposições de leis, regulamentos e regimentos, bem como as instrucções e ordens emanadas de autoridades competentes [...]”, (PARANÁ, 1915, p.10), devendo comunicar à superintendência de ensino o que constatasse. Em Ofício Circular de novembro de 1915, dirigido aos Inspectores Escolares, reproduzido no periódico **Missões**, o Diretor Geral da Instrução Pública, idealizador do Código de Ensino de 1915, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, fixava o calendário para o final do ano letivo e os deveres dos professores e alunos para a aplicação dos exames naquele final de ano.

[...] Cumpre-se já, chamar a vossa atenção para os seguintes preceitos baseados em disposições do dito Código: 1. As aulas devem encerrar-se do dia 14 de novembro em diante, à medida que se realizarem os respectivos exames. 2. Os professores não podem, a qualquer pretexto, eximir-se de dar a alumnos, exames. 3. Prestam exames todos os alumnos de cada escola, seja qual for o seu gráo de adiantamento, para ser promovido de classe, ficando na mesma série, ou para completar o curso primário (exame final de 4ª série), de accordo com o programma em vigor. (**Missões**, Porto União da Vitória, 13/11/1915, p.2).

A reorganização da instrução pública paranaense a partir do Código de 1915, difundida pela imprensa, foi tal qual a de 1911, realizada em Santa Catarina por Orestes Guimarães, a mais ampla do ensino do Paraná, com vistas a aproximá-lo do “modelo paulista” dos Grupos Escolares e da formação de professores, com as devidas adaptações. Em terras paranaenses, essas mudanças foram complementadas pelo Código de Ensino de 1917, inclusive com alteração na Escola Intermediária. No âmbito local, ainda em 1915, o jornal **Missões** exibia notícia que reforçava o papel da instrução e o trabalho do professor e divulgava, na matéria “Pelas Escolas”, o “exame parcial” realizado em novembro daquele ano nas instituições de ensino primário de Porto União da Vitória. (**Missões**, Porto União da Vitória, 27/11/1915, p.2). O Art. 220 do Código de Ensino de 1915 previa que “exames parciais” das disciplinas escolares seriam em duas épocas:

[...] uma que começará a 16 de Novembro, outra que decorrerá de 12 de Fevereiro até o fim deste mez [...]. Par. 1º - Na primeira epoca serão submettidos a exame todos os alumnos matriculados que não hajam perdido o anno por falta de frequencia. [...] Par. 2º - Na segunda época só poderão prestar exames: a) os alumnos que, por motivo de força maior, devidamente provado, não puderam presta-los na primeira; b) os que forem em primeira epoca reprovados em uma só matéria ou della não puderam ou não quizeram, por qualquer motivo, prestar exame. (PARANÁ, 1915, p.45).

O artigo do jornal, de maneira detalhada, publicava os nomes dos alunos, das quatro escolas de Porto União da Vitória, três delas na Casa Escolar Professor Serapião (duas femininas com quatro séries e uma masculina com três séries e três classes) e uma no arrabalde denominado Tocos (com quatro classes, criada pela Lei nº 1228, de 26 de abril de 1912) escola classificada como simples, isolada, frequentada por meninos e meninas (JOÃO, 1912, fl.260), que realizaram os exames parciais ou finais: os aprovados com louvor, distinção, plenamente ou simplesmente. Também relacionava os reprovados e que poderiam se submeter aos exames de “segunda época”, em fevereiro. Foi significativo o espaço dedicado a esse acontecimento pelo jornal, considerando que esse era o tempo da Guerra do Contestado, cujas notícias estampavam páginas em praticamente todas as edições do **Missões**, no período. Mas, devemos considerar que os exames constituíam-se em dispositivos que reafirmavam o “prestígio e qualidade” da escola republicana e, com o passar dos anos, os exames tornam-se “rituais de grande projeção pública” para a escola e os docentes. (SOUZA, 1998, p.242-244).

Na escola de Tocos, a professora Bernardina Schleder⁶², recebeu a visita do Inspetor Escolar do Município em 17 de novembro de 1915 e 29 alunos realizaram exames parciais, 13 crianças faltaram (essa escola, como as do núcleo urbano precisava contar com pelo menos 30 alunos para funcionar). Em 18 de novembro, o Inspetor realizou tais exames nos alunos da Casa Escolar Professor Serapião: primeiramente, os alunos da 2ª cadeira feminina, da professora normalista Ondina Cordeiro Machado, compareceram 28 e faltaram 9 alunos; no dia seguinte, foram examinados alunos da 1ª cadeira feminina, regida pela professora normalista Amasilia Araújo, compareceram 38 e faltaram 22 estudantes. Ambas as cadeiras, embora “femininas” eram também frequentadas por alguns meninos. (**Missões**, Porto União da Vitória, 27/11/1915, p.2). A cadeira masculina da Casa Escolar, a única escola⁶³ de Porto União da Vitória que era também de 2º Grau, sob a regência do professor Modesto Bittencourt Sobrinho, foi examinada em 20 de novembro. De acordo com Silva (2006, p.116), desde o ano de 1910, era professor na cidade, constando na listagem de professores públicos efetivos de 1ª. classe, do Estado do Paraná. (XAVIER, 1911, p.103). As aulas de Bittencourt Sobrinho diferenciavam-se, pois, o professor lecionava as modalidades 1º e 2º. Grau (a aprovação no 2º Grau era requisito para a matrícula na Escola Normal (PARANÁ, 1901, p.136)⁶⁴. Um aluno realizou e foi aprovado no exame do 2º Grau. Entre os alunos de 1º Grau de Bittencourt Sobrinho, compareceram 33 crianças e faltaram 22 alunos. (**Missões**, Porto União da Vitória, 27/11/1915, p.2)⁶⁵.

Pouco depois da publicação do artigo sobre os “exames parciais”, em janeiro de 1916, o jornal **Missões** publicava uma matéria enaltecendo o trabalho do Diretor da Instrução Pública paranaense, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo e de Cândido Natividade da Silva,

⁶² A professora Bernardina Schleder, que não era normalista, lecionava na escola promíscua do povoado Timbó (que passou para Santa Catarina com o Acordo de Limites), mas com a transferência assumiu uma escola nas proximidades de Porto União da Vitória (JOÃO, 1912, fl.260).

⁶³ Não localizamos dados que mostrem existir no período outra escola dessa natureza na cidade.

⁶⁴ Pelo Regulamento da Instrução Pública de 1901, o ensino primário era subdividido em disciplinas para o 1º e 2º Grau, mas aparecem essas duas modalidades somente na escola masculina da Casa Escolar Professor Serapião. O Art. 21 estabelece as *Disciplinas*: “a) 1º. Grau: Leitura e calligraphia; grammatica, comprehendendo sómente ethymologia e phonologia e rudimentos de analyse; arithmetica, comprehendendo as quatro operações sobre todas as especies de numeros; noções de geographia pátria e especialmente do Estado do Paraná; noções de desenho linear, recitação e leitura em voz alta; composição e descripção elemental de cartas; objectos e assumptos da vida comum; noções elementares da agronomia; principios da moral, noções de economia doméstica e trabalho de agulhas para meninas”. [...] b) 2º. Grau: Grammatica, comprehendendo analyse etymologica e sintaxica e a morphologia; arithmetica em geral; noções de geometria plana; noções geraes de geographia e história pátrias, especialmente do Estado do Paraná; noções elementares de agronomia; principio de moral; decoraçào e explicação de trechos de escriptores nacionaes; composição e estylo epistolar e descriptivo; gymnastica de salão; costura, bordado e corte para as meninas”. (PARANÁ, 1901, p.91).

⁶⁵ Não foi possível saber quantos alunos (entre os presentes e os ausentes) realmente frequentavam a escola naquele momento. Não localizamos dados que informem sobre a desistência de alunos. Dados sobre matrículas, na década de 1930, podem ser verificados no Anexo desta tese.

que havia visitado Porto União da Vitória como Delegado da Superintendência do Ensino, com o fim de organizar o conselho local do Ensino Primário, seguindo determinação do Código de Ensino de 1915. (**Missões**, Porto União da Vitória, 29/01/1916, p.2). Em 22 de janeiro, após vista às escolas municipais, Cândido Natividade da Silva enviou uma correspondência ao Diretor da Instrução Pública, informando sobre a necessidade de reparos nos prédios escolares do interior do Estado e cita o caso da Casa Escolar Professor Serapião, cujo estado precário havia sido tema de artigo publicado no periódico **Missões** (um exemplar do jornal foi anexado ao ofício enviado ao Diretor da Instrução Pública). (**Missões**, Porto União da Vitória, 05/02/1916, p.1).

Quanto tal relatório, com o número anexo do jornal, resultou em ações para melhorias da Casa Escolar de Porto União da Vitória foi impossível saber. Mas, no primeiro semestre de 1916, quando a cidade vivia os últimos lances da Guerra do Contestado, outra questão repetidamente veiculada pela imprensa era a falta de professores, as chamadas “cadeiras vagas” das escolas da região (**Missões**, Porto União da Vitória, 29/01/1916, p.2; 13/04/1916, p.2). Nesse ano, somente duas professoras atuavam em escolas públicas, na cidade: Amasília Araújo, na 1ª cadeira feminina da Casa Escolar Professor Serapião e Bernardina Schleder, na Escola Isolada mista de Tocos. E foram essas duas professoras que organizaram uma comemoração escolar em Porto União da Vitória, em 13 de maio de 1916. De cunho patriótico, caracterizou-se pela disseminação da ideia de nação, de civismo; nada mais apropriado como parte das comemorações pelo fim do conflito armado na região e também da proposta republicana de educação: a exaltação da Pátria (CARVALHO, 2010). A Bandeira Nacional e o Hino que a homenageia, de autoria de Olavo Bilac⁶⁶, foram amplamente utilizados pelas professoras na solenidade. Bandeira e hino, evidentes símbolos nacionais republicanos, conforme Carvalho (1990, p.109), de uso praticamente obrigatório em festas escolares nesse período.

Na região marcada pela Guerra do Contestado, a escola era o espaço privilegiado para integração entre as famílias de alunos e também se distinguia pela formação de uma “identidade coletiva do país”, que conforme aponta Carvalho (1990, p.32), era considerada a base para construir a nação brasileira. O jornal **Missões** divulgou a comemoração cívica, descrita como “encantadora festa escolar”, que teve sua programação completa publicada no periódico (**Missões**, Porto União da Vitória, 20/05/1916, p.2). Uma comemoração escolar que, conforme Bencostta, era produto de “uma ação, um tempo e um lugar determinado, o que

⁶⁶ Sobre as ações de Olavo Bilac como homem de letras e público, em prol da instrução e do nacionalismo, veja, entre outros: Hansen (2007).

resulta numa concentração de afetos e emoções, em torno de um assunto que é celebrado e comemorado”. (BENCOSTTA, 2010, p.248).

A festividade foi realizada no Clube Apolo, reunindo “os zelosos pais” que se beneficiavam da escola, seus familiares e amigos. O destaque foi para “as gentis alumnas uniformemente vestidas, [que] muito fizeram realçar aquella festividade, bem demonstrando a boa vontade dos chefes de família que não pouparam esforços no sentido de auxiliar as dignas preceptoras.” (**Missões**, Porto União da Vitória, 20/5/1916, p.2). A iniciativa das educadoras mobilizou também o maestro Paulino Martins Filho que, com sua orquestra, acompanhou os cânticos escolares e os hinos, especialmente o Hino à Bandeira, no encerramento da comemoração⁶⁷.

O uso do uniforme nas solenidades visava dissimular as “[...] diferenças sociais e projetava a imagem de uma comunidade coesa e solidária.” (LENHARO, 1998, p.40). A pretensa igualdade representada pelas alunas “uniformemente vestidas” fortalecia a imagem da escola perante a sociedade como um espaço em que as diferenças eram suprimidas. O encerramento ocorreu sob “estrepitosas palmas de toda a assistência” e, em seguida, houve um baile infantil, até às 21 horas. A comemoração cívica reunindo arte e música foi utilizada pelas professoras para “[incutir] no espírito da infância os ideais levantados de amor à escola e à Pátria”. (**Missões**, Porto União da Vitória, 20/05/1916, p.2). Esse registro informa sobre o trabalho das professoras na comunidade convulsionada por um longo conflito, a utilização das atividades e festas escolares como elemento de diálogo e de interação, fortalecendo laços entre escola e comunidade local, propiciando a construção de representações pautadas em ideais de ordem e progresso para a nação.

Em outubro, mês da assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, foi realizada a Festa da Primavera em Porto União da Vitória e em meio às discussões sobre a

⁶⁷ A comemoração contou com a seguinte programação: “1 Discurso pela menina Carmem Catta Preta, 2 Hymno Nacional Brasileiro cantado por todas as alumnas, 3 A Orphã e a Caridade (recitativo) pela menina Philomena Vieira, 4 A Douda D’Albano pela menina Jacyra Matozo, 5 Hymno ‘Sou Brasileiro’ (musica Antonio Leal e poesia de Luiz Galvão) cantado por todas as alumnas, 6 O Passaro Captivo de O. Bilac recitado pela menina Hilda Caneparo, 7 As Quatro Estações, musica de Paulino Martins Filho e poesia de O. Bilac, cantado pelas meninas Jacyra, Carmen, Maria e Hilda, 8 Borboleta, poesia de O. Bilac, recitada pela menina Maria Soberai, 9 A patria, de O. Bilac, recitada pela menina Wanda Adam, 10 A Justiça de O. Bilac, recitada pelas meninas Carmem e Wanda, 11 O Credo, de O. Bilac, recitado pela menina Maria Doralina, 12 As Flores, de Olavo Bilac, recitado pela menina Dalva de Andrade, 13 O Pássaro, de O. Bilac, recitado pela menina Carmem Catta Preta, 14 Maio, de O. Bilac, recitado pelo menino João Hüttner, 15 Os Bravos, de V. de Araguaia, recitado pelo menino Floriano, 16 Sete de Setembro, de Felix X. da Cunha, recitado pelo menino Walfrido Kurten, 17 A Esmola dos Pobres, de Julio Diniz, recitada pela menina Maria Cândia Schleder, 18 A Infancia, de O. Bilac, recitado pela menina Zulmira Schleder, 19 A Modestia, de O. Bilac, recitado pela menina Frida Wolff, 20 Dous Colleiros, de A. L. de Bom Sucesso, recitada pela menina Hirma Meister, 21 Cabelleira do Velho Pae, recitado pela menina Amanda Wolff, 22 Hymno à Bandeira nacional, cantado por todas as alumnas”. (**Missões**, Porto União da Vitória, 20/05/1916, p.1).

iminente divisão do território e da cidade, a comemoração ou, pelo menos, o relato que dela foi efetuado, foi um pouco diverso. O artigo do jornal **Missões** que descreveu esse acontecimento reiterou os “frenéticos vivas ao Paraná”, os “entusiásticos vivas ao Paraná” que teriam acontecido durante os festejos. (**Missões**, Porto União da Vitória, 12/10/1916, p.2). Mesmo que exagerado, esse relato do jornal **Missões** indicava os sentimentos de vários moradores de Porto União da Vitória e região, território que foi delimitado nos meses seguintes e, em 1917, ano em que o Estado do Paraná publicou seu novo Código de Ensino, existiam duas cidades, de Porto União (SC) e de União da Vitória (PR), mas os problemas continuavam: da precariedade das instalações escolares à falta de professores formados.

Com o novo Código de Ensino do Estado do Paraná, promulgado pelo Decreto nº 17, de 9 de janeiro de 1917, novas perspectivas para a formação de professores foram instituídas, por meio da Escola Intermediária. A principal mudança na Escola Intermediária efetivada pelo Código de 1917 foi a inclusão do Art. 179: “Aos alunos que concluírem o curso intermediário poderão ser nomeados para a regência efetiva de cadeiras do ensino primário, independente de novo exame.” (PARANÁ, 1917, p.31). Foi suprimida a taxa de 6\$000 (seis mil réis)⁶⁸, antes cobrada dos que prestariam exame para a Escola Intermediária (PARANÁ, 1915, p.40), o que poderia até ser um estímulo extra para os possíveis candidatos.

Decreto nº. 710 de 18/10/1915	Decreto nº. 17 de 9/1/1917
1º. Ano (6 disciplinas)	1º. Ano (6 disciplinas)
Portuguez	Portuguez
Arithmetica	Arithmetica
Geometria Pratica	Geometria Pratica
Calligraphia	Calligraphia
Historia da Civilização no Brazil	Historia do Brazil
Geographia Physica geral e especialmente do Brazil	Geographia Physica geral e especialmente do Brazil
2º. Ano (8 disciplinas)	2º. Ano (8 disciplinas)
Portuguez	Portuguez
Arithmetica	Arithmetica
Geometria	Geometria
Desenho	Desenho
Calligraphia	Calligraphia
Geographia Politica geral e especial do Brazil	Geographia Physica e Politica geral e especial do Brazil
Historia geral da Civilização	Historia geral
Physica	Physica
Chimica	Chimica
Historia Natural	Historia Natural

QUADRO 1: DISCIPLINAS OFERTADAS PELA ESCOLA INTERMEDIÁRIA EM 1915 e 1917
 FONTE: PARANÁ, (1915, p.39; 1917, p.30).

⁶⁸ No Brasil das primeiras décadas do século XX, a moeda era o real, plural réis: \$500 (500 réis), 500\$000 (500 mil réis), 500:000\$000 (500 contos de réis). Em 1929, uma assinatura semestral do jornal (aproximadamente 147 exemplares) do jornal **O Liberal**, de Porto União (SC) custava 8\$000 (oito mil réis).

Efetiva-se a dualidade na formação de professores para a Escola Primária paranaense. Jovens, egressos da Escola Intermediária, cujo fim primeiro era preparar os alunos para o exame de ingresso no Ginásio e na Escola Normal, passaram a ser diplomados pelo novo Código de Ensino, para lecionar em Escolas Primárias. Sem cursar as disciplinas pedagógicas, pois, como pode ser observado (Quadro 1), o Código de 1917 apenas altera denominações das disciplinas de *História e Geografia*, do 1º e do 2º ano (mas, não foi possível identificar se ocorreram mudanças no conteúdo).

Na recém-criada cidade de União da Vitória, essa alteração no aspecto legal não teve impacto direto, pois Escola Intermediária não existia na cidade. Seria preciso esperar outras mudanças na área educacional, da transformação da Casa Escolar Professor Serapião em Grupo Escolar Professor Serapião (1919) à implantação da Escola Complementar paranaense, em 1925, (PARANA, 1925)⁶⁹, para que fosse organizada, do lado paranaense da fronteira, em 1929, uma dessas escolas que teria como objetivo principal suprir de professores efetivos as escolas rurais simples ou isoladas.

Quando a Escola Intermediária foi reorganizada no Paraná, em 1917, no Estado de Santa Catarina já existia a Escola Complementar, de três anos, criada pelo Decreto nº 604, de 11 de julho de 1911, *ad referendum* do Congresso Legislativo, como parte da Reforma da Instrução Pública. Sua finalidade: “desenvolver o ensino dos alumnos que tenham terminado o curso dos grupos escolares” difundindo a instrução primária no interior do Estado. (SANTA CATARINA, 1911, p.5). Em 1917, existiam três Escolas Complementares em Santa Catarina, mas, apenas em 1928 (um ano depois da criação do Grupo Escolar Balduino Cardoso), uma instituição dessa modalidade de ensino (remodelada em 1919) foi inaugurada em Porto União (SC).

Assim, apesar de especificidades legais e programáticas, que determinariam maior ou menor mobilidade profissional, as escolas que, dos dois lados da fronteira, foram organizadas com o objetivo maior de formar professores para ensinar em escolas isoladas no interior dos Municípios e em pequenas localidades da região do ex-Contestado, foram instaladas no final dos anos 1920. Essas Escolas, por sua localização, certamente tiveram como seus frequentadores tanto os filhos de imigrantes quanto os filhos de sertanejos.

⁶⁹ A Escola Complementar no Estado do Paraná (curso de três anos) já havia sido prevista na Lei nº 1236, de 2 maio de 1912, que foi publicada em **Diário Oficial** somente no ano seguinte, em 3 de abril de 1913 (PARANÁ, 1913, p.1). A Lei não teve execução imediata, foi frustrada devido ao “[...] considerável aumento da despesa que acarretaria a execução”. (ALBUQUERQUE, 1913, p.17). Exigiria mudanças na organização da instrução pública que ainda estava pautada no Regulamento de 1901.

CAPÍTULO 2

A INSTRUÇÃO PÚBLICA E AS ESCOLAS COMPLEMENTARES NA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO PÓS-CONTESTADO: PORTO UNIÃO (SC) e UNIÃO DA VITÓRIA (PR)

[...] embora possamos, por processos comparativos, observar experimentos mais ou menos semelhantes em diferentes laboratórios nacionais (a emergência do Estado Nação, a industrialização) nunca poderemos retornar a esses laboratórios, impor nossas próprias condições, e repetir novamente o experimento. (THOMPSON, 1981, p.58).

2.1 ESCOLAS PRIMÁRIAS EM AMBOS OS LADOS DA FRONTEIRA NO PÓS-CONTESTADO E A INSTALAÇÃO DE ESCOLAS COMPLEMENTARES

Em 5 de setembro de 1917 foi realizada a Sessão de Instalação do Município e Comarca de Porto União, criado pela Lei nº1147, de 25 agosto de 1917 (SANTA CATARINA, 1917a, p.6-7), a partir da divisão da cidade de Porto União da Vitória. Esse foi um dos resultados da assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, depois do fim da Guerra do Contestado. Nessa data, o Secretário Geral do Estado de Santa Catarina, Fulvio Aducci, representou o Presidente do Estado na solenidade e felicitou os habitantes do novo Município em nome do governo “[...] pelo grande acontecimento a que lhe foi dado assistir e fazia votos para que todos unidos trabalhassem pela prosperidade deste Município, pela grandeza do Estado de Santa Catarina e pela felicidade do Brasil Republicano.” (RIBEIRO, 1967, p.15).

A divisão da cidade de Porto União da Vitória (PR) foi materializada pela estrada de ferro. Os prédios públicos, inclusive o que abrigava a Casa Escolar Professor Serapião, passaram a fazer parte do conjunto urbano da nova cidade catarinense de Porto União, a qual se organizou em áreas mais elevadas e protegidas de cheias do Rio Iguaçu. Na parte paranaense, do outro lado dos trilhos, organizou-se a cidade de União da Vitória, em uma área banhada pela grande volta do Iguaçu e mais susceptível a enchentes. A pesquisadora Gaspari (2011, p.150) explica que nas duas localidades fronteiriças foram instaladas as estações de trem em casarões de madeira: “a de União da Vitória [mais próxima à ponte] servia para cargas e encomendas e a de Porto União [próxima à praça Hercílio Luz] para passageiros”, ambas as estações estavam próximas e existiram até 1942, quando foi inaugurado um prédio congregando-as num mesmo ponto geográfico. Junto às estações ferroviárias eram realizadas festividades cívicas, tais como a comemoração do Centenário da Independência, em 1922 e o Dia do Colono, em 1935. (GASPARI, 2011, p.152-153). Devido ao movimento de trens, que se somava ao grande número de pessoas reunidas no momento em que esses chegavam ou partiam, a nova estação foi equipada e entregue à comunidade com um túnel que interligava Porto União (SC) e União da Vitória (PR), por onde os pedestres circulavam livremente. O túnel foi inaugurado com a estação.

A ferrovia, que demarcava com precisão a fronteira entre Santa Catarina e Paraná, não impedia a circulação das pessoas, pois era constantemente atravessada por tropas de animais, carroças, charretes, cavaleiros, alguns veículos motorizados e muitos pedestres, sem grande dificuldade. Ao mesmo tempo em que dividiam as cidades de Porto União (SC) e União da

Vitória (PR), os trilhos pareciam costurar uma unidade nesse espaço fronteiriço, onde, ao final da década de 1920, foram criadas as Escolas Complementares anexas aos Grupos Escolares. Essas Escolas Complementares concorreram para fomentar os laços entre as cidades fronteiriças; laços que não excluía sentimento de ser paranaense ou catarinense, que pouco a pouco cresceu como parte de um sentimento maior: o de ser brasileiro. A redefinição da fronteira interestadual ocasionou mudanças na oferta da instrução em ambas as cidades, que contavam com escolas onde eram regentes professores pagos pelo Estado e também particulares (várias delas étnicas)⁷⁰.

Com a divisão do antigo Município Porto União da Vitória (PR), a escolarização pública na recém-criada cidade de Porto União (SC) foi organizada em escolas isoladas e escolas reunidas, a última citada, somente na área urbana. Na vizinha cidade de União da Vitória (PR), foi construído novo prédio para abrigar as duas escolas femininas e duas escolas masculinas que funcionavam na Casa Escolar Professor Serapião, cujo primeiro prédio, depois do Acordo de Limites, ficou do outro lado dos trilhos, em Porto União (SC)⁷¹. A Figura 4, mostra em primeiro plano o novo prédio para o Grupo Escolar Professor Serapião. A existência de Grupo Escolar garantiria que houvesse a criação da Escola Complementar no final da década seguinte.

Com a divisão das cidades e a organização urbana de União da Vitória (PR), o espaço no qual até 1916 funcionava uma pista para provas de turfe foi o escolhido para a nova praça central, a Praça da Matriz de União da Vitória (PR). Junto à nova Praça, foi erguido o prédio escolar. O olhar do artista Amadeo Bona, a partir de uma fotografia⁷² em preto e branco de 1920, pintou o quadro oitenta anos depois (em 2000) e reproduz, em cores vivas, idealizadas, o flagrante de uma época.

⁷⁰ Entre as escolas particulares, destaque para o confessional Colégio Santos Anjos (GASPARI, 2005; KLEIN, 2014; MILIS, 2002, p.79-80), que, inclusive, formou normalistas que atuaram nas Escolas Complementares da região. Sobre as escolas “de colônia” poucos estudos foram realizados. Confira o de Ihlenfeld (2011) sobre a escola alemã, localizada na cidade de Porto União. Em 1916, pouco antes da divisão da cidade de Porto União da Vitória, os 121 comerciantes registrados na Coletoria Estadual paranaense, foram assim identificados: 36 brasileiros (29,75%), 24 poloneses ou ucranianos, 20 alemães, 18 italianos, 17 sírios, 4 portugueses, 1 espanhol, 1 inglês. (SILVA, 2006, p.158). Como teriam sido arrolados os filhos de estrangeiros nascidos em terra brasileira? Não conseguimos obter essa informação.

⁷¹ Thomé (2006, p.326), assim define a educação na região do Contestado, mesmo depois do fim do conflito: “pequeno número de escolas, resultando na baixa oferta de matrículas; estabelecimentos públicos voltados apenas para as primeiras séries do ensino básico; nenhum indício de abertura ao ensino profissionalizante rural ou industrial; excessivo controle do pessoal envolvido no processo educacional; nomeações de diretores de escola e de professores com pouco ou nenhum critério técnico, seguindo indicações políticas e manutenção proposital da população adulta no analfabetismo”. Equivocadamente, afirma que “[...] os Grupos Escolares, idealizados vinte anos antes, chegaram [na região] depois da Revolução de 1930”, pois, o Grupo Escolar Balduino Cardoso foi criado em Porto União no ano de 1927, e no ano seguinte, já estava em funcionamento a Escola Complementar anexa.

⁷² Não localizamos a fotografia utilizada por Bona para essa pintura.



FIGURA 4: PINTURA DA IGREJA MATRIZ E GRUPO ESCOLAR PROFESSOR SERAPIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA (PR). A PARTIR DE FOTOGRAFIA DA ÉPOCA, POR AMADEO BONA (2000).

FONTE: ACERVO DA ACADEMIA DE LETRAS DO VALE DO IGUAÇU – ALVI

O Grupo Escolar Professor Serapião aparece integrado à paisagem urbana, com a bandeira brasileira hasteada, seguindo assim determinação de culto à bandeira nacional nas escolas públicas no período. Contudo, seria dia de aula? A escola é retratada com as pesadas portas de madeira fechadas, com o muro cercando o espaço dos alunos, sem crianças ou qualquer outra pessoa passando naquele local do velho prado, depois Praça da Matriz e que seria rebatizada de Praça Coronel Amazonas. Servia de caminho para a escola e para a igreja ainda inacabada (sem a cobertura da torre principal). As poucas casas visíveis estão cobertas por telhas de barro e mostram uma cidade em expansão.

Poucos anos antes do registro fotográfico que foi transformado em pintura, era publicado na Capital paranaense um novo Código de Ensino. A criação do Grupo Escolar Modelo⁷³, em Curitiba, foi uma das mudanças introduzidas no cenário educacional paranaense

⁷³ No Código de Ensino de 1917 as condições para organização e funcionamento dos Grupos Escolares, permaneceram inalteradas, repetindo o determinado pelo Código de Ensino de 1915. Inova quando prevê o Grupo Escolar Modelo, em Curitiba, criado pelo Decreto nº 978, de 25 de janeiro de 1917. Além do Grupo Modelo, ao Secretário do Interior, foi atribuída, pelo Art. 71, a incumbência de sistematizar a “distribuição dos trabalhos dos grupos”, determinando os “períodos de funcionamento dos professores e nomeando os diretores.” O Art. 72 estabeleceu: “ao director do Grupo compete, em geral, a direcção e fiscalização de todos os trabalhos [...] e sua representação externa.” A função de diretor poderia ser exercida pelo colega mais antigo do Grupo Escolar, no caso de ausência momentânea do diretor nomeado. O Código de Ensino de 1917 estabeleceu, também, no Art. 75, § 2º: “o governo poderá abonar a cada Director de Grupo quantia de dez mil réis mensais, destinada a pequenos reparos no prédio”. Com a previsão de ressarcimento, atribui-se ao diretor o compromisso com a manutenção do prédio escolar. (PARANÁ, 1917, p.13-14).

por meio do Código de Ensino de 1917. As inovações que tinham lugar naquele estabelecimento, pouco a pouco, foram introduzidas no ensino paranaense, a partir de estudos realizados por professores do Paraná enviados ao Estado de São Paulo, em “nobre missão [para] estudar os métodos pedagógicos lá adotados” nos Grupos Escolares (CAMARGO, 1917b, p.14), conforme relata o presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo. Nesse mesmo período, a cidade de União da Vitória (PR) recebia outros melhoramentos. Além da escola e da igreja, foi construído pelo governo paranaense, em torno da mesma Praça, um edifício para funcionar a Câmara Municipal, o Fórum e a Coletoria. Compondo o conjunto, ainda seria erguido outro edifício, o Hotel Paraná.

Castro (2009, p.137) aponta que essa “nova sede para o Município”, projetada pelo governo paranaense compreendia também o alargamento das ruas existentes e a abertura de novas vias públicas. Importante ressaltar que, embora estivesse em reparo diversos edifícios escolares do Estado, a Casa Escolar, depois Grupo Escolar Professor Serapião, foi o único do gênero construído no governo de Affonso Alves de Camargo, entre 1916 e 1920. O prédio seguia uma planta arquitetônica padrão para a construção de grupos escolares paranaenses em centros urbanos com “quatro salas de aula e duas administrativas, divididas em duas sessões definidas e com acessos diferenciados” (CASTRO, 2009, p.137). O novo prédio, cuja construção foi iniciada em 1917⁷⁴, tinha capacidade para comportar quatro escolas e, após a remodelação (que possibilitou a criação do Grupo Escolar) feita em 1919, quatro séries. Em 1917, as cadeiras femininas eram regidas pelas professoras Amasilia Araújo e Maria da Luz Virgolino Silva e a masculina pelo professor Modesto Bittencourt. No ano de 1919 estava em União da Vitória o professor normalista Francisco Silvério Vianna, recém-formado na Escola Normal de Curitiba⁷⁵. No ano seguinte, o professor Vianna é mencionado como Diretor do Grupo Escolar Professor Serapião nos registros da escola sobre as comemorações da Festa da Pátria, dia 7 de Setembro, e do Descobrimento da América, dia 12 de Outubro. (FRANÇA, 1920, p. 7-7v).

No antigo prédio da Escola Professor Serapião, que ficou pertencendo à cidade de Porto União (SC), foram implantadas as Escolas Reunidas, instituídas no Estado de Santa Catarina em 1915 e regulamentadas no ano seguinte (SANTA CATARINA, 1916a; 1916b).

⁷⁴ Não foi encontrada informação precisa sobre a data de inauguração do novo prédio.

⁷⁵ O professor normalista Francisco Silvério Vianna, formou-se na turma de 1918, na Escola Normal de Curitiba. (SANTOS, 1918, p. 136). Devido à gripe espanhola, essa turma não fez solenidade de formatura, apenas o quadro para deixar na Escola. Depois de formado, o professor foi lotado no Grupo Escolar Professor Serapião e o Decreto nº 201, de 22 de março de 1919, o removeria para o estabelecimento de ensino da vizinha São Matheus do Sul, contudo, ficou sem efeito a remoção pelo Decreto nº 257, de 10 de abril de 1919. (PARANÁ, 1919a, p.63-64; p.81). Não foi possível identificar por quanto tempo ele permaneceu em União da Vitória.

Era um tipo escolar intermediário entre Escolas Isoladas e o Grupo Escolar, visando levar às cidades menos populosas, como era Porto União, aspectos do formato de um modelo, o do Grupo Escolar, que se difundia muito lentamente no Brasil. Nos prédios nos quais houvesse Escolas Reunidas, existiriam escolas em número compatível com o de salas disponíveis: uma sala para cada uma das escolas multisseriadas. Essa determinação possibilitava que, em cidades catarinenses, onde houvesse mais de duas Escolas Isoladas, elas seriam reunidas em um só prédio, prevendo a instalação futura de um Grupo Escolar. Esse modelo equivalia ao previsto no Paraná, para os agrupamentos de escolas em Casas Escolares. Nessas escolas, um dos professores acumularia as funções de diretor (PARANÁ, 1917, p.13; SANTA CATARINA, 1916a, p.11).

Nos dois lados da fronteira, aspectos da educação primária pública nesse período podem ser conhecidos, especialmente, através de registros de visitas dos Inspectores de Ensino aos estabelecimentos. Em 17 de setembro de 1917, por exemplo, o Inspetor Escolar e Promotor Público da Comarca de União da Vitória (PR), João Túlio Marcondes de França, visitou a escola regida pela professora Amasília Araújo, representando Enéas Marques dos Santos, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Estado do Paraná. França relatou ao seu superior que a escola funcionava em um espaço físico acanhado, onde estavam, segundo suas palavras, os “[...] discípulos cujo número enchia totalmente a pequena sala em que actualmente e provisoriamente funciona a sua escola” (FRANÇA, 1917, p.3). A preocupação do Inspetor recaía, no primeiro momento, sobre as condições físicas (e possivelmente também de higiene) da escola. Entretanto, esse relato, um tanto desanimador, pode ter acelerado o processo de edificação do novo prédio escolar, onde funcionaria o Grupo Escolar Professor Serapião. Mas, no relatório de João Túlio Marcondes de França, o destaque foi o “plano de fundação” de um Posto Escolar em União da Vitória (PR). O Posto Escolar seria

[...] patrimônio das creanças das nossas Escolas Públicas de União da Victoria, e cujos fins são: despertar na creança o amor ao trabalho despi-la de certos preconceitos inúteis e semear no seu espirito em formação o sentimento da piedade, pois que a renda do futuro Posto⁷⁶, por pequena que seja, será como que exemplo e para exemplo applicada em proveito dos escolares mais pobres (FRANÇA, 1917, p. 4v-5).

⁷⁶ Não localizamos outras informações referentes ao Posto Escolar, citado pelo Inspetor.

O registro do Inspetor evidencia expectativas sobre o papel da escola pública na cidade e nos profícuos resultados que a escolarização traria para todas as crianças (não sabemos se o Posto Escolar foi criado). França termina seus comentários sobre a “missão nobre e patriótica” da professora que, seguindo a “lembrança da Liga de Defesa Nacional e determinação do Sr. Secretário do Interior”⁷⁷, havia realizado preleção para seus alunos “[...] sobre o tema “Idéia de Pátria” no dia 7 de setembro corrente”. (FRANÇA, 1917, p.5). Para o Inspetor Escolar, Amasilia Araújo,

[...] por sua assiduidade, método de ensino e aproveitamento dos seus discípulos, impoz-se definitivamente no conceito desta população e no de todos os que, amigos das grandes coisas da Pátria, tem tido a felicidade de ouvir os seus alunos. (FRANÇA, 1917, p. 4v).

A formação da professora, normalista, ainda representava exceção entre os professores locais, mas deve ter concorrido para os bons resultados da escola e, assim, para os desdobrados elogios do Inspetor Escolar. Relatos como os realizados por França concorreram para sinalizar a perspectiva, cada vez mais generalizada, da necessidade da formação docente, algo que influenciaria a decisão em criar uma Escola Complementar, também em União da Vitória (PR), nos anos seguintes. Mas, ao final dos anos 1910, os desafios de cada docente em sua escola eram plurais, o que incluía o aspecto formação e, como mostrou exemplarmente o relatório de João Túlio Marcondes de França, as condições do espaço escolar, entre outras variáveis dentro e fora do universo escolar.

O historiador Edward P. Thompson, em estudo sobre o costume entre trabalhadores na Inglaterra do final do século XVIII e século XIX, adverte que todos os elementos de uma sociedade considerados em conjunto “formam uma soma que é maior que a soma das partes”, pois é um “conjunto estruturado de relações [nas quais] todos desempenham papéis intrínsecos a esse sistema [social] e dentro dos limites do que é politicamente “possível” e, num grau extraordinário, os limites do que é intelectual e culturalmente “possível” [...]”. (THOMPSON, 1998, p.77). O “conjunto estruturado de relações” a que se refere Thompson, consideradas as especificidades da pesquisa, remete-nos ao trabalho dos professores e aspirações plurais das comunidades da região do ex-Contestado sobre resultados do processo de escolarização das crianças. A diversidade de conhecimentos e possibilidades que

⁷⁷ A Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa, popularizou a ideia do alistamento militar obrigatório para defesa da Pátria e difundiu, por meio de livros, panfletos e palestras, ideais cívico-patrióticos. Sobre sua organização e vigência nas décadas seguintes, veja Ranquetat Júnior (2011).

alicerçavam as ações de professores na qual se integravam propostas educacionais (como as alardeadas pelo Inspetor Escolar), estavam associadas às crenças e condições socioeconômicas específicas do trabalhador sertanejo e do morador das cidades da região. Num conjunto de interesses, a escola se organizava a partir de perspectivas diversas, “possíveis” (pois estão em permanente concorrência, mas também em combinações), no contexto intelectual e cultural.

Nas cidades de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), organizavam-se escolas, em cada um dos lados da ferrovia, conforme determinações dos dois Estados. As escolas se estabeleciam num conjunto específico de relações nas cidades, que apesar de separadas pela linha do trem, muitas vezes se confundiam. A existência da escola se efetivou junto com a existência das cidades, de cada uma delas, ou de ambas, pois, escola e sociedade se retroalimentavam. Souza e Faria Filho (2006, p.25) evidenciam que esse “movimento de produção da escola”, enquanto um processo histórico se efetiva entretido à produção da sociedade. Assim também foi nas cidades fronteiriças. Foram supostos “interesses locais” que tanto viabilizaram o aumento do número de Escolas Reunidas em Santa Catarina, quanto justificaram a organização de Escolas Reunidas em Porto União. Em 1918, o Presidente catarinense Fellipe Schmidt afirmava:

[...] O número de escolas isoladas foi aumentado conforme as necessidades locais. Foi instituído o novo tipo de escolas reunidas, onde o ensino é ministrado com a mesma orientação dos grupos, mas com um programma de três annos em vez de quatro. E dessas escolas, em edificios próprios, já foram dotadas as sedes dos Municípios de Araranguá, Tijucas, Brusque, São Bento, Mafra e Porto União. (SCHMIDT, 1918, p.6).

Mas, antes das Escolas Reunidas, foram criadas as primeiras cinco Escolas Isoladas, no Município de Porto União (SC). Eram mistas e multisseriadas, criadas pelo Decreto nº1069, de 4 de dezembro de 1917 (o município tinha sido criado em setembro daquele ano), para funcionar em alguns distritos ou núcleos populacionais do Município de Porto União. Eram deslocadas conforme a necessidade (número de alunos) e funcionavam, geralmente, com professores provisórios nos seguintes locais: Tocos, Colônia Antônio Cândido, Nova Galícia, São João dos Pobres e Vallões (SANTA CATARINA, 1917d, p. 69-70). Somente a Escola de Tocos atendia crianças dos arrabaldes de Porto União.

As Escolas Isoladas prevaleciam em ambos os lados da fronteira, pois, havendo demanda, facilmente poderiam ser transferidas entre as localidades (as transferências ocorriam pelo número insuficiente de alunos ou falta de professor, obedecendo parecer do

Inspetor de Ensino), diferentemente das Escolas Reunidas, de Porto União (SC) e do Grupo Escolar Professor Serapião, de União da Vitória (PR). Ambos funcionavam em prédios próprios do Estado e faziam parte da realidade urbana, constituindo o cenário das cidades republicanas. Foram idealizados como experiência coletiva visando, de acordo com Bencostta (2010, p.265) o “processo de formação educacional”, que assim como na capital, era indício de desenvolvimento no interior do Estado.

Entre os trabalhadores das cidades fronteiriças em estudo, a escolarização após a Guerra do Contestado representava a possibilidade de trabalho no comércio, hotéis, confecções de roupas, calçados ou até como ferroviário, entre outros. Diferentes representações alimentaram o imaginário das populações do interior que desejavam superar o que foi vivido até o período da Guerra do Contestado, “transpondo obstáculos outrora julgados insuperáveis” (**Gazeta de Vallões**, Porto União, 15/1/1919, p.2) e para isso a educação exercia um papel fundamental.

Cronologicamente, o primeiro documento que informa a criação das Escolas Reunidas na cidade de Porto União (SC) é a Resolução nº1196, de 20 de junho de 1918. Por meio dela foi designado o “[...] diretor do Grupo Escolar Conselheiro Mafra, de Joinville, [...] para auxiliar o serviço de instalação [...] das Escolas Reunidas de São Bento, Mafra e Porto União.” (SANTA CATARINA, 1919a, p.246). Certamente, foi um grande passo para se definir a instalação das Escolas Reunidas na região do ex-Contestado. Não foi possível saber se esse diretor fez visita ao prédio onde funcionariam as Escolas Reunidas de Porto União ou/e que tipo de auxílio ele teria prestado. Certo é que em agosto do mesmo ano foram nomeadas para professoras as normalistas Doralice Börn e Sybilla Henriqueta dos Passos. (SANTA CATARINA, 1919b, p.253).

O primeiro diretor desse estabelecimento foi o professor Antenor Cidade, que após ser exonerado da função de professor da localidade Campo Alegre (SC), foi nomeado pelo Decreto nº1276, de 26 de agosto de 1918 para dirigir as Escolas Reunidas de Porto União. (SANTA CATARINA, 1919c, p.255). Sua esposa, a professora Gertrudes Cidade, também foi transferida para as Escolas Reunidas, acompanhando-o. Com a vinda da professora Gertrudes para Porto União, houve a remoção da professora Doralice Börn, das “[...] Escolas Reunidas de Porto União para a escola mixta da Villa da Limeira”, região de Joaçaba (SC), por meio do Decreto 1334 de 7 de outubro de 1918. (SANTA CATARINA, 1919d, p. 263). Os arranjos institucionais e burocráticos, permeados por acertos familiares eram garantidos pelo Estado, que enviava os casais de servidores públicos para a mesma localidade. A mulher acompanhava o marido, em um tempo em que a “rainha do lar” ganhava cada vez mais a

função de também educar nas escolas primárias, ampliando, assim, sua missão de bem formar as crianças, conforme Almeida (1998) e Araújo (2010), entre outros.

Em 28 de setembro de 1918, segundo relatos da época, todas as atenções dos moradores da cidade catarinense de Porto União (SC) estavam direcionadas para o grande acontecimento da inauguração das Escolas Reunidas (MILIS, 2002, p.80). Aquele acontecimento fortalecia a ideia de crescimento da cidade, de pertencimento local e também nacional. A escola fazia parte de um “projeto civilizador”, que pouco a pouco se efetivava, “[...] de ordenação social, de moralização de costumes, de disciplinarização da classe trabalhadora e inculcação de valores cívico-patrióticos” (SOUZA e FARIA FILHO, 2006, p.29). Na região do ex-Contestado, a escola foi fundamental para o fortalecimento da ideia de duas cidades, uma catarinense e outra paranaense, de dois pertencimentos jurídicos distintos, evidenciado em cada um dos lados dos trilhos e também para o fortalecimento do sentimento de nacionalidade, de patriotismo.

O espaço fronteiro é compartilhado por pessoas de ambas as cidades, que firmam arranjos inusitados, efetivados por meio de interrelações possíveis na área de encontros socioeducacionais. A permeabilidade da fronteira permitiu que o primeiro registro disponível (páginas anteriores foram arrancadas) no livro Termos de Visitas para as Escolas Reunidas de Porto União (SC) fosse lavrado, em 1º de março de 1919, por uma autoridade paranaense, o diretor do Grupo Escolar Modelo Xavier da Silva, de Curitiba, o professor Trajano Sigwalt, quando visitou a região para desenvolver atividades de remodelação do Grupo Escolar Professor Serapião, em União da Vitória (PR). No registro, a autoridade educacional paranaense enfatizava:

Ao visitar as Escolas Reunidas de Porto União, sob a competente direcção do Snr. Prof. Antenor Cidade, seja-me permitido consignar os meus melhores votos de congratulações com os governos e infância do nosso querido Brazil, pelo incremento que vem, aos poucos, tomando, este reino da pública administração – a instrução. Ao distinto magister as minhas felicitações pelo brilhantismo e competência com que exerce o sacerdócio magno de preparar a Pátria futura. (SIGWALT, 1919, p.4).

A tarefa de institucionalização da escola no Brasil República adquiriu ritmos e feições particulares devido à autonomia dos Estados e às possibilidades orçamentárias de investimento de cada Estado para a educação, mas, nas cidades fronteiriças de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), o contato entre autoridades educacionais e alunos fazia com que ações socioeducativas fossem compartilhadas cotidianamente. Contudo, os professores

Antenor e sua esposa, Gertrudes Cidade, saudados por Sigwalt, permaneceram por pouco tempo nas Escolas Reunidas de Porto União. Em 25 de maio de 1919, o jornal **O Pharol** divulga:

Foram exonerados, a pedido, dos cargos de diretor e professora das Escolas Reunidas desta cidade, respectivamente, o Snr. Antenor Cidade e a D. Gertrudes Cidade. Para as referidas vagas foram nomeados: [a normalista] D. Marta Tavares Alves e Adolpho Nascimento Brito, respectivamente, diretora e professor. [...] Foram nomeados mais os seguintes professores, para as referidas escolas, Victorino Ferreira Brito e Dalila Correa. [...] foi também exonerado da escola mixta de Vallões o Snr. Manoel Ferreira de Miranda. Para essa vaga foi nomeado o Snr. Antenor Cidade (**O Pharol**, Porto União, 25/5/1919, p.2).

Uma mulher, algo ainda pouco comum, assumiu a direção das Escolas Reunidas de Porto União (SC): a normalista Marta Tavares Alves, formada pela Escola Normal de Curitiba em 1908. Em maio de 1919, juntamente com a nova direção, assumiam outros três professores. O professor Antenor Cidade foi para a localidade de Vallões no mesmo Município. A professora Marta vinha das Escolas Reunidas de São Bento do Sul (SC), criadas juntamente com as de Porto União. Sua permanência em Porto União, até o ano de 1921, esteve atrelada à permanência de seu marido na localidade (assim como já havia acontecido com o casal Antenor e Gertrudes Cidade). (CÂMARA DE VEREADORES DE RIO NEGRINHO, 2013).

Assim, a remoção de Antenor Cidade de Porto União para a “vila” de Vallões ocorreu em função da vinda de Marta Tavares Alves para a cidade, acompanhando seu marido que era “funcionário público” (o cargo/função não foi mencionado). Vallões era o distrito mais desenvolvido de Porto União, servido pela ferrovia que ligava a cidade a São Francisco do Sul (SC), e segundo Milis, a escola existente no lugar merecia especial atenção do Coronel Joaquim Domit, proprietário de serrarias na área (hoje é a cidade de Irineópolis, SC). (MILIS, 2002, p.83). Mas, não deve ter sido muito fácil deixar Porto União e o cargo de diretor; entretanto, é possível que mulheres, professoras normalistas, diretoras escolares, tivessem alguma prioridade, o que poderia depender também do cargo de seus maridos.

Nesse período, dois paulistas, Orestes Guimarães (década de 1910) e Cezar Pietro Martinez (década de 1920) foram convidados, respectivamente, pelo governo de Santa Catarina e do Paraná, para efetivarem uma remodelação no aparelho educacional desses Estados (TEIVE, 2008; HOELLER, 2009, 2014; FIORI, 1975; MORENO, 2007; SOUZA, 2008; CORREA, A., 2013). Entre essas mudanças, estava a criação de Escolas

Complementares, organizadas primeiro em Santa Catarina. No Paraná, precederam a chegada de Martinez, como Escolas Intermediárias, mas, já inspiradas no modelo existente em São Paulo e ganharam ênfase a partir de sua gestão na Diretoria Geral de Ensino, entre 1920 e 1924.

As Escolas Complementares catarinenses foram criadas em 1911, no governo de Vidal Ramos, com o fim de ampliar a escolarização de jovens egressos dos Grupos Escolares. Caracterizavam-se por ofertar um nível de ensino entre o Grupo Escolar e a Escola Normal, além de preparar os “candidatos para o professorado” desenvolvendo também “o ensino dos alunos que tenham terminado o curso nos Grupos Escolares” (SANTA CATARINA, 1911, p.5), reduzindo o tempo de permanência do aluno na Escola Normal; o egresso da Complementar poderia cursar somente o terceiro ano do Normal, sendo habilitado como docente para os Grupos Escolares. Em 19 de fevereiro de 1919, foi publicado o Decreto nº 1204 que estabelecia um novo Programa para essas escolas (SANTA CATARINA, 1919), mantendo, contudo, a regulamentação existente. As Escolas Complementares popularizavam a formação para a docência em continuidade ao Ensino Primário.

Paralelamente, no Estado do Paraná, os alunos egressos do Primário poderiam dar continuidade a seus estudos na Escola Intermediária, visando o ingresso no Ginásio ou na Escola Normal. O Código de Ensino de 1915 já previa as Escolas Intermediárias⁷⁸, nas quais se ministrava um curso de dois anos. (PARANÁ, 1915, p.39-40). Contudo, foi o Código de Ensino de 1917 que inovou, sinalizando através do Art. 179, um diferencial em relação às perspectivas de trabalho para os egressos das Escolas Intermediárias paranaenses. Após os dois anos de estudos, os formados poderiam “ser nomeados para a regência efectiva de cadeiras do ensino primário, independente de novo exame”. (PARANÁ, 1917, p.31). A Escola Intermediária também formava profissionais habilitados a atuar no Magistério Primário. O diploma garantia sua nomeação, suprimindo lacunas devido à escassez de professores normalistas, especialmente em escolas do interior do Estado.

A Escola Intermediária paranaense sofreu, em 1920, uma alteração do programa “a título de experiência”, pois, considerava-se que não correspondia às necessidades de preparo dos candidatos para a Escola Normal (MARTINEZ, 1920, p.18). Essa “experiência”, realizada por Cezar Pietro Martinez e apresentada no relatório anual, envolveu um significativo número de disciplinas, mas a manteve com dois anos e o caráter preparatório

⁷⁸ O Regulamento da Instrução Pública paranaense de 1901 compreendia que a instrução pública no Estado era composta por escolas primárias mantidas pelo Estado, poderiam ser ministrados ensino de 1º. e 2º. Graus; Escolas Primárias particulares; Ensino Normal e Ensino Secundário, ministrados no Ginásio Paranaense. (PARANÁ, 1901).

para o exame de ingresso na Escola Normal. Essa mudança curricular, que alterou o previsto no Código de Ensino de 1917, inseriu no primeiro ano da Escola Intermediária 5 novas disciplinas: *Francês*⁷⁹, *Álgebra*, *Ginástica*, *Desenho* e *Trabalhos Manuais*, com a pretensão de tornar o curso mais prático e atualizado, incluindo, pela primeira vez, uma língua estrangeira. Nessa mudança, foram excluídas 3 disciplinas: *Geometria Prática*, *Caligrafia* e *Geografia Física*. A disciplina caligrafia integrava o programa das duas séries. De 6 disciplinas, o primeiro ano passa a ter 7. No segundo ano da Escola Intermediária, foram inseridas 8 disciplinas novas: *Francês*, *Álgebra* (com geometria), *Rudimentos das Ciências Físicas e Naturais*, *História do Brasil*, *Anatomia e Fisiologia Humanas*, *Música*, *Ginástica* e *Trabalhos Manuais*. Foram excluídas as disciplinas de *Física*, *Química*, *História Natural* e *Caligrafia*. O número de disciplinas no segundo ano passou de 10 para 11. (MARTINEZ, 1920, p.18).

Essa reforma de 1920 aproximou o currículo da Escola Intermediária paranaense ao da Escola Complementar catarinense, mas mantiveram-se especificidades, principalmente em relação ao tempo de formação e seus fins. A Escola Complementar catarinense também passou por modificações a partir do Decreto nº 1204, de 19 de fevereiro de 1919, mudanças que defendiam a “íntima relação” entre a Escola Complementar e a Escola Normal. Com disciplinas dos dois primeiros anos da Escola Normal, os egressos da Escola Complementar poderiam matricular-se no último ano daquele curso ou ter a “nomeação provisória para os Grupos Escolares ou escolas Isoladas, na falta de normalistas”. (SANTA CATARINA, 1919, p.18). Também havia uma estreita relação entre o Grupo Escolar e a Escola Complementar, pelo uso do espaço físico e docentes. Na Escola Complementar, lecionavam três professoras do Grupo Escolar, além do diretor do estabelecimento, que também assumia aulas sempre que fosse possível.

No ano de 1919, marcado pelo fim da Primeira Guerra Mundial e pela vitória dos Aliados sobre os países capitaneados pela Alemanha, o novo Regulamento para a Escola Complementar catarinense excluía a disciplina de *Alemão* do primeiro ano, assim como a disciplina de *Álgebra* do segundo ano e em seu lugar era inserida a disciplina *Noções de Física e Química*. Entretanto, o ensino de Alemão permaneceu nos dois últimos anos da Escola Complementar, o que poderia ser uma estratégia para que, pouco a pouco, se desestimulasse os jovens para o estudo detalhado da língua de pais ou avós. No último ano foi inserida a disciplina *Francês*, que a partir de 1919 permaneceu entre as disciplinas da Escola

⁷⁹ O Francês já estava presente no currículo da Escola Complementar de Santa Catarina desde 1911.

Complementar ao longo dos anos 1920 e 1930. Com essas mudanças, o número de disciplinas fica alterado em relação ao Regulamento de 1911: no primeiro ano, houve a redução de 9 para 8 disciplinas; no segundo ano, permanecem 10 disciplinas e no terceiro ano, eleva-se o número de disciplinas, de 8 para 9.

No Quadro 2, as disciplinas, por ano/série, da Escola Complementar catarinense e da Escola Intermediária do Paraná em 1919 e 1920, respectivamente.

Decreto nº 1204 de 19 de fevereiro de 1919 (Santa Catarina)		
1º. Ano (8 disciplinas)	2º. Ano (10 disciplinas)	3º. Ano (10 disciplinas)
Portuguez	Portuguez	Portuguez
Francez	Francez	Francez
Arithmetica	Arithmetica	Allemão
Geographia	Geographia	Arithmetica
Desenho	Desenho	História do Brazil
Musica	Musica	Noções de historia natural
Trabalhos manuaes	Trabalhos manuaes	Geometria
Gymnastica	Gymnastica	Desenho
	Nocões de Physica e Chimica	Musica
	Allemão	Trabalhos manuaes
Reformulação Curricular de 1920 (Paraná)		
1º. Ano (7 disciplinas)	2º. Ano (11 disciplinas)	
Portuguez	Portuguez	
Francez	Francez	
Arithmetica e Álgebra	Arithmetica	
Desenho	Álgebra e Geometria	
Geographia geral e do Brazil	Desenho	
Gymnastica	Rudimentos das Ciências Físicas e Naturais	
Trabalhos Manuaes	História do Brasil	
	Anatomia e Physiologia Humana	
	Musica	
	Gymnastica	
	Trabalhos Manuaes	

QUADRO 2: COMPARATIVO DE DISCIPLINAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR (SC) E ESCOLA INTERMEDIÁRIA (PR) EM 1920.

FONTE: SANTA CATARINA, (1919, p.5-6); MARTINEZ (1920, p. 18).

Nesse início da década de 1920, eram duas as Escolas Intermediárias em todo o Estado do Paraná; paralelamente, em Santa Catarina, a Escola Complementar ocupava um maior espaço na formação de professores: eram sete no Estado, com o diferencial de oferecer um ano a mais de permanência dos alunos na Escola, com as disciplinas do primeiro e segundo ano da Escola Normal. Era necessário prover as escolas primárias, cujo número crescia, principalmente do lado paranaense (com população e orçamento pouco maior), conforme o Quadro 3.

Modalidade	Paraná	Santa Catarina
Intermediária (PR) / Escola Complementar (SC)	2	7
Escola Normal	1	1
Grupos Escolares	23	10
Escolas Reunidas	573	5
Escolas Isoladas		409
Receita Orçamentária (1919 – 1920)	8.671:591\$396	7.155:580\$684
População	685.771 habitantes	668.743 habitantes

QUADRO 3 – COMPARATIVO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA: ESCOLAS, ORÇAMENTO E POPULAÇÃO

FONTE: LUZ (1920, p.22); (IBGE, 1920, s.p.); (CAMARGO, 1920, p.36).

Os Grupos Escolares, remodelados ou não, prevaleciam em cidades do Estado do Paraná (que não distingue no relatório entre Escolas Reunidas e Isoladas). Em cada Estado havia somente uma Escola Normal que formava normalistas em número insuficiente para suprir a demanda de professores para as Escolas Primárias. Santa Catarina investiu na modalidade de Escolas Complementares, que funcionavam junto aos Grupos Escolares do interior do Estado. A ideia, inspirada no trabalho desenvolvido no Estado de São Paulo, parece ter sofrido resistências no Paraná, que manteve as Escolas Intermediárias com dois anos com a finalidade de ser preparatória para a matrícula no primeiro ano da Escola Normal⁸⁰. Já a Escola Complementar catarinense, com três anos, era prevista para que o aluno, ao concluí-la, pudesse matricular-se no terceiro ano da Escola Normal. O Regimento das Escolas Complementares facultava aos que não continuassem os estudos na Escola Normal o ingresso como professores em Escolas Primárias. A Lei nº1044, de 14 de setembro de 1915, regulamentou esse ingresso, estabelecendo que “os professores complementaristas, na falta de normalistas e de preferência aos provisórios poderão ser nomeados para as escolas isoladas ou para os Grupos Escolares” (SANTA CATARINA, 1916a).

Os investimentos em escolarização e formação de professores se justificavam nas falas governamentais pela necessidade de alfabetizar a população naqueles que eram tempos que associavam modernidade/progresso com educação formal (SOUZA, 2007). Foi impossível saber, com precisão, o número de analfabetos em Porto União (SC) e União da Vitória (PR) nas primeiras décadas do século XX. Mas, segundo o recenseamento de 1920, em Santa

⁸⁰ Em 1924, como parte da reforma do Curso Normal de Curitiba, foi criada junto à Escola Normal Secundária uma Escola de Aplicação, visando a prática e a observação abrangente do ensino e aprendizado da criança pelos normalistas, em um “[...] conjunto de grupos e escolas onde se encontra perfeitamente representado todo o aparelho escolar do Estado em suas faces infantil (jardim de infância), primário (grupos e escolas isoladas) e complementar (escola intermediária), cujo conjunto tomou o nome de Escola de Aplicação e mantém a mais estreita conexão didática com a Escola Normal.” (ROCHA, 1924, p.61).

Catarina, apenas 34,3% da população sabia ler e escrever (LUZ, 1920, p.20). Nesse ano Porto União (SC) contava com uma população superior à vizinha cidade de União da Vitória (PR); em Porto União havia 12.051 habitantes e em União da Vitória, 10.527 moradores (SILVA, 2006, p.178). Em 1922, o censo foi concluído no Paraná e mostrou que em União da Vitória havia 1.048 crianças em idade escolar; das quais 430 estavam matriculadas em escolas públicas do Município. (ROCHA, 1922, p.91). As 618 crianças restantes poderiam estar frequentando escolas particulares (geralmente de colônias ou confessionais) ou em Porto União; algumas poderiam até estudar em casa, mas várias outras não estudavam.

É preciso lembrar que, segundo o Código de Ensino de 1917, do Paraná, mesmo considerando a obrigatoriedade de frequência escolar até 14 anos para meninos e 12 para meninas, “residir a mais de três quilômetros da sede da escola mais próxima” desobrigava a “matrícula e frequência assídua.” (PARANÁ, 1917, p.9). A distância condicionava o compromisso dos pais, tutores ou protetores das crianças sob sua responsabilidade, bem como de empregadores, sobre os empregados ou operários. O Estado catarinense também apresentava regras específicas sobre a matrícula. O ensino preliminar obrigatório era para ambos os sexos, com idade entre 7 e 15 anos que residissem a “até dois quilômetros da escola [...] salvo frequência em escola particular ou aprendizagem na própria casa”. (SANTA CATARINA, 1914, p.37).

Uma mudança significativa ocorreu no Paraná em 1925. Previu-se que a preparação de alunos para o exercício das profissões elementares, tais como professores primários, seria feita por Escolas Complementares, criadas pelo Decreto nº 887, de 14 de agosto de 1925. Essas escolas substituiriam as intermediárias e funcionariam junto a Grupos Escolares das sedes dos Municípios ou onde fosse mais conveniente. Eram criadas a critério do Governo do Estado, possibilitando a ampliação da formação para os egressos do Curso Primário em cidades do interior do Estado. (PARANÁ, 1925, p.1A)⁸¹.

⁸¹ No Paraná, o Decreto nº 135, de 12 de fevereiro de 1924, que instituiu o Regulamento das Escolas Normais Primárias do Estado, determina que junto a elas funcionaria um “Curso Intermediário”, com duração de dois anos e sua conclusão facultaria ao egresso a matrícula no 1º. Ano da Escola Normal. Conforme o Art. 3º foi reduzido o número de disciplinas do Curso. Em ambos os anos, seriam lecionadas as mesmas disciplinas, num total de nove e todas já integravam o currículo: *Portuguez; Mathematica; Geographia; Historia Patria; Elementos das Sciencias Physicas e Naturaes; Desenho; Musica; Gymnástica e Trabalhos Manuaes* (sic) sendo, as quatro últimas, obrigatoriamente ministradas por professores do Curso Normal. O documento especifica que haveria dois professores para o Curso, sendo “um encarregado de lecionar para o 1º ano e outro, para o 2º ano, podendo o diretor alternar a regência em cada ano letivo” a fim de que o professor pudesse acompanhar a turma. (PARANÁ, 1924, p.1). O Curso Intermediário era concebido para funcionar junto às Escolas Normais, o que limitava o acesso de jovens que não residissem nas cidades onde essas escolas existissem. Ao contrário de Santa Catarina, a Escola Normal Primária foi organização diversa das complementares.

No final da década de 1920, as Escolas Complementares passaram a fazer parte do cotidiano das cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR). Sua instalação exigiu o investimento financeiro das municipalidades. O Decreto nº1599, de 11 de outubro de 1927, que autorizou a criação dessa Escola em Porto União (SC), previa que o Município recolhesse anualmente (mas, em parcelas trimestrais) o valor de 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil réis) aos cofres do Estado. (SANTA CATARINA, 1928c, p.58). A permanência da Escola Complementar no Município estava articulada a do Grupo Escolar, o qual deveria ter matrícula mínima de 150 alunos e frequência mínima de 70 alunos em cada sessão (a masculina e a feminina). A Escola Complementar de Porto União funcionava em turno contrário ao Grupo Escolar, com disciplinas ministradas por três professoras normalistas do Grupo Escolar e o Diretor. A Escola Complementar foi criada pelo Decreto nº. 2135, de 12 de março de 1928. (SANTA CATARINA, 1929a, p.180).

No Estado do Paraná, o Decreto nº 887, de 8 de agosto de 1925, estabelecia que os Municípios poderiam “solicitar a sua instalação [da Escola Complementar Primária] desde que concorram com o aparelhamento necessário ao seu completo funcionamento” (PARANÁ, 1925, p.1). Assim, como contrapartida, o Município garantiria o “aparelhamento necessário” para a escola, inclusive o espaço físico. Em União da Vitória, a Escola Complementar funcionou em um imóvel alugado, pois, o Grupo Escolar não possuía espaço suficiente. Os docentes eram escolhidos entre os que atuavam no Grupo Escolar Professor Serapião, sendo que uma das classes (do primeiro ou segundo ano) teria a regência do(a) Diretor(a) do estabelecimento. A Escola Complementar de União da Vitória (PR) foi criada pelo Decreto nº. 33, de 4 de janeiro de 1929. (PARANÁ, 1929, p.1).

Nesse período, as discussões sobre a escolarização primária, métodos e currículos, que ganharam ênfase redobrada com a organização da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, repercutiram nos dois Estados, inclusive graças a eventos nacionais sediados na capital paranaense: o Congresso do Ensino Primário e Normal, de 1926 e a Primeira Conferência Nacional de Educação, de 1927 (BONA JUNIOR, 2008) ⁸². Entretanto, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, talvez o maior desafio fosse suprir as escolas primárias já criadas de professores. Em 1920, o governador catarinense, Hercílio Luz nomeou como professores, independente de sua escolarização, indivíduos para 72 escolas vagas; 35 delas estavam situadas nos quatro Municípios da região do ex-Contestado, incluindo Porto União. Ainda em 1919, este Presidente do Estado defendeu junto ao Congresso Representativo (o

⁸² Nesse período ganham cada vez mais evidência os ideais, nada homogêneos, da Escola Nova, tema pesquisado, entre outros, Carvalho (1998), Vidal (2013) e Xavier (2002).

Legislativo), a criação de um Grupo Escolar em Porto União, justificado pela existência no perímetro urbano de expressiva população infantil “[...] suficiente para preencher a matrícula que comportam esses estabelecimentos, como porque se faz mister que dotemos, desde já, as terras do ex-Contestado das melhores instituições da nossa organização escolar”. (LUZ, 1919, p.33).

A mencionada instituição, entretanto, seria criada apenas em 1927, quando o governo do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto nº. 2017, em 19 de janeiro de 1927, que transformou onze Escolas Reunidas do Estado em Grupos Escolares. Esse fato foi parte de um processo de reorganização dos estabelecimentos escolares com o fim de “uniformizar cada vez mais a organização escolar”. (SANTA CATARINA, 1928a, p.144). Com esse ato legal ficou criado o Grupo Escolar Balduino Cardoso, de Porto União, que incorporou escolas isoladas urbanas que compunham as Escolas Reunidas da localidade. O Decreto estabelecia ainda que o corpo docente seria o mesmo das Escolas Reunidas e o Diretor do Grupo Escolar, sempre que possível, seria regente de uma classe (SANTA CATARINA, 1928a). No ano seguinte, uma Escola Complementar foi anexada ao Grupo Escolar (Decreto nº 2135, de 12 de março de 1928), com a finalidade de formar professores que poderiam atuar em Escolas Isoladas rurais, multisseriadas, no ex-Contestado (SANTA CATARINA, 1929a, p.180). No final da década de 1920, o jornalista Hermínio Milis, ao assumir a Inspeção Escolar da região na qual estava o Município de Porto União (SC), afirmou que “[...] no ano de 1929, excetuados o Grupo Escolar Balduino Cardoso (com 4 classes) e o [estabelecimento escolar católico] Colégio Santos Anjos (com 13), eram as escolas primárias existentes em todo o Município de Porto União assim distribuídas: 8 estaduais e 5 particulares.” (MILIS, 2002, p.75).

Do outro lado da fronteira, entre 1928 e 1929, o Inspetor de Ensino Tancredo Martins de Oliveira visitou, no Município de União da Vitória (PR), 23 diferentes Escolas Isoladas, estaduais e subvencionadas federais⁸³ (o que não significa que não existissem outras, particulares – de colônias, ou confessionais, por exemplo). Em 1929, o Grupo Escolar Professor Serapião funcionava com turno desdobrado, com aproximadamente 400 alunos. (OLIVEIRA, 1929, p.176-179). Tancredo Martins de Oliveira era o Diretor do Grupo Escolar

⁸³ O Inspetor de União da Vitória, professor efetivo, Tancredo Martins de Oliveira, vistoriou as escolas das seguintes localidades: Desvio d’Areia; Tocos; Colônia Antonio Cândido; Espingarda; Paula Freitas; Rondinha; Serra do Leão; Colônia Coronel Amazonas; Porto Almeida; Colônia Vitória; Colônia Concórdia; Cruz Machado; Linha Rio d’Areia; Escola Silva Jardim; Escolas de Sant’Anna; Linha Vitória; Linha Encantilado; Carasinho; Linha União; Cartório e Colônia Passo do Iguassú. (OLIVEIRA, 1929, p. 146-151).

Professor Serapião e também da Escola Complementar anexa que funcionou em outro prédio, alugado, devido à falta de espaço no Grupo Escolar.

As duas realidades dos Municípios vizinhos pareciam destoar no tocante à oferta da instrução, pelo menos considerando o número total de Escolas Isoladas. Entretanto, os dados não permitem uma afirmação conclusiva, pois não foram localizados números sobre o total de alunos que frequentavam as salas do Grupo Escolar Balduino Cardoso, do Colégio particular Santos Anjos e de escolas étnicas, também particulares. A organização de Escolas Complementares nos dois lados da fronteira, mesmo considerando que fosse uma tática de governantes estaduais para marcar, de outra forma, o território do Paraná e de Santa Catarina⁸⁴, pode ser considerada como um esforço significativo e estratégico (como escreveu Certeau, 1998, p.99-100), dos governantes e vários moradores dos dois Municípios que, concordando em arcar com parte das despesas dessas Escolas, conseguiam suprir a carência regional de professores formados⁸⁵.

Retomar as palavras escritas pelo Inspetor Escolar Tancredo Martins de Oliveira permite uma aproximação do cotidiano das escolas isoladas do Município de União da Vitória (PR) nesse período, o que concorre para que possamos compreender o interesse dos dois Municípios fronteiriços para a criação de Escolas Complementares. Como todo Inspetor Escolar da época, Tancredo Martins de Oliveira tinha por incumbência apontar em seus relatórios as virtualidades e irregularidades dos professores e das escolas inspecionadas. O Inspetor destacava, direta e indiretamente, a carência de bons professores. Informava no relatório: “professores há, em minha jurisdição, que além de atrasadíssimos não falam a língua brasileira” (OLIVEIRA, 1929, p.147). Na visita à Escola de Porto Almeida, Município de União da Vitória (PR), em 18 de maio de 1929, constatou que “[...] a escola funciona já há alguns anos [regida] pela normalista Augusta Prestes Dreher. Sala péssima e sem pintura. É horroroso se ver essa escola. As irregularidades são tantas que proponho a V. Exa. a substituição da professora Augusta Dreher ou o fechamento da escola. [...]”. (OLIVEIRA, 1929, p. 149). A professora era normalista e já havia trabalhado no Grupo Escolar Professor Serapião, antes de sua remoção para a escola. Talvez esse fato somasse para a recomendação de substituir a professora ou fechar a escola.

⁸⁴ Em 1928, o Inspetor Escolar paranaense João Rodrigues, depois de afirmar que a cidade de União da Vitória reunia as condições humanas e materiais para ter uma Escola Complementar, considerava a instituição de “inteira necessidade” para que os alunos paranaenses pudessem dar continuidade aos estudos na localidade, pois “elementos deste grupo que concluem o curso são obrigados a passarem para a cidade de Porto União (Estado de Santa Catarina), onde existe em funcionamento uma Escola Complementar.” (RODRIGUES, 1928, p.1A).

⁸⁵

Nos relatórios, entreteciam-se questões arquitetônicas e pedagógicas, temas imbricados quando as condições para uma escolarização chamada moderna eram apontadas⁸⁶. Uma sala “péssima e sem pintura” era a antítese da renovação pedagógica que deveria acontecer a partir da escola, em um ambiente para as aulas iluminado e limpo, que proporcionaria bem estar aos alunos e à professora. A escola deveria tornar-se um modelo do que deveria ser disseminado entre a comunidade, com higiene, controle do tempo, conteúdo e metodologia. Modelo para a sociedade, nas palavras do professor Estevam Juk, diretor do Grupo Escolar Balduino Cardoso e da Escola Complementar anexa, de Porto União (SC), a escola era a “officina sagrada de instrução em que se forjam os espíritos juvenis”. (**A voz do Oeste**, Porto União, 18/5/1930, p.3).

Contudo, as dificuldades eram muitas, diversificadas. Para visitar a Escola Silva Jardim, no distrito de Cruz Machado (União da Vitória-PR), o inspetor Tancredo Martins de Oliveira, teve que atravessar “rio bastante cheio [...] com o animal em que montava a nado, a fim de poder chegar à escola que é boa e tem como regente um homem trabalhador”. (OLIVEIRA, 1929, 149v). O difícil trajeto percorrido pelo Inspetor Trancredo Martins de Oliveira era o mesmo que diariamente muitos alunos percorriam para chegar à escola⁸⁷. Uma realidade que também foi relatada pelo ex-prefeito de União da Vitória e agrimensor José Cleto (1948, 1954), que conviveu com moradores de regiões do ex-Contestado durante o trabalho como agrimensor, na primeira metade do século XX. Eram caminhos mal cuidados com troncos de árvores ou pinguelas usados para transpor rios mais profundos, com grandes geadas no período de inverno.

Para esses moradores, nem sempre a escola existia, conforme descreve Cleto (1954, p.54), “vivem abandonados e pobres [...] seus filhos crescem sem conhecer o alfabeto porque escolas não existem!” A necessidade de sobrevivência das famílias da área rural somada às dificuldades de acesso escolar (e muitas vezes à pouca valorização do estudo devido ao contexto em que viviam) pode ter concorrido para que o trabalho familiar e o espaço doméstico fossem importantes lugares de uma educação calcada em tradições vivenciadas

⁸⁶ Sobre a arquitetura e os espaços escolares, veja Castro (2009), Souza (2007) e Bencostta (2013).

⁸⁷ No Estado de Santa Catarina, na tentativa de melhorar o trabalho de fiscalização escolar, o governo catarinense criou, em 1925, os Conselhos Escolares Familiares, compostos por três membros da localidade, incumbidos de vistoriar a escola e informar sobre o funcionamento delas ao governo estadual. O pagamento dos salários dos professores desses estabelecimentos de ensino estava atrelado aos relatórios dos Conselhos, que foram extintos em 1928. A partir de então, o Inspetor Escolar da Circunscrição foi o responsável pela vistoria às escolas isoladas rurais de Santa Catarina. (SILVA e OLIVEIRA, 1925, p. 27; SANTA CATARINA, 1929b, p. 203-204)

cotidianamente. Mas, pouco a pouco, a escola também ganhou importância entre os habitantes do interior⁸⁸.

A escolarização no interior dos Municípios de União da Vitória e de Porto União contou com o apoio do governo federal, através de subvenções para escolas isoladas particulares de zona colonial⁸⁹. A condição para essa parceria era que se ministrasse o ensino em língua nacional e que o professor fosse “brasileiro nato ou naturalizado”. O presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, em mensagem de 1923, justificava a parceria afirmando que não era “possível o Estado cumprir escrupulosamente com o que preceitua o regimen republicano – o ensino gratuito a todas as classes sociais”. A parceria entre governos estaduais e a União era um importante meio de ampliar a oferta da instrução pública⁹⁰, resguardando os direitos constitucionais. A população também se organizava “[as pessoas] se cotejam para custear escolas particulares e deste modo mantém-se innumeros estabelecimentos, muitos dos quais adoptam ou procuram adoptar os métodos, programmas e livros officializados.” (ROCHA, 1923, p.125).

Como escreveram Souza e Faria Filho (2006, p. 44), o estudo sobre as escolas isoladas evidencia que elas foram um local onde existiu a “manutenção de práticas e dificuldades de instituição de uma nova cultura escolar [a do grupo escolar]”. Mas, apesar de resistências, é pela escola isolada que se identifica a ampliação da aceitação (permeada por outras práticas educativas, inclusive informais) de seu papel escolar na formação do cidadão brasileiro, notadamente a partir da difusão da alfabetização. Eventuais resistências indicam a existência

⁸⁸ Alves e Ferreira (2009) e Andrade (2010), em estudos que contribuem para a compreensão do processo de ocupação pelo homem e a transformação do espaço geográfico, discutem as diferentes representações do urbano e do rural. O primeiro, tido como mais evoluído e o segundo, mais extenso e populoso, porém com os camponeses mantendo comportamentos mais conservadores. A modernização acentuou o contraste entre os dois meios. O urbano “absorvia as novas técnicas e instrumentos e o rural permanecia tradicional e arcaico”. (ANDRADE, 2010, p.8). Mas, é preciso considerar contatos, trocas, apropriações entre esses dois universos e que se revelam no cotidiano escolar.

⁸⁹ Ambos os Estados mantinham escolas com subvenção federal, criadas a partir do Decreto nº13014, de 4 de maio de 1918. (BRASIL, 1918). Essas escolas eram organizadas pelos governos estaduais em “Municípios constituídos por antigas colônias de europeus [e] destinadas, precipuamente, ao ensino da língua portuguesa e geografia e história do Brasil.” (BRASIL, 1987, p.67). Em 1925, o Decreto Federal nº16782-A, de 13 de janeiro (conhecido como a Lei Rocha Vaz) determinou que a União exerça função supletiva em relação ao ensino primário, por meio das escolas subvencionadas e criou o Departamento Nacional de Ensino (ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores) para regular os estabelecimentos de Ensino Primário subvencionados pela União, assim como os estabelecimentos de ensino particular. É mantida a autonomia dos Estados em relação ao Ensino Primário em geral e administração das escolas. O Decreto de 1925 prevê a criação do Conselho Nacional de Ensino, com representantes do ensino primário subvencionado e profissional, visando, conforme o Art. 12 “discutir, propor e emitir opinião sobre as questões que forem submetidas a sua consideração sobre o ensino público.” (BRASIL, 1925).

⁹⁰ Essa parceria também facultaria a vistoria de inspetores estaduais às escolas subvencionadas pelo governo federal, como exemplifica a ação do Inspetor Escolar paranaense Tancredo Martins de Oliveira, em 1929, na escola da Colônia de Sant’Anna, do distrito de Cruz Machado, Município de União da Vitória. (OLIVEIRA, 1929, p.149v.)

de outros percursos formativos embasando a ação dos docentes, como ocorria em algumas escolas de colônias, nas quais a língua estrangeira concorria com a portuguesa. Essa necessidade de consolidar um modelo de escola e, mais que isso, uma cultura escolar nova, brasileira, também contribuiu para a criação de Escolas Complementares nas cidades vizinhas, suprimindo as escolas locais com professores mais preparados, desafio que se apresentava para a região que, há poucos anos, tinha sido dilacerada por conflitos internos e acabou partilhada entre dois Estados.

Nesse contexto, o professor desempenhou um importante papel na conformação do sentimento de pertencimento e amor ao Brasil e, dependendo do lado da fronteira em que atuava, também na construção do sentimento de pertencimento ao Paraná ou a Santa Catarina, responsabilidade que nem sempre foi fácil de ser cumprida, como foi com a escola isolada da Colônia Coronel Amazonas, em União da Vitória (PR), quando, segundo o Inspetor Tancredo Martins de Oliveira, a comunidade de alemães não aceitou a professora brasileira e “[...] por tal motivo a posse da professora Judith foi dada quase que a força. Hoje está ella trabalhando regularmente e promete mesmo ser uma professora das que necessitamos. É trabalhadora”. (OLIVEIRA, 1929, p.148-149). Expectativas sobre o trabalho do professor permeavam o discurso do diretor da Instrução Pública de Santa Catarina, professor Luiz Trindade que, na comemoração do dia 3 de maio de 1930 (então considerado Dia do Descobrimento do Brasil), dirigindo-se aos professores e futuros formandos da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso, defendeu “a necessidade de trabalhar por um Brasil grande, rico e forte”. (**A voz do Oeste**, Porto União, 11/5/1930, p.2).

É preciso também considerar que as Escolas Complementares, ao ampliarem as possibilidades de formar os jovens professores nas suas próprias localidades, possibilitaram uma oportunidade de permanência e, muitas vezes, melhoria de condição social. Souza e Faria Filho afirmam que para esses jovens a escolarização poderia ser uma “[...] possibilidade de melhoria de vida, de ascensão social, mediante melhores empregos e salários, como oportunidade de participação política, social, econômica e cultural” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p.47), um tipo de inserção social possibilitada por um nível maior de escolaridade que no caso de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) muitas vezes extrapolava fronteiras ⁹¹.

⁹¹ Mobilidade que, permeada por articulações sociopolíticas, pôde ser percebida até no caso do professor Tancredo Martins de Oliveira. Conforme noticiou o jornal **O Comércio**, depois de exercer o cargo de Diretor do Grupo Escolar Professor Serapião e da Escola Complementar anexa em União da Vitória e de atuar como Inspetor Escolar do Paraná, Oliveira trabalhou em Santa Catarina, exercendo a função de Diretor do recém-criado Grupo Escolar Horácio Nunes, no distrito de Vallões, Município de Porto União. (**O Comércio**, Porto

2.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMPLEMENTARISTAS NAS CIDADES FRONTEIRIÇAS E INDÍCIOS SOBRE A ATUAÇÃO DOS FORMANDOS

Enquanto a cidade de Porto União (SC) vivia as primeiras experiências decorrentes da instalação do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, na vizinha cidade de União da Vitória (PR), os resultados e organização do Grupo Escolar Professor Serapião eram detalhados por seu diretor, o professor Eugênio de Almeida, no relatório de 16 de junho de 1927. Professor Eugênio de Almeida exercia o cargo de diretor desde 1º de abril de 1926. O relatório que foi enviado ao Inspetor Geral do Ensino do Paraná era específico sobre o Grupo Escolar e atrelado a ele funcionaria a Escola Complementar Primária, a partir de 1929.

Em 1927, o Grupo Escolar Professor Serapião contava com cinco professoras e um professor. Eram: a normalista Amasilia Araújo, que trabalhava com o 3º e 4º anos mistos; a efetiva Julia Catta Preta, 1º ano feminino; as provisórias, Hermengarda Cordeiro, 1º masculino e Zaylda Araújo, 2º feminino, além da adjunta Iracema de Oliveira, que usufruiu de licença entre 1º e 31 de março daquele ano⁹². O único professor, normalista Eugênio de Almeida, exercia a função de diretor do estabelecimento e era o regente do 2º ano misto. (ALMEIDA, 1927, s.p.). No ano seguinte, o Inspetor João Rodrigues (1928, p.1), escreveu que os professores cumpriam “[...] rigorosamente seus intuitos e seus esforços”, avalizando a dedicação do corpo docente e o resultado do trabalho dos educadores junto à sociedade local.

Em 1927, no Grupo Escolar Professor Serapião, o número de matrículas na 1ª série era de 206 alunos, prevalecendo os meninos: 128 (62,13%) em relação às meninas: 78 (37,87%). No ano anterior, foram 54 os que concluíram a 4ª série, desses 38 (57,89%) eram meninos e 16 (42,10%) meninas (ALMEIDA, 1927, s.p.). Uma das hipóteses para o menor número de meninas pode estar associada à desvalorização da escolarização para a mulheres. Os trabalhos do lar eram muito práticos e, no cotidiano, com suas mães, as meninas dominavam tarefas práticas que desempenhariam futuramente como esposas. Ir para a escola significava apropriar-se de novos conhecimentos, aprender a ler, escrever e contar, ações que, no senso

União, 9/12/1934, p.2). As informações sobre o professor Tancredo Martins de Oliveira continuavam. No final do ano de 1934, Oliveira, por ato do governo de Santa Catarina, foi exonerado do “cargo de director do Grupo Escolar Horácio Nunes, de Valões” e também foi preso na cadeia de Porto União (SC) “[...] acusado de ter recebido vencimentos dos professores daquele estabelecimento de ensino, e, até agora, não haver feito os devidos pagamentos.” (**O Comércio**, Porto União, 9/12/1934, p.2). Não foram revelados maiores detalhes sobre o acontecimento. Nos dias seguintes, o ex-diretor recorreu e recebeu um *Habeas Corpus* que foi emitido pela Corte de Apelação do Estado (**O Comércio**, Porto União, 16/12/1934, p.1). Não foi possível saber se após o incidente ele reassumiu sua função de Diretor no Grupo Escolar Horácio Nunes, de Vallões.

⁹² Sobre professor efetivo, provisório e outras categorias, veja a Introdução.

comum, poderiam ser consideradas de maior relevância para o homem. Os dados do Grupo Escolar Professor Serapião revelam um processo de escolarização altamente seletivo. Dos 206 alunos matriculados na primeira série, somente 152 frequentaram as aulas até o final do ano e desses, 86 foram promovidos para a segunda série; eram 48 meninos e 38 meninas. O resultado representava a promoção de apenas 41,7% dos alunos matriculados e, como saber ler e escrever era critério de promoção, supomos que os demais não foram alfabetizados durante o ano.

Na fotografia abaixo (Figura 5), possivelmente tirada em frente ao edifício onde funcionava a Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião e datada de 1929, há 12 meninos e 13 meninas uniformizados e acompanhados por dois prováveis professores. Foi impossível identificar se eram alunos de diferentes séries do Grupo Escolar e/ou da Escola Complementar que começou a funcionar anexa ao estabelecimento escolar nesse ano. Segundo informação manuscrita no verso da imagem, a mulher é a professora Amasilia Araújo e o homem à esquerda não foi identificado. Entretanto, considerando o ano da fotografia, 1929, o homem deve ser o professor e diretor Tancredo Martins de Oliveira.



FIGURA 5: GRUPO PROFESSOR SERAPIÃO, PROF^a AMASILIA E SEUS ALUNOS (1929) [IDENTIFICAÇÃO MANUSCRITA].

FONTE: ACERVO DA ACADEMIA DE LETRAS DO VALE DO IGUAÇU – ALVI.

No final da década de 1920 e 1930, informações sobre os Grupos Escolares dos dois lados da fronteira eram publicadas, indistintamente, em artigos (com ou sem imagens) dos jornais editados em Porto União (SC): **A Voz do Oeste**, **A Nota** e **O Comércio** e, também, no periódico **O Município**, que circulou em União da Vitória. Entre as ações escolares que, integrando escola e sociedade, ganhavam as páginas desses jornais, estava a Caixa Escolar, uma instituição que ganhava especial atenção das autoridades de ensino desde a década de 1910 nos dois Estados, através de seus regulamentos educacionais prevendo a assistência escolar feita por “associações filantrópicas de caráter leigo” (PARANÁ, 1915, p. 24; 1917, p.18). Em Santa Catarina, as Caixas Escolares foram regulamentadas pelo Decreto nº 976, de 14 de novembro de 1916. (SANTA CATARINA, 1916c, p.4-14). Em 1926, por exemplo, a Caixa Escolar do Grupo Escolar Professor Serapião de União da Vitória (PR) arrecadou 1:180\$500 (um conto, cento e oitenta mil e quinhentos réis). Foram utilizados 977\$300 (novecentos e setenta e sete mil e trezentos réis) na compra de material escolar e 71\$200 (setenta e um mil e duzentos réis) em vestuário para os alunos necessitados. Com medicamentos, a Caixa Escolar gastou 12\$000 (doze mil réis) e com “prêmios distribuídos” aos alunos 120\$000 (cento e vinte mil réis). (ALMEIDA, 1927, s.p.)⁹³. A sensibilização maior de algumas pessoas pela causa da instrução pública fica explícita no caso do proprietário do Cine Palácio de Porto União (SC), que ofereceu a renda bruta de um espetáculo para o Grupo Escolar da cidade vizinha de União da Vitória. A atitude, louvada em notícia do jornal **A Voz do Oeste**, de Porto União, (01/07/1930, p.2), também é indício de como a educação, o reconhecimento social de seu valor, concorria para liquidar possíveis divergências entre moradores das duas cidades.

Nesse período, as bibliotecas escolares passavam a ser foco de atenção dos moradores das duas cidades, em grande parte, graças ao trabalho dos educadores locais e da imprensa. Em 1930, o diretor do Grupo Escolar Balduino Cardoso de Porto União (SC), Estevam Juk, dirigiu um apelo à comunidade para que doassem recursos para suprir a escola com livros “[...] para o uso dos alunos e do corpo docente, a fim de encaminhar espíritos infantis à leitura constante e dessa maneira amoldá-los à vida que os tempos de hoje exigem.” (**A Voz do Oeste**, Porto União, 27/2/1930, p.5). No lado paranaense da fronteira, o Grupo Escolar Professor Serapião tinha um bom acervo de materiais pedagógicos, notadamente se comparado com a precariedade das escolas isoladas paranaenses, como repetidamente denunciavam relatórios de Inspectores Escolares. O acervo do Grupo Escolar de União da

⁹³ Em 1927, a Caixa Escolar do Grupo Escolar Professor Serapião recebia mensalidade de 94 contribuintes (ALMEIDA, 1927, s.p.).

Vitória incluía 4 Mapas de Parker⁹⁴, de F. Parker, que também eram utilizados em Santa Catarina, como recurso moderno para o ensino da matemática para “ensinar a um grande número de alunos, em curto período de tempo e sem o auxílio da memorização”. (TEIVE, 2008, p.70). Conforme consta no relatório, havia no Grupo Escolar, vários exemplares de cinco dos seis títulos que compunham a lista básica para bibliotecas escolares dos grupos escolares paranaenses, sendo: 92 exemplares de **Páginas Infantis**; 95 exemplares da **Série Braga**; 52 exemplares de **Nossa Pátria**, de Rocha Pombo e 18 exemplares de **Alma Brasileira**, de Rangel Pestana. Não existiam exemplares da **Nova Cartilha** (ALMEIDA, 1927, s.p.)⁹⁵.

Mas não apenas no quesito acervo, também no item mobiliário as condições estruturais e pedagógicas dos dois Grupos Escolares sobressaiam-se naqueles que eram locais possíveis de sediar Escolas Complementares dos dois lados da fronteira. Fazendo uma comparação: dos 23 itens de objetos básicos que compunham lista material para o Grupo Escolar Professor Serapião, apenas 7 integravam a lista semelhante para as escolas isoladas de União da Vitória (PR) e, em 1927, em geral somente carteiras e o quadro-negro existiam nestas escolas (ALMEIDA, 1927, s.p.). No mesmo ano, no Grupo Escolar Professor Serapião havia em “bom estado”: 5 Bureaux (tipo de escrivaninha de madeira, com gavetas, utilizada em salas de aula); 100 carteiras de pinho; 11 cadeiras de pinho; 7 armários; 8 quadros-negros; 9 sólidos geométricos; 5 tinteiros; 4 mapas do Paraná; 4 mapas do Brasil; 1 mapa da Europa; 4 mapas de História; 1 relógio e 3 globos. Os materiais em “estado regular” eram 4 cavaletes, usados em atividades manuais. Em “mau estado” encontravam-se 4 mapas Parker (matemática), 2 mapas de linguagem (os mais utilizados pelos professores?) e 5 cestas (não foi especificado se para guardar objetos, ou lixeiras). Eram arroladas como em “estado regular” 3 talhas de água (ALMEIDA, 1927, s.p.). É preciso lembrar que, pelo menos enquanto não existiram bibliotecas públicas nas cidades, os Grupos Escolares também centralizavam a atividade que era própria dessas instituições e a biblioteca escolar concentrou a relação cotidiana da vida escolar com a sociedade.

⁹⁴ Não foi possível localizar exemplar do Mapa de Parker nos arquivos locais.

⁹⁵ Entre os livros citados (não foram localizados exemplares nos arquivos pesquisados), o **Nossa Pátria**, de autoria de José Francisco da Rocha Pombo, permite compreender permanências de obras didáticas no período. Esse livro, também utilizado nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina a partir 1917 (SANTA CATARINA, 1917b, p.63-64), ano suposto da primeira edição (cf. VIANNA, 2009, p.8), tratando de temas relacionados à história do Brasil (com ilustrações) e com mais de 80 edições no Brasil. Segundo Vianna, teria como objetivo maior “[...] transformar o sentimento patriótico do leitor [criando nos alunos] o sentimento da pátria, dando grande valorização aos símbolos, como bandeira, hino, heróis etc” (VIANNA, 2009, p.61-62). Sobre Rocha Pombo consultar também Queluz (1994).

Mas, se os Grupos Escolares pareciam bem funcionar nas duas cidades, os problemas com a educação primária não eram pequenos, além da recorrente questão da falta de verbas para pagamento dos professores (**O Município**, União da Vitória, 15/10/1929, p.2), a falta de professores para as escolas isoladas demandava reiteradas discussões dos governantes dos dois Estados. Em 1928, Adolpho Konder, Presidente de Santa Catarina, afirmava que os normalistas “recusam-se a servir em escolas isoladas rurais” (KONDER, 1928, p.69), situação não muito diferente do que acontecia do outro lado da fronteira. O presidente catarinense defendia que fossem instituídos mecanismos que suprissem a demanda por escolarização dessas regiões. As Escolas Complementares, que possibilitariam a formação de professores para essas escolas da e na própria região, tornaram-se a solução mais viável, a partir da estrutura física e os docentes já existentes nos Grupos Escolares. Foi o que aconteceu na região do ex-Contestado, nos Grupos Escolares Balduino Cardoso, de Porto União (SC) em 1928 e Professor Serapião, de União da Vitória (PR), em 1929. Ambos os governos estaduais compartilharam com os Municípios a responsabilidade de organizar e ofertar a Escola Complementar, visando suprir as necessidades de professores para as Escolas Primárias.

A organização de Escolas Complementares em nada modificava “[...] os quadros dos referidos grupos escolares, cujos diretores ou professores continuarão a receber os vencimentos que por lei lhes competirem” (SANTA CATARINA, 1928c, p.58). Dessa forma, o governo municipal assumiu a contrapartida⁹⁶ financeira e os professores do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, as aulas. A Escola Complementar era pública, facultada a ambos os sexos e a ação das municipalidades vinha ao encontro da demanda por professores formados para atuar nas Escolas Primárias na região. Em 1929, foi inaugurada, anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião, em União da Vitória (PR).

Assim começa, quase ao mesmo tempo, a experiência quanto à formação de complementaristas nas cidades fronteiriças do ex-Contestado. Mas existiam diferenças, além das curriculares, diferenças quanto às exigências para a matrícula: na Escola Complementar do lado paranaense, poderiam ingressar os formados de Grupos Escolares, das Escolas Isoladas, ou escolas particulares, desde que apresentassem “atestados de Conclusão do Curso”. (PARANÁ, 1925, p.1). Na Escola Complementar catarinense, poderiam ingressar os que exibissem certificado de conclusão de Grupos Escolares (SANTA CATARINA, 1919; 1928; 1932e). Entretanto, no Paraná ou em Santa Catarina, também seriam aceitos os

⁹⁶ Pelo Decreto nº 2135, de 12 de março de 1928, criou-se a Escola Complementar em Porto União, prevendo que a municipalidade custeasse as despesas da Escola, com a importância anual de 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil réis). (SANTA CATARINA, 1929a, p.180).

candidatos aprovados em “exame de admissão”, dispensando, assim, a comprovação da conclusão do primário⁹⁷. No Estado de Santa Catarina, não havia exigência de idade mínima para ingresso, mas, no Paraná, o candidato deveria comprovar ter pelo menos 15 anos para a matrícula na Escola Complementar Primária. (PARANÁ, 1925, p.1)⁹⁸. Contudo, em ambos os Estados os alunos necessitavam do consentimento do pai, tutor, protetor ou da pessoa por eles responsável. Conforme consta no Diploma, os concluintes da Escola Complementar de Porto União (SC) poderiam ingressar no terceiro ano da Escola Normal, gozando de “todos os direitos e prerrogativas que as leis estaduais outorgam aos complementaristas” (REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO, 1935, p.14), enquanto que, os concluintes do primeiro ano da Escola Complementar paranaense eram habilitados a matricular-se no Ginásio, os do segundo ano, no primeiro ano da Escola Normal ou conforme o §3º do Art. 107, “ser nomeados professores efectivos”. (PARANÁ, 1917, p.19).

No ano em que foi criada a Escola Complementar em Porto União, foram adotadas novas obras didáticas para as escolas públicas de Santa Catarina, o que demandava organizar uma biblioteca com os novos títulos para a recém-criada escola de Porto União. E não somente isso, pois, os novos livros precisavam ser comercializados na cidade. Somente alunos reconhecidamente pobres ganhavam o material didático. O Decreto nº 2186, de 21 de julho de 1928, que estabelecia a nova relação de obras e materiais didáticos a ser utilizada em todas as escolas do Estado de Santa Catarina, justificava que o resultado “dos methods de ensino depende, em grande parte, do criterio da adopção das obras didacticas.” (SANTA CATARINA, 1929c, p.209). O mesmo documento previa que as obras arroladas não

⁹⁷ Esses exames deveriam ser realizados na presença do diretor, que concederia ou não, a matrícula, de acordo com o parecer dos dois professores avaliadores. (SANTA CATARINA, 1911, p.7; 1919e, p.6). Procedimento similar era previsto no Art. 173, do Código de Ensino do Paraná, facultando o ingresso de alunos que não comprovassem a aprovação em exames do Grupo Escolar, através de um exame de admissão prestado na Escola Intermediária (após 1925, Escola Complementar), conforme “programa da 4ª série do curso primário” (PARANÁ, 1917, p.50).

⁹⁸ Em 1933 foi realizada uma denúncia à Diretoria de Instrução Pública paranaense sobre a matrícula irregular de alguns alunos do 1º ano da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião de União da Vitória (PR), em desrespeito ao Código de Ensino do Paraná, artigos Art. 178 e Art. 173; esse último, estabelecia ser necessário ao aluno a aprovação na 4º série do primário ou a aprovação em exame admissional para essa escola, bem como provar a capacidade física, ter o consentimento do pai ou responsável, quando o matriculado fosse menor de idade. (PARANÁ, 1917, p.30). Foi instalada uma sindicância que comprovou a denúncia e determinou que os alunos em situação irregular fossem matriculados no 4º ano do Grupo Escolar (BUSNARDO, 1933, p.4). A sindicância concorreu para o afastamento do diretor do estabelecimento de ensino, professor Brasília da França Costa. A professora Amasilia Araújo foi designada, pelo mesmo Inspetor, para assumir a direção do estabelecimento interinamente, sendo devidamente instruída para conduzir o “funcionamento dos trabalhos do grupo e sua administração”. (BUSNARDO, 1933, p.4). Não foi possível saber até quando ela exerceu a direção.

poderiam ser alteradas por professores ou autoridades escolares, garantindo, dessa forma, uma nova base comum ao ensino catarinense e garantindo que os processos avaliativos da inspeção escolar fossem uniformizados. Essas mudanças correspondiam ao cenário educacional brasileiro do final da década de 1920, no qual a escola se organizava sob os ideais renovadores (MIGUEL; VIDAL; ARAÚJO, 2011). O Decreto substituiu algumas das obras adotadas pelo Decreto nº.1618, de 7 de novembro de 1917, (SANTA CATARINA, 1917c, p.63-64), contudo, não especifica quais. A substituição da bibliografia básica, mesmo que parcial, inseria na escola a nova perspectiva metodológica que se consolidaria na década seguinte.

As novas obras didáticas para a Escola Complementar catarinense, previstas no Decreto nº 2186, de 21 de julho de 1928, como a **Selecta de leituras moraes e cívicas** (1926), eram de autoria do normalista paulista, José Scaramelli, um defensor da ciência como um “terreno sólido” para a educação, diferentemente da “areia movediça”, representada pela Escola Tradicional. (SILVA, 2013, p.13). A **Grammatica expositiva elementar** (1907), de Eduardo Carlos Pereira, também era utilizada no Colégio Pedro II, o que a tornava referencial para a formação dos futuros professores. A **Arithmetica superior (Progressiva)**, de Trajano e, **Geometria**, de Olavo Freire, também foram utilizadas nas Escolas Primárias do Paraná, ainda em 1903, conforme escreve Oliveira (2011, p.13). O Francês era estudado por meio da **Grammatica Francesa (I e II tomo)**, de Emile Sévère. Contudo, o estudo da língua alemã prevalecia na Escola Complementar catarinense, com três obras, as mesmas utilizadas na Escola Normal, indicando a grande relevância dessa língua na formação e expectativas de inserção desses egressos das escolas primárias no Curso Normal: **Grammatica Allemã**, de Emili Otto; **Leitura escolar allemã**, de P. Agostinho Scholl; **Vocabulário para a leitura allemã**, de P. Pedro Schroth. As obras **Geographia**, de Veiga Cabral; **Historia do Brasil (curso elementar)**, de João Ribeiro; **Educação cívica**, de José Rangel, compunham um conjunto de leituras que visava à formação moral e cívica do cidadão brasileiro. O aluno era inserido no conhecimento científico das ciências exatas e naturais por meio do livro de **Physica e chimica e História Natural**, da FTD. O livro de **Agricultura**, de João Cândido Filho permitia construir conhecimentos sobre agricultura, necessários ao professor que atuaria em escolas rurais, junto a filhos de colonos. (SANTA CATARINA, 1929c, p. 209-211)⁹⁹.

Essas mudanças ocorreram após a instalação oficial da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso, em Porto União (SC), em 23 de maio de 1928 (FERREIRA,

⁹⁹ Nesta tese não pretendemos aprofundar o estudo sobre obras didáticas utilizadas nas Escolas Complementares.

1928, fl.1v). Entretanto, há indícios que o início das atividades nessa Escola Complementar (de três anos) ocorreu somente em 1929, pois, os diplomas dos primeiros complementaristas são datados de 15 de dezembro de 1931¹⁰⁰. (REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO, 1931, fl.2).

Em maio de 1928, a solenidade de instalação da Escola Complementar em Porto União reuniu pessoas da cidade e moradores da vizinha União da Vitória (PR), autoridades políticas, educacionais, estudantes do Grupo Escolar Balduino Cardoso e futuros estudantes da Escola Complementar de Porto União (SC). Como ficou registrado, estavam presentes:

[...] Dr. Eurico Borges dos Reis, superintendente municipal; Godofredo Oliveira, inspetor escolar; Vlademiro Martinetz, director do Colégio Ukraino Brasileiro; Manuel Donato da Luz, director do Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso; Srtas Ruth Silva, Jurema Teixeira e Aracy Huergo, professoras do Grupo, Alumnos da Escola Complementar, e comigo Maria Clara Cordeiro Ferreira, secretária de banca, foi instalada a Escola Complementar. [...]. (FERREIRA, 1928, p.1v).

Representou o Governo do Estado, o Inspetor Escolar Godofredo Oliveira, que declarou “iniciadas as aulas”. O governante municipal, Eurico Borges dos Reis, congratulou-se “com os poderes do Estado, pela instalação da Escola Complementar, e convidou os alumnos a que estudassem correspondendo assim aos esforços empregados pelo corpo docente do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso”. (FERREIRA, 1928, p.1v).

Moças e rapazes fizeram inscrição para Escola Complementar no dia 24 de maio de 1928 (um dia após as festividades de instalação) e esses candidatos a alunos formaram um grupo de 38 pessoas, sendo 23 moças e 15 rapazes. De acordo com o **Livro de matrículas da secção feminina** (1928-1964, p.1-2) e o **Livro de matrículas da secção masculina**, (1928-1964, p.1)¹⁰¹, desse total, 10 rapazes e 9 moças fizeram os exames de admissão e se matricularam no primeiro ano da Escola Complementar. Entendemos que os demais comprovaram ter concluído o Curso Primário, sendo, portanto, dispensados do exame. Prestaram exame:

¹⁰⁰ Nos dias 23 a 26 de novembro de 1930 foram realizados os exames finais da Escola Complementar conforme o Art. 64 do Regulamento das Escolas Complementares (SANTA CATARINA, 1919, p.17) “cada candidato, no acto de ser argüido, tirará o ponto sobre que deva versar a argüição e terá dez minutos para pensar.” Foram examinadores, Hermínio Milis, Inspetor Escolar; Carlos Krüger, Promotor Público; Cel. Cid Gonzaga e a professora Jurema Teixeira. (LIVRO DE EXAMES DA ESCOLA COMPLEMENTAR ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUINO CARDOSO, 1928-1938, p.1).

¹⁰¹ De acordo com o Art. 9º do Regulamento das Escolas Complementares catarinenses de 1919, as turmas deveriam ser compostas de no máximo 50 alunos. (SANTA CATARINA, 1919, p.6-7).

Approvados com distinção: Diva Oliveira, Marion Müller, Edite Mello, Zamia Pimpão, Inah Oliveira, Yeroslau Kozan e Pedro Skiba. Approvados plenamente: Hilda Rilla, Olivia da Silva, Marion E. Correia, Rosa Guerios, Miguel Rokitiki, Miguel Pacnek, Mirosław Marozwok, Estevão Muisak, José Chartado, Miguel Dzima [não se matriculou] e João Hruapka. Approvados simplesmente: Feres Rezek e Cassio Oliveira. (FERREIRA, 1928, p.1).

Conforme os registros feitos no **Livro de matrículas da secção masculina** (1928-1964, p.1) não prestaram exame admissional os alunos: Milton Peixoto, Ariosto Pereira, Arlindo Pasqualin, Clovis C. de Oliveira e Miguel Iziura. No **Livro de matrículas secção feminina** (1928-1964, p.1-2) não prestaram o exame as alunas Aurora Silva, Aracy Huergo, Amélia Correa, Alice de Paula Dias, Anizia Conceição, Dulce Oliveira, Francisca Bittencourt, Hilda Melo, Jandira Santos, Jandyra Capriglioni e Sofia Juk. Não foi possível identificar três nomes do Livro de Matrículas feminino.

Uma das aprovadas no “exame de admissão”, Diva de Oliveira, ingressou, no ano seguinte, no Curso Normal do Colégio Santos Anjos, assim como Jandyra Capriglioni. Ambas formaram-se normalistas pela escola confessional católica de Porto União (SC) e lecionaram nesta Escola Complementar. Chama atenção o nome de Aracy Huergo na lista dos matriculados no 1º. Ano da Escola Complementar, contudo, ela não apareceu como matriculada nos anos seguintes. De acordo com o **Livro de Promoção dos alunos do Grupo Escolar e Escola Complementar Balduino Cardoso** (1930-1937, p.6-8-16v-20v), entre 1930 e 1933, Aracy Huergo lecionou no 1º e 2º anos do Grupo Escolar, até 1933 quando ingressaram no quadro de professores dessa escola as jovens normalistas formadas em Porto União; esse é o último ano que o nome de Aracy Huergo consta em Atas de Exames como regente, indicando que ela foi substituída por uma normalista. Em 1936, a professora Aracy Huergo lecionava no interior do Município de Porto União e o casamento daquela “dedicada componente do magistério catarinense, com exercício na escola pública estadual do distrito de Nova Galícia” foi noticiado pela imprensa local. (**O Comércio**, Porto União, 9/2/1936).

A significativa presença masculina entre os que se inscreveram na Escola Complementar de Porto União (SC) em final dos anos 1920 também chama a atenção, pois, nessa época, os homens cada vez menos assumiam o magistério como profissão, como mostram vários estudos; entretanto, alguns desses trabalhos, como os de Almeida (1998), Araújo (2010) e Gaspari (2005), sinalizam as muitas nuances do processo de ingresso da mulher no universo de trabalho escolar, com a denominada feminização do magistério. Na região do ex-Contestado, essa tendência pode ter sido mais lenta, principalmente se considerarmos os inevitáveis transtornos socioeconômicos do conflito armado que

convulsionou a vida no sertão e nas cidades da região (como Porto União da Vitória, dividida em duas) já alteradas, de forma indelével, pela ferrovia, madeireiras e projetos de colonização.

Outro fator pode estar associado à opção pela Escola Complementar como a alternativa para continuidade dos estudos dos jovens egressos do primário naquele momento. A Escola Normal Santos Anjos (feminina), iniciada em 1929, assim como o Colégio São José (masculino), em 1932, eram confessionais católicos. As Escolas Complementares públicas, de ambos os lados da fronteira, foram os locais possíveis para escolarização de jovens de ambos os sexos que não tinham condições financeiras para estudar nas capitais dos Estados ou pagar para continuar os estudos. Para muitos homens, alguns ainda praticamente meninos, o trabalho escolar como professor complementarista pode ter representado uma oportunidade de um belo começo de vida ou uma forma de toda a família recomeçar a vida em tempos de crise financeira mundial (Crise de 1929) que repercutiu em todo o Brasil.



FIGURA 6: HONRA AO MÉRITO (1933)

FONTE: LIVRO DE HONRA (1933-1965, p.2).

O livro¹⁰² de **Honra ao Mérito** foi aberto em 25 de maio de 1933 e traz no registro feito em 15 de Dezembro de 1933, uma ilustração assinada pela professora Araceli (Rodrigues); foi vistado pelo Inspetor Escolar, professor Germano Wagenführ, em 13 de março de 1934. Constam os nomes de 7 alunos do Grupo Escolar no quadro de “Honra ao Mérito!”. Do 1º. ano, Emília Schultz; 2º. ano, Francisco Breinack; 3º. ano, Darci Capriglioni e Verona Schlagenhauser; 4º. ano, Maurício Schultz, Orestes Caneparo e Alfredo Domit (**Livro de Honra ao Mérito**, 1933-1965, p.1) (Figura 6). Desses, três se formaram na Escola Normal Primária de Porto União (SC), criada em 1935, em substituição à Escola Complementar: Maurício Schultz e Alfredo Junqueira Domit em 1936 e Francisco Breinack em 1938, conforme **Registro de diplomas da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso** (1936, fl.16-17; 1938, fl. 27v). O registro possibilita um vislumbre do percurso formativo de pessoas, meninos e meninas, que cresceram e receberam instrução na cidade, tornando-se os complementaristas no próprio Município, fazendo, pelo menos em parte, sua carreira profissional na região (não foi possível saber em quais escolas atuaram como complementaristas e por quanto tempo).

Em 1929, ano seguinte ao da instalação da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso em Porto União (SC), foram matriculados¹⁰³ na 1ª série dessa escola 8 meninos/jovens entre 10 e 17 anos. Eram filhos de trabalhadores “autônomos”, funcionários públicos ou comerciantes: Apparicio Varella (12 anos); Ariosto Pereira (12 anos) – pai farmacêutico; Bolivar Bastos (12 anos) – mãe vida doméstica; Cassio Cesar (13 anos) – pai funcionário público; Moisés Mussi (10 anos) – pai comerciante; Pedro Juk – pai comerciante; Reinaldo Schultz (12 anos) – pai sapateiro. O aluno José Cardoso Bueno (17 anos) – pai fazendeiro foi matriculado em 23 de junho. (LIVRO DE MATRÍCULAS SECCÃO MASCULINA, 1928-1964, p.2). A matrícula tardia, no mês de junho, de José Cardoso Bueno não deixa de chamar a atenção, era filho de fazendeiro, com idade avançada (considerando a média da idade de seus colegas). Nesse ano, também 8 meninas/jovens com idade entre 9 e 18 anos, cursaram a 1ª série da Escola Complementar: eram: Sophia Juk – pai comerciante; Antonia Luby (11 anos) – pai industrial; Alice de Paula Dias (18 anos) – pai

¹⁰² O Termo de abertura foi lavrado pelo Diretor, Professor Antonio Gasparello.

¹⁰³ Em 1929, dos oito alunos da turma masculina, três eram naturais do Paraná. O livro mostra que a escola recebia alunos nascidos em São Paulo, Florianópolis, São Bento do Sul, Mafra, Lages, Joinville e em outros países, como a Alemanha. A escola cumpria a função de tentar nacionalizar filhos de imigrantes. Os alunos nascidos em Porto União eram assim identificados e os nascidos em outros Estados eram informados como naturais daquele Estado, como Paraná, Rio Grande do Sul ou outro. Há ênfase em evidenciar quem era filho de Porto União (SC), como os jovens Moisés Mussi e Pedro Juk e as jovens Sofia Juk, Antonia Lubi, Yalile Bichara e Naya Gonzaga.

escrivão distrital; Anna Kaminsky (16 anos) – pai carpinteiro¹⁰⁴; Dalva de Oliveira (11 anos) – pai tabelião; Ennah Oliveira (10 anos) – pai funcionário público; Jalille Bichara (9 anos) – pai comerciante; Maya Gonzaga (12 anos) – filha de Cid Gonzaga, jornalista. (LIVRO DE MATRÍCULAS SECÇÃO FEMININA, 1928, p.3).

Em 1929, o número de matrículas femininas e masculinas equiparou-se na Escola Complementar de Porto União e foi o ano da criação da Escola Complementar Primária de União da Vitória (PR). Conformam-se, então, nas cidades fronteiriças, duas possibilidades de escolarização para os professores de Escolas Primárias. Em mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, o Presidente do Estado do Paraná, afirmou a necessidade de combater os “vícios da nossa organização didactica” aperfeiçoando a “escola brasileira para os seus grandes ideais de educação popular e nacionalização”, conforme ideias defendidas na Conferência Nacional de Educação, sediada em Curitiba no ano anterior (ROCHA, 1928, p.213). Entretanto, um dos entraves para tal combate seria a ausência de professores qualificados, notadamente para Escolas Isoladas, em várias áreas do Estado, como na região do ex-Contestado. Segundo Rocha (1924-1928, p.1), “apesar da existência das três escolas normaes e das duas Escolas Complementares normaes, ainda não temos o numero sufficiente de professores que precisamos para o provimento de todas as escolas do Estado.” Dessa forma, nas Escolas Isoladas, o professor era escolhido pela suposta competência, se não portasse diploma.

Na mensagem enviada ao Congresso Legislativo, o governante informou que havia 1269 professores atuantes no Estado do Paraná. Desses, 884 trabalhavam em escolas isoladas e 68 eram normalistas; 203 eram efetivos; 198 subvencionados federais ou estaduais (nem sempre formados) e 405 provisórios, os professores “improvisados” sem formação, mas eram eles que garantiam o funcionamento de grande parte das Escolas Isoladas do interior do Estado. Embora em menor número, os professores provisórios também lecionavam nos Grupos Escolares. (ROCHA, 1928, p.225-226). Assim, a Escola Complementar Primária em União da Vitória respondia a demanda percebida por autoridades governamentais e discutida segundo os ideais de educação que então se difundiam.

No período de instalação da Escola Complementar em União da Vitória (PR), a escola congênere do outro lado da fronteira sofreu mudanças curriculares. A Escola Complementar de Porto União (SC) foi organizada tendo como referência o Regulamento para as Escolas Complementares de Santa Catarina (1919), mas os encaminhamentos estavam associados a discussões feitas na Conferência do Ensino Primário, realizada em Santa Catarina entre 31 de

¹⁰⁴ Em 1934 Anna Kaminsky foi nomeada professora complementarista da escola municipal da localidade Pintadinho, Porto União (SC) (**O Comércio**, Porto União, 13/09/1934, p.2).

julho e 10 de agosto de 1927. Entre as 14 teses discutidas nessa Conferência, 4 delas faziam referência ao ensino ministrado nas Escolas Complementares¹⁰⁵, mas uma delas preocupava-se com o excesso de disciplinas, questionando: “Há vantagem em descongestionar o ensino normal e o complementar, no Estado, do acervo de disciplinas que os compõem?” (SANTA CATARINA, 1927b, p.11). Contudo, com a carga horária ampliada pelo Decreto nº 2218, de 24 de outubro de 1928, o currículo da Escola Complementar sofreu uma significativa elevação no número de disciplinas. Em 1919, existiam 27 disciplinas e, em 1928, eram 41 disciplinas. (SANTA CATARINA, 1928).

Ao que tudo indica, o congestionamento de disciplinas, presente nas discussões da Conferência Estadual do Ensino Primário de Santa Catarina em 1927, não foi considerado como uma desvantagem para a Escola Complementar, sua carga horária foi ampliada, inclusive, reintroduzindo na matriz curricular do primeiro ano, a disciplina de *Alemão*, retirada em 1919. As novas disciplinas (Quadro 4), foram *Geometria*, *História e Agricultura*, visando fortalecer a formação geral do futuro professor.

Decreto nº 2218 de 24 de outubro de 1928		
1º. Ano (13 disciplinas)	2º. Ano (14 disciplinas)	3º. Ano (14 disciplinas)
Português	Português	Português
Francês	Francês	Francês
Allemao	Allemao	Allemao
Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
Geographia	Geographia	Historia Natural
Desenho	Desenho	Desenho
Musica	Musica	Musica
Trabalhos manuaes	Trabalhos manuaes	Trabalhos manuaes
Gymnastica	Gymnastica	Hygiene
Geometria	Geometria	Chimica
Historia	Historia	Botanica
Educação	Educação	Zoologia
Agricultura	Physica	Gymnastica
	Agricultura	Agricultura

QUADRO 4: DISCIPLINAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR DE PORTO UNIÃO, EM 1928
FONTE: SANTA CATARINA (1928).

¹⁰⁵ As teses relacionadas a Escola Complementar são: “[...] 3ª – Como devem ser ministrados o ensino de geographia e cartographia nas escolas primarias e complementares? Qual a correlação entre essa e outra materia? Convem o ensino de cartographia nas escolas ruraes? De que forma?; 4ª – Como deve ser ministrado o ensino de historia patria e educação civica nas escolas primarias e complementares? Em que deve consistir o ensino de historia patria e educação civica nas escolas ruraes? [...] 6ª – Em que deve consistir o ensino de trabalhos manuaes nas escolas primarias e complementares? Tem elle sido proficuo nas escolas do Estado e do País? Há possibilidade de torna-lo mais proficuo no Estado, em particular, e no País, em geral? De que fórma? [...] 11 - Há vantagem em descongestionar o ensino normal e o complementar, no Estado, do acervo de disciplinas que os compõem?” (SANTA CATARINA, 1927b, p.10-11).

Ainda, conforme o Quadro 4, pela primeira vez, aparece no currículo desta Escola a disciplina *Educação* (no primeiro e segundo anos) para embasar a formação específica para atuação do professor complementarista em sala de aula. Com 5 novas disciplinas a carga horária escolar diária passou para 5 horas. No segundo ano, foi suprimida a disciplina *Noções de Física e Química* e introduzidas as mesmas 5 disciplinas do primeiro ano, visando o aprofundamento dos conteúdos. No terceiro ano foram retiradas as disciplinas *História do Brasil* e *Geometria*. Inseridas seis novas disciplinas, *Agricultura, Higiene, Química, Botânica, Zoologia e Ginástica*. Esse “plano de estudos” vigorou nas Escolas Complementares catarinenses até 1931, ano que sofreu algumas mudanças por meio do Decreto nº 130, de 12 de junho de 1931. (SANTA CATARINA, 1932e, p.67-69). Com as mudanças, a Escola Complementar passou a ter 40 disciplinas, sendo excluída a disciplina *Agricultura*, de todas as séries e incluída a *Educação Moral e Cívica* na 1ª e 2ª séries, sinalizando novas perspectivas para a formação do cidadão para a Pátria, a partir da Revolução de 1930.

Poucos meses antes, em visita à Escola Complementar Primária de União da Vitória (PR), o Sub-Inspetor de Ensino Simeão Pedrosa relatava:

Visitei hoje esta Escola dirigida pela professora Myrian de Souza. No 1º. anno encontrei 19 alumnos presentes, dos 23 matriculados. [...] No segundo anno achavam-se presentes 10 alumnos dos 14 matriculados. Argüidos em Arithmetica, Português, Geographia e Sciencias Physicas, revelaram algum adiantamento. (PEDROSA, 1930, p.1).

O Sub-Inspetor não mencionou quantos eram os professores, mas, o Código de Ensino de 1917, então em vigor no Paraná, especificava, no Art 175, que seriam dois a quatro professores (não localizamos documentos que confirmassem quantos lecionavam na Escola Complementar Primária de União da Vitória) e o curso era de dois anos. O Diretor lecionaria em uma das turmas. O Art. 178 especificava que esses professores “teriam os mesmos vencimentos e farão juz às mesmas compensações estabelecidas para os professores do curso primário.” Previam-se, nesse Código, que além de Português, também as “outras disciplinas” seriam objeto de arguição. O Inspetor realizou arguições sobre todas as disciplinas que, como determinado pela regulamentação legal eram: “Art. 2º - 1ª. cadeira - *Português*; 2ª. cadeira - *Arithmética*, com noções de morfologia, geometria e desenho; 3ª. cadeira - *Geographia*, história pátria e instrução moral e cívica; 4ª.cadeira - *Pedagogia*, com noções de *ciências physicas e naturaes* [grifo nosso]. (PARANÁ, 1917, p.30; 1925, p.1).

Cursar a Escola Complementar de dois anos ou de três anos? Receber diploma de complementarista? Tornar-se um professor imediatamente e/ou almejar a continuidade de

estudos? Possivelmente, questionamentos dessa natureza eram frequentes na vida dos jovens formados em Escolas Primárias de Porto União (SC) e de União da Vitória (PR). Desenhavam-se diferentes oportunidades de formação para o magistério nas cidades vizinhas, que eram um convite ao trânsito de jovens estudantes através dos trilhos do trem, como fizeram alguns alunos formados na Escola Complementar Primária de União da Vitória. Após conclusão do Curso em União da Vitória (PR), diplomaram-se também em Porto União (SC); como, por exemplo, Carmelo Riolo, diplomado em 1933 na Escola Complementar de União da Vitória e, em 1934, na Escola Complementar de Porto União. (KLEIN, 2013, p.54; REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO, 1934, fl.11).

Os registros sobre a Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião de União da Vitória (PR) mostram, que entre 1933 e 1938, o número de formandos foi de 20 rapazes e 17 moças. (KLEIN, 2013, p.54-55). Não localizamos registros anteriores, entretanto, o Curso funcionou regularmente desde 1929, conforme mostram os relatórios de visitas de Inspetores Escolares (RODRIGUES, 1929; MACEDO, 1929; PEDROSA, 1930; XAVIER FILHO, 1931; FALARZ, 1932; BUSNARDO, 1933). Na Escola Complementar de Porto União (SC) foram diplomados 20 rapazes e 30 moças entre 1931 e 1938. Ao tomarmos como objeto de análise o local de nascimento dos formandos (somente disponível nos registros da Escola de Porto União), encontramos proximidade no número de nascidos no Paraná (17) e em Porto União (16), o que é indício que a proposta pedagógica da escola era um atrativo para a formação de jovens nascidos em ambos os lados da fronteira (escola que também reunia alunos de outras localidades de Santa Catarina e dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul).

As duas Escolas Complementares assumem um papel formativo até então inexistente no panorama socioeducacional da região. Pela primeira vez na história das cidades (e antes delas, de Porto União da Vitória), jovens concluintes do Curso Primário vislumbraram uma perspectiva pública de continuidade de estudos em suas localidades, formação que os habilitava para o mercado de trabalho como professor. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a complementarista Alice de Paula Dias, egressa da primeira turma da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, cujo diploma foi no.1. No **Livro de Registro de Diplomas da Escola Complementar**, de Porto União, ficou grafado:

Estado de Santa Catarina – Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso [...] Eu, Antonio Gasparello, normalista, diretor da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso de Porto União, faço saber que em vista das aprovações obtidas no terceiro ano desta escola pela aluna Alice de Paula Dias, nascida em o Paraná em 01 de novembro de 1910, filha de Francisco Paula Dias, lhe confiro no uso da faculdade que me é dada pelas leis do Estado, o presente Diploma, em vista do qual gosará de todos os direitos e prerrogativas que as leis estaduais outorgam aos complementaristas. Porto União, 15 de dezembro de 1931. [...] Notas obtidas pela diplomada: Português – grau sete; Francês – sete; Alemão – seis; Arithmética – seis; História do Brasil – oito; Geografia – cinco; Desenho – dez; Physica – seis; Trabalhos – dez; Química – sete; Educação Moral e Cívica – sete; Música – dez; Ginástica – dez. (REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO, 1931, p.1).

Nomeada professora em 1932, a jovem Alice de Paula Dias foi notícia nas páginas do jornal **O Comércio**:

Foi nomeada professora da Escola de Pinheiros, no distrito de Vallões, a senhorinha Alice de Paula Dias, complementarista diplomada pela Escola Anexa ao Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso, desta cidade, e filha do Sr. Francisco de Paula Dias, antigo e correcto escrivão do Registro Civil. [...] Cumprimentando a jovem professora, felicitamos, também ao estimado educacionista professor Antonio Gasparelo, pôr ver já nomeada uma das componentes da primeira turma, que a Escola Complementar, a seu Cargo, diplomou no ano p. findo. (**O Comércio**, Porto União, 1/5/1932, p.1).

A professora Alice de Paula Dias representou, para os que leram o citado artigo do jornal, o êxito da Escola Complementar catarinense na formação de professores primários. Seu pai era escrivão e ex-professor e foi parabenizado pelo jornalista por enviar a filha à escola e possibilitar que atuasse na sociedade. E, assim, Escolas Isoladas, como exemplo a localizada em Pinheiros (no distrito de Vallões), passaram a contar com a atuação de jovens professores que conheciam muitos dos aspectos da região do ex-Contestado. Notícias como essa, sobre Alice de Paula Dias, funcionavam como propaganda para as Escolas Complementares.

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 foi, segundo o próprio Getúlio Vargas, uma medida “oportuna e de imediata utilidade [para] difusão intensiva do ensino público” (VARGAS, 1930, p.18). Esse Ministério foi estratégico para ações nacionais na área da educação durante o primeiro governo Vargas, pois, notadamente, a partir da gestão Gustavo Capanema, determinou reformulações que integraram a estrutura escolar nacional sob a direção cada vez mais centralizada do governo federal e em estreito diálogo com ideias

educacionais renovadoras que ganharam uma visibilidade nacional especial com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932 e os debates que suscitou (BOMENY, 2001; XAVIER, 2002).

Nas cidades vizinhas de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), tais debates e transformações na organização nacional de ensino chegavam de forma mais evidente (e com as devidas singularidades estaduais) nas transformações das estruturas escolares públicas existentes, como as Escolas Complementares. Nos primeiros anos da década de 1930, quando Francisco Campos¹⁰⁶ era Ministro da Educação e Saúde Pública, foi publicado, no **Diário Oficial** do Paraná, o Decreto nº 271, de 27 de janeiro de 1932, que definia as Escolas Complementares Primárias como locais de integralização do “curso elementar” ao preparar os alunos “para as escolas normais e professores complementaristas para as rurais” (PARANÁ, 1932, p.3). As Escolas Normais eram locais de preparação dos professores para o magistério primário (principalmente para Grupos Escolares), centros culturais e de difusão de novos conhecimentos psicopedagógicos. As Reformas de Francisco Campos não contemplaram o ensino na Escola Normal e na Primária (MORAES, 1992, p.306), as quais permaneceram obedecendo as regulamentações específicas dos Estados. Para matricular-se na Escola Complementar Primária era obrigatória a comprovação da conclusão do 4º ano do Grupo Escolar, ou ser aprovado em exame que versava sobre os conteúdos dessas disciplinas. (PARANÁ, 1932, p.3). Em 1932, previa-se para a Escola Complementar paranaense, um curso de 3 anos; no entanto, aos que desejassem obter “diploma de professor complementarista com direito ao exercício do magistério nas zonas rurais e na falta de normalistas oficiais nas vilas e

¹⁰⁶ Francisco Campos atuou como Secretário dos Negócios do Interior no Estado de Minas Gerais (onde realizou uma reforma do Ensino Primário e Normal). Tornou-se o primeiro Ministro da Educação e Saúde, entre 1930 e 1932. Conforme Moraes (1992, p.291), nesse período inicial da Revolução de 1930, em que se formava um “Estado propriamente capitalista no País”, suas ações estiveram profundamente articuladas “[...] às tensões e aos conflitos liberados pela crise econômica e política que se objetivou [...]”. Políticas no âmbito econômico e social passam a ser controladas pelo Estado, centralizando-se encaminhamentos educacionais, no âmbito nacional. A educação foi considerada como “indispensável para o projeto nacional de longo alcance” para o governo que se instalava. Até aquele momento, não existia uma organicidade no âmbito nacional para as ações educacionais; cada Estado tinha autonomia para realizar seus encaminhamentos. “As reformas empreendidas por Francisco Campos durante sua gestão no novo ministério efetivamente ofereceram uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior [mas] o ensino primário permaneceu fora da responsabilidade direta do governo federal” que seguia a Constituição de 1891. (MORAES, 1992, p.293-294). A Reforma Francisco Campos desdobrou-se por meio de Decretos que determinaram encaminhamentos educacionais no âmbito nacional: a) criando o Conselho Nacional de Educação; b) dispondo sobre o Ensino Superior no Brasil e adotando o regime universitário; c) organizando a Universidade do Rio de Janeiro; d) organizando o Ensino Secundário; e) instituindo o Ensino Religioso, como matéria facultativa nas escolas públicas; f) organizando o Ensino Comercial e regulamentando a profissão de contador; g) consolidando disposições sobre a organização do Ensino Secundário (MORAES, 1992, p.296), que prepararia através do ginásio (cinco anos) e de cursos complementares (dois anos), os alunos para ingressar na universidade. Colégios secundários oficiais foram equiparados ao Colégio D. Pedro II, bem como houve equiparação entre as escolas públicas e privadas.

idades”, era necessário mais um ano de um “curso pedagógico especial de dois semestres” e com conteúdos pré-definidos:

No primeiro semestre estudarão noções de psicologia infantil e pedagogia geral, metodologia geral e metodologia especial; no segundo semestre farão prática integral de metodologia e administração e organização escolar, regendo, pelo menos duas vezes por semana uma classe e auxiliando na escrita do estabelecimento. (PARANÁ, 1932, p.3).

Esses encaminhamentos determinaram um novo currículo para a Escola Complementar do Paraná. Primava-se por um currículo prático, com exercícios orais e escritos desde o primeiro ano, com atividades que relacionassem os conteúdos ministrados em sala de aula a situações do mundo do trabalho ou a objetos da natureza ou de artes, que propiciassem o aprendizado (a tentativa de adaptação do curso às propostas escolanovistas é perceptível). (CARVALHO, 2000). Conforme Art. 8º 9º e 10º, previa-se que a Escola Complementar, anexa ao “Grupo comum”, quando oportuno, organizasse oficinas como de carpintaria, tornearia e modelagem, bem como, logo que fosse possível, os campos para a prática da agricultura, conforme a necessidade formativa da região onde a escola se inseria. Alimentos ou produtos gerados nas oficinas podiam ser comercializados e a renda revertida para a escola. Esse decreto introduziu uma mudança importante para a docência nas escolas primárias, extinguindo os exames para professores efetivos, contudo, esses profissionais, assim como os professores provisórios, poderiam ingressar no “curso de complementaristas” desde que fizessem os 3 anos de uma só vez (sem interrupção), sendo obrigatório frequentar o “curso pedagógico especial” (PARANÁ, 1932, p.3).

O novo currículo disseminou ainda mais o ideal nacionalizante, ganhou força excepcional a partir da segunda metade dos anos 1930, mas já permeava ações relativas a escolarização desde os anos 1910. Na Escola Complementar paranaense da década de 1930, a disciplina nomeada como *Português* é substituída pela de *Língua Nacional*, o que evidencia o foco dessa escola na formação do professor para a nação. O *Francês*, presente no currículo desde 1920, é retirado e inserida a disciplina *Corografia*, que permitira ao aluno estudar aspectos mais específicos do Estado do Paraná ou do Brasil, em uma perspectiva de valorização do local e do nacional conjuntamente (Quadro 5). Esse encaminhamento particularizou a formação dos complementaristas paranaenses e delimitou o campo de trabalho/conhecimento para especificidades do Estado, mas em estreita relação com a valorização da Pátria. No Estado do Paraná, em meados da década de 1930, as Escolas

Complementares Primárias mantidas pelo Estado eram 22, inclusive uma em União da Vitória¹⁰⁷.

Decreto nº 271, de 27 de janeiro de 1932 (Paraná)		
1º. Ano (9 disciplinas)	2º. Ano (10 disciplinas)	3º. Ano (10 disciplinas)
Língua nacional	Língua nacional	Língua nacional
Corografia do Brasil	Corografia do Paraná	Geografia geral
---	Historia do Brasil	Historia da civilização
Aritmetica	Aritmetica	Algebra (noções)
Noções de fisica, de quimica e de historia natural	Noções de fisica, de quimica e de historia natural	Noções de fisica, de quimica e de historia natural
Desenho	Desenho	Desenho
Musica e canto	Musica e canto	---
Trabalhos manuais e modelagem	Trabalhos manuais e modelagem	Trabalhos manuais e modelagem
Trabalhos de agulha	Trabalhos de agulha	Trabalhos de agulha
Ginastica	Ginastica	Ginastica
		Geometria

QUADRO 5: DISCIPLINAS DAS ESCOLAS COMPLEMENTARES PARANAENSES EM 1932
FONTE: PARANÁ (1932, p.3).

Três anos após as mudanças curriculares no Paraná, foi efetuada uma reorganização das Escolas Complementares do Estado de Santa Catarina, pelo Decreto nº 713, de 5 de janeiro de 1935. Mudanças informadas aos moradores de Porto União (SC) e também de União da Vitória (PR) pelo jornal **O Comércio**, de Porto União. O periódico, na edição de 17 de janeiro de 1935, apresentava em uma notícia discreta, na segunda página, a transformação da Diretoria de Instrução Pública catarinense em Departamento de Educação, “[...] abrangendo o ensino pré-primário, fundamental-comum, supletivo, secundário e vocacional para o preparo completo do magistério primário e secundário [...]” (**O Comércio**, Porto União, 17/1/1935, p.2). O Departamento de Educação catarinense foi organizado em Institutos de Educação (para formação do magistério e funcionalismo técnico da educação) e Subdiretorias (Técnica; Cultura e Divulgação; Saúde e Higiene Escolar; Educação Física; Educação Musical e Artística; Bibliotecas, Museus e Rádio-Difusão). (SANTA CATARINA, 1936a, p.161-175).

¹⁰⁷ Entre 1935 e 1936, houve ampliação do número de Grupos Escolares no Estado do Paraná: em 1935 eram 49 estabelecimentos e em 1936, totalizavam 54. Em 1935, existiam 22 Escolas Complementares Primárias públicas e 19 privadas, no Estado do Paraná; em 1936, eram 28 as Escolas Complementares Primárias públicas e 16 privadas. (RIBAS, 1936, p.47; 1937, p.34-35). Os demais tipos de estabelecimento não foram alterados, com duas escolas complementares (vacionadas), modalidade normal: uma em Jacarezinho e outra em Guarapuava; três escolas Normais: Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá. (RIBAS, 1936, p.47). As Escolas Normais de Ponta Grossa e Paranaguá existiram, até 1933, como Escolas Normais Primárias e tinham como fim “formar professores para o ensino primário”. (PARANÁ, 1924, p.1). Em 1933, essas Escolas Normais Primárias foram equiparadas à Escola Normal Secundária do Paraná, que era “destinada à formação de professores para as escolas primárias, intermediárias e secundárias do Estado” (PARANÁ, 1933, p.1-2). O Decreto 459, de 16 de fevereiro de 1933, equiparou as duas Escolas Normais Primárias à “Escola Normal de Curitiba”. (PARANÁ, 1933, p.3).

Essa reforma, sob a égide do professor Luiz Bezerra da Trindade, já atuante na antiga Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina, estabelecia mudanças para a escolarização catarinense e também para a formação de professores primários¹⁰⁸. Como em todo o Estado de Santa Catarina, a Escola Complementar de Porto União também foi transformada em Escola Normal Primária, ofertando um curso de três anos em que os egressos recebiam o diploma de Normalistas Primários, seguindo, como publicou artigo de **O Comércio**, uma “diretriz que se faz mister nessas casas de ensino público”. (**O Comércio**, Porto União, 25/1/1935, p.4).

Nesse conjunto de medidas, a Escola Complementar deu lugar à Escola Normal Primária, com um currículo reformulado e visando o preparo completo do professor para o Magistério Primário. O curso mantinha duração de 3 anos, com aulas de 45 minutos cada e o mínimo de 5 aulas diárias. Em relação à Escola Complementar, a mudança curricular retirou do 1º ano o *Francês, Alemão, Ginástica, Geometria e Educação Moral e Cívica*. No primeiro e segundo anos da Escola, foi inserida pela primeira vez, a disciplina de *Educação Física*, que substituiu a *Ginástica*, indicando a crescente valorização de corpos bem educados pela formação de hábitos associados à educação cívica e moral, disciplinando mente e corpo. (CHAVES JUNIOR, 2004). O primeiro ano sofreu redução de 13 para 8 disciplinas. O segundo ano ficou com 12 disciplinas; até então eram 14 disciplinas. Foram excluídas as disciplinas de *Alemão, Física, Educação e Educação Moral e Cívica*; incluídas *Educação Física e História da Civilização* (como no currículo do 1º ano do Colégio D. Pedro II, do Rio de Janeiro). No terceiro ano, foram ofertadas 14 disciplinas; antes da reforma, eram 13. Foi incluída a disciplina *História da Civilização* e reinserida a de *Agricultura*. Na disciplina *Matemática* foi acrescentada *Álgebra*. Conjuntamente com o *Alemão*, pela primeira vez, aparece a possibilidade do *Inglês*, como língua estrangeira. O terceiro ano seguia o currículo do 2º ano do Colégio D. Pedro II e, além das disciplinas específicas, a Escola Normal Primária ofertou as disciplinas *Agricultura* e também *Noções de Pedagogia e Psicologia*, com conteúdos ministrados conjuntamente numa única disciplina. (SANTA CATARINA, 1936a, p.163-164). (Quadro 6).

Em Santa Catarina, existiam 26 Escolas Normais Primárias, uma delas em Porto União (RAMOS, 1936, p.18). Medidas estaduais do início da década podem ter contribuído

¹⁰⁸ A Reforma Orestes Guimarães, realizada em 1911, manteve aspectos gerais até o ano de 1935. E, segundo Fiori (1975, p.147-149), na remodelação de 1935, prevaleceu a “reestruturação [administrativa], não teve a organicidade, a amplitude e a complexidade” da reforma de 1911. As mudanças de 1935 foram conduzidas por três Inspectores Escolares: Luiz Bezerra da Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa. O último atuou em Porto União.

para que se desenhasse esse quadro de escolas nos Municípios¹⁰⁹. No Estado de Santa Catarina, os Grupos Escolares eram o local prioritário para a continuidade dos estudos para a formação de professores primários para as Escolas Rurais. No Paraná, as Escolas Complementares, também anexas aos Grupos Escolares, eram intermediárias ao Normal. A inspeção permanente foi mecanismo para a nova marcha educacional no País, garantindo que professores de escolas públicas e privadas se adequassem às normas da época.

Decreto nº. 713, de 05 de janeiro de 1935 (Santa Catarina)		
1º. Ano (8 disciplinas)	2º. Ano (12 disciplinas)	3º. Ano (15disciplinas)
Português	Português	Português
Arithmética	Arithmetica	Aritmetica e Álgebra
Geografia do Estado	Geografia	Geografia
Desenho	Desenho	Desenho
Música	Música	Música
Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos
Historia do Brasil	História da Civilização	História da Civilização
Educação Física	Educação Física	Educação Física
	Francês	Francês
	Geometria	Geometria
	Ciências Física e Naturais	Ciências Físicas e Naturais
	Álgebra	Noções de Pedagogia e Psicologia
		Agricultura
		Alemão (Inglês)

QUADRO 6: DISCIPLINAS DAS ESCOLAS COMPLEMENTARES CATARINENSES EM 1935
FONTE: SANTA CATARINA (1936a, p.162-164).

Em 1935, o Governador Nereu Ramos, em mensagem enviada ao congresso catarinense, informava que, em Porto União, havia 12 unidades escolares (não mencionou se estaduais, municipais ou ambas) e 15 particulares (3 delas subvencionadas pelo Município). (RAMOS, 1936, p.19-21). Artigo do jornal **O Comércio**, de agosto do mesmo ano, afirmava que o Município de Porto União pagava mensalmente 10 professores, mas não acrescentava dados que pudessem elucidar se esses docentes eram pagos para atuar em escolas particulares (notadamente nas de colônias) ou representavam uma contrapartida do Município para os professores de escolas públicas estaduais, como acontecia na vizinha União da Vitória, por exemplo. O Município de Porto União, como foi possível constatar, repassava recursos para

¹⁰⁹ Conforme mensagem do governador Nereu Ramos, enviada ao Congresso Legislativo de Santa Catarina no ano de 1930, os Municípios catarinenses foram “obrigados, por dispositivo constitucional [do Estado], a aplicar nunca menos de 15% da renda tributária na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos.” (RAMOS, 1936, p.18). O Estado do Paraná, em 1936, utilizava como parâmetro o Art nº.115 da Constituição Política do Paraná estabelecia o uso de “não menos que 20% dos impostos arrecadados pelo Estado na manutenção e desenvolvimento de seu sistema educativo”, conforme informa o governador Manoel Ribas em mensagem para a Assembléia Legislativa. (RIBAS, 1936, p.46).

aluguéis das casas escolares: estaduais de Tocos e de São João dos Pobres (depois chamada Matos Costa); municipal de Santa Cruz, e particulares da Sociedade Escolar do Maratá (em 1935) e Escola Paroquial de São João dos Pobres.

Entre os professores do Município de Porto União (SC), citados pelo jornal em 1935, estava a complementarista Sophia Juk, formada na primeira turma da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso, em Porto União, no ano de 1931. (**O Comércio**, Porto União, 29/08/1935, p.3). Era colega de Alice de Paula Dias, que já havia sido tema de matéria jornalística quando assumiu, em 1932, a Escola de Pinheiros, no distrito de Vallões (**O Comércio**, Porto União, 1/5/1932, p.1). São indícios de uma inserção profissional na região e valorização do estudo nas Escolas Complementares. No caso de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), havia dois estabelecimentos de ensino que, com nuances curriculares estaduais, motivaram o intercâmbio de alunos, futuros professores e que, notadamente, a partir de 1935, buscaram ampliar suas possibilidades de atuação profissional, este fato parece ter ocorrido com Cícero Otomar de França, filho de pai militar e com Guilhermina Liegel, ambos diplomados em 1934, na Escola Complementar paranaense e formados, em 1935, na Escola Normal Primária catarinense.

Essa movimentação, certamente, sofreu uma diminuição quando nova determinação legal do Estado de Santa Catarina, o Decreto nº 244, de 8 de dezembro de 1938 (SANTA CATARINA, 1939, p.417-420) reorganizou as Escolas Normais Primárias por considerar que elas eram Cursos Complementares aos Grupos Escolares. Com a mudança, deixava de existir as disciplinas pedagógicas no currículo e o diferencial formativo que marcava essa modalidade de escolarização nas cidades fronteiriças. Essa mudança, além de excluir *Noções de Pedagogia e Psicologia*, e *Agricultura*, insere aulas de *Orfeão* (duas vezes na semana) e de *Educação Física* (três vezes na semana). Esse conjunto formativo sinaliza um novo significado pedagógico e simbólico para a escolarização. A Escola Complementar e a Escola Normal Primária tinham como meta a formação profissional e de professores para as áreas rurais, o então Curso Complementar objetivava intensificar e ampliar a cultura primária (física e cultural/musical nacionalista) do egresso do Grupo Escolar e os dois anos de curso passavam a corresponder aos dois primeiros anos ginasiais. No contexto sociopolítico e educacional do final da década de 1930, a formação de professores era cada vez mais prioridade dos Institutos de Educação¹¹⁰, em Santa Catarina. No Paraná, nas Escolas de

¹¹⁰ Organizados para “formar técnicos para a educação”. Neles, existiam: Jardim de Infância; Escola Isolada (tipo rural); Grupo Escolar; Escola Normal Primária; Escola Normal Secundária e Escola Superior Vocacional. (SANTA CATARINA, 1936a, p.161-164).

Professores, antigas Escolas Normais¹¹¹, objetivando a formação de professores primários, por meio de investigações e estudos concernentes à educação. (MIGUEL, 1997; VAZ, 2005).

Assim, nas cidades vizinhas de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), o contato entre frequentadores da Escola Normal Primária e Escola Complementar permaneceu e deve ter se intensificado a partir de 1935, com a ampliação de inserção profissional que a mudança curricular possibilitou, pelo menos até o final de 1938. Mas, existiram outras formas de contato e interação entre os normalistas primários e complementaristas de ambos os lados da fronteira e seus professores, no primeiro decênio de existência desses estabelecimentos de ensino, demarcados pelo tempo e as festividades escolares. Extrapolando o restrito ambiente das salas de aula e com a participação das comunidades locais, da cidade e do interior, não eram poucas as atividades cívicas e comemorativas em geral que reforçavam a importância da educação escolar, exaltando o sentimento de brasilidades e também contribuindo para reforçar identidades estaduais diferentes, mas irmanadas (contribuindo para amenizar possíveis tensões). Esse é o tema do próximo capítulo.

¹¹¹Foram criadas pelo Decreto nº6150 de 10 de janeiro de 1938 que funde o Curso Ginásial da Escola Normal Secundária de Curitiba ao Ginásio Paranaense e a Escola Normal de Ponta Grossa ao Ginásio Regente Feijó. Conforme o Art. 7º. do referido Decreto, a escola funcionaria “anexa a cada um dos ginásios do Estado” (MIGUEL, 1997, p.70). Foi regulamentada pelo Decreto nº6597 de 15 de março de 1938 (cf. MIGUEL, 1997, p.70-71). Somente em 1946 foi publicada a Lei Orgânica do Ensino Normal, pela Reforma Capanema, a qual unificava em nível nacional os cursos primário e normal. (BRASIL, 1946; 1946a).

CAPÍTULO 3

FRAGMENTOS DE SOLENIDADES E FESTIVIDADES CÍVICO-ESCOLARES. A PARTICIPAÇÃO DE COMPLEMENTARISTAS NOS DOIS LADOS DA FRONTEIRA

[...] as festas celebradas pela escola foram experiências coletivas que se configuraram como fatos sociais não isolados do cotidiano dos alunos. (BENCOSTTA, 2010, p.265).

3.1 ALUNOS E PROFESSORES EM COMEMORAÇÕES PATRIÓTICAS PELAS RUAS DE PORTO UNIÃO (SC) E UNIÃO DA VITÓRIA (PR)

As Escolas Complementares, que foram criadas nas cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) no final da década de 1920, receberam, em suas primeiras turmas, alunos nascidos na década anterior. Em 1919, alguns desses alunos eram crianças quando, dia 14 de julho (data emblemática da Queda da Bastilha, em 1789), foi comemorada a Festa da Paz nas cidades, comemorando o fim da Primeira Guerra Mundial. A banda musical “fez a alvorada pelas ruas da cidade” e do Morro da Cruz (de João Maria), houve uma salva de 21 tiros às 6h00 da manhã. Era o prenúncio de um dia festivo nas cidades fronteiriças. Imediatamente “[...] começou um movimento desusado pelas ruas, uns corriam de um lado para outro com ramagens, bandeirolas e infinidade de coisas para terminar a ornamentação das ruas, cujos serviços vinham sendo feitos já há dias trabalhando consecutivamente, outros determinavam ordens”. (**O Pharol**, Porto União, 20/7/1919, p.1). As ruas das duas cidades foram palco da primeira grande festa cívica a integrá-las, no pós-Contestado.

Em 14 de julho de 1919, estavam em pleno funcionamento as Escolas Reunidas na cidade de Porto União (SC) e, na vizinha União da Vitória (PR), o Grupo Escolar Professor Serapião havia sido remodelado. Nessa festividade, que pode ser considerada o primeiro grande momento de confraternização entre os habitantes depois da criação de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), os alunos e professores dessas escolas estavam presentes. Naquele dia, as ruas das cidades transformaram-se, foram ocupadas por populares, autoridades e imprensa; conforme relato do jornal **O Pharol**, transitavam “[...] inúmeros grupos de crianças uniformizadas, em trajes de gala, apressadas [que] caminhavam em demanda de suas aulas para mais tarde saírem incorporadas [em desfile].” (**O Pharol**, Porto União, 20/7/1919, p.1). Os alunos, devidamente uniformizados, certamente se destacavam entre outras crianças e jovens, percorriam as ruas até sua escola para participar da solenidade cívica, um acontecimento social que também difundia entre os moradores das duas cidades a imagem da escola republicana como o local de formação para uma “[...] vida regrada e moralizada, resultante da intervenção racionalizadora das instituições [de ensino]”, conforme escreve Monarcha (1999, p.80-81).

No final da segunda década do século XX, período de crise vivido com a Guerra Mundial, a tese de que a formação da identidade nacional estava associada à educação moral e

cívica da população brasileira ganhou contornos exacerbados¹¹², que se desdobraram ainda mais nos anos 1930. A celebração conjunta com desfiles de representantes das cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) formava um ambiente propício para difundir o sentimento patriótico entre os educandos e a população em geral.

Tal festividade pode ser considerada, conforme escreve Bencostta “[um] fato social coletivo e carrega consigo um conjunto de significados que lhe são atribuídos conforme a história e a tradição em que foi gestada” (2010, p.251). Esse fato social foi produto da capacidade de organização da população das cidades, que recentemente haviam vivido o fim de guerra do Contestado e também necessitavam construir o diálogo e a paz local. A comemoração do Tratado de Paz, que marcava o fim da Primeira Guerra, deve ter sido um momento ímpar, pois poderia remeter ao Acordo de Limites, oficializado poucos anos antes entre Paraná e Santa Catarina. A celebração que uniu diferentes etnias, moradoras das áreas urbanas e também do interior dos Municípios, mudou a rotina das pessoas e o aspecto das cidades. As ruas enfeitadas tornaram-se o palco de eventos e desfiles comemorativos, que começaram pela manhã:

[...] às 9h começou a afluir para o largo [de Porto União (SC)], junto à Sociedade Italiana, onde se achava armado o altar para a missa campal grupos de pessoas, depois chegaram uniformizadas e em formatura comandado [por] Bento Viana, as alumnas do Colégio Santos Anjos, aproximadamente 130, dirigido pelas irmãs da Divina Providência e assim sucessivamente foram chegando, trajando gala, os alumnos das Escolas Reunidas desta cidade; do Grupo Escolar da vizinha cidade; da Escola Poloneza, dirigindo-se em seguida todos para a superintendência municipal a fim de receberem as bandeiras Brasileira e Polaca, que saíram acompanhadas pelas demais bandeiras das nações aliadas, passando por entre alleas de alumnos, que entoaram o Hymno Nacional, tendo tomado direção ao local onde estava armado o altar para a Missa campal. [...]” (**O Pharol**, Porto União, 20/7/1919, p.1)

Se era possível promover a paz entre as nações, a união também deveria ser verdadeira na região do ex-Contestado, a partir de valores nacionais. E a escola era lugar privilegiado para a difusão desses valores, para arraigá-los. O espírito cívico materializou-se entre os estudantes das cidades vizinhas que desfilarão em 1919, localidades nas quais conviviam brasileiros e descendentes de estrangeiros. Às 14 horas “começou a afluir em redor à Estátua da Liberdade, levantada na Praça Coronel Amazonas, na vizinha União [...] as escolas em

¹¹² Confira no Capítulo II considerações sobre a Liga de Defesa Nacional, criada em 1916.

formatura, ainda trajando gala em número aproximado a 500 e grande massa popular”. (**O Pharol**, Porto União, 20/7/1919, p.2).

Nesse dia a Bandeira do Brasil, a nação aliada que acolhia os imigrantes e a da Polônia, cujos colonos participavam dos festejos, desfilaram “[...] acompanhadas pelas demais bandeiras das nações aliadas [...]”, foram saudadas com o Hino Nacional, enquanto eram conduzidas em meio a “alleas de alumnos”. Os italianos residentes nas cidades fronteiriças foram antecipadamente excluídos da Festa da Paz, pois conforme “[...] ordem superior, a Itália não compartilhará da Festa da Paz, pelo que a colônia italiana aqui domiciliada não será representada nos festejos que aqui serão feitos a 14 [de julho].” (**O Pharol**, Porto União, 12/7/1919, p.3)¹¹³. Entretanto, os italianos participaram de forma peculiar, reelaborando as determinações legais: junto à Sociedade italiana Dante Alighieri, foi cuidadosamente armado e ornamentado o altar para a missa daquele dia. Entendemos esse arranjo a partir dos escritos de Thompson (1987b, p.75) sobre as transgressões dos habitantes das florestas, na Inglaterra do século XVIII, demonstrando que os espaços sociais são laboratórios da humanidade, são únicos, com disposições específicas que permitem respostas inovadoras. Em 1919, nas cidades fronteiriças, a missa que festejou o fim da Guerra Mundial e congregou a população das duas localidades foi celebrada por Frei Rogério Neuhaus, um franciscano nascido na Alemanha. A Festa da Paz reforçou a união com a comemoração do fim de um conflito mundial de proporções desastrosas, para vencidos e também para vencedores, mas também entre as pessoas divididas por conflito interno e separadas por acordo entre Estados: nessa festa, seus sentimentos de brasilidade foram fortalecidos.

A notícia do fim da Guerra Mundial parece ter evocado sentimentos diversos e, no dia 14 de julho de 1919, aconteceram eventos que foram descritos como “espontâneos”. Animados por banda musical (não informa de qual das duas cidades), poloneses distribuíram cerveja produzida por eles e aconteceu o almoço dos pobres. O almoço, idealizado pelo sargento de milícia Saturnino Santa Rita e família, ganhou a adesão de outros cidadãos, como Francisco de Paula Dias que se encarregou de distribuir os convites aos pobres que o procurassem. A esposa e filhas do sargento serviram “[...] aos pobres, em número de 58, um almoço composto de galinhas, carnes (sic), pães, vinhos e etc”, em um local que estava “belamente enfeitado” para esse fim. (**O Pharol**, Porto União, 20/07/1919, p.2).

¹¹³ Essa decisão pode ter origem no histórico da Itália na guerra de 1914-1918. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Itália integrou a Tríplice Aliança (Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Reino da Itália), mas não participou do conflito armado, depois combateu ao lado da Tríplice Entente (Reino Unido; França; Império Russo), com a promessa de receber territórios. Ao longo da Primeira Guerra mundial, vários países entraram no conflito, inclusive o Brasil, em 1917, com os aliados da Tríplice Entente.

O relógio marcava 20 horas quando foi iniciado o préstito que encerrou as festividades daquele dia. Um desfile, com os 17 carros¹¹⁴ alegóricos. As “senhorinhas” (estudantes?) Ely Schulz, cujo sobrenome, remete à ascendência alemã e Philomena Vieira, à ascendência portuguesa, empunhavam a Bandeira brasileira, um símbolo nacional. Em um dos carros alegóricos, uma menina “trazendo à cabeça um barrete frígio representando a República Brasileira¹¹⁵, tendo ao seu lado um belo estandarte com as cores nacionais [...]”. (**O Pharol**, Porto União, 20/7/1919, p.4). Seriam elas futuras complementaristas? Os carros estavam lindamente enfeitados com bandeirolas, alguns iluminados a gás, com “lanternas *a giorno*¹¹⁶”, entre elas as coloridas que causavam o deslumbramento do jornalista e demais presentes. Os carros levavam as bandeiras belga, portuguesa, polonesa, síria, francesa e norte-americana (**O Pharol**, Porto União, 20/07/1919, p.4) em um desfile, pelas ruas de Porto União e União da Vitória “profusamente enfeitadas com festões, folhagens, bandeiras e bandeirolas das nações aliadas”. Durante o percurso, o préstito fez uma parada em frente à “relojoaria Caneparo, de cuja sacada falou o professor Francisco [Silvério] Vianna, [Diretor do Grupo Escolar Professor Serapião] que terminou vivendo o Brasil e os países aliados.” (**O Pharol**, Porto União, 20/07/1919, p.5).

O Pharol detalhou, em suas páginas, toda a comemoração, afirmando que “[...] foi uma festa nunca vista nestas duas cidades, desde o seu tempo colonial até a presente data [...]”. (**O Pharol**, Porto União, 20/07/1919, p.2). Na edição de 20 de julho, que descrevia a Festa da Paz, o jornal dedicou suas quatro páginas habituais e um suplemento, com duas páginas, para registrar os principais acontecimentos ocorridos nos festejos. Entre as considerações elencadas pelo jornal estavam as palavras do Sr. Bento Aguido Vieira (companheiro de redação do jornal), conclamando os alunos “[a] frequentarem as lições de mestres de coração e alma brasileiros com a mesma atenção com que atendem aos conselhos de seus pais [...]” (**O Pharol**, Porto União, 20/7/1919, p.3). Uma analogia aos professores como mães e pais formadores que, com seu saber e sentimento de brasilidade, pudesse despertar o amor cívico de seus alunos pela Pátria. Os alunos, conclamados a se espelhar nos

¹¹⁴ Segundo Gaspari (2014, p.31-32), em estudo sobre os carroceiros e carroceiras nas cidades, é grande a probabilidade de que os carros indicados na notícia fossem tracionados por animais, uma vez que os primeiros automóveis chegaram à agência FORD em 1923 e dificilmente teriam sido reunidos 17 veículos vindos das proximidades. Os carros e carroções eram fundamentais para transportar mercadorias e pessoas, numa época em que as estradas eram difíceis de transitar.

¹¹⁵ Segundo José Murilo de Carvalho (1990, p.75), a figura da mulher (e em alegorias vivas) foi um dos símbolos utilizados pela República Francesa, inspiradora da brasileira. O barrete frígio, aparece no “primeiro selo da república francesa que trazia uma efígie de uma mulher em pé, vestida à moda romana, segurando na mão direita uma lança, de cuja ponta pendia um barrete frígio [que] identificava os libertos na antiga Roma”.

¹¹⁶ Iluminação muito clara.

mestres com “coração e alma brasileiros”, teriam fortalecido o sentimento de solidariedade nacional nas cidades em que vários habitantes ainda ressentiam-se do Acordo de Limites. O jornalista alimentava a esperança de que a confraternização seria o marco para uma “nova era de prosperidade, liberdade e paz” entre as populações da região, para:

[...] o término das intrigas que existem entre alguns moradores desta e da vizinha cidade, desaparecendo este espírito de bairrismo excessivo e que se confraternizem as duas populações, para uma nova era de prosperidade, liberdade e paz. (**O Pharol**, Porto União, 27/7/1919, p.1).

A confraternização despertava novas expectativas para o jornalista, que escreveu: “a Festa da Paz uniu esses dous povos [Porto União e União da Vitória], durante dous ou três dias e oxalá que essa união perdure eternamente para o progresso material e social dessas duas cidades”. E lembrava: União, nome comum às duas cidades, “[...] porque então não existe tal nome no seio das duas populações?” (**O Pharol**, Porto União, 27/7/1919, p.1). Chama atenção a declaração do jornalista sobre a separação tão evidente entre “as duas populações” poucos anos depois da divisão da antiga Porto União da Vitória. Até que ponto isso acontecia? Quanto às festividades, contribuíram para apagar feridas e reatar laços rompidos durante a Guerra do Contestado? Impossível responder. Mas, nos anos seguintes, crianças e jovens estudaram nos dois lados da fronteira, indistintamente, e, complementaristas cruzaram a linha do trem e adentraram os Municípios, unindo, com seu trabalho escolar, todos pelo sentimento de brasilidade, mesmo que os moradores locais também devessem fazer jus ao nome de paranaense ou de catarinense.

Tal festividade, embora não estivesse determinada por calendário corrente das escolas, constituiu-se em um momento simbólico de integração entre instituições escolares e comunidade, caracterizando-se como uma aula de civismo, de patriotismo. A Festa da Paz, como um fato social coletivo, produziu diferentes representações entre os moradores de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), tenham eles participado ou não. A integração das diferentes etnias, de pessoas de diferentes grupos socioeconômicos e escolares em uma mesma festa de cunho cívico-patriótico, simbolizava a capacidade de sentimentos de solidariedade e de pertencimento nacional de pessoas agora divididas em duas cidades de Estados diferentes.

Dois anos após a realização da Festa da Paz, Cezar Pietro Martinez, então Inspetor Geral de Ensino do Estado do Paraná, em **Instruções aos professores públicos do Estado do Paraná**, reafirma que comemorações faziam parte do ofício dos professores, visando forjar

junto aos alunos um corpo de conhecimentos comuns, modelando o futuro cidadão. (MARTINEZ, 1921a, p.9). A formação do cidadão, na década de 1920, desloca-se da pedagogia embasada na *arte de ensinar*, em que o método pedagógico era indissociável da *arte de fazer*, para uma pedagogia da Escola Nova, em que os meios para a aprendizagem perpassavam a ação do indivíduo em interação com a sociedade. (CARVALHO, 2000, p.113). A escola passa a experimentar, em seu cotidiano socioeducacional, inovações didático-pedagógicas, aproximando-a da sociedade. As festividades trazem alegria, multiplicam resultados do trabalho escolar para além dos muros, atingindo também aqueles que não a frequentavam.

Os registros de comemorações alusivas a datas cívicas, em Porto União (SC) e União da Vitória (SC), no final dos anos 1910 e 1920, revelam uma escola que ainda pouco extrapola seu espaço físico em comemorações de datas como 7 de Setembro (Independência do Brasil) e 12 de Outubro (Descoberta da América). Essas comemorações eram, em geral, delimitadas ao espaço físico de uma sala de aula e para um seleto grupo de pessoas, como foi, por exemplo, em 12 de Outubro de 1920, no Grupo Escolar Professor Serapião, de União da Vitória (PR). Uma das quatro salas de aula foi utilizada para a comemoração e como não havia recursos financeiros para custear eventuais despesas, a construção de um palco para apresentação dos alunos foi feita às expensas do Promotor Público e Inspetor Escolar João Túlio Marcondes de França. Outras pessoas também colaboraram para a realização da festa que, segundo França, “foi abrilhantada por uma orquestra local dirigida pela distinta Sra. Francisca Correa, bem como pela banda de música Carlos Gomes, que gratuitamente auxiliaram nosso movimento de Educação Cívica”. (FRANÇA, 1920, p.7v). Entre os presentes, os alunos e professores, o diretor do Grupo Escolar Professor Serapião, Francisco Silvério Vianna, além de músicos que executaram o Hino Nacional, entre outras.

Na década de 1920, em meio “[...] à convergência de projetos de construção da nacionalidade através da educação” (CARVALHO, 1989, p.30), foi crescente a valorização e a demanda pela educação primária, notadamente nos centros urbanos cujas atividades fabris e comerciais se multiplicaram. Em 1927, foi realizada, em Florianópolis, a Conferência Estadual do Ensino Primário de Santa Catarina; nesse mesmo ano a capital paranaense, Curitiba, sediou a Conferência Nacional de Educação. Ainda nesse ano, o dia 15 de outubro foi instituído no calendário escolar catarinense como o Dia da Escola. A data celebrava o centenário da Lei de 15 de outubro de 1827, assinada por D. Pedro I que “manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos” (BRASIL, 1827).

Contudo, transcorridos 100 anos da lei mencionada, a escola primária ainda inexistia para uma grande parcela da população brasileira.

O Dia da Escola foi um dos mecanismos encontrados pelo governo de Santa Catarina para disseminar entre a população a ideia de escolarização, do cotidiano escolar. A data foi instituída pelo Decreto nº 2016, de 19 de janeiro de 1927 (mesmo data em que foi criado o Grupo Escolar Balduino Cardoso, de Porto União). O Decreto determinava que, em 15 de outubro, “nos institutos de ensino primário do Estado, em qualquer grau, públicos ou particulares” (SANTA CATARINA, 1928b,143), as aulas seriam em horário normal, mas abertas aos pais e parentes dos alunos, para que se inteirassem do trabalho realizado pela escola. Os pais e familiares, nessa ocasião, observariam “[...] os diversos desdobramentos e aspectos dos trabalhos escolares [...]”. Foram previstos para o dia 16 de outubro “[...] passeios campestres em que tomarão parte directores, professores e alumnos [...]”. (SANTA CATARINA, 1928b, p.142-143). Um misto de atividade escolar e festividade, o Dia da Escola, que, efetivamente, se desdobrou em dois, deu visibilidade ao trabalho realizado na escola, fez pais e familiares se inteirarem do cotidiano da instituição e congregou, inclusive fora do espaço escolar, escola e sociedade, o que, de diferentes maneiras, reforçou a importância da instituição como formadora de novos cidadãos e também pôde motivar jovens para seguir a carreira do magistério.

Conforme registro realizado no **Livro de termos de visitas das Escolas Reunidas de Porto União**, em 15 de outubro de 1931, o Dia da Escola foi comemorado no Grupo Escolar Balduino Cardoso e Escola Complementar anexa, com a presença de autoridades, como Manoel Pedro Silveira, o Secretário do Interior e Justiça do Estado de Santa Catarina (que lavrou o termo de visita ao Dia da Escola); Alcino Caldeira, o Juiz de Direito da Comarca; Emilio Ritzmann, Prefeito de Canoinhas; Francisco Octaviano Pimpão, presidente do Diretório (não foi especificado qual); Francisco de Paula Dias, escrivão do Registro Civil; Pedro Gomes Caldeira e Boaventura Carvalho (cujas profissões não foram especificadas). (SILVEIRA, 1931, p.5). O registro de Manoel Pedro Silveira (assinado por demais autoridades presentes), tecendo elogios ao trabalho do Diretor e Professor Antonio Gasparello, foi o primeiro feito por uma autoridade estadual nesse livro (embora possa existir outros livros) ratificando o trabalho no estabelecimento de ensino.

As comemorações alusivas à data ampliavam a ação/visibilidade efetiva da escola para além de seus muros, os alunos e professores do Grupo Escolar Balduino Cardoso e futuros professores formados pela Escola Complementar se integravam com a comunidade e nos anos seguintes, os alunos, inclusive, ocuparam as ruas da cidade em passeata para comemorar o

Dia da Escola, como revelou a notícia de **O Comércio**, Porto União, (15/10/1933, p.2). A diversidade de festejos escolares pode ser compreendida a partir de Bencostta e Pereira (2006, p.300), quando argumentam que, apesar dos desfiles escolares possuírem singularidade, eles se inserem numa “dimensão sócio-histórica mais ampla”, sendo disseminados em contextos particularizados de cada escola. E as comemorações do Dia da Escola integram o cotidiano das cidades fronteiriças, conjugando alunos e professores das duas localidades, conforme notícia **O Comércio**:

[...] desta cidade e de União da Vitória, [que realizaram] conjuntamente, na terça-feira da semana finda, grande piquenique no arrabalde Tocos [...] A essa festa, estiveram presentes os directores de ambos aqueles estabelecimentos escolares [Grupos Escolares e Escolas Complementar anexas] e os respectivos docentes. (**O Comércio**, Porto União, 22/10/1933, p.6).

Assim a atividade festiva fora da escola, um “piquenique no arrabalde Tocos”, com diretores, membros do corpo docente e vários discentes das cidades vizinhas, fez parte do cotidiano, do tempo escolar dos estabelecimentos de ensino de Porto União (SC) e União da Vitória (PR). O tempo, expresso por meio do calendário, conforme escreve Le Goff (1990, p.13) é “produto da expressão histórica, está ligado às origens míticas e religiosas da humanidade (festas), aos progressos tecnológico e científico (medida do tempo), à evolução econômica, social e cultural (tempo do trabalho e tempo do lazer)”. Harmonizado ao calendário civil e religioso, o escolar estabelece um ciclo anual de atividades para a escola. O registro do piquenique em comemoração ao Dia da Escola, feito pela imprensa de Porto União (SC), mostrou o funcionamento da escola na sociedade, o intercâmbio entre as escolas de ambos os lados dos trilhos. Um intercâmbio que deve ter se intensificado inclusive com a nomeação de complementaristas nas áreas rurais, muitos deles nascidos e/ou formados no Paraná e que se tornaram professores em Santa Catarina, ou vice-versa. Em 1934, por exemplo, Noêmia Schultz, uma “inteligente professora” complementarista, nascida no Paraná e formada em 1932 na Escola Complementar de Porto União (SC), foi nomeada para regência da recém-criada Escola Estadual na Colônia Maratá, também em Porto União (SC) (**O Comércio**, Porto União, 7/10/1934, p.6).

Retornando ao Dia da Escola de 1933, esse intercâmbio também se estendeu para a área rural. Embora não fosse um professor complementarista formado em uma das escolas das cidades vizinhas, o professor João Telatin¹¹⁷ era o regente da escola estadual do Legru,

¹¹⁷ De acordo com Modesti (2011, p.62), em 1939, João Telatin já estava lecionando em Chapecó (SC), onde ocupou a função de "sub-inspetor escolar". Não foi possível saber a formação do professor Telatin, mas, segundo

localizada junto à estação da estrada de ferro Engenheiro Melo, no interior do Município de Porto União (SC). Ele organizou a comemoração do Dia da Escola, assim como acontecia na cidade. A sua iniciativa foi prestigiada pela presença de autoridades educacionais, como os Professores Celso Rila, Diretor do Grupo Escolar Balduino Cardoso e Djalma Bento, Diretor do Grupo Escolar Horácio Nunes, de Valões (distrito de Porto União (SC). (**O Comércio**, Porto União, 22/10/1933, p.6). A programação organizada pelo professor Telatin foi composta por atividades ao longo do dia, iniciou às 08:00h da manhã com recepção às autoridades; em seguida, houve o hasteamento da Bandeira Nacional com a missa campal, celebrada pelo vigário da paróquia de Porto União (SC), Frei Clemente Tombosi, que às 11:00h benzeu a Bandeira Nacional oferecida “pela laboriosa população à Escola”, conforme noticiou **O Comércio**. Em seguida, o professor João Telatin proferiu discurso que foi seguido por uma “passeata cívica” dos presentes. A segunda parte da festividade foi realizada na parte da tarde, após uma churrascada servida no almoço e foi composta por “[...] recitativos e cantos pelos alunos da Escola [além da] pesca milagrosa e leilão de prendas em benefício da Caixa Escolar”. Para encerrar, ao final da tarde foram rezados o terço e entoados cânticos. (**O Comércio**, Porto União, 19/11/1933, p.6).

Iniciativas como essa do professor João Telatin e nomeações como da complementarista Noêmia Schultz sinalizam para o processo de difusão de um modelo de formação de docentes e de atividade escolar na área rural dos Municípios fronteiriços. Formação que ganhou complexidade com a transformação da Escola Complementar catarinense em Escola Normal Primária, em 1935, mudança que acrescentou ao currículo *Noções de Pedagogia e Psicologia*, o que deveria contribuir para melhor “preparar professores para as zonas rurais”. (SANTA CATARINA, 1936a, p.162). Jovens já diplomados na Escola Complementar em União da Vitória (PR) atravessaram a fronteira para complementar a formação na escola reformada.

As comemorações escolares também faziam parte do calendário escolar do Estado do Paraná. Conforme o Art.1º do Decreto nº.1874, de 19 de julho de 1932, atividades comemorativas deveriam ser realizadas em “todos os feriados nacionais e estaduais”. Em comemorações de caráter íntimo no dia que precedesse o feriado, no “horário da última aula, sem pompa, sem convites, somente com a presença do corpo docente e discente [...]”.

dados apresentados na pesquisa de Grazziotin (2008, p.362), ele e a esposa eram de Tubarão (SC), cidade onde já existia uma Escola Complementar em 1928. Em 1942/43, ele abriu uma escola particular Duque de Caxias em Bom Jesus (RS), onde trabalhou juntamente com sua esposa. (GRAZZIOTIN, 2008, p.361).

(PARANÁ, 1932a, p.23). Reunidos no pátio do recreio da escola, os alunos ouviam a exposição de um dos professores sobre a data, entoando hinos alusivos. Permitia-se, contudo, que os pais, autoridades e outros interessados participassem da solenidade. O Art. 35º estabelece a obrigatoriedade dessas festividades, com o fim de incutir junto a população “as lides educativas da infância, incentivando-a às conquistas sociais e políticas.” O Art 36 determinava que essas festas fossem realizadas “nos seguintes dias: 21 de setembro - Dia da Árvore [...] 12 de outubro - Dia da Criança”¹¹⁸. (PARANÁ, 1932a, p.23), com o apoio de autoridades locais com um “aparato e programa atraente e variado”, incluindo quermesses e diversões compatíveis com os fins escolares (PARANÁ, 1932a, p.23). Também havia os feriados oficiais¹¹⁹. O calendário cívico distribuía ao longo do ano as festas nacionais, com a finalidade de criar sentidos simbólicos “[as] raízes, o sentido verdadeiro do homem e da sociedade” que, segundo Oliveira (1989, p.173), se efetiva por meio de um processo de construção da memória por diferentes grupos da sociedade que se fundem numa memória nacional. No Estado Novo acentuou-se o civismo e as atividades escolares foram direcionadas para a construção da ideia de nação como totalidade orgânica e harmônica. (LENHARO, 1986; PARANHOS, 2007; HORTA, 2012).

Como escreveu Souza, feriados nacionais foram incorporados ao imaginário social e por meio das “comemorações cívicas, a escola ajudou a preservar uma memória coletiva, construtora da identidade nacional.” (SOUZA, 1998, p.274). Em junho de 1934, artigo do jornal **O Comércio**, de Porto União (SC), criticou o desconhecimento das coisas da Pátria por um grande número de brasileiros, como os filhos de imigrantes ou aqueles que não tinham acesso à escola, considerada local de formação de valores cívico-patrióticos. Segundo o

¹¹⁸ O Dia da Criança, 12 de outubro, foi instituído pelo Decreto Federal nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890 (BRASIL, 1890). Contudo, na década de 1940, com fins políticos, chegou a ser alterado para 25 de março. Não tendo receptividade, voltou a ser comemorado em outubro. Sobre o tema, ver Bencostta e Pereira (2006).

¹¹⁹ Em 14 de janeiro de 1890, o Governo Provisório da República estabeleceu dias de festas nacionais, pois, o “regimen republicano se baseia no sentimento de fraternidade universal” e “esse sentimento não se póde desenvolver convenientemente sem um systema de festas publicas destinadas a commemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas [...] a) 1º de janeiro, comemoração da fraternidade universal; b) 21 de abril, comemoração dos precursores da independência brasileira, resumidos em Tiradentes; c) 3 de maio, descoberta do Brasil; d) 13 de maio, fraternidade dos brasileiros; e) 14 de julho, comemoração da república, liberdade e independência dos povos americanos; f) 7 de setembro, independência do Brasil; g) 12 de outubro, descoberta da América; h) 2 de novembro, comemoração geral dos mortos; i) 15 de novembro, comemoração da Pátria Brasileira. (BRASIL, 1890). No ano de 1938, com o Estado Novo, o Decreto-Lei nº.486, de 10 de junho de 1938a, estabeleceu que: Art. 1º São feriados nacionais os seguintes dias: 1º de janeiro - dedicado à comemoração da fraternidade universal; 21 de abril - dedicado à memória dos precursores da Independência do Brasil, simbolizados no Tiradentes; 1º de maio - dedicado à exaltação do dever e dignidade do trabalho; 7 de setembro - dedicado à comemoração da Independência e considerado como o dia da festa nacional brasileira; 2 de novembro - dedicado à comemoração dos mortos; 15 de novembro - dedicado à comemoração do advento da República; 25 de dezembro - dedicado à comemoração da unidade espiritual dos povos cristãos.” (BRASIL, 1938a, s.p.).

periódico, eram “milhares de brasileiros [que] nascidos em território pátrio, nele se fazem homens, ignorando, completamente, os mais rudimentares conhecimentos de nossa Pátria [...]” (**O Comércio**, Porto União, 11/6/1934, p.2). Meses depois, na véspera da comemoração do Dia da Independência, o mesmo jornal publicou recomendação do Secretário do Interior da Justiça de Santa Catarina, Plácido Olympio de Oliveira, enviada ao Prefeito Municipal de Porto União (SC) e recomendando fiel observância aos festejos alusivos ao Dia da Pátria, pois:

[...] festejar Sete de Setembro é um dever de todo brasileiro [e] nenhum motivo há para nos festejos da comemoração de nossa Independência aparecer bandeira doutras Nações. Nos adornos dos festejos de Sete de Setembro será usada unicamente a Bandeira brasileira e cores Nacionais. A nossa Independência é a maior data Nacional. Brasileiros, festejai o dia sete de Setembro! (**O Comércio**, Porto União, 6/9/1934, p.1)

Curiosamente, na edição de **O Comércio**, de 13 de setembro de 1934, não houve qualquer publicação sobre o transcurso dos festejos daquele 7 de Setembro nas cidades fronteiriças. Mas, estudantes de ambas as cidades participaram no mesmo ano da comemoração cívica alusiva ao Dia da Bandeira. Na solenidade, a Bandeira nacional foi hasteada por militares que estavam aquartelados na região e, em seguida, foi entoado o Hino Nacional, por “[...] algumas centenas de alunos de escolas públicas, particulares e seus respectivos professores.” Após pronunciamentos das autoridades¹²⁰ “[...] os alunos do Grupo Escolar Professor Serapião, da cidade de União da Vitória, [realizaram] difíceis provas de ginástica, que foram muito aplaudidas pela enorme assistência” (**O Comércio**, Porto União, 25/11/1934, p.3). Como escreveu Corrêa (2013, p.193), atividades físicas com base em modelo militar integravam um projeto de saneamento para a sociedade brasileira cujo fim era construir o Estado Nacional por meio da educação disseminaram-se nas escolas na década de 1930.

Os desfiles propagavam, pelas ruas das cidades, conhecimentos e aprendizagens cívico-patrióticas, alcançando um grande número de pessoas que estava fora da sala de aula.

¹²⁰ Falaram sobre a “magna data, os Snrs. Drs. Alvir Riesemberg, ilustrado médico e Teixeira de Freitas, abalizado causídico [...] Em lugar de honra, se viam, entre outras, as seguintes autoridades militares, tenente-coronel Tomé Rodrigues, Major Creso Monteiro, oficiais do 1º. Btl. Tenente Rui Stockler de Sousa, da nossa força Pública, Dr. Alcino Caldeira, Juiz de Direito desta Comarca, Dr. João Cleto Correa Mourão, Promotor Público, Prefeitos Municipais, Dr. Adalberto Pereira [União da Vitória] e Helmuth Muller [Porto União], Dr. João Teófilo Gumi Júnior, deputado eleito a assembléia constituinte do Estado do Paraná e representantes da imprensa. Terminou a solene cerimonia [sic], que teve o concurso da afinada banda Independência, com o desfile do 1º. Batalhão em continência à Bandeira, sendo, em seguida, servidos finos licores às autoridades, no cassino dos Snrs. Oficiais da Guarnição. [...]”. (**O Comércio**, Porto União, 25/11/1934, p.3).

Em 1935, exaltando os brasileiros, o Presidente Getúlio Vargas determinou que o Dia da Pátria fosse comemorado com “uma esplêndida demonstração de civismo [...] porque as festas da nossa Independência, não raro, passam assinaladas apenas pelo clássico feriado nacional” (**O Comércio**, Porto União, 18/7/1935, p.). Nesse ano, a comemoração do dia 7 de Setembro foi planejada conjuntamente, por educadores e autoridades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), resultando no primeiro registro que localizamos sobre um desfile do Dia da Independência, no qual estudantes de ambas as cidades participaram conjuntamente. Cerca de um mês antes do acontecimento cívico, artigo do **O Comércio** pedia que,

[...] na passagem da data magna da Pátria, [fosse oferecida] uma demonstração pública do aproveitamento da nossa mocidade escolar, fazendo que esta, em conjunto, vocalize, na praça Hercílio Luz [Porto União], por exemplo, ou na Coronel Amazonas, em União da Vitória e se conseguir, como seria louvar-se, a união das escolas dali, com as nossas, os Hinos Nacional e da Independência, com uma preleção sobre o grande feito de D. Pedro I. (**O Comércio**, Porto União, 08/08/1935, p.3).

Organizada por diretores de escolas, prefeitos de ambas as cidades, o clero, associações recreativas e imprensa, a comemoração ao Dia da Pátria de 1935 representou a integração das cidades vizinhas por meio da escola. Nos festejos, tomaram parte futuros professores complementaristas do Paraná e de Santa Catarina que, na prática, aprenderam que comemorações locais tinham, também, “[...] uma função pedagógica e unificadora, reduzindo as diferenças existentes”, como escreveu Oliveira (1989, p.175) sobre as festas republicanas. Mas, o caráter educativo e cívico-social dessas festividades, por vezes, tinha reflexos mais intensos no cotidiano dos alunos, inclusive com punições por atos tidos como indisciplina ou falta de patriotismo. Assim, dois anos depois do desfile de 1935, Helena Paulik, aluna do 2º (e último) ano da Escola Complementar de União da Vitória (PR), foi suspensa por seis dias, perdendo também o direito de realizar o exame oral de setembro, porque não compareceu ao festival em comemoração ao Dia da Pátria realizado na instituição escolar. (LIVRO DE REGISTRO DE SUSPENSÃO E DE REPREENSÃO A PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR SERAPIÃO, 1937, p.5). Conforme apontam Bertucci, Faria Filho e Oliveira (2010, p.58), a escola é “produtora e produto da sociedade” organizando-se na “confluência de interesses políticos, culturais, econômicos e sociais os mais variados”. No Brasil da segunda metade dos anos 1930, às vésperas da ditadura que se instaurou oficialmente em 10 de novembro de 1937, essa confluência de

interesses parecia apontar para ações autoritárias e marcadas por nacionalismo exacerbado, inclusive dentro da escola.

3.2 FESTAS, SOLENIDADES E EXAMES ESCOLARES: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

As festas escolares ocupam um espaço formativo próprio em que tempo escolar e social são entretecidos. Como afirmou Souza, “diferentemente das festas do calendário social, [essas] não contrapõem o tempo livre ao tempo do trabalho, pois elas constituem tempo de atividade educativa, um tempo a aprender” (1999, p.134). Nesse ambiente de comemoração, eram construídos referenciais de identidade social, local e nacional, que deveriam perpassar a prática futura dos alunos. No caso específico dos complementaristas, a prática de futuros professores. Os quais, em 1932, sob o olhar atento de familiares, participaram da solenidade de 3 de Maio, alusiva ao Descobrimento do Brasil. A comemoração reuniu, a partir das 15:30h, no pátio do Grupo Escolar Balduino Cardoso, um grande número de “exmas. famílias e cavalheiros”, além de uma comissão de normalistas do Colégio Santos Anjos,

[para uma] imponente festa escolar, organizada pela diretoria do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, desta cidade [...] às dezesseis horas, formavam gaborosamente, em frente ao prédio escolar, os alunos do Grupo e da Escola Complementar anexa, que, acompanhadas pelo Sr. Professor Antonio Gasparello, director, e demais docentes, entoavam o Hino do Grupo. (**O Comércio**, Porto União, 08/05/1932, p.1).

A imprensa, com relatos assim, disseminava representações, tanto sobre a nação (sua datas magnas) quanto sobre a escola e seus resultados. Como escreveu Hobsbawm, ao tecer considerações sobre os mecanismos de identificação nacional e os meios utilizados para esse fim na Europa do fim dos anos 1910: os veículos de comunicação, inclusive a imprensa, têm o potencial de transformar “o que, de fato, eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo e, a partir daí, romper as divisões entre a esfera privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional” (HOBSBAWM, 1990, p.170). Ao divulgar e enaltecer as festividades escolares, a imprensa de Porto União (SC) reforçava o trabalho realizado pela escola, visando a formação do sentimento nacional.

Hinos, cânticos escolares, poesias e literatura, entre outros, foram utilizados pelo governo varguista para mobilizar valores cívicos, promovendo a construção de sentimentos de pertencimento à nação brasileira. São elementos que permitiram compreender o movimento

socioeducacional das cidades fronteiriças inseridas no contexto nacional, mesmo divididas entre dois Estados. Esses elementos escolares contribuíram para que os moradores das duas cidades “[...] reconhecem-se mutuamente como membros de coletividades e de comunidades”, adaptando para esse contexto, as palavras de Hobsbawm (1990, p. 63-64).

Na comemoração alusiva ao Descobrimento do Brasil (**O Comércio**, Porto União, 8/5/1932, p.1), foram cantados quatro hinos, intercalados por saudações, poesias, apresentações dos alunos pertencentes ao Grupo Escoteiro e desfiles. O primeiro hino a ser vocalizado, na abertura da solenidade, foi o Hino ao Grupo Escolar Balduíno Cardoso, com letra da professora Diva de Oliveira (que prestou seleção na primeira turma de complementaristas em 1928, mas não ingressou e formou-se normalista pela Escola Normal Santos Anjos (conforme o Capítulo II)) e música do maestro Felício Domit. Esse hino era um convite à mocidade para a construção da Pátria por meio dos estudos, do saber como meio para um futuro glorioso e valoroso, conquistado pela disseminação do conhecimento.

Hino do Grupo Escolar Professor Balduíno Cardoso

Letra: Professora Diva Oliveira – Música: Maestro Felício Domit

Cantemos ó mocidade
 Elevemos nossa voz
 O mais sublime ideal
 Da Pátria vejamos nós
 Do estudo sejam os frutos
 Nosso constante aspirar
 Do saber serão as armas
 Que haveremos de terçar

Da nossa escola estima
 Do Grupo Balduino Cardoso
 A Pátria nós almejamos
 O destino mais formoso
 Que cresça sempre a instrução
 Nossos votos fazemos mil
 Pela ciência é que veremos
 Alcandorar-se o Brasil.

Vibrantes num hino ardente
 Pleno de entusiasmo e amor
 Celebremos do Brasil (2x)
 A glória imensa e o valor

Vibremos de meu Brasil
 A glória imensa e o valor
(Pasta Documentos Avulsos)

Seguindo a programação, os complementaristas foram distinguidos entre os demais alunos. A saudação à Bandeira Nacional foi feita com “muita expressão” pela jovem Ítala Capriglioni, uma “inteligente complementarista”. Em seguida, o hasteamento da Bandeira pelo Tenente João Alves dos Reis, “ao som do respectivo Hino, cantado por todos os alunos e ouvido de pé, pela assistência”. (**O Comércio**, Porto União, 8/5/1932, p.1). Seguiu-se a declamação da poesia “3 de maio”, por Zailda Pereira, aluna do último ano da Escola Complementar, feita com “[...] invulgar expressão e muita eloquência obtendo francos e demorados aplausos do auditório” (**O Comércio**, Porto União, 8/5/1932, p.1). O Hino Saudação à Bandeira foi “cantado, pelas complementaristas e a 4ª. Sessão Feminina do Grupo”, seguido pelo Hino Nacional “vocalizado pelos alunos, que desfilaram, em seguida [...]”. (**O Comércio**, Porto União, 8/5/1932, p.1).

Outro evento escolar que mobilizava a sociedade local eram os exames finais das Escolas Complementares em ambos os lados da fronteira. Estes exames, escritos ou orais, demarcavam o término de um ano letivo. Faziam parte desses exames, as avaliações feitas ao longo do ano, devidamente distribuídas pelo calendário escolar. Essa formalização vinculava-se, conforme escreveu Souza, a necessidade de institucionalização escolar “[...] de forma que a aprovação/reprovação não fosse vista como um ato arbitrário do professor, mas algo legítimo, atestado publicamente e ratificado pelo poder do Estado” (1998, p.242). O compromisso das autoridades locais com a educação revela-se, no início da década de 1930, pela composição das bancas examinadoras do primário: uma professora, além de autoridades locais: Prefeito Municipal de Porto União (SC), Inspetor Escolar, Delegado, Juiz de Direito da Comarca, Promotor Público, Diretor do Grupo Escolar Professor Serapião da cidade vizinha, Escrivão do Crime, entre outros; que se revezavam na tarefa de examinadores, nas diferentes séries, anualmente, conforme consta do **Livro de promoção dos alumnos do Grupo Escolar Balduino Cardoso, Escola Complementar anexa** (1930-1937). Contudo, no livro de **Atas de exames da Escola Normal Primária anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso** (1935-1938), as bancas de exames da Escola Complementar e Escola Normal Primária que ocorreram a partir de 1933 foram constituídas, prioritariamente, por Professores do estabelecimento e o Diretor da escola. Esse encaminhamento aponta para um compromisso direto dos docentes com a avaliação dos alunos, futuros professores. Em face da composição da banca, esse exame poderia adquirir encaminhamentos mais particularizados quanto ao fazer docente, foco da formação na Escola Complementar e Escola Normal Primária.

No Paraná, as bancas de exames finais da Escola Complementar foram formadas por professores e presididas por uma autoridade designada pelo Secretário do Interior. O Código

de Ensino do Paraná (PARANÁ, 1917) regulamentou o processo de exames, estabelecendo sabbatinas trimestrais e tendo especial atenção aos conteúdos para a prova de Língua Portuguesa no exame final¹²¹. Em Santa Catarina¹²², além das avaliações trimestrais, sabbatinas foram realizadas nos meses de maio, agosto e novembro (a última servindo de prova escrita e exame final, com matéria do ano todo), excluindo as disciplinas de *Desenho, Música, Trabalhos e Ginástica*. As notas permaneciam sob o sigilo do professor e eram reveladas após a realização do exame final, conforme estabelecia o Art.83 do Regulamento das Escolas Complementares, que vedava a divulgação das médias das sabbatinas antes do resultado dos exames. (SANTA CATARINA, 1911, p.21) momento em que os alunos eram publicamente considerados aprovados ou reprovados, aptos ou inaptos à progressão escolar.

¹²¹ O Código de Ensino do Paraná estabelecia: “Art 178 – Os exames realizar-se-ão no fim de cada anno lectivo, da seguinte forma: I- Quanto ao 1º. Anno: a) a prova escripta de Portuguez, consistente em dictado e annalyse léxica; b) prova oral de Portuguez e das outras matérias. II- Quanto ao 2º. Anno: a) a prova escripta de Portuguez, consistente em composição sobre assumpto simples previamente explicado e annalyse syntactica de um trecho dictado; b) prova oral de Portuguez e das outras matérias. §1º - serão examinadores os próprios professores, sob a presidência da autoridade designada pelo Secretário do Interior; §2º - uma nota má no exame, relativamente a qualquer das matérias, importará reprovação; §3º - As notas serão expressas numericamente; appurando as médias pelo systema adoptado na Escola Normal e no Gymnásio. §4º - Ninguém poderá prestar exame do 2º anno sem ter sido aprovado em exame do 1º; é, porém, admissível a prestação de exame do segundo anno em seguida ao do 1º, na mesma época. Art 179 – Os alumnos que concluírem o curso intermediário poderão ser nomeados para a regência effectiva de cadeiras do Ensino Primário, independente de novo exame. (PARANÁ, 1917, p.30-31). [...] Art 202 – Os alumnos serão argüidos freqüentemente, procedendo-se trimestralmente a uma sabbatina escripta, cujas notas serão lançadas no diário de aula, servindo de base para o cálculo das médias de anno. §1º - As notas não constantes do diário de aula, ou nele lançadas depois de decorrido o anno lectivo não terão valor algum; §2º - As notas serão: zero, péssima; 1,2 e 3_má; 3 e fracção a 6_soffrível; seis e fracção a 9_boa; 9 e fracção a 10_ótima. §3º - o alumno que não comparecer a sabbatina terá nota zero, salvo justificação a juízo do director. §4º - terá nota má e será expulso da aula qualquer alumno nos casos do Art 216.” (PARANÁ, 1917, p.37).

¹²² O Regulamento da Escola Complementar catarinense (Decreto nº 1204 de 19 de fevereiro de 1919), estabelecia no Capítulo IV a realização de “sabbatinas, promoções e exames. Art.24 – Haverá sabbatinas nos mezes de maio, agosto e novembro, servindo a ultima de prova escripta do exame final, entrando nella toda matéria dada durante o anno. § ÚNICO – Não haverá sabbatina de Desenho, Musica, Trabalhos e Gymnastica, devendo as notas trimestraes destas disciplinas, ser dadas pelos respectivos professores em vista do aproveitamento do alumno. Art.25 – As sabbatinas serão feitas no período das aulas de modo que não tragam perturbação ao regimen das mesmas. Art 26 – Cada professor julgará as sabbatinas da matéria que lecionar. Art.27 – As notas e seus equivalentes numéricos para as sabbatinas serão: a) nulla – 0; b) má – 1 e 2; c) soffrível 3 e 4; d) regular 5 e 6; e) boa 7 e 8; f) optima 9 e 10. §1º. Para os efeitos de classificação, os examinados serão considerados : a) reprovados quando a média for inferior a 5; b) Aprovados simplesmente quando a média for 5 ou 6; Aprovados plenamente quando a média for 7 ou 8; Aprovados com distincção quando a média for 9 ou 10. [...] Art.30 – Para os exames finaes será aproveitada a média das sabbatinas, havendo ainda a prova oral. §1º. A banca para a prova oral será constituída pelos professores da escola; §2º. Nos exames oraes entrará toda matéria do programma do anno; §3º. A média dos exames oraes será obtida pelo mesmo processo adoptado para as sabbatinas; §4. Da média das sabbatinas e do exame oral tirar-se-á a nova média que será a nota de aprovação na matéria. Art.31 – O alumno reprovado em uma matéria poderá prestar exame da mesma na primeira quinzena de fevereiro, ficando sujeito a prova oral e escripta. §Único – No caso de reprovação perderá o anno a não ser que se trate do último. Nesse caso ficará o alumno sujeito apenas ao exame da matéria em que foi reprovado, que poderá prestar, ou conjuntamente com os alumnos do Curso, ficando então obrigado a matrícula, ou em Fevereiro do anno seguinte. Art. 32 – o resultado dos exames será lançado em acta”. (SANTA CATARINA, 1919, p.9-11).

Na Escola Complementar paranaense, as notas subdividiam-se em cinco categorias: péssima, má, sofrível, boa e ótima. Uma nota má implicava reprovação. Na escola catarinense, as notas subdividiam-se em seis categorias: nula, má, sofrível, regular, boa, ótima. Essa subdivisão diferenciada, também implicava em médias diferentes para a aprovação. Em Santa Catarina a nota mínima para aprovação na matéria era 5,0 (regular) e os alunos do último ano que não a atingissem no exame final, poderiam prestar exames de segunda época da matéria em fevereiro. No Paraná, os exames para todos os alunos também eram realizados na segunda quinzena de novembro, com uma segunda época de exames, em março. Conforme o Art. 207, “§2º - Si a média total não for pelo menos 3 e fracção, o examinado será reprovado ou inhabilitado (sic) para a promoção; no caso contrário será considerado habilitado.” (PARANÁ, 1917, p.36).

Embora não tenhamos registros de exames da Escola Complementar de União da Vitória (PR), os da Escola Complementar e Escola Normal Primária de Porto União (SC) são indícios da importância desses exames para alunos e sociedade. A Escola Normal Primária, com registros no livro de **Atas de exames da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso**, eterniza os resultados desta escola formadora de professores com registros da primeira turma de normalistas primários formados em 1935. Conforme o Anexo desta tese, o exame final foi feito de “dezoito de novembro a dois de dezembro na forma prevista pelo Regulamento das Escolas Normais Primárias, presentes os professores Gregório Brekenbrok, diretor, Diva Eugênia de Oliveira, Araceli Rodrigues e Jandira Capriglioni, membros da banca examinadora”. (ATAS DE EXAMES DA ESCOLA COMPLEMENTAR ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUINO CARDOSO, 1928-1938, p.26-28).

A primeira turma de normalistas primários egressos da Escola anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso, em 1935, foi constituída por um rapaz, filho de militar e por moças, filhas de operário, barbeiro, carpinteiro e proprietário; doméstica era a profissão das três mães que foram declaradas como “responsáveis” pelas filhas, conforme os registros do **Livro de matrícula da secção feminina** (1935, N.I.), do **Livro de matrícula da secção masculina**, (1935, p.17) e o Livro de **Registro de diplomas da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso** (1935, p.11v-15) e Escola Normal Primária de Porto União (SC). Uma escola que ainda era marcadamente para filhos de moradores da cidade, de classe média (mesmo considerando que “indústria” pode remeter à produção de mate ou peças de madeira ou de couro, por exemplo).

Além de formar egressos do Curso Primário ou até alguns da Escola Complementar de União da Vitória (PR), a Escola Normal Primária de Porto União (SC) também foi procurada

por professores provisórios (ou seja, aqueles sem alguma formação específica para o magistério, mas com experiência docente) que desejavam diplomar-se. Pelo Decreto nº 1843, de 20 de fevereiro de 1925, possibilitava-se aos professores não normalistas, que tivessem no mínimo dois anos de experiência em Escolas Primárias prestar exames vagos para as Escolas Complementares do Estado. (SANTA CATARINA, 1925a, p.1-2). Embora esses exames não ganhassem as páginas da imprensa, como acontecia com os jovens formandos complementaristas, respondiam a necessidades específicas para suprir as Escolas Primárias com professores habilitados. Esse foi, por exemplo, o caso de Ladislau Strabowski, de ascendência polonesa, “professor em Três Barras, Município de Canoinhas [que] obteve licença da Diretoria de Instrução para fazer os exames vagos ao 1º. ano das Escolas Complementares”, (REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO, 1934, p. 14-14v), em 14 de fevereiro de 1934. Candidatos como ele realizavam em um só momento as provas de todas as disciplinas do ano. Em 18 de março de 1935, o Sr. Ladislau Strabowski prestou exames para o 2º. ano da Escola Normal Primária de Porto União (SC). Em 1936, dias 3 e 4 de março, prestou exames de 15 disciplinas¹²³ do último ano da referida escola, perante a banca examinadora composta pelo Diretor, professor Gregório Brekenbrok e pelas professoras normalistas Diva Eugênia de Oliveira; Araceli Rodrigues e Jandira Capriglioni. Ele foi aprovado em todas e foi diplomado pela Escola Normal Primária de Porto União (SC), em 7 de março de 1936. (ATAS DE EXAMES DA ESCOLA COMPLEMENTAR ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUINO CARDOSO, 1935-1938, f.21v-22; 29v-30).

Parte de um ritual pedagógico classificatório das Escolas Complementares e dos Grupos Escolares, os resultados dos exames finais eram ansiosamente aguardados pelos alunos e, também, por seus pais, familiares e amigos. Os pais de alunos, bem como quaisquer interessados, poderiam assistir às provas orais dos exames realizados “em dias e horas que deverão ser previamente avisados aos alunos, os quais, por sua vez, darão desse aviso notícia aos seus pais e responsáveis. (**O Comércio**, Porto União, 19/11/1937, p.2). Os resultados desses exames, afixados em quadros de notas, tanto quanto os nomes dos membros da banca, fizeram parte das lembranças de ex-alunos das escolas de ambos os lados da fronteira. Entre

¹²³ Ladislau Strabowski foi aprovado com os seguintes graus e notas: Português – plenamente grau 7,0; Francês – plenamente grau 7,0; Alemão – distinção grau 9,0; Arithmética – distinção grau 10,0; Geometria – simplesmente grau 6,0; Geografia - plenamente grau 8,0; História do Brasil - plenamente grau 8,0; Educação - plenamente grau 8,0; Física e Química – distinção grau 10,0; Agricultura – plenamente grau 7,0; Ciências Naturais - plenamente grau 8,0; Desenho– distinção grau 9,0; Música – distinção grau 10,0; Ginástica – distinção grau 9,0. (Atas de exames da Escola Normal Primária anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso, 1935, p.21v-22; 1936, p.29v-30).

eles, Agnelo Banach, egresso do Grupo Escolar Balduíno Cardoso que, em 4 de outubro de 1935, realizou uma visita ao Grupo Escolar onde estudou (possivelmente na década de 1920), revelando a memória de sua experiência como estudante da instituição, entretida com o que observou naquele estabelecimento em 1935. Ele deixou escrito no chamado **Livro de Termos de visitas às Escolas Reunidas de Porto União**: “ao rever as salas dos outros tempos, sinto a dedicação, o zelo da dona Ana [Regis Arantes, sua professora do 4º. Ano¹²⁴] nos professores de agora.” Sobre a condição escolar no momento da visita afirmou: “impressionam bem os quadros das notas dos alunos nos Quadros de Honra”¹²⁵, uma forma de exposição pública das notas, estimulando os alunos e também os professores a zelar pelo estudo, pelo trabalho. Escreveu que os resultados publicados nos quadros “com juízo fazem-nos tão bem [evidenciando] o desejo forte de trabalhar, de fazer”. (BANACH, 1935, fl.10).

Ao utilizar trechos do registro que o ex-aluno deixou quando visitou o Grupo Escolar Balduíno Cardoso, é necessário atentarmos para as palavras de Le Goff (2003, p.419) quando relaciona a memória à “propriedade de conservar certas informações”. Nesse sentido, a memória fica atrelada a um conjunto de funções psíquicas, permitindo ao ser humano constantemente “atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” Portanto, a memória, como fenômeno individual e psicológico, está ligada à vida social e suas manifestações estão atreladas à cultura oral, à capacidade de registro escrito e ao interesse de instituições em preservar traços específicos do passado, inclusive os festivos.

¹²⁴ Não foi possível identificar em que ano essa professora lecionou no Grupo Escolar Balduíno Cardoso.

¹²⁵ A memória da Escola Complementar de Porto União (SC), ao mesmo tempo em que se distingue, entretida-se a do Grupo Escolar Balduíno Cardoso. Em documentos que detalham aspectos gerais do estabelecimento, como na inspeção realizada entre 13 e 17 de março de 1934, por Germano Wagenführ (1934, fl. 18-22), cujo relato encontra-se no **Livro de Registro de visitas de Inspectores**, foram reunidos dados comuns aos estabelecimentos, embora com os aspectos didático-pedagógicos analisados separadamente. Encaminhamento similar pode ser observado quanto à Escola Complementar Primária e o Grupo Escolar Professor Serapião, de União da Vitória (PR), no **Termo de visitas e inspeções escolares da Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião** (FALARZ, 1932, fl.3v). Contudo, os registros de exames (vagos, de promoção e admissão) foram utilizados como forma de organizar a memória escrita da Escola Complementar, anexa ao Grupo Escolar Balduíno Cardoso. No **Livro de Honra ao Mérito** do Grupo Escolar Balduíno Cardoso (1933-1965) (não localizamos livro de Honra ao Mérito da Escola Complementar para o período dessa pesquisa), feito com o fim de homenagear alunos considerados exemplares, foram inscritos, anualmente, os nomes de alguns alunos que também se tornariam complementaristas, na medida em que concluíssem o primário, como: “Emilia Schultz, 1º. Ano; Francisca Breinak, 2º. Ano; Darci Capriglioni e Verona Schlagenhauser, 3º. Ano; Alfredo Domit, Mauricio Schultz e Orestes Caneparo, 4º. Ano. [...]”. Seus nomes também foram publicados na primeira página do jornal **O Comércio** (Porto União, 17/12/1933 p.1). Não localizamos registro similar do mesmo período referente ao Grupo Escolar Professor Serapião e Escola Complementar de União da Vitória (PR).

3.3 EXPOSIÇÕES, FORMATURAS E A SEMANA EDUCACIONAL DE 1938: A ESCOLA EM FESTA

As celebrações escolares, entre elas, as exposições de trabalhos fazem parte de um conjunto de práticas socioeducacionais que tornam visível “uma cultura festiva escolar”, conforme afirma Bencostta (2010, p.251). Mas, tais atividades, previstas no âmbito institucional indicavam mais, permitindo que a sociedade visualizasse a qualidade da educação oferecida pelo estabelecimento escolar, materializada em objetos confeccionados pelos alunos. A escola primária pretendia, segundo Bertucci e Silva (2014), orientar os alunos para a “vida prática”, como determinava o Código de Ensino do Paraná de 1917, estimulando habilidades que poderiam ser relacionadas ao mundo do trabalho, inclusive para meninas, afinal, atividades como coser e bordar eram parte da formação de uma boa dona de casa e, também, de uma profissional da costura (BERTUCCI e SILVA, 2014, p.115). Na Escola Complementar de União da Vitória (PR), em 11 de agosto de 1930, Mathilde Alves da Rocha assinou o Termo de Promessa (ou de Compromisso) como professora da disciplina de Trabalhos Manuais. (LIVRO DE PROMESSAS DE PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR SERAPIÃO, 1930, fl. 6). Nesse período, a regulamentação escolar paranaense recomendava que os trabalhos manuais fossem realizados em “cooperação de muitos alunos”, (PARANÁ, 1932, Art. 29, p.4), uma forma de integração, amplamente difundida por ideias escolanovistas, que deveria ensinar para a vida cooperativa no trabalho.

Nas cidades fronteiriças, as exposições dos trabalhos manuais caracterizavam-se como um momento festivo, marcando o encerramento do ano letivo e disseminando, entre a população, o que Souza denomina de “hierarquia da excelência [quando] o saber do aluno evidenciava não somente a apropriação de um capital cultural socialmente valorizado [...] como manifestava a qualidade do ensino ministrado pela escola” (1998, p. 245). Nessas exposições, realizadas separadamente em cada Grupo Escolar, eram apreciados e julgados também os trabalhos produzidos pelos estudantes das Escolas Complementares. Os exames regulamentares precediam a exposição com a festa de encerramento e em 1933 foram

[...] realizados durante o período de 13 a 29 de novembro, tiveram a presença dos exmos. Srs. Dr. Alcino Caldeira, dd. Juiz de Direito; Cel. Francisco O. Pimpão, dd. Prefeito Municipal; Frei Clemente Tomboski, dd. Vigário da Paróquia; Tte. Valdemiro Ferraz de Jesus, dd. Delegado de polícia; Cel. Cid Gonzaga; Prof. Brasílio Costa França; Srta. Zailda Pereira e Sr. Francisco de Paula Dias, os quais tomaram parte na banca examinadora. (**O Comércio**, 1933, 10/12/1933, p.2).

Assim como as autoridades que compunham as bancas examinadoras, a imprensa também era convidada com um “convite distinguido para assistir a festa que estamos a noticiar” (**O Comércio**, Porto União, 17/12/1933, p.1), publicizando os resultados da escola, os nomes das autoridades que compunham as bancas examinadoras, detalhando a programação e os acontecimentos do evento. A festa de encerramento era o momento culminante do ano letivo, uma despedida, quando alguns alunos assinavam o livro de honra, eram entregues os diplomas e visitados os trabalhos expostos. Atividades seguiam um cronograma previamente divulgado:

A exposição de trabalhos dos alunos deste estabelecimento de ensino será franqueada ao público nos dias 11, 12, 13 e 14 do corrente [dezembro], das 9:30h às 12h e das 14 às 17:30h. [...] Festa de Encerramento [...] realizar-se-á no dia 14, às 17 horas, havendo a entrega dos diplomas aos alunos que concluíram os cursos do Grupo Escolar e da Escola Complementar. (**O Comércio**, 1933, 10/12/1933, p.2).

No final de 1935, ano em que foi criado o curso Normal Primário, o periódico **O Comércio** de Porto União (SC) convidou pais e a população em geral para a abertura da exposição de trabalhos manuais dos alunos da Escola Normal Primária e do Grupo Escolar Balduino Cardoso, que foi realizada após o encerramento dos exames escolares. (**O Comércio**, Porto União, 28/11/1935, p.4). O evento aconteceu entre 7 de dezembro (domingo) e 13 de dezembro (sexta-feira). Dias depois, o mesmo jornal informou: “[o] acto [de abertura da exposição], que será solene, terá a comparência [sic] das autoridades locais” e será presidido pelo Promotor Público João Cleto Mourão (**O Comércio**, Porto União, 05/12/1935, p.4)¹²⁶. No dia que antecedeu o encerramento da exposição, o periódico comunicava aos seus leitores a programação do dia 13 de dezembro: seria dividida em duas partes, com um intervalo no qual haveria “[...] distribuição de prêmios, assinatura do livro de

¹²⁶ Enquanto a formatura escolar era um ato público, a posse de professores em escolas estaduais era uma solenidade privada. O professor ingressava na escola pública por processo seletivo realizado mediante edital, assinatura de Termo de Compromisso e juramento. A posse era realizada em uma cerimônia privada, sem a visibilidade das páginas do jornal, como foi a da professora Myrian França Souza que, ao assumir a direção Escola Complementar de União da Vitória (PR), em 9 de novembro de 1929 e assim o fez autorizada pelo Diretor Geral do Ensino do Paraná, Hostílio Cezar de Souza Araújo. O Termo de Compromisso consubstancia os laços entre o professor, os representantes do Estado, os professores e a comunidade das cidades vizinhas. Na ocasião, a professora redigiu e assinou o documento e, dessa forma, tomou posse na direção do Grupo Escolar Professor Serapião e Escola Complementar anexa, como compromisso de assumir a regência de uma de suas classes (não sabemos qual), Myrian França Souza prometeu “[...] respeitar as leis da República e do Estado, obedecer fielmente o regulamento do ensino e as determinações da Diretoria Geral do Ensino, tudo fazendo para o progresso da Instrução Pública nesta cidade, com zelo e patriotismo”. (LIVRO DE PROMESSAS DE PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR SERAPIÃO, 1929, p. 3v).

honra, distribuição dos Boletins de promoção e Diplomas, discursos do paraninfo [Inspetor Escolar Germano Wagenführ] das normalistas diplomadas e do aluno Cícero França, após o que será vocalizado o Hino à Escola Normal”. (**O Comércio**, 12/12/35, p.3).

Essa festividade de encerramento do ano escolar, com exposição e entrega de diplomas, obedeceu a uma programação executada em duas partes. A primeira em homenagem ao estabelecimento de ensino, foi iniciada com um desfile dos alunos ao rufar de tambores; em seguida, o hasteamento da Bandeira, acompanhado de canto por todos; declamação da poesia “Bandeira”, pela aluna do 3º. Ano Normal Primário, Maria Vins Pimpão; declamação da poesia “Brasil”, pelo aluno Salim Yared, do 4º. Ano masculino do Grupo Escolar. Todos cantaram ‘Independência ou Morte’. A aluna Jaci Pereira, do 1º. Ano feminino do Grupo Escolar declamou a poesia “Montanha” e, diversos alunos do 1º. Ano masculino do Grupo Escolar apresentaram a peça “Modo de ser”. Para encerrar a primeira parte foi entoado o Hino Nacional, por todos os alunos. Na segunda parte do programa, Alfredo Domit, do 2º. Ano Normal Primário, apresentou o monólogo “Si dependesse de mim”; o aluno Lauro da Silva, do 2º. Ano masculino do Grupo Escolar apresentou “O falso valentão”; uma cena cômica, “Juca”, foi apresentada por José P. Guimarães, do 1º. Ano Normal Primário; Moacir Marcondes, do 3º. Ano masculino do Grupo Escolar apresentou o monólogo “Dentista”; todos cantaram “Um, dois ..”; Milton Nogueira, 2º. Ano Normal Primário, apresentou o monólogo “Feira de Provérbios”; Dinorá Costa, 4º Ano feminino do Grupo Escolar, apresentou “A dança do vento”; Ivo Bichara, 2º. Ano masculino do Grupo Escolar, apresentou “Louvor à escola”; Edir Melo, 4º. Ano masculino do Grupo Escolar, declamou “Despedida”. Para encerrar a solenidade, todos cantaram “Adeus!”

Com essa programação, que segundo **O Comércio** “deixou excelente impressão” (**O Comércio**, Porto União, 19/12/1935, p.3), foi concluída a primeira festividade de encerramento de ano e entrega de diplomas aos normalistas primários formados na Escola Normal Primária anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso e registradas pelo jornal **O Comércio** de Porto União, (12/12/1935, p.1).¹²⁷ Nesse ano, foram diplomados os primeiros professores Normalistas Primários formados pela escola anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso, em Porto União. Foram oito egressos: Guilhermina Liegel (nasceu em 1918, no Paraná e era complementarista formada em União da Vitória (PR)), Lúcia Schaefer (nasceu

¹²⁷ A realização de tais eventos não significavam falta de problemas. Um ano antes, em 1934, por exemplo, a inspeção de Wagenführ (1934, p.18) ao prédio escolar revelou que, embora o prédio estivesse bem conservado, havia somente 4 salas de aula (o grupo com 6 classes e o complementar, com 3) compartilhadas entre os estabelecimentos, em dois turnos e “uma classe, do terceiro ano complementar, funcionava numa saleta de 2x3 metros”, não satisfazendo às “exigências pedagógicas”.

em 1919, no Rio Grande do Sul), Julia Machado (nasceu em 1921, em Porto União), Virgínia Machado (nasceu em 1919, em Porto União), Irene Zalewski (nasceu em 1917, no Paraná), Maria Vins Pimpão (nasceu em 1921, em Porto União), Laura Quadros (nasceu em 1920, em Porto União) e Cícero Otomar de França (nascido em 1920, no Paraná e era complementarista formado em União da Vitória (PR)). (REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO, 1935, p.11V-15). Por sua magnitude, o evento reuniu autoridades educacionais, religiosas, civis e militares das cidades vizinhas: o Prefeito de Porto União, Helmuth Müller; o Tenente Aníbal dos Santos, comandante do destacamento federal; Inspetor Escolar Germano Wagenführ (paraninfo); o Delegado de Polícia de Porto União, Nito Gaspari; o representante (não consta o nome) do vigário da Paróquia de Porto União; a Professora Maria Jesus da Boamorte, Diretora do Grupo Escolar Professor Serapião, de União da Vitória (PR); o Tenente Antonio Tauille, delegado da Junta de Alistamento Militar e o diretor do jornal **O Comércio**, Hermínio Milis. (**O Comércio**, Porto União, 19/12/1935, p.3).

A presença da diretora do Grupo Escolar Professor Serapião de União da Vitória (PR), professora Maria de Jesus Boamorte, à festa de encerramento, denota o prestígio e o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na Escola Normal Primária, fortalecendo a imagem da escola pública nas cidades fronteiriças e integrando as duas escolas públicas, formadoras de professores complementaristas nas cidades. Essas festividades caracterizavam-se por integrar, em torno da escola pública, pessoas de diferentes áreas, como militares, religiosos, profissionais liberais, comerciantes, entre outros, além de diversos educadores. Entreteciam-se nesses momentos de enaltecimento do saber escolar, valores morais e cívicos.

As formaturas na Escola Normal Primária, de Porto União (SC) e na Escola Complementar, de União da Vitória (PR) representavam, na segunda metade dos anos 1930, o êxito da escola pública junto às famílias e à sociedade. Momento materializado pelo diploma, algo de caráter individual, que habilitava o egresso dessas escolas ao mundo do trabalho e também cancelava a continuidade dos estudos na Escola Normal. Momento coletivo, eternizado nos Quadros de Formatura que, segundo Coelho Júnior, “[...] guardam em sua materialidade a capacidade de perenizar rituais, saberes e práticas na passagem do tempo” (2013, p.28). Eles integram a memória de uma solenidade e as lembranças do vivido pelo grupo de alunos e seus professores em um espaço, o da escola. O Quadro de Formatura da Escola Normal Primária de Porto União (SC), de 1937, e o da Escola Complementar de União

da Vitória (PR), de 1938, por algum motivo, foram preservados nas Instituições¹²⁸. Possuidores de uma história, eles simbolizaram o sucesso das instituições formadoras de professores complementaristas/ normalistas primários nas cidades fronteiriças. Esses Quadros de Formatura, feitos de maneira semi-artesanal em suporte de madeira, distribuíam homogênea e artisticamente as fotografias de formandas, formandos, professores homenageados e paraninfo. Para Coelho Júnior (2013, p.39), um “circuito de produção para dar visibilidade a uma ação educacional”.

A preservação desses Quadros de Formatura como parte do conjunto de objetos produzidos pela escola pode ser entendida se considerarmos que eles estão “investido(s) de recordação e de emoção”; palavras escritas por Chartier (1990, p.197-198) sobre imagens impressas na França do Antigo Regime. Em 1933, artigo do **O Comércio** (Porto União, 17/12/1933, p.1), assim descreve o Quadro de Formatura idealizado pela “profecta professora Aracely Rodrigues”, da Escola Complementar de Porto União (SC):

[...] representava a Bandeira Nacional, caprichosamente pintada, tendo, ao alto, as fotografias dos docentes do Curso, e, embaixo, as das diplomadas, vendo-se, ainda, diversas alegorias que fizeram daquele trabalho uma perfeita obra de arte. [...]. (**O Comércio**, Porto União, 17/12/1933, p.1).

O quadro foi confeccionado pelas únicas complementaristas que se formaram naquele ano, as irmãs paranaenses Flora (nasceu em 1916) e Jandira (nasceu em 1917) Huergo Pereira, filhas do farmacêutico Anthioco Pereira, conforme o **Livro de registro de diplomas da Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião** (1933, p. 9v-10). Segundo o jornal, o Quadro de Formatura distinguia-se entre “tantos e tão perfeitos [...] trabalhos expostos, este ano, à visitação pública [pela escola]”. (**O Comércio**, Porto União, 17/12/1933, p.1).

Assim, de madeira, com entalhes e, por vezes, ornamentos de metal ou de papelão, com pinturas ou simples desenhos, sempre com suas imprescindíveis fotografias, os Quadros de Formatura são “instrumento de suporte” da memória (LE GOFF, 1990, p.465). Conforme Le Goff, o uso das fotografias como recurso para a memória coletiva, aparece entre o final do século XIX e o início do século XX, revolucionando a memória, pois “[...] multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 1990, p.466). Dessa forma, os quadros de formatura organizam o conjunto de imagens de um grupo de

¹²⁸ Não encontramos outros quadros entre 1928 e 1938, período que delimita este estudo.

peças que se irmanam, não necessariamente pelo afeto ou consanguinidade, mas por afinidades cognitivas e hierarquias de forma a deixar uma recordação socioeducacional.

No Quadro de Formatura (Figura 7) dos normalistas primários de Porto União (SC), de 1937, o destaque é para o paraninfo, o Diretor da Escola Normal Primária Gregório Brekenbrok. Sua fotografia foi disposta no centro do quadro. O paraninfo, nesse período, era geralmente uma personalidade marcante no processo de formação dos alunos (professor, inspetor, ou diretor escolar). Também poderia ser uma pessoa de importância para o local ou região, como o prefeito, padre, deputado estadual ou autoridade educacional.



FIGURA 7: QUADRO DE FORMATURA DA ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA (1937)
FONTE: ACERVO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BALDUINO CARDOSO, PORTO UNIÃO (SC).

Os formandos homenagearam as três professoras da Escola Normal Primária, cujas fotos foram dispostas nas laterais do Quadro, juntamente com a fotografia do Inspetor Escolar. No lado esquerdo, junto às fotografias das formandas, estão as imagens do Inspetor Escolar Germano Wagenführ e da professora Aracely Rodrigues Friedrich. Na lateral direita, junto às fotografias dos formandos, foram colocadas as fotografias das professoras Jandira

Capriglioni e Diva Eugênia de Oliveira. Emoldurados pelos homenageados, estão os formados: as jovens Delmira Guimarães (nasceu em Joinville, 09/07/1919); Mirte Mafalda da Luz (nasceu em Lages, 02/05/1919); Mercedes Marcondes (nasceu em Porto União, 24/07/1922), Mirosława Litwinski (nasceu em União da Vitória, 08/04/1922) e Emília Tomal (nasceu em Porto União, 23/07/1921). Os rapazes: José da Luz (nasceu em Lages, 24/7/1922); Afonso Ari Medeiros (nasceu em Porto, União 21/5/1920); Helio Correa Pereira (nasceu em Porto União, 01/01/1922); Alcides Oliveira (não informado); Miguel Bichara (nasceu em Porto União, 25/01/1922). (REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO, 1937, fl.20v a 25). No ano seguinte, o governo do Estado de Santa Catarina nomeou, para atuarem na região de Porto União, duas das complementaristas que aparecem neste quadro: Mirte Mafalda da Luz (escola de Tocos) e Delmira Guimarães (escola de Santa Cruz). (**O Comércio**, Porto União, 01/05/1938, p.1)¹²⁹.

Em 1938 o grupo de formandos e/ou a direção da Escola Complementar de União da Vitória (PR) também mandou fazer um Quadro de Formatura (Figura 8) e assim eternizou o momento que jovens alunos tornaram-se complementaristas, uma homenagem também à escola na qual estudaram e que tinha seu nome estampado na parte superior do Quadro. No Quadro de Formatura há destaque ao professor Clodoaldo Naumann, o Diretor e paraninfo da turma. Sua fotografia está no centro e no alto do quadro; abaixo, as fotografias das duas professoras homenageadas: Maria de Lourdes Naumann (lado esquerdo) e Maria de Jesus [Boamorte] (lado direito). Entre ambas, a fotografia do professor Angelo Mazzarotto. Da esquerda para a direita, as três diplomadas: Gerda Gohl (não informado); ao centro, não identificada; Maria da Glória Assunção (nasceu em 1921). Os cinco diplomados: Carlos Biroli (nasceu em 1924); Adolar Ulrich (nasceu em 1925); Hugo Riecke (nasceu em 1923); Valdermar Liegel (nasceu em 1924); Vitolato Sobanski (nasceu em 1925).

¹²⁹ Em 1938, Maria Tomal, complementarista diplomada pela Escola Normal Primária em 1936, foi nomeada para a regência da escola de Santa Maria; ela era irmã de Emília Tomal da turma de formandos de 1937 (BREKENBROK, 1936, p.19v; 1937, p. 23v). **O Comércio**, Porto União, 01/05/1938, p.1). No livro de registros de diplomas da Escola Complementar de União da Vitória, consta que em 1934, Regina Tomal, irmã das diplomadas acima mencionadas, formou-se na Escola Complementar de União da Vitória, recebendo o diploma em dezembro de 1934. (COSTA, 1934, p.4-4v).



FIGURA 8 : QUADRO DE FORMATURA DA ESCOLA COMPLEMENTAR (1938)
 FONTE: ACERVO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SERAPIÃO, UNIÃO DA VITÓRIA (PR).

Ambos os Quadros apresentam características gerais comuns. Foram planejados para comportar cada uma das fotografias simetricamente distribuídas: de homenageados, professores e formandos. Ambos estampavam o nome da escola e o ano da formatura e foram confeccionados com madeira escura, possivelmente imbuia (uma madeira nobre), com poucos ornamentos. Mas existem peculiaridades: nas fotografias do Quadro da Escola Complementar paranaense, três dos quatro docentes usam becas, imagens essas que poderiam ser de outros tempos, inclusive das respectivas formaturas. As professoras e os professores da escola catarinense não usam becas, optaram por roupas sóbrias e paletós com gravatas-borboleta. As diplomadas de ambas as escolas usam uniformes muito parecidos, diferenciando-se pelo suspensório usado pelas complementaristas paranaenses. Todas estão com o cabelo preso e algumas sorriem. Todos os rapazes usam terno escuro, camisa branca e gravata. Os Quadros

de Formatura, como esses dois, tornam perene a trajetória de uma instituição e das pessoas que por ela passaram. No mesmo ano em que os complementaristas de União da Vitória (PR) registraram sua formatura em um Quadro que foi preservado pela instituição até os dias atuais, do outro lado da fronteira seus colegas comemoravam, junto com os alunos da escola primária, a inauguração do novo prédio do Grupo Escolar Balduino Cardoso ¹³⁰.

Segundo relato de memorialista, a nova construção se destacava, junto com a Igreja Matriz, do conjunto das outras edificações próximas pelo tamanho e por ser de alvenaria. Com a frente para o Rio Iguaçu, possuía duas alas simétricas, em forma de *U*. A entrada principal, com um pequeno *hall* seguido de porta, separava o espaço organizado da escola do espaço livre da rua. Wolf descreve: “Na parte frontal ficavam as diminutas salas da direção, secretaria, salas dos professores e almoxarifado. Nas alas laterais, as salas de aula, quatro de cada lado [...] circulando o prédio estava o jardim, local para as comemorações cívicas e sociais da Escola”. (2000, p.88).

O novo prédio do Grupo Escolar Balduino Cardoso e da Escola Normal Primária anexa de Porto União (SC) foi inaugurado solenemente em 8 de maio de 1938, com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas e de professores, alunos, pais e moradores da região. Entre essas autoridades, estava o professor Clodoaldo Naumann, Diretor do Grupo Escolar Professor Serapião de União da Vitória (PR) ¹³¹. A esse evento seguiu-se outro, a Semana Educacional, realizada em Porto União entre 9 e 13 de maio de 1938 e promovida pelo Departamento de Educação de Santa Catarina. A Semana foi organizada em Porto União, como parte das festividades catarinenses do Dia 13 de maio, que então era comemorado nacionalmente como Dia da Fraternidade dos Brasileiros (BRASIL, 1890). A

¹³⁰ Apontamentos do ex-aluno Agnelo Banach, no livro de visitas do Grupo Escolar Balduino Cardoso e Escola anexa, relatavam as condições do prédio da instituição escolar em 1935: “Pequeno, não adequado. [...] Uma insuficiência embaraçadora, prejudicial. Muita falta”. (BANACH, 1935, fl.9-10). Entretanto, o prédio não foi impedimento para a mudança da Escola Complementar em Escola Normal Primária no mesmo ano da visita de Banach. Ainda em 1935, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina autorizou a Prefeitura Municipal a adquirir um terreno para construir um novo prédio para o estabelecimento. (**O Comércio**, Porto União, 28/11/1935, p.1). É possível supor que a criação da Escola Normal Primária tenha contribuído para esse encaminhamento, pois a mudança curricular do estabelecimento de ensino poderia atrair mais alunos, inclusive já formados complementaristas. Ironicamente, a inauguração do novo prédio aconteceu no último ano de funcionamento das Escolas Normais Primárias em todo o Estado.

¹³¹ Conforme Muncinelli (1989) e **O Comércio** (Porto União (15/5/1938), compuseram a mesa de autoridades na inauguração: Professor Germano Wagenführ (Inspetor Escolar - SC); Hortêncio Batista (Solicitador); Professor Celso Rilla (Inspetor Escolar - SC); Frei Clemente Tombozzi (Vigário de Porto União); Dom Carlos Bandeira de Mello (Bispo de Palmas); Tenente Domingos L. Sobrinho (representante do Exmo. General Comandante da R.M.); Professor Luiz Sanches Bezerra Trindade (Diretor do Departamento de Educação de Santa Catarina); Helmuth Muller (prefeito Municipal de Porto União); Clodoaldo Naumann (Diretor do Grupo Escolar Professor Serapião de União da Vitória) Professor João dos Santos Areão (Inspetor das Escolas Subvencionadas pelo Governo Federal e Nacionalização do Ensino - SC); Elpídio Barbosa (sub-Diretor do Departamento de Educação - SC) e Gregório Brekenbrock, (Diretor do Grupo Escolar e Escola Normal Primária de Porto União).

Semana Educacional foi presidida pelo professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, Diretor do Departamento de Educação de Santa Catarina e também participaram das atividades, os professores: João dos Santos Areão (Inspetor das Escolas Subvencionadas pelo governo Federal e Nacionalização do Ensino, em Santa Catarina) e Elpídio Barbosa (sub-Diretor do Departamento de Educação de Santa Catarina), além de autoridades de Porto União (SC), professores, alunos e seus familiares (**O Comércio**, Porto União, 15/3/1938, p.1). Fato relevante: diversos professores de Escolas Isoladas Primárias Rurais, vários deles complementaristas, receberam auxílio estadia da prefeitura de Porto União (SC) para participarem do evento (**O Comércio**, Porto União, 14/7/1938, p.2). Não foi possível saber se professores e/ou estudantes complementaristas do outro lado da fronteira participaram do evento, bem como qual o motivo da escolha da cidade de Porto União para a realização da Semana Educacional¹³² em 1938. Contudo, a presença de destacadas autoridades estaduais de educação valorizavam não apenas o evento, mas a escola local e a própria cidade, situada em uma região da fronteira com o Paraná onde ainda se fortaleciam os laços de pertencimento à Santa Catarina. A Semana Educacional foi o coroamento do ato inaugural do novo prédio do Grupo Escolar Balduino Cardoso e Escola Normal Primária anexa.

Em poucos meses, mudanças significativas aconteceram. Pelo Decreto nº 244, de 8 de dezembro de 1938 (SANTA CATARINA, 1939, p.417-420) a Escola Normal Primária foi substituída pelo Curso Complementar, comum a proposta de formação que não mais priorizava a formação de professores para o meio rural, conforme o Capítulo II. A partir de 1939, nova etapa se iniciou na formação de profissionais que atuariam nas escolas isoladas e/ou rurais e da região do ex-Contestado.

Mas, entre 1928 e 1938, em Porto União (SC) e em União da Vitória (PR), com a política de nacionalização escolar dos Governos Federal e Estaduais, que concorriam para incentivar a formação e atuação de professores brasileiros no interior do país¹³³ e com a percepção cotidiana da população que ser complementarista era uma carreira profissional satisfatória para moças e rapazes, foi possível constatar que, apesar de oscilações, o número de alunos formados pela Escolar Complementar nas duas cidades e na Normal Primária do

¹³² Conforme Bombassaro (2006, p.17-18), as Semanas Educacionais foram realizadas entre 1936 e 1945, coordenadas pelos dirigentes do Departamento de Educação (em algumas cidades), tendo como questões centrais a "modernização do sistema de ensino e a campanha de nacionalização". As semanas tiveram início na capital e zonas de colonização estrangeira, com o intuito de tornar conhecidos parâmetros de ensino e práticas pedagógicas modernas ao maior número de professores catarinenses.

¹³³ Política existente pelo menos desde meados dos anos 1910, a "nacionalização do ensino" ganhou contornos mais expressivo no Estado Novo, culminando no Decreto-Lei nº 406 de 4 de maio de 1938 (BRASIL, 1938). A partir desta determinação legal cerraram-se as portas das escolas estrangeiras, das colônias alemãs e italianas, na região do ex-Contestado.

lado catarinense, foi constante¹³⁴. Como escreveu, em 1939, o Inspetor Escolar Germano Wagenführ “espero, pois, que todos, animados do mesmo ideal prossigam com todo o entusiasmo e até sacrifício, a cooperar nesta grande obra patriótica da alfabetização dos jovens brasileiros” (1939, p.49). Paralelamente a essa tese de “obra patriótica da alfabetização” que poderia sensibilizar jovens carentes de emprego, as festas e as solenidades que contavam com a participação ativa de complementaristas ou foram por eles protagonizadas, também mobilizavam a população das duas cidades fronteiriças concorrendo para a valorização da Escola Complementar.

A fronteira possibilitou que essas escolas, obedecendo a calendários escolares com festejos nacionais e os específicos de seus Estados, reunissem alunos e famílias de ambos os lados dos trilhos do trem, congraçando-os nos momentos cívicos nacionais ou em solenidades locais específicas. As pessoas de ambas as cidades participaram conjuntamente de importantes eventos comemorativos, como foi a Festa da Paz em 1919 e outros vários desfiles patrióticos; dividiram, com seus vizinhos, comemorações realizadas em Porto União (SC) ou em União da Vitória (PR), tais como a festa de inauguração do novo prédio para o Grupo Escolar Balduino Cardoso, em 1938, exposições escolares e festas de formaturas de ambos os lados da fronteira. Mas o sentimento de pertencimento a cada um dos Estados também esteve presente, por vezes de forma exaltada, como nos “frenéticos vivas ao Paraná”, durante a Festa da Primavera de 1916 (**Missões**, Porto União da Vitória, 12/10/1916, p.2), mesmo ano da assinatura do Acordo de Limites do Contestado. Mas, se o Acordo determinou uma linha divisória, materializada pela linha da estrada de ferro, essa linha também unia, possibilitando o compartilhar de experiências socioeducacionais, nas quais, questões lindeiras foram superadas nas ações cotidianas de complementaristas, jovens que efetivaram a interrelação entre os dois lados da fronteira. Foram 32 moças e 18 rapazes os diplomados pela Escola

¹³⁴ Por vezes acontecia um crescimento atípico, como em 1934, quando 21 jovens matricularam-se na Escola Complementar de Porto União (SC) (nas três séries); no ano anterior foi somente 9 o total de alunos matriculados nos três anos escolares; para o Inspetor Escolar Germano Wagenführ, este aumento era devido a “competente direção do professor Celso Rila [e] toda simpatia da população desta Cidade [pela escola], o que não acontecia outrora. O conceito em que está agora este grupo ficou provado com o considerável aumento da matrícula [...]”. (WAGENFÜHR, 1934, p.18). Mesmo considerando a eficiente administração do professor e diretor, a divulgação progressiva sobre a possibilidade de atuação como complementarista também deve ter contribuído para a matrícula dos jovens — 19 (dos 21 matriculados) a frequentavam no final do ano (WAGENFÜHR, 1934, p.18). Deste grupo, no ano de 1934 foi diplomado 1 aluno no 3º. ano (Carmelo Riolo); em 1935 foram diplomadas 3 alunas que em 1934 estavam no 2º ano (Laura Quadros, Lídia Schäffer e Maria Vins Pimpão); em 1936 foram diplomados 5 alunos que cursavam o 1º ano em 1934 (Alfredo Domit, Maurício Schultz, Milton Nogueira, Adelaide Brumese e Luiza Araujo). (cf. RILA, 1934, p.11; BRENKENBROK, 1935, p.11v-15; 1936, p.15v-20; LIVRO DE MATRÍCULA PARA A SECÇÃO FEMININA, 1934; LIVRO DE MATRÍCULA PARA A SECÇÃO MACULINA, 1934). Índícios da circulação de alunos entre as duas cidades e também da presença de alunos vindos de outras regiões.

Complementar e pela Escola Normal Primária de Porto União (SC), entre dezembro de 1931 e dezembro de 1938, conforme o registro de diplomas do estabelecimento (REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR DE PORTO UNIÃO, 1931-1938, p.2-28). Foram pelo menos 17 moças e 20 rapazes os formados pela Escola Complementar de União da Vitória (PR) entre 1933 e 1938 (não foram localizados dados anteriores a 1933). (REGISTRO DE DIPLOMAS DA ESCOLA COMPLEMENTAR DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1933-1938, p.1-9v).¹³⁵ Os nascidos em um Estado podiam estudar em Porto União ou União da Vitória e trabalhar tanto em Santa Catarina quando no Paraná.

¹³⁵ Dois anos depois do fim da Escola Normal Primária catarinense, os dados do Censo de 1940 apontaram que União da Vitória (PR) contava com 29.636 moradores. (IBGE, 1940a, p.162-163) e o Município de Porto União (SC) tinha 20.823 habitantes (IBGE, 1940b, p.134-135).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os complementaristas fizeram parte do cotidiano escolar e social das cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) entre 1928 e 1938, inclusive após a criação catarinense da Escola Normal Primária, já que, normalistas primários, mesmo com *status* diferenciado, também puderam ser considerados “complementaristas”, pois, eram prioritariamente formados para atuarem em Escolas Isoladas rurais (apesar da Escola Normal Primária ampliar as possibilidades de atuação profissional de seus egressos). As Escolas Complementares e a Escola Normal Primária, que foram criadas nessas cidades em meio ao processo de expansão da escolarização primária nos dois Estados (ARAÚJO, 2010; CASTRO, 2009; HÖELLER, 2009; TEIVE, 2009), também repercutiam interesses daqueles que, de cada lado da fronteira, pretendiam fazer prosperar e “tornar moderna” a cidade que habitavam.

Essas Escolas para complementaristas, atreladas aos Grupos Escolares, formaram professores para, em geral, educar crianças e jovens do interior de dois Municípios que, em parte era habitado por descendentes dos sertanejos que haviam lutado na Guerra do Contestado ou filhos de imigrantes aportados há poucos anos na região que se expandiu com a exploração da madeira e foi cortada pela estrada de ferro, conforme abordado no Capítulo I.

Nas palavras de Thompson (1998, p.304): o “desenvolvimento da consciência social, como o desenvolvimento da mente de um poeta, jamais pode ser, em última análise, planejado”. Guardadas as devidas especificidades, assim também, a formação idealizada, planejada nas instituições de ensino para formar esses educadores foi permeada pelas condições sociais locais e a atuação dos complementaristas foi balizada pela realidade peculiar da região do ex-Contestado.

Os jovens nascidos em Porto União (SC) ou em União da Vitória (PR) eram conhecedores da realidade local, viviam nas cidades. As fontes pesquisadas mostram que, como em outras localidades dos dois Estados, entre os professores nomeados vindos de fora, alguns deles normalistas, muitos permaneceram por poucos meses regendo uma escola, mesmo as do meio urbano (como foi, por exemplo, o primeiro diretor das Escolas Reunidas, Antenor Cidade, que atuou na cidade de Porto União (SC) entre agosto de 1918 e maio de 1919). (SANTA CATARINA, 1919c, p.255; **O Pharol**, Porto União, 25/5/1919, p.2), situação que se agravou sobremaneira no interior dos Municípios. Em 1928, resumindo o pensamento de muitas autoridades paranaenses e catarinenses, o presidente do Estado de Santa Catarina, Adolpho Konder, afirmou: “[normalistas] recusam-se a servir em escolas isoladas rurais” (KONDER, 1928, p.69).

Junto aos Grupos Escolares, as Escolas Complementares existiram em Santa Catarina a partir de 1911 e, no Paraná, em 1925. As municipalidades de ambas as cidades vizinhas reivindicaram Escolas Complementares, anexas aos Grupos Escolares Balduino Cardoso (SC) e Professor Serapião (PR). Contribuíram financeiramente para a manutenção dessas escolas nas quais foram formados os jovens professores complementaristas (moças e rapazes). Embora funcionassem em estreita proximidade, a Escola Complementar de Porto União (criada em 1928) e a de União da Vitória (criada em 1929) obedeciam a regulamentações estaduais próprias, o que criou realidades formativas distintas em ambos os lados dos trilhos do trem. Anexas aos Grupos Escolares, essas escolas, pouco ampliando o tempo de permanência de jovens egressos do primário no espaço escolar, possibilitaram o ingresso profissional no Magistério, pois, em ambos os lados da fronteira, havia carência de professores considerados “bons” por autoridades governamentais de educação: “professores há, em minha jurisdição, que além de atrasadíssimos não falam a língua brasileira”, escreveu Tancredo Martins de Oliveira, após inspecionar escolas no interior do Município de União da Vitória (PR). (OLIVEIRA, 1929, p.147).

Em outubro de 1928, em visita ao Grupo Escolar Professor Serapião, o Inspetor Escolar João Rodrigues, sinalizando anseios locais e também a afirmação da divisão territorial entre Paraná e Santa Catarina, defendeu a criação de uma Escola Complementar em União da Vitória (PR) para que os alunos desse grupo não precisassem atravessar a fronteira para continuar seus estudos na Escola Complementar recém criada em Porto União (SC) (RODRIGUES, 1928, p.1A). As Escolas Complementares foram uma resposta encontrada pelas comunidades dos dois Municípios não só para formar “bons mestres” brasileiros (é evidente a crescente difusão do ideário nacionalista no período) para escolas das áreas rurais, vilarejos e arrabalde das cidades, mas também foi um meio de difusão de noções de ser paranaense ou ser catarinenses entre os habitantes de uma região dividida entre dois Estados há poucos anos. A reorganização da Escola Complementar catarinense em 1935, que foi transformada em Escola Normal Primária, pouco alterou a efetiva ação de complementaristas e intensificou a circulação de alunos entre as duas cidades fronteiriças.

Assim, a Escola Complementar (1928-1935) e, depois, a Escola Normal Primária (1935-1938) de Porto União (SC) e a Escola Complementar de União da Vitória (PR) existiram, concomitantemente, e, por vezes, complementando a formação de jovens no território que havia sido disputado por Paraná e Santa Catarina. Como essas escolas não funcionaram em regime de internato, os alunos residiam nas cidades ou em localidades próximas, favorecidas pela ferrovia (como não consta endereço na ficha de matrícula do

aluno, não foi possível saber o local de residência, apenas o de nascimento), o que possibilita supor que grande parte dos egressos permanecia na cidade ou região. Havia aproximações e interesses similares para os fins dessas escolas nos dois Estados: a formação de professores para as áreas rurais. Mas, existiam também especificidades, as mais evidentes, introduzidas pela reforma catarinense quando da criação da Escola Normal Primária, conforme tratamos no Capítulo II.

Não há como quantificar a percepção dos jovens pela escolha por estudar em uma das escolas formadoras de professores primários. A hipótese é de que grande parte dos alunos dessas escolas eram os egressos dos respectivos Grupos Escolares, mas também esses jovens ou seus pais poderiam fazer comparações entre as Escolas Complementares de ambas as cidades e optar pela instituição da cidade vizinha. Essa possibilidade é reforçada pela constatação de que alunos formados em União da Vitória realizaram matrícula na Escola Normal Primária de Porto União, na qual também se formaram, muitas vezes, para complementar seus estudos. A formatura de alguns desses alunos normalistas foi noticiada e prestigiada pela diretora da Escola Complementar do Grupo Escolar Professor Serapião, de União da Vitória, o que reforça a interrelação socioeducacional dessas Escolas, em ambos os lados dos trilhos. A fronteira facultava a mobilidade, a educação vitalizava a sociedade, promovendo interrelação dos sujeitos.

Lourenço Filho (2001, p.33) escreveu que a formação das Escolas Complementares foi um “degrau inicial das escolas normais”. Mas, esse “degrau” foi diferentemente idealizado em Escolas Complementares paranaenses e catarinenses, tendo em vista a finalidade dessas escolas para o projeto socioeducativo e perfil dos egressos. Cada Estado brasileiro gozava de autonomia para organizar o seu sistema de Ensino Primário, criando e regulamentando as instituições. Chervel (1990, p.187) alerta que uma “instituição escolar é, em cada época, tributária de um complexo de objetivos que se entrelaçam e se combinam numa delicada arquitetura, da qual alguns tentaram fazer um modelo.” As Escolas Complementares das cidades fronteiriças foram instituições onde se arquitetaram e disseminaram saberes eleitos como necessários pelos governos de cada Estado e permeados por interesses de lideranças de ambas as localidades; os complementaristas, através do trabalho docente os difundiram, graças a um processo de permanente reelaboração, devido, principalmente, ao contato com moradores dos lugares em que atuaram.

Subordinadas às distintas Diretorias de Instrução Pública e, posteriormente, aos Departamentos de Educação dos respectivos estados, as Escolas Complementares e a Escola Normal Primária foram estratégicas para a formação dos jovens professores. Interesses que

marcaram sua existência ganharam sentido a partir das trocas e participação da comunidade, por meio de festividades, de comemorações cívicas e escolares. Festividades que aproximaram escola e comunidade. A imprensa divulgou-as, disseminando e valorizando uma cultura produzida pela escola e que fez parte do cotidiano do futuro professor. As possíveis dificuldades, como a falta de um prédio próprio para a Escola Complementar de União da Vitória (PR), ou as velhas instalações onde funcionaram o Grupo Escolar e a Escola Normal Primária de Porto União (SC) (o novo prédio foi inaugurado em 1938, ano de extinção dessa modalidade escolar) não limitaram a ação dessas Escolas, instituições que tiveram sua existência intimamente relacionada à formação socioeducacional nas cidades e na região, conforme o Capítulo III.

Quando, em dezembro de 1938, foi extinta a Escola Normal Primária em Porto União (SC), o jornal **O Comércio** (único periódico editado na cidade naquele ano) não emitiu opinião sobre essa mudança que aconteceu em todo o território catarinense. Era tempo de ditadura, o que pode explicar o silêncio da imprensa sobre esse acontecimento na cidade, e que também deve ter repercutido na vizinha União da Vitória (PR) (muitos jovens paranaenses também estudavam nessa instituição de ensino). O Curso Complementar, que substituiu a Escola Normal Primária em Santa Catarina, foi criado em Porto União (SC), mas, sua proposta curricular era fundamentalmente diversa: não contemplava a formação de professor. Essa mudança trouxe repercussões, não apenas do lado catarinense da fronteira, pois, a partir de 1939, o intercâmbio de uma década entre as escolas formadoras de professores de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), que era também um intercâmbio social, cessou.

FONTES

FIGURAS ILUSTRATIVAS

CAPÍTULO 1, p.62 - PROFESSORA AMASILIA COM ALUNOS EM FRENTE A CASA ESCOLAR PROFESSOR SERAPIÃO (MISSÕES, 1915) – BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ.

CAPÍTULO 2, p.76 - O GRUPO ESCOLAR PROFESSOR SERAPIÃO, APÓS O ACORDO DE LIMITES, EM TELA DE AMADEO BONA (2000) – ACERVO DA ACADEMIA DE LETRAS DO VALE DO IGUAÇU.

CAPÍTULO 2, p.105 - HONRA AO MÉRITO (1933). FONTE LIVRO DE HONRA AO MÉRITO. ACERVO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BALDUÍNO CARDOSO, EM PORTO UNIÃO (SC).

CAPÍTULO 3, p.147 - QUADRO DE FORMATURA DA ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA (1937). ACERVO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA BALDUÍNO CARDOSO, EM PORTO UNIÃO (SC)

CAPÍTULO 3, p.148 - QUADRO DE FORMATURA DA ESCOLA COMPLEMENTAR (1938). ACERVO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SERAPIÃO, UNIÃO DA VITÓRIA (PR).

JORNAIS E PERIÓDICOS

A Voz do Oeste, Porto União (SC), 1929-1930

Gazeta de Vallões, Porto União (SC), 1919

Missões, Porto União da Vitória (PR), 1910-1917

O Comércio, Porto União (SC), 1932-1938

O Liberal, Porto União (SC), 1929

O Município, União da Vitória (PR), 1930

O Pharol, Porto União (SC), 1919

O Rebate, Porto União da Vitória (PR), 1905

**ATAS, DIPLOMAS, RELATÓRIOS DE INSPEÇÕES, TERMOS DE VISITAS DA
ESCOLA ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO**

Atas de exames da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso, Porto União, 1928-1938.

BANACH, A, Registro de visita. **Livro de termos de visitas das Escolas Reunidas de Porto União.** Porto União, 1935.

FABIZZI, A, Registro de visita. **Livro de termos de visitas das Escolas Reunidas de Porto União.** Porto União, 1930.

FERREIRA, M.C.C, Acta de instalação da escola complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso”. **Atas de exames da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso.** Porto União, 1928 - 1938.

Livro de Honra ao Mérito. Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Porto União, 1933-1965.

Livro de matrícula para a secção feminina da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso. Porto União, 1928-1964.

Livro de matrícula para a secção masculina da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso. Porto União, 1928-1964.

Livro de promoção dos alunos do Grupo Escolar Balduino Cardoso, Escola Complementar anexa. Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Porto União, 1930-1937.

Livro para o ponto dos funcionários da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso (Nº.1). Porto União, set 1934 a set 1935.

Livro para o ponto dos funcionários da Escola Normal Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso (Nº.2). Porto União, out 1935 a dez 1935.

Livro para o ponto dos funcionários da Escola Normal Primária de Porto União (Nº.3). Porto União, fev 1936 a fev 1937.

Livro para o ponto dos funcionários da Escola Normal Primária de Porto União (Nº.4). Porto União, ago 1937 a dez 1938.

Registro de diplomas da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso. Porto União, 1931-1938.

SIGWALT, T, Registro de visita. **Livro de termos de visitas das Escolas Reunidas de Porto União.** Porto União, 1919.

SILVEIRA, M.P. Dia da Escola. **Livro de termos de visitas das Escolas Reunidas de Porto União.** União, 1931.

VASCONCELOS, R.R, Registro de visita. **Livro de termos de visitas das Escolas Reunidas de Porto União.** Porto União, 1935.

WAGENGÜHR, G, **Livro de registro de visitas de inspetores.** Porto União 1934-1939.

ATAS, DIPLOMAS, RELATÓRIOS DE INSPEÇÕES, TERMOS DE VISITAS DA ESCOLA ANEXA AO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR SERAPIÃO

ALMEIDA, E, **Relatório do movimento anual do Grupo Escolar Professor Serapião de União da Vitória apresentado por seu Director Professor Eugênio de Almeida.** Curitiba: Material encadernado no Arquivo Público do Paraná, 1927.

AMAZONAS, R, Visita. **Termo de visitas e inspeções escolares da Escola Feminina do Grupo Escolar Professor Serapião do Nascimento.** União da Vitória, 1915.

BUSNARDO, J, Inspeção. **Termo de visitas e inspeções escolares na Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião.** União da Vitória, 1933.

FALARZ, S, Inspeção. **Termo de visitas e inspeções escolares na Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião.** União da Vitória, 1932.

FRANÇA, J.T. M, Inspeção. **Termo de visitas de inspetores e dos exames da Escola Feminina do Grupo Escolar Professor Serapião do Nascimento.** União da Vitória, 1917.

_____, Termo de visita. **Termo de visitas de inspetores e dos exames da Escola Feminina do Grupo Escolar Professor Serapião do Nascimento.** União da Vitória, 1920.

Livro de promessas de professores do Grupo Escolar Professor Serapião. União da Vitória, 1929-1949.

Livro de registro de diplomas da Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião. União da Vitória, 1934.

Livro de registro de suspensão e de repreensão a professores, alunos e funcionários do Grupo Escolar Professor Serapião (1935-1964). União da Vitória, 1937.

MACEDO, [N.I], Inspeção. **Termo de visitas e inspeções escolares na Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião.** União da Vitória, 1929.

PEDROSA, S, Inspeção escolar. **Termo de visitas e inspeções escolares na Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião.** União da Vitória, 1930. p.1.

Registro de Diplomas da Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião. União da Vitória, 1933-1943.

RODRIGUES, J, Inspeção escolar. **Termo de visitas de inspetores e dos escolares da Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião**. União da Vitória, 1928.

XAVIER FILHO, F. P, Inspeção médica-escolar. **Termo de visitas de inspetores e dos escolares da Escola Complementar Primária anexa ao Grupo Escolar Professor Serapião**. União da Vitória, 1931.

CORRESPONDÊNCIAS, DOCUMENTOS

BRASIL, **A educação nas mensagens presidenciais (1890 - 1986)**. V.1. Brasília: INEP, 1987. Disponível em http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28750 Acesso em 05 jul 2014.

CAMARGO, M, Ofício ao Diretor da Instrução Pública Claudino Rogoberto dos Santos em 25 de janeiro de 1913. **Ofícios. Vol.3. No.1459** Curitiba, 1913a. (Arquivo Público).

_____, Ofício ao Diretor da Instrução Pública Claudino Rogoberto dos Santos. **Ofícios. Vol.10. No.147?** Curitiba, 1913b. (Arquivo Público).

Centenário da Professora Amasilia Pinto de Araujo. Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná. Publicação nº. 126. Curitiba, 1985.

COLÉGIO SANTOS ANJOS, **Histórico**. Disponível em <http://www.csantosanhos.com.br/historico.html> Acesso em 22 de jul 2013.

JOÃO, [N.I.], Ofício ao Diretor da Instrução Pública Claudino Rogoberto dos Santos. **Ofícios. Vol.18**. Curitiba, 1912. (Arquivo Público).

MAFRA, M.F, **Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná**: submettida, por accordo de ambos os Estados, à decisão arbitral. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. Ed. Fac-similar. Florianópolis: IOESC, 2002.

MUNCINELLI, A, Colégio Estadual Balduino Cardoso: 70 anos. **Boletim Informativo do magistério**. Porto União, maio de 1989.

OLIVEIRA, A.C.de, Ofício ao Diretor da Instrução Pública Claudino Rogoberto dos Santos em 20 de fevereiro de 1913. **Ofícios. Vol.8. No.1474** Curitiba, 1913. (Arquivo Público)

Pasta documentos avulsos. Arquivo da Escola de Educação Básica Balduino Cardoso. Porto União, Sc.

Registro de eleitores. União da Vitória, 1897.

SANTA CATARINA, **Regulamento da Conferência Estadual da Escola Primária**. Florianópolis: Oficinas à elect. da Imprensa Official, 1927b.

SILVA, C. da. **Accordo Paraná – Santa Catharina ou o Contestado diante das carabinas**. Coritiba: Emp. Gráfica Paranáense, 1920.

_____. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. Curitiba: Reimpressão. Imprensa Oficial, 2006.

TRINDADE, L.S.B.da, Do descongestionamento do curso complementar do acervo de disciplinas e da ligação do referido curso com o primário. **Annaes da I Conferência Estadual do Ensino Primário**. Florianópolis: Off. Graphics da Escola de Aprendizizes Artífices, 1927. p.462-473.

WAGENFÜHR, G, Há vantagem em descongestionar o ensino normal e complementar no Estado do acervo de disciplinas que os compõem? **Annaes da I Conferência Estadual do Ensino Primário**. Florianópolis: Off. Graphics da Escola de Aprendizizes Artífices, 1927. p.460-462.

MENSAGENS E RELATÓRIOS ESTADUAIS

ALBUQUERQUE, C.C. de, **Mensagem enviada ao congresso legislativo do Estado do Paraná** pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque: presidente do Estado do Paraná, ao instalar-se a 2a. sessão da 11a. legislatura em 1 de fevereiro de 1913. Curityba: Typographia Diário Oficial 1913. Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1913_p.pdf Acesso em 14 nov 2012.

CAMARGO, A.A, **Mensagem dirigida ao Congresso legislativo do Estado do Paraná** pelo Dr. Affonso Alves de Camargo presidente do Estado do Paraná ao instalar-se a segunda sessão da 13a. legislatura em 1 de fevereiro de 1917. Curityba: Typografia d'República, 1917b. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1917_p.pdf Acesso em 09 set 2012.

_____, **Mensagem dirigida ao Congresso legislativo do Estado do Paraná** pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, presidente do Estado do Paraná ao instalar-se a segunda sessão da 15a. legislatura em 1 de fevereiro de 1920. Curityba: Typografia d'República, 1920. Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1920_p.pdf Acesso em 20 set 2014.

KONDER, A, **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina** a 29 de julho de 1928 pelo Dr. Adolpho Konder, presidente do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1928. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u983/000001.html> Acesso em 20 jun 2013.

LIMA, V. M. da S, **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná** apresentada por Dr. Vicente Machado da Silva Lima em 1 de fevereiro de 1906. Curityba: Typographia d'A República, 1906. Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1906_p.pdf. Acesso em 17 jan 2013.

LINS, B.J.L, **Relatório da Secretaria d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública** e anexos 1904 ao Sr. Dr. Presidente do Estado. Curityba: Typographia d'A República, 1904. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1904MFN699.pdf>. Acesso em 17 jan 2013.

_____, **Relatório apresentado ao exmo. Sr. Joaquim Monteiro de Carvalho Silva Vice-presidente do Estado do Paraná** pelo bacharel Bento José Lamenha Lins secretario de Estado dos negócios do interior, justiça e instrução pública, em 23 de janeiro de 1908. Curitiba, Typographia d'A República, 1908. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1907_MFN_716.pdf Acesso em 18 jan 2013.

LUZ, H.P.da, **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina** em 22 de julho de 1919 pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, vice-governador no exercício do cargo de governador no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1919. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u974/> Acesso em 30 jun 2013.

_____, **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina** em 22 de julho de 1920 pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, vice-governador no exercício do cargo de governador no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1920. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u975/000001.html> Acesso em 15 jun 2013.

MACEDO, F.R, **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Claudino Rogoberto dos Santos**, secretário de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 11 de fevereiro de 1914. Curityba: Typ. Diário Offical, 1914. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1913MFN788.pdf> Acesso em 7 jul 2014.

MARCONDES, M, **Relatório apresentado por José Marcondes**, Diretor geral da instrução pública a Carlos Augusto de Carvalho, presidente da Província do Paraná. CORITYBA: Typographia Dezenove de dezembro, 1882. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1882MFN837.pdf> Acesso em 18 jan 2013.

MARTINEZ, C.P. **Instruções aos professores públicos do Estado do Paraná**. Curitiba: Livraria Econômica, 1921a.

_____, **Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado** pelo Professor Cesar Prieto Martinez, em 1920. Curityba: Typografia da Penitenciaria do Estado, 1920. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1920MFN806.pdf> Acesso em 7 jul 2013.

_____, **Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado** pelo Professor Cesar Prieto Martinez, em 1921. Curityba: Typografia da Penitenciaria do Estado, 1921. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1921MFN807.pdf> Acesso em 7 jul 2013.

MUNHOZ, C.A, **Relatório apresentado pelo Secretário de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública ao Governador do Estado do Paraná**, Francisco Xavier da Silva em 29

de setembro de 1894. Curitiba: Typ. e Lit. a vapor da Companhia Impressora Paranaense. 1894. (Anexos C – D – E). Disponível em:

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1894_MFN_630_631_632.pdf Acesso em 13 nov 2014.

OLIVEIRA, T.M.de, **Relatório apresentado a Hostílio Cesar de Souza Araujo**, Director Geral do Ensino no Estado do Paraná, pelo Prof. Tancredo Martins de Oliveira Inspector escolar de União da Victória. Curitiba, S.E., 1929. Disponível em:

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1929_MFN_1014.pdf Acesso em 10 jul 2013.

RAMOS, N. O, **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, em 26 de julho de 1936 pelo Governador Nereu de Oliveira Ramos. Florianópolis: S.E. 1936.

RIBAS, M, **Mensagem apresentada pelo Governador Manoel Ribas a Assembléia Legislativa do Estado** ao instalar-se a 2a. sessão ordinária da 1a. legislatura da segunda república em 01 de setembro de 1936. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1936.

Disponível em

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1936_MFN_1676.pdf Acesso em 4 jul 2014.

_____, **Mensagem apresentada pelo Governador Manoel Ribas a Assembléia Legislativa do Estado** ao instalar-se a 3a. sessão ordinária da 1a. legislatura em 01 de setembro de 1937. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937. Disponível em

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1937_MFN_940.pdf Acesso em 19 jan 2015

ROCHA, C.M. da R, **Mensagem dirigida ao Congresso legislativo do Estado do Paraná** pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, ao instalar-se a 1a. sessão da 16a. legislatura em 1 de fevereiro de 1922. Curitiba: S.E, 1922. Disponível em

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1922_p.pdf Acesso em 20 jan 2013.

_____, **Mensagem dirigida ao Congresso legislativo do Estado do Paraná** pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2a. sessão da 16a. legislatura, em 01 de fevereiro de 1923. Curitiba: S.E., 1923. Disponível em

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1923_p.pdf Acesso em 20 jan 2013.

_____, **Mensagem dirigida ao Congresso legislativo do Estado do Paraná** pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao Congresso Legislativo, ao prestar promessa constitucional para o segundo quadriênio, em 25 de fevereiro de 1924. Curitiba: S.E., 1924. Disponível em

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1924_p.pdf Acesso em 12 out 1924.

_____, **Mensagem dirigida ao Congresso legislativo do Estado do Paraná** pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1a. sessão da 19a. legislatura em 01 de fevereiro de 1928. Curitiba: S.E., 1928. Disponível em

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1928_p.pdf Acesso em 18 fev 2013.

_____, **Relatório da instrução pública Paranaense: 1924-1928**. Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1924-1928_MFN_1199.pdf Acesso em 21 set 2014. (material datilografado).

SANTOS, C.R.F. dos, **Relatório apresentado a Marins Alves de Camargo**, secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, referente a 1912. Curitiba: Typ. A República, 1912. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1912MFN787.pdf> Acesso em 5 set 2014.

SANTOS, E. M.dos, **Relatório apresentado a Affonso Alves de Camargo**, presidente do Estado do Paraná, pelo do Dr. Enéas Marques dos Santos, secretário d'Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1917. Curityba: Typografia d'República, 1917. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1917_MFN_801.pdf. Acesso em 19 jan 2013 Acesso em 4 fev 2014.

_____, **Relatório apresentado a Affonso Alves de Camargo**, presidente do Estado do Paraná, por Enéas Marques dos Santos, secretário d'Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1918. Curityba: Typografia d'República, 1918. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1918_MFN_734.pdf Acesso em 4 fev 2014.

SCHMIDT, F, **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina**, em 8 de setembro de 1918 por Fellipe Schmidt, governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1918. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u973/000001.html>. Acesso em 5 jun 2013.

SILVA e OLIVEIRA, A.P.da, **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado** de Santa Catarina em 22 de julho de 1925 pelo Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador no exercício do cargo de governador no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1925. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u980/000001.html> Acesso em 25 jul 2013.

SILVA, F.X. da, **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do Estado do Paraná** pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do Estado, ao instalar-se a 2a. sessão da 10a. legislatura em 1 de fevereiro de 1911. Curityba: Typographia d'A República, 1911. Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1911_p.pdf Acesso em 12 set 2012

_____, **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do Estado do Paraná** pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do Estado, ao instalar-se a 1a. sessão da 11a. legislatura em 1 de fevereiro de 1912. Curityba: Typographia d'A República, 1912. Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1912_p.pdf Acesso em 12 set 2012.

SILVA, O.F.A, **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Francisco Xavier da Silva** pelo Dr. Otávio Ferreira do Amaral e Silva, secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 31 de dezembro de 1901. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1901.

Disponível em

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1901_MFN_682.pdf Acesso em 14 set 2014.

VASCONCELOS, Z.G, **Relatório do presidente da Província do Paraná** o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos na abertura da assembléia legislativa provincial em 15 julho de 1854. Curityba: Typografia Paranáense de Candido Martins Lopes, 1854. Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1854_a_p.pdf Acesso em 22 dez 2012.

XAVIER, L.A, **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva**, presidente do Estado, em 31 de dezembro de 1910, pelo Coronel Luiz Antonio Xavier, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba: Typ. A República, 1911. Disponível em

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1910_MFN_743.pdf Acesso em 9 nov 2014.

LEIS E DECRETOS

BRASIL, **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em 01 mai 2014.

_____, **Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850**. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em 27 fev 2012

_____, **Decreto 155-B de 14 de janeiro de 1890**. Declara os dias de festa nacional.

Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-155-b-14-janeiro-1890-517534-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 30 jan 2015.

_____, **Decreto nº 3304 de 03 de agosto de 1917**. Publica a resolução do Congresso Nacional que aprova o accôrdo de 20 de outubro de 1916, firmando entre os Estados do Paraná e Santa Catharina, estabelecendo os seus limites. Disponível em

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1917-08-03:3304>. Acesso em 19 jul 2013.

_____, **Decreto nº 13014 de 4 de Maio de 1918**. Dispõe sobre o auxilio concedido pelo Governo Federal para manutenção de escolas nos Estados e dá outras providencias.

Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13014-4-maio-1918-526952-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 jul 2013.

_____, **Decreto nº 16782-A de 13 de Janeiro de 1925**. Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providencias. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104707?show=full> acesso em 17 abr 2014.

_____, **Decreto-Lei nº 406 de 4 de maio de 1938.** Sobre a nacionalização. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 16 out 2014.

_____, **Decreto-Lei nº 486 de 10 de junho de 1938a.** Feriados nacionais. Disponível em http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=486&tipo_norma=DEL&data=19380610&link=s Acesso em 17 nov 2014.

_____, **Decreto-Lei nº 8529 de 02 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 30 jul 2013.

_____, **Decreto-lei nº 8530 de 2 de janeiro de 1946a.** Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm> Acesso em 20 ago 2012.

PARANÁ, **Decreto nº 93 de 11 de março de 1901.** Regulamento para a instrução pública do Paraná, 1901. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1901_1903_MFN_1293.pdf. Acesso em 5 set 2013.

_____, **Decreto nº 324 de 13 de abril de 1912.** Denomina de “Professor Serapião” a Casa Escolar de União da Vitória. Curitiba: Typ. da Republica, 1914. (Coleção de Decretos e Regulamentos de 1912).

_____, **Lei nº 1236 de 2 de maio de 1912.** Trata da organização da instrução pública no Paraná. Curitiba: Diário Oficial do Estado, 3 abr 1913.

_____, **Decreto nº 710, de 18 de outubro de 1915.** Código do Ensino. Curitiba: Typ. da República, 1915. (Coleção de Decretos e Regulamentos).

_____, **Decreto nº 17 de 9 de janeiro de 1917.** Código do Ensino. Curitiba: Typ. da Republica, 1917.

_____, **Decreto nº 201 de 23 de março de 1919.** Remove para São Matheus do Sul o Professor Francisco Silvério Vianna. Curitiba: [s.n], 1919. (Leis, Decretos e Regulamentos).

_____, **Decreto nº 257 de 10 de abril de 1919.** Torna sem efeito o Decreto nº. 201. Curitiba: [s.n], 1919a. (Leis, Decretos e Regulamentos).

_____, **Decreto nº 274 de 26 de março de 1923.** Aprova o Regulamento da Escola Normal Secundária. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 28, 29, 31 mar. E 03 abr de 1923.

_____, **Decreto nº 135 de fevereiro de 1924.** Diário oficial Estado. Aprova o Regulamento das Escolas Normais Primárias. Curitiba: [s.n.], 10 mar 1924.

_____, **Decreto nº 887 de 8 de agosto de 1925.** Diário oficial Estado. Cria Escolas Complementares. Curitiba: [s.n.], 14 ago 1925.

_____, **Lei nº 2348 de 23 de março de 1925**. Estabelece receitas e despesas do Estado. Leis do Estado do Paraná (1925-1926). Arquivo Público do Paraná. Curitiba, 1925-1926.

_____, **Decreto nº 33 de 4 de janeiro de 1929**. Diário oficial Estado. Cria uma Escola Complementar Primária e um jardim infantil anexos ao Grupo Escolar Professor Serapião de União da Vitória. Curitiba: [s.n.], 21 jan 1929.

_____, **Decreto nº 271 de 27 de janeiro de 1932**. Diário oficial Estado. Estabelece os fins e currículo para a Escola Complementar no Estado do Paraná. Publicado em 30 jan 1932. Curitiba: [s.n.]. 1932.

_____, **Decreto nº 1874 de 29 de julho de 1932**. Regimento interno e programa para os grupos escolares. Curitiba: Irmãos Guimarães e Cia. Ltda, 1932a.

_____, **Decreto nº 459 de 16 de fevereiro de 1933**. Desdobra em dois Cursos o plano de estudos das Escolas Normais do Estado. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 1933.

SANTA CATARINA, **Lei nº 846 de 11 de outubro de 1910**. Reformando o Ensino Público. Collecção de leis de 1910. Joinville: Typ. Boehm, 1910.

_____, **Decreto nº 604 de 11 de julho de 1911**. Regulamento das escolas complementares aprovado “ad referendum” do Congresso Representativo do Estado. Florianópolis: Gab. Typ. O Dia, 1911.

_____, **Lei nº 794 de 02 de maio de 1914**. Regulamento Geral da Instrução Pública. Florianópolis: 1914.

_____, **Lei nº 1044, de 14 de setembro de 1915**. Estabelece diversas disposições sobre a instrução pública. Coleção de Leis e Decretos de 1915. Florianópolis: Oficinas a elect. da empresa D’O Dia. 1916a.

_____, **Decreto nº 929 de 5 de abril de 1916**. Regulamento das Escolas Reunidas. Florianópolis: Oficinas a elect. da empresa D’O Dia. 1916b.

_____, **Decreto nº 976 de 14 de novembro de 1916**. Regulamenta a organização e funcionamento das caixas escolares. Florianópolis: Oficinas a elect. da empresa D’O Dia. 1916c.

_____, **Lei nº 1147 de 25 de agosto de 1917**. Cria o Município de Porto União (SC). Collecção de leis, decretos, resoluções e portarias de 1917. Florianópolis: Oficinas a elect. da empresa D’O Dia, 1917a.

_____, **Decreto nº 1062 de 7 de novembro de 1917**. Trata da adoção de obras didáticas para as escolas públicas de Santa Catarina. Coleção de leis, decretos, resoluções e portarias de 1917. Florianópolis: Oficinas a elect. da empresa D’O Dia, 1917b.

_____, **Decreto nº 1618 de 7 de novembro de 1917**. Estabelece relação de obras e materiais didáticos a ser utilizados nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina. Coleção de leis, decretos, resoluções e portarias de 1917. Florianópolis: Oficinas a elect. da empresa D’O Dia, 1917c.

_____, **Decreto nº1069 de 4 de dezembro de 1917.** Cria escolas nos Municípios de Mafra, Canoinhas e Porto União. Collecção de leis, decretos, resoluções e portarias de 1917. Florianópolis: Oficinas a elect. da empresa D'O Dia, 1917d.

_____, **Resolução nº1196 de 20 de junho de 1918.** Início das atividades das escolas reunidas em Porto União. Collecção de Leis e Decretos e resoluções de 1918. Florianópolis: Oficinas à elect. da Imprensa Official, 1919a.

_____, **Resolução nº 1258 de 13 de agosto de 1918.** Nomeação das professoras para Escolas Reunidas de Porto União. Collecção de Leis e Decretos e resoluções de 1918. Florianópolis: Oficinas à elect. da Imprensa Official, 1919b.

_____, **Resolução nº 1276 de 26 de agosto de 1918.** Nomeação de Antenor Cidade como Diretor para as Escolas Reunidas de Porto União. Collecção de Leis e Decretos e resoluções de 1918. Florianópolis: Oficinas à elect. da Imprensa Official, 1919c.

_____, **Resolução nº 1334 A, de 7 de outubro de 1918.** Remoção de professora das Escolas Reunidas de Porto União. Collecção de Leis e Decretos e resoluções de 1918. Florianópolis: Oficinas à elect. da Imprensa Official, 1919d.

_____, **Decreto nº 1204 de 19 de fevereiro de 1919.** Regulamento e Programma das Escolas complementares do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Oficinas à elect. da Imprensa Official, 1919.

_____, **Decreto nº 1205 de 19 de fevereiro de 1919.** Regulamento e Programma das Escolas Normais do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Oficinas à elect. da Imprensa Official, 1919e.

_____, **Decreto nº1843 de 20 de fevereiro de 1925.** Dispõem sobre os exames vagos. Florianópolis, 1925a.

_____, **Decreto nº2017 de 19 de janeiro de 1927.** Cria o Grupo Escolar Balduino Cardoso. Collecção de Leis, Decretos e Resoluções de 1927. Florianópolis: Typ. Livraria Moderna, 1928a.

_____, **Decreto nº2016 de 19 de janeiro de 1927.** Institui o Dia da Escola nos institutos de ensino primário do Estado, em qualquer grau, públicos ou particulares. Collecção de Leis, Decretos e Resoluções de 1927. Florianópolis: Typ. Livraria Moderna, 1928b.

_____, **Lei nº 1599 de 11 de outubro de 1927.** Versa sobre a criação de escolas complementares e dando outras providências. Collecção de Leis, Decretos e Resoluções de 1927. Florianópolis: Oficinas à elect. da Imprensa Official, 1928c.

_____, **Decreto nº 2135 de 12 de março de 1928.** Cria uma escola complementar anexa ao Grupo Escolar Balduino Cardoso. Collecção de Leis e Decretos e resoluções de 1928. Florianópolis: Off. Graphics da Escola de A. Artífice, 1929a.

_____, **Decreto nº 2176 de 22 de junho de 1928.** Aprova instruções para o trabalho dos inspetores escolares. Collecção de Leis e Decretos e resoluções de 1928. Florianópolis: Off. Graphics da Escola de A. Artífice, 1929b.

_____, **Decreto nº 2186 de 21 de julho de 1928.** Trata da adoção de obras didáticas para as escolas públicas de Santa Catarina. Coleção de leis, decretos, resoluções de 1928. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Escola de Aprendizizes Artífices, 1929c.

_____, **Decreto nº 2218 de 24 de outubro de 1928.** Estabelece novo programa a Escola Normal, Escolas Complementares, Grupos Escolares e Escolas Isoladas, e orienta sabatinas na Escola Complementar anexa. Florianópolis: Off. Graphics da Escola de A. Artífice, 1928. (Anexo nº2).

_____, **Decreto nº 130 de 12 de junho de 1931.** Reorganiza os programas dos grupos escolares e o tempo diário de aulas. Coleção de decretos, resoluções e portarias de 1931. Florianópolis; Livraria Central, 1932e.

_____, **Decreto nº 713 em 05 de janeiro de 1935.** Novas normas para reger institutos destinados a formação do professorado. Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1935. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1936a.

_____, **Decreto nº 244 de 8 de dezembro de 1938.** Dá nova regulamentação aos Grupos Escolares e Escolas Complementares. Coleção de Decretos-Leis de 1938. Florianópolis: Imprensa oficial do Estado, 1939.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. S. de, **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** 1ª. Reimp. São Paulo: UNESP, 1998.

ALVES, F. D.; FERREIRA, E. R, Estudos rurais e o pensamento geográfico brasileiro: do positivismo clássico ao neopositivismo. In: **Anais.** V Encontro de grupos de pesquisa – agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais. UFSM. 2009. Disponível em http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Flamarion%20Alves_NEA%20UNESP.pdf Acesso em 19 abr 2014.

ANDRADE, M. C. de, Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. In: **Campo território:** revista da geografia agrária. v.5. n.9. EDUFU. 2010. p.5-13. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11992/6996> Acesso em 19 abr 2014.

ARAÚJO SÁ, A. F. de, **Filigranas da memória:** história e memória nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília: UNB, 2006.

ARAÚJO, S. A. C. de, **Professora Julia Wanderley, uma mulher-mito (1974-1918)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2010.

AURAS, M, **O Contestado**: a formação da irmandade cabocla. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

BENCOSTTA, M. L. A, História da educação e cultura escolar: representações e imagens das festas escolares. In: VIDAL, Diana; SCHAWARTZ, Cleonara Maria. **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 247-268.

_____, Mobiliário escolar francês e os projetos vanguardistas de Jean Prouvé e André Lurçat na primeira metade do século XX. In: **Educar em Revista**. nº.9 Curitiba: UFPR, 2013.

_____; PEREIRA, A.P.M, História, cultura e sociabilidades: representações e imagens das festas escolares (Curitiba, 1903-1971). Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, V, Uberlândia. **Anais ... Uberlândia**: EDUFU, 2006, p.3857-3868. On-line. Acesso em 08 nov. 2014.

BERGOZZA, R.M, **Escola Complementar de Caxias**: histórias da primeira instituição publica para a formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930-1961). Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2010. Disponível em http://tede.uces.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=405 Acesso em 23 ago 2014.

BERTUCCI, L. M, **Influenza, a medicina enferma**: ciências e práticas de cura na época da Gripe Espanhola em São Paulo. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

_____; FARIA FILHO, L. M.; OLIVEIRA, M. A. T, de, **Edward P. Thompson**: História e formação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____; SILVA, S. C. H. P. da **A gripe, os órfãos e a educação para o trabalho no asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937)**. *Revista Brasileira de História da Educação*. vol.14, no.02. Ago 2014. p.103-133.

_____. A saúde entre a lei e o costume na Escola Primária paranaense, final dos anos 1910. **Educar em Revista**. n..54, out./dez.. Curitiba: Editora UFPR, 2014.

BEZERRA, R. G., **Guardados de um artesão de imagens**: Estudo da trajetória de Claro Jansson e de suas crônicas visuais durante as primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, UFPR, 2009.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G., **Dicionário de Política**. 11.ed. Brasília: UNB, 1998.

BOMBASSARO, T, **Semanas educacionais**: a arquitetura do poder sob a celebração da didática. Dissertação (mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

BOMENY, H, Infidelidades eletivas: intelectuais e política. BOMENY, Helena (org). **Constelação Capanema:** intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BONA JÚNIOR, A, Discursos de modernidade na educação Paranaense dos anos 1920. In: **VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.** Itajaí – SC: UNIVALI, 2008.

BOSCHILIA, R. A, Escola, o ensino e o rito: cultura escolar e modernidade. In: ALMEIDA, M.L.P. (org). **Escola e modernidade:** saberes, instituições e práticas. Campinas: Editora Alínea, 2004.

BRESCIANI, M.S.M, Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.5, nº 8-9, p. 35-68 set. 1984-abr.1985.

CABRAL, O.R, **João Maria:** interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Nacional, 1960.

CÂMARA DE VEREADORES DE RIO NEGRINHO, **Professora Marta Tavares.** Disponível em <http://www.camararn.sc.gov.br/noticia/2541>. Acesso em 12 nov 2013.

CAMPIGOTO, A, Linguagem, fronteira, região e história. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANZICK FILHO, Milton. (orgs.). **Região:** Espaço, linguagem e poder. São Paulo: Alameda, 2010. p.53-70.

_____, **Hermenêutica da Fronteira:** a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2000.

CARNEIRO, D. M. K.; ZANETTE, D. M. e ZONTA, S. M. C., **Conhecendo Porto União.** Porto União: SN, 1991.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde nacional e forma cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924/1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

_____, O novo, o velho e o perigoso: relendo a cultura brasileira. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: 1989. p.29-35. Disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/867.pdf> Acesso em 15 dez 2014.

_____, **Sampaio Dória.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 158p. (Coleção educadores).

_____, **Modernidade pedagógica e modelos de formação docente.** São Paulo em perspectiva. 14(1), 2000.

_____, Reformas da Instrução pública. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.225-251

CASTRO, E. A. de, A arquitetura dos grupos escolares do Paraná na primeira república. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. v.90. n.224. Brasília: 2009. p.122-148.

CERTEAU, M, **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3.ed. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. São Paulo: Cortez, 1998.

CHANG, M. Yu, **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988. (IAPAR. Boletim Técnico 22).

CHARTIER, R, **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

CHAVES JUNIOR, S, **A Educação Física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951)**. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.

CHERVEL, A, História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Teoria e Educação**. Vol.2, 1990. p.177-229. Disponível em http://moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/122510/mod_resource/content/0/Leituras/Chervel01.pdf Acesso em 16 jan 2015.

CINTRA, E.P.U, **Ensino Profissional em Curitiba: a escola técnica de comércio São José (1942-1955)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/Erica%20Piovam%20de%20Ul%C3%B4a%20Cintra.pdf> Acesso em 01 nov 2014.

CLETO, J, **Grimpas e folhas do sertão: diário de um agrimensor**. União da Vitória: Editora Livraria Cleto, 1948.

_____, **No vale do Iguaçu**. União da Vitória: Editora Livraria Cleto, 1954.

COELHO JÚNIOR, N.M, **Relicários de um tempo: os quadros de formatura do Colégio Coração de Jesus 1922-1929 (contribuições para o estudo da história da educação em Santa Catarina)**. Dissertação (mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Mestrado em Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 2013.

CORREA, A.P.P, Escolas Normais: contribuição para a modernização do Estado do Paraná (1904 a 1927). **Educar em Revista**. N.49. Curitiba, Editora UFPR, jul./set. 2013.

CORRÊA, R.L.T, Cultura material escolar e formação de professores: como disciplinar o corpo – imagens e textos. In: **Educar em Revista**. Curitiba: UFPR, 2013.

COSTA, L, **Um cambalacho político: a verdade sobre o “Acordo” de limites Paraná-Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1987. (Coleção Farol do Saber).

CURY, C.R.J, **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

D’ALESSIO, V, **Claro Jansson: O fotógrafo viajante**. São Paulo: Dialetto Latin American Documentay, 2003. (Coleção Documentaristas da América Latina).

ESPIG, M.J, **Personagens do Contestado: os turmeiros da EFSPRG**. Pelotas: Ed. Ufpel, 2013.

FEBVRE, L, **A Europa: gênese de uma civilização**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2004.

FERREIRA, A.E.C.S, **Organização da Instrução Pública Primária no Brasil: Impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890-1930)**. Tese. (Doutorado em . Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. UFU, 2013.

FIORI, N. A, **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano**. Florianópolis: Secretaria de Educação, 1975.

GALLO, I C. A, **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. Campinas: UNICAMP, 1999.

GASPARI, L. T, **No tempo dos trens nas Gêmeas do Iguaçu: uma viagem ao passado**. União da Vitória: FAFIUV, 2011. (Coleção Vale do Iguaçu).

_____, **Imagens femininas nas gêmeas do Iguaçu**. Palmas: Kaygangue, 2005.

_____, Breve estudo sobre carroceiros e carroceiras nas “Gêmeas do Iguaçu”. **Revista da Academia de Letras do Vale do Iguaçu**. N.7. União da Vitória: ALVI, 2014.

GINZBURG, C, **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire de Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GRAZZIOTIN. L. S. S, **Memórias recompondo tempos e espaços da educação – Bom Jesus/RS (1913-1963)**. Tese (doutorado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

HANSEN, P. S, **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2007.

HOBSBAWM, E. J, **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HÖELLER, S. A. O, **As conferências educacionais: projetos para a nação e modernidade pedagógica nos anos de 1920 – Brasil**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Departamento de Educação. Centro de Ciências Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 2014.

_____, **Escolarização da Infância Catarinense: a normatização do ensino público primário (1910-1935)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, UFPR, 2009.

HORTA, J.S.B, **O hino, o sermão e a ordem do dia:** regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2012. (Coleção educação Contemporânea).

IBGE, Recenseamento de 1920. Disponível em https://ia902703.us.archive.org/21/items/recenseamento1920predbras/RecenGeraldoBrasil1920_v4_Parte5_tomo2_Populacao.pdf Acesso em 31 jan 2015.

_____, Censo demográfico: Estado do Paraná. União da Vitória, 1940a. Disponível em <https://ia802504.us.archive.org/3/items/censo1940vol18pr/censo1940vol18pr.pdf> Acesso em 31 jan 2015.

_____, Censo demográfico: Estado de Santa Catarina, 1940b. Porto União, 1940b. Disponível em <https://ia902506.us.archive.org/25/items/censo1940vol19sc/censo1940vol19sc.pdf> Acesso em 31 jan 2015.

IHLENFELD, R, **A presença da cultura alemã sobre o pensamento pedagógico do Colégio Teuto-brasileiro de Porto União/SC e sua influência sobre o imaginário dos alunos 1930-1938.** Monografia (especialização). Porto União:UNIUV, 2011.

KARSBURG, A, Aproximando culturas a partir do estudo da trajetória transnacional de um peregrino italiano na América católica do Século XIX: o monge/eremita João Maria de Agostini. In: **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional.** Universidade de Passo Fundo: 2013. Disponível em file:///C:/Users/user/Downloads/Alexandre_Karsburg.pdf Acesso em 15 ago 2014.

_____, **O eremita do Novo Mundo:** a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX. (Tese de doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

KLEIN, R. B, **Grupo Escolar Professor Serapião:** 100 anos de história. Palmas: Kaygangue, 2013.

_____, **O colégio Santos Anjos da congregação irmãs missionárias Servas do Espírito Santo (1917-1970):** uma referência da educação feminina no planalto norte catarinense. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Tuiti do Paraná. Curitiba, 2014.

LE GOFF, J, **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão [et.al]. Campinas: Editora Unicamp, 1990. (Digitalizado).

_____, **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão [et.al]. 5.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LENHARO, A, **Sacralização da política.** Campinas: Papirus, 1986.

_____, **Nazismo:** o triunfo da vontade. São Paulo: Ática, 1998.

LOURENÇO FILHO, M. B, **A formação de professores:** da escola normal à escola de educação. Ruy Lourenço Filho (org). Brasília: INEP-MEC, 2001.

MACHADO, P. P, **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2001.

_____, **Lideranças do Contestado**. Campinas: UNICAMP, 2004.

_____, O Profeta João Maria e as concentrações camponesas no Brasil meridional (1848-1942). **XXVII Simpósio nacional de História da ANPUH**. Natal, Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364625272_ARQUIVO_OprofetaJoaoMariaeasconcentraçoescamponesasBrasil.pdf Acesso em 25 nov 2014.

MELLO JUNIOR, C.F. de, **União da Vitória, nossa escola, nossa história**. União da Vitória: UNIPORTO, 1990.

MIGUEL, M.E.B.M.; MARTINS, S.D. (orgs), **Coletânea da documentação educacional Paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília, DF: INEP/SBHE, 2004. (Coleção Documentos da Educação Brasileira)

MIGUEL, M.E.B.M.; VIDAL, D.G.; ARAUJO, J.C.S. (Orgs), **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Campinas; Uberlândia: Autores Associados; Edufu, 2011.

_____, **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

MILIS, H. Antecedentes históricos de Porto União. FAGUNDES, J; RIBAS, J. O. (orgs). **Monografia de Porto União: Hermínio Milis**. União da Vitória, Kaygangue, 2002. (p.11-41).

_____, Evolução Educacional. FAGUNDES, J; RIBAS, J. O. (orgs). **Monografia de Porto União: Hermínio Milis**. União da Vitória, Kaygangue, 2002. (p.75-88).

MODESTI, T, **A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 2011.

MONARCHA, C, **A escola normal da praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999. (Coleção Momento).

MONTEIRO, D. T, **Os heremitas do novo século**. São Paulo: Duas cidades, 1974.

MORAES, M.C.M. de, Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. V.73. no. 174. Brasília: INEP, 1992.

MORENO, Jean Carlos. Intelectuais na década de 1920: César Prieto Martinez e Lysímaco Ferreira da Costa à frente da instrução pública no Paraná. VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007,

p. 41-64.

OLIVEIRA, L.L, As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**. V.2. n.4. Rio de Janeiro, 1989. p.172-189. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2283/1422> Acesso em 18 dez 2014.

OLIVEIRA, M.C.M. de, O ensino da aritmética nas escolas do Paraná na primeira república. In: **Zetetiké**. v. 19, n. 36. São Paulo: UNICAMP, 2011. jul/dez 2011. p. 41-64.

PARANHOS, A, **O roubo da fala**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

QUELUZ, G. L, Rocha Pombo: Romantismo e Utopias (1880-1905). Dissertação (Mestrado em Historia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994. Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/29705/D%20-%20GILSON%20LEANDRO%20QUELUZ.pdf?sequence=1> Acesso em 8 out 2014.

RANQUETAT JÚNIOR, C.A, A campanha cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga de Defesa Nacional. **Publicatio**. Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. Ponta Grossa, v.19, nº1, p.9-17, jan.-jun. 2011.

REICHERT, P, **Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo: a segregação social do caboclo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

RIBEIRO, E. D, **Cinquentenário de Pôrto União**: coletânea. Porto União: UNIPORTO, 1967.

RIESEMBERG, A, **A nau de São Sebastião**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1978. (Estante paranista).

ROSA FILHO, J. A. da, **Combate do Irani**. 2.ed. v 01. Curitiba: AVM, 1999.

SALOMÃO, E. R, **O exército encantado de São Sebastião: um estudo sobre a reelaboração do mito sebastianista na guerra do contestado (1912-1916)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Brasília: UNB, 2008.

SCHÜEROFF, D, **Só continuei no magistério por amor, vocação: “ser” professora da rede pública do ensino primário catarinense (1920-1940)**. Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SERPA, E., A Guerra do Contestado (1912-1916). Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SILVA, D.A.S.M, **José Scaramelli: um bandeirante do ensino paulista na implementação e divulgação de uma didática e metodologia da educação nova para a infância brasileira**. Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos. UFScar, 2013. Disponível em http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6146 Acesso em 8 out 2013.

SOUZA, C.S, **Utilitarismo, civismo e cooperativismo no projeto educacional de Francisco de Oliveira de Azevedo Macedo (1892-1947)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2012.

SOUZA, E.F.de, Intelectuais e a educação: uma reflexão preliminar sobre o debate educativo nacional nos discursos do Diário dos campos (1907 – 1934). **Educere**. Curitiba, 2008. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/250_88.pdf Acesso em 2 dez 2014.

SOUZA, G. de , **Seriação do Ensino nas Escolas Públicas Primárias Paranaenses: grupos e semigrupos escolares**. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**.. Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação. Uberlândia, 2006. v. 1. p. 3944-3955.

_____, **Cultura escolar material na história da instrução primária do Paraná: anotações de uma trajetória de pesquisa**. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. nº. 14. SBHE, 2007. p. 37-68.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização: implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998. (Prismas)

_____, **Tempos de infância, tempos de escola : a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933)**. **Educação e Pesquisa**. vol.25 no.2 São Paulo. July/Dec 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000200010 Acesso em 1 dez 2014.

_____, FARIA FILHO, L. M, **A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da historia do ensino primário no Brasil**. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Grupos Escolares: cultura escolar Primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

STULZER, A, **A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos fanáticos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

TEIVE, G. M. G, **Uma vez normalista, sempre normalista: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935)**. Florianópolis: Insular, 2008.

TEIXEIRA FILHO, A. R, **União da Vitória, meu amor**. LOCAL: Editora, 2009.

TEIXEIRA JUNIOR, O, **Escola Complementar de Campinas (1903 a 1911): Espaço, culturas e saberes escolares**. Dissertação (mestrado em educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.Campinas: UNICAMP, 2005.

THOMÉ, N, **Primeira história da educação escolar na região do Contestado: da instrução das primeiras letras no tempo do Império à conquista do Ensino Superior nos Anos Dourados**. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002.

_____, **Trem de ferro: a ferrovia no Contestado**. Caçador: Impressora universal Ltda, 1980.

_____, Uma abordagem sobre escola, linguagem e nacionalização no Contestado, em Santa Catarina, na primeira metade do século XX. In: SCHELBAUER, A; LOMBARDI, J. C.; MACHADO, M. C. G. (org). **Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2006. p.323-348. (Coleção memória da educação).

THOMPSON, E. P, **A formação da classe operária I: a árvore da liberdade**. Vol.1. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____, **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais).

_____, **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Revisão técnica: Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____, **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

TONON, E, As cidades de Porto União e União da Vitória no contexto do movimento do Contestado. In: MARTINS, Ilton; GOHL, Jefferson; GASPARI, Leni (Orgs). **Fragmentos de memória, trechos do Iguaçu: olhares e perspectivas de história local**. União da Vitória, FAFIUV, 2008. (Coleção Vale do Iguaçu).

_____, **Os monges do Contestado: Permanências das predições e rituais no imaginário**. Palmas: Kayganguê, 2010.

_____, **Os monges do Contestado: permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo**. (Tese de doutorado). Centro de Estudos Gerais do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói: UFF, 2011.

VARGAS, G, **Discurso pronunciado pelo Dr. Getulio Vargas por ocasião de sua posse: 3 de novembro de 1930**. Disponível em <file:///C:/Users/Marcia/Downloads/posse%20vargas%2030.pdf> Acesso em 28 maio 2014.

VATICANO, **Carta Encíclica Rerum Novarum**. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html Acesso em 22 dez 2012.

VAZ, F.A.B, A escola normal primária de Ponta Grossa (1924-1940). **Jornada do Histedbr**, 2005. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/578/578.pdf Acesso em 19 jan 2015.

VIANNA, J.G.X, **A produção didática de rocha pombo: análise de história da América e Nossa Pátria**. Monografia (Conclusão de curso). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. Disponível em http://www.historia.ufpr.br/monografias/2009/2_sem_2009/juliana_golin_xavier_vianna.pdf Acesso em 7 out 2014.

VIDAL, D. G, 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. In: **Educação e Pesquisa**. vol.39 nº. 3 São Paulo July/Sept. 2013.

_____, Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Grupos Escolares: cultura escolar Primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

VINHAS DE QUEIRÓZ, M, **Messianismo e conflito social**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1966.

WISSENBAACH, M. C. C, **Ritos de magia e sobrevivência: Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1997.

WOLFF, T. L, **Coisas que tocam ...** União da Vitória: FACE, 2000.

XAVIER, L.N, **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

ANEXO

Escola Normal Primária de Porto – União Exames finais de 1935 Terceiro Ano

Durante o período de dezoito de novembro a dois de dezembro, na forma prescrita pelo Regulamento das Escolas Normais Primárias, presentes os professores Gregório Brekenbrok, diretor, Diva Eugênia de Oliveira, Araceli Rodrigues e Jandira Capriglioni, membros da banca examinadora, foram realizados os exames finais do corrente ano letivo.

O movimento deste ano foi o seguinte:

	<u>Secção</u> <u>masculina</u>	<u>Secção</u> <u>feminina</u>
<u>Matrícula inicial</u>	<u>1</u>	<u>5</u>
<u>Matrícula máxima</u>	<u>2</u>	<u>7</u>
<u>Matrícula final</u>	<u>1</u>	<u>7</u>
<u>Eliminados</u>	<u>1</u>	<u>-</u>
<u>Requereram exame</u>	<u>1</u>	<u>7</u>
<u>Aprovados em todas as matérias</u>	<u>1</u>	<u>7</u>
<u>Porcentagem de promoção</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Dos alunos que requereram exames finais verificou-se o seguinte resultado:

Secção Masculina

Cícero Otomar de França

Português – aprovado com grau 9 (distinção)

Francês – aprovado com grau 8 (plenamente)

Alemão – aprovado com grau 9 (distinção)

Aritmética e Álgebra – aprovado com grau 9 (distinção)

Geometria – aprovado com grau 8 (plenamente)

Geografia – aprovado com grau 10 (distinção)

História da civilização – aprovado com grau 10 (distinção)

Ciências Físicas e naturais – aprovado com grau 10 (distinção)

Psicologia e Pedagogia – aprovado com grau 8 (plenamente)

Agricultura – aprovado com grau 10 (distinção)

Desenho – aprovado com grau 8 (plenamente)

Música – aprovado com grau 8 (plenamente)

Educação Física – aprovado com grau 9 (distinção)

Secção Feminina

Português – aprovadas com grau 9 (distinção) 2 alunas, a saber: Guilhermina Liegel e Virginia Machado; aprovadas com grau 8 (plenamente) 4 alunas, a saber: Irene Zalewski, Júlia Machado, Laura de Oliveira Quadros e Maria Vins Pimpão; aprovada com grau 7 (plenamente): Lídia Schafer.

Francês – aprovada com grau 9 (distinção): Virginia Machado; aprovadas com grau 8 (plenamente) 3 alunas, a saber: Júlia Machado, Laura de Oliveira Quadros e Maria Vins Pimpão; aprovada com grau 7 (plenamente): Guilhermina Liegel; aprovadas com grau 6 (simplesmente) 2 alunas, a

saber: Irene Zalewski e Lúdia Schäfer.

Alemão - aprovadas com grau 9 (distinção) 2 alunas, a saber: Guilhermina Liegel e Virginia Machado; aprovadas com grau 8 (plenamente) 4 alunas, a saber: Júlia Machado, Laura de Oliveira Quadros, Lúdia Schäfer e Maria Vins Pimpão; aprovada com grau 6 (simplesmente), Irene Zalewski.

Aritmética e Álgebra – aprovadas com grau 8 (plenamente) 3 alunas, a saber: Guilhermina Liegel, Irene Zalewski e Virgínia Machado; aprovadas com grau 7 (plenamente), 4 alunas a saber: Júlia Machado, Laura de Oliveira Quadros, Lúdia Schäfer e Maria Vins Pimpão.

Geometria – aprovadas com grau 7 (plenamente) 3 alunas, a saber: Julia Machado, Maria Vins Pimpão e Virgínia Machado; aprovada com grau 8 (plenamente), Laura de Oliveira Quadros; aprovadas com grau 6 (simplesmente) e alunas, a saber: Guilhermina Liegel e Lúdia Schäfer; aprovada com grau 5 (simplesmente), Irene Zalewski.

Geografia – Aprovadas com grau 9 (distinção) 5 alunas, a saber: Guilhermina Liegel, Laura de Oliveira Quadros, Lúdia Schäfer, Maria Vins Pimpão e Virginia Machado; aprovadas com grau 8 (plenamente) 2 alunas, a saber: Irene Zalewski e Júlia Machado.

História da Civilização – aprovadas com grau 10 (distinção) 2 alunas, a saber: Guilhermina Liegel e Virgínia Machado; aprovadas com grau 9 (distinção) 5 alunas, a saber: Irene Zalewski, Julia Machado, Laura de Oliveira Quadros, Lúdia Schäfer e Maria Vins Pimpão.

Ciências Físicas e Naturais - aprovadas com grau 10 (distinção) 2 alunas, a saber: Guilhermina Liegel e Virgínia Machado; aprovadas com grau 9 (distinção) 5 alunas, a saber: Irene Zalewski, Julia Machado, Laura de Oliveira Quadros, Lúdia Schäfer e Maria Vins Pimpão.

Psicologia e Pedagogia – aprovada com grau 9 (distinção), Virgínia Machado; aprovadas com grau 8 (plenamente) 3 alunas, a saber: Guilhermina Liegel, Júlia Machado e Laura de Oliveira Quadros; aprovadas com grau 7 (plenamente), 3 alunas, a saber: Irene Zalewski, Lúdia Schäfer e Maria Vins Pimpão.

Agricultura – aprovadas com grau 10 (distinção) 7 alunas, a saber: Guilhermina Liegel, Irene Zalewski, Júlia Machado e Laura de Oliveira Quadros, Lúdia Schäfer, Maria Vins Pimpão e Virgínia Machado.

Desenho – aprovada com grau 9 (distinção): Irene Zalewski; aprovadas com grau 8 (plenamente) 5 alunas, a saber: Guilhermina Liegel, Júlia Machado, Lúdia Schäfer, Maria Vins Pimpão e Virgínia Machado; Aprovada com grau 7 (plenamente), Laura de Oliveira Quadros.

Música – aprovadas com grau 9 (distinção) 2 alunas, a saber: Maria Vins Pimpão e Virginia Machado; aprovadas com grau 8 (plenamente) 3 alunas, a saber: Guilhermina Liegel, Julia Machado e Laura de Oliveira Quadros; aprovada com grau 6 (simplesmente), Irene Zalewski; aprovada com grau 5 (simplesmente) Lúdia Schäfer.

Trabalhos – aprovada com grau 9 (distinção) 5 alunas, a saber: Guilhermina Liegel, Irene Zalewski, Júlia Machado,

Laura de Oliveira Quadros e Lúdia Schäfer; aprovadas com grau 8 (plenamente) 2 alunas, a saber: Maria Vins Pimpão e Virgínia Machado.

Educação Física – aprovadas com grau 8 (plenamente), 5 alunas, a saber: Guilhermina Liegel, Júlia Machado, Laura de Oliveira Quadros, Maria Vins Pimpão e Virgínia Machado; aprovadas com grau 7 (plenamente) 2 alunas, a saber: Irene Zalewski e Lúdia Schäfer.

E, por ser verdade, vai esta, por mim, diretor da Escola, datada e assinada conjuntamente com as sras. Professoras.

Porto União, 2 de dezembro de 1935.

Diretor: Gregório Brekenbrok
Profas.: Diva Eugênia de Oliveira
Araceli Rodrigues
Jandira Capriglioni

(ATAS DE EXAMES DA ESCOLA COMPLEMENTAR
ANEXA AO GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO,
1935, p.26-28).